

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Jordana de Moraes Neves

OS FUNDAMENTOS DO PENSAMENTO DE FRIEDRICH HAYEK:

Uma análise epistemológica a partir do debate historicista alemão

Santa Maria, RS

2024

Jordana de Moraes Neves

OS FUNDAMENTOS DO PENSAMENTO DE FRIEDRICH HAYEK:

Uma análise epistemológica a partir do debate historicista alemão

Tese apresentada ao Programa de Pós -Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais

Orientador: Prof.º Dr.º Eduardo Lopes Cabral Maia

Santa Maria, RS

2024

Neves, Jordana

OS FUNDAMENTOS DO PENSAMENTO DE FRIEDRICH HAYEK: Uma análise epistemológica a partir do debate historicista alemão / Jordana Neves.- 2024.

209 p.; 30 cm

Orientador: Eduardo Lopes Cabral Maia

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, RS, 2024

1. Hayek 2. Liberalismo 3. Historicismo 4. Epistemologia I. Lopes Cabral Maia, Eduardo II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, JORDANA NEVES, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Tese) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Jordana de Moraes Neves

**OS FUNDAMENTOS DO PENSAMENTO DE FRIEDRICH HAYEK:
UMA ANÁLISE EPISTEMOLÓGICA A PARTIR DO DEBATE HISTORICISTA
ALEMÃO**

Tese apresentada ao Programa de Pós -Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Doutora em Ciências Sociais**

Aprovada em 23 de fevereiro de 2024:

Prof.º Dr.º Eduardo Lopes Cabral Maia (UFSM)
Presidente/Orientador

Prof.ª Dr.ª Raquel Andrade Weiss (UFRGS)
(Videoconferência)

Prof.º Dr.º Eduardo Angeli (UFPR)
(Videoconferência)

Prof.º Dr.º Reginaldo Teixeira Perez (UFSM)
(Videoconferência)

Prof.º Dr.º Ricardo Mayer (UFSM)
(Videoconferência)

Santa Maria, RS
2024

À minha mãe, Arlete, por seu amor incondicional.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, ao meu querido orientador e amigo, Eduardo Maia, por ter tornado esta tese possível. Agradeço pela atenção, dedicação e cuidado em todos os momentos ao longo do desenvolvimento desse trabalho e, principalmente, ao longo da minha formação acadêmica. Grande parte da cientista social que sou devo a você. Muito obrigada!

Pela orientação durante o mestrado, parte importante e significativa de minha trajetória, e pelas contribuições atentas, inteligentes e imprescindíveis ao desenvolvimento deste trabalho, agradeço à querida Raquel Weiss. Sempre tão atenciosa e delicada, cujo trabalho e postura acadêmica sempre me foram de grande admiração!

Agradeço as contribuições dos queridos professores Eduardo Angeli, Reginaldo Perez e Ricardo Mayer, cujas leituras e sugestões foram valiosas e enriquecedoras ao desenvolvimento deste trabalho, sem as quais, certamente, esta pesquisa não teria avançado.

À minha grande amiga e irmã de alma, Luana, por todos os incontáveis momentos em que foi meu grande apoio, por todas as risadas e por ter sido a grande responsável por eu ter a força necessária ao longo do desenvolvimento desse trabalho.

À minha irmã, Carol, pelas quase três décadas de vida compartilhada, pelo seu grande coração e pela amizade incondicional que fomos capazes de construir e preservar e que me faz ter sempre a certeza de ter apoio e carinho com que contar.

À minha “Pri”, Cássia, sangue do meu sangue, presente que a vida me deu, por ser meu refúgio da insanidade do mundo e minha alegria em qualquer momento. Agradeço também por ter sido responsável por salvar a minha vida e permitir que fosse possível realizar meus sonhos e objetivos.

Agradeço, também, às minhas tias que são sempre as maiores incentivadoras e apoiadoras das minhas escolhas e sonhos, Vera, Bety, Barbára, Naide. Cada uma com as suas singularidades contribuiu para que eu tivesse a determinação necessária para enfrentar muitos dos desafios.

A todos os amigos que estão sempre presentes no meu coração e fazem a alegria dos dias: Guilherme, Fábio, Cassiane, Nilza, Jéssica, Mariana e Melissa e minha linda afilhada, Alice.

À memória da minha avó, Ana, que me ensinou desde cedo que o amor pode ser demonstrado de muitas formas e que com sua força e sua simplicidade construiu o exemplo que carrego no coração.

“O liberalismo - convém hoje recordar isto - é a suprema generosidade: é o direito que a maioria outorga à minoria e é, portanto, o mais nobre grito que soou no planeta. Proclama a decisão de conviver com o inimigo; mais ainda, com o inimigo débil. Era inverossímil que a espécie humana houvesse chegado a uma coisa tão bonita, tão paradoxal, tão elegante, tão acrobática, tão antinatural. Por isso, não deve surpreender que tão rapidamente pareça essa mesma espécie decidida a abandoná-la. E um exercício demasiado difícil e complicado para que se consolide na terra. Conviver com o inimigo! Governar com a oposição! Não começa a ser já incompreensível semelhante ternura?”

(Ortega y Gasset, s/a, p. 140)

RESUMO

OS FUNDAMENTOS DO PENSAMENTO DE FRIEDRICH HAYEK: UMA ANÁLISE EPISTEMOLÓGICA A PARTIR DO DEBATE HISTORICISTA ALEMÃO

AUTOR: Jordana de Moraes Neves
ORIENTADOR: Prof. Dr. Eduardo Lopes Cabral Maia

Esta tese desenvolveu uma análise da teoria de Friedrich Hayek com o objetivo central de compreender a importância do debate historicista alemão e a discussão sobre valores e lei social para o desenvolvimento do pensamento do autor. Para atingir tal objetivo, fez-se uma reconstituição teórica do debate historicista e de suas consequências para as Ciências Sociais. Além disso, centralizou-se a exposição na “*Methodenstreit*” entendendo-a como um ponto importante para a discussão metodológica nas Ciências Sociais e, principalmente, para a formação do pensamento do autor estudado. Segue-se, então, para um escrutínio do seu pensamento e dos principais conceitos de sua obra a fim de analisar a amplitude de influência do debate anteriormente apresentado e suas consequências na teoria do autor. O pensamento de Hayek, para fins de análise, foi dividido em duas partes centrais: a discussão sobre Ciência e Ciências Sociais e suas principais ideias sobre o funcionamento da sociedade. Por fim, entendeu-se que Hayek forma seu pensamento influenciado pelo cenário acadêmico e social de sua época. Sendo assim, os principais debates que constituíram o historicismo alemão exerceram presença e influência, também, em seu pensamento. Também se entendeu que sua teoria da evolução cultural representa um ponto de tensionamento quanto a esses fundamentos e as posições assumidas pelo autor sobre a possibilidade de existência de um sentido para o processo social.

Palavras-chave: Hayek. Liberalismo. Historicismo. Epistemologia.

ABSTRACT

THE FOUNDATIONS OF FRIEDRICH HAYEK'S THOUGHT: AN EPISTEMOLOGICAL ANALYSIS BASED ON THE GERMAN HISTORICIST DEBATE

AUTHOR: Jordana de Moraes Neves

ADVISOR: Prof. Dr. Eduardo Lopes Cabral Maia

This thesis developed an analysis of Friedrich Hayek's theory with the main objective of understanding the importance of the German historicist debate and the discussion about values and social law for the development of the author's thought. To achieve this objective, a theoretical reconstitution of the historicist debate and its consequences for the social sciences was made, in addition, the exposition was centered on the "Methodenstreit" understanding it as an important point for the methodological discussion in the social sciences and, mainly, for the formation of the thought of the author studied. It then proceeds to a scrutiny of his thought and the main concepts of his work in order to analyze the breadth of influence of the debate previously presented and its consequences on the author's theory. Hayek's thought, for the purposes of analysis, was divided into two central parts: the discussion of science and social sciences and his main ideas about the functioning of society. Finally, it was understood that Hayek's thinking was influenced by the academic and social scenario of his time, so that the main debates that constituted German historicism also exerted a presence and influence on his thinking. In addition, it was understood that his theory of cultural evolution represents a point of tension regarding these foundations and the positions taken by the author on the possibility of the existence of a meaning for the social process.

Keywords: Hayek. Liberalism. Historicism. Epistemology.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 APRESENTAÇÃO	20
3 CONTEXTO INTELECTUAL/EPISTEMOLÓGICO	22
3.1 HISTORICISMO.....	22
3.2 ESCOLA HISTÓRICA ALEMÃ E GUSTAV VON SCHMOLLER	51
3.3 ESCOLA AUSTRÍACA E CARL MENGER.....	63
3.4 PRINCÍPIOS EPISTEMOLÓGICOS EM DEBATE – <i>METHODENSTREIT</i>	72
4 NEUTRALIDADE DE VALOR E “LEI” NAS CIÊNCIAS SOCIAIS	80
4.1 MAX WEBER E A OBJETIVIDADE DO CONHECIMENTO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS	80
4.2 MAX WEBER E A NEUTRALIDADE AXIOLÓGICA	88
4.3 KARL POPPER E O “HISTORICISMO”	93
4.4 KARL POPPER E A METODOLOGIA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS	101
5 HAYEK E A DISCUSSÃO EPISTEMOLÓGICA.....	107
5.1 CIÊNCIA E CIÊNCIAS SOCIAIS	107
5.2 CIENTIFICISMO, CONSTRUTIVISMO E RACIONALISMO	131
5.3 O HISTORICISMO NO PENSAMENTO DE HAYEK.....	146
6 O PENSAMENTO DE HAYEK	159
6.1 A LIBERDADE HAYEKIANA	159
6.2 <i>THE RULE OF LAW</i> – O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	172
6.3 ORDEM ESPONTÂNEA	182
6.4 HAYEK E EVOLUÇÃO.....	188
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	199
REFERÊNCIAS	204

1 INTRODUÇÃO

Friedrich Von Hayek foi um intelectual que caminhou por diferentes áreas do conhecimento. Ainda que a sua produção intelectual como economista tenha se tornado mais notória, em grande medida pelo Prêmio Nobel que recebeu em 1974, um mergulho por sua obra demonstra a profundidade e diversidade teórica do autor. A obra de Hayek está longe de ser uma produção acadêmica sobre economia aplicada. Seus escritos vão desde Filosofia da Ciência e Filosofia da História até Psicologia e Neurociência.

O que mais salta aos olhos é, no entanto, a linha de raciocínio sistêmica que ele foi capaz de manter ao longo de setenta anos. Seus argumentos e teses foram sendo desenvolvidos ao longo da carreira e pouco se alteraram, principalmente no que se refere à sua produção sobre filosofia, teoria social e economia política. O que ele buscou fazer de diferentes formas ao longo do tempo foi corroborar e fundamentar seus argumentos.

A partir de meados dos anos 1940 e do texto intitulado “*Economics and Knowledge*” (1936), Hayek passou a direcionar sua obra fundamentalmente para a discussão social e política. A discussão sobre o processo de formação do conhecimento na sociedade passou a ser um de seus temas centrais e tal discussão iniciou-se por este texto que, por isso, tornou-se simbólico em sua carreira.

O conhecimento dos indivíduos e a forma como este conhecimento espalha-se pela sociedade por meio das diferentes instituições sociais passou a ser um dos seus focos de análise. Hayek entendia que o conhecimento que se dissemina por diferentes mentes individuais por meio dos processos sociais e interações aloca-se em diferentes instituições a fim de subsidiar as tomadas de decisões na sociedade.

Falando de sua própria obra, Hayek destacou este *insight* sobre o conhecimento disperso e a sua incorporação nas instituições sociais como uma das primeiras originalidades do seu trabalho. “Se você me perguntasse, eu diria que até aquele momento estava desenvolvendo ideias convencionais. Com a 37ª palestra para o Clube de Economia em Londres, meu Discurso Presidencial, intitulado ‘Economia e Conhecimento’, eu comecei a trilhar meu próprio caminho de pensamento” (Hayek, 2014, p.3, tradução própria).¹

Durante grande parte de sua carreira profissional, das décadas de 1940 a 1980, Friedrich Hayek se tornou mais um filósofo social do que um economista.

¹ “If you asked me, I would say that up until that moment I was developing conventional ideas. With the 37 lecture to the Economics Club in London, my Presidential Address, which is ‘Economics and Knowledge’, I started my own way of thinking” (Hayek, 2014, p.3).

Seu maior impacto ocorreu na área da divisão do conhecimento. Foi em sua palestra presidencial de 10 de novembro de 1936, perante o Clube Econômico de Londres, intitulada “Economia e Conhecimento”, que ele apresentou pela primeira vez seu conceito sobre a divisão do conhecimento. Nessa ocasião, Hayek chamou a atenção para o fato de que o conhecimento está disperso entre as mentes de toda a humanidade² (Ebenstein, 2003, p. xi, tradução própria).

Nesse sentido, na obra hayekiana o conhecimento descentralizado passou a ser uma temática central. Ele buscou apresentar explicações sobre como as informações difundidas e contidas nas instituições sociais e econômicas atuavam na sociedade. Tal temática, que se tornou fundamental no pensamento do autor e um dos grandes pressupostos de suas teorias, é primeiramente desenvolvida a partir da análise dos sistemas de preços na sociedade. Hayek entendia que os preços continham o conhecimento que estava difundido na sociedade sobre as mercadorias: o produto é escasso ou abundante? Os consumidores estão procurando o produto ou não existe interesse nele? O produto é mais procurado em qual região? É mais abundante em qual região? Existe algum item necessário à produção desse produto que está em falta?

A resposta a todas essas questões relacionadas às mercadorias encontra-se, segundo Hayek, no sistema de preços, pois ele é capaz de transmitir aos agentes econômicos tais informações e, com isso, tornar possível que suas ações sejam planejadas.

Essas eram, no entanto, áreas centrais no cânone de Hayek. Em particular, as ideias de conhecimento tácito, conhecimento não articulado, conhecimento não verbal, formação espontânea de instituições sociais e societais, ordem espontânea e preços e lucros como comunicadores e indicadores de informação e conhecimento são vitais para considerar na avaliação do trabalho e da contribuição de Hayek. A ideia de Hayek era que uma concepção errônea do que é possível para a mente individual criar em relação às instituições sociais leva ao declínio da razão possível na vida social. Ele chamou a ideia de que a humanidade pode projetar qualquer instituição que desejar de “construtivismo”. Hayek era, em muitos aspectos, um idealista filosófico, pois acreditava que as ideias governam o mundo. Foi a ideia do construtivismo, segundo ele, que teve consequências tão destrutivas. Se ele pudesse combater essa ideia, então muito bem resultaria. (Ebenstein, 2003, p. xiv, tradução própria).³

² “For most of his professional career, from the 1940s through 1980s, he really became a social philosopher rather than an economist. Hayek had his greatest impact in the area of the division of knowledge. He first put forward his concept of the division of knowledge in his November 10, 1936, presidential address to the London Economic Club, ‘Economics and Knowledge’. Here he drew attention to the fact that knowledge is divided among the minds of all humanity” (Ebenstein, 2003, p. xi).

³ These were, however, core areas in Hayek’s canon. In particular, the ideas of tacit knowledge, unarticulated knowledge, nonverbal knowledge, spontaneous formation of social and societal institutions, spontaneous order, and prices and profits as information and knowledge communicators and indicators are vital to consider in evaluating Hayek’s work and contribution. Hayek’s idea was that an erroneous conception of what is possible for the individual mind to create regarding societal institutions leads to the decline of the reason that is possible in social life. He called the idea that humanity can design whatever institutions it wishes “constructivism.” Hayek was in many respects a philosophical idealist, in that he believed that ideas rule the world. It was the idea of

Além do conhecimento difuso na sociedade, situado no tempo presente, as instituições sociais contêm em si, também, o conhecimento acumulado da sociedade ao longo de gerações. Nesse ponto Hayek repetiu a abordagem burkeana (1982) sobre as instituições sociais, qual seja, de que as instituições sociais - leiam-se leis, moral, religião, idioma - trazem em si o conhecimento social acumulado pelas gerações passadas. Hayek incorporou com a tese do conhecimento social acumulado a noção correlata de que as instituições sociais contêm em si as respostas de um mecanismo de tentativa e erros. Sendo assim, em sua compreensão, as instituições sociais que permaneceram ao longo do tempo foram as que tornaram os grupos que as adotaram mais longevos, pois responderam de forma mais eficiente às situações em que os indivíduos estiveram expostos, fornecendo-lhes respostas para o enfrentamento da vida social.

Nesse esquema de tentativa e erro, as instituições que permanecem são as que foram testadas e responderam de forma mais adequada às necessidades dos indivíduos. O conhecimento contido nas instituições sociais é aquele que fez com que os grupos sociais fossem capazes de sobreviver e evoluir. Elas contêm, pode-se dizer como analogia, as respostas obtidas pelos indivíduos em situações sociais enfrentadas anteriormente; o *script* de sucesso para a manutenção dos grupos sociais.

Entra aqui uma das teorias de explicação sobre a sociedade desenvolvida por Hayek: a evolução social ou cultural. Hayek desenvolveu a concepção de evolução humana para explicar a consolidação ou a transmissão de valores, da cultura e das instituições na sociedade: “[As regras de conduta] são transmitidas antes por tradição, ensino e imitação que por instinto e consistem em grande medida em proibições” (Hayek, 2017, p. 21). Tal transmissão dar-se-ia, então, via grupos sociais por meio dos comportamentos de aprendizagem e imitação, que são característicos da espécie.

O homem alcançou a civilização desenvolvendo e aprendendo a seguir (primeiro em tribos territoriais e depois em espaços cada vez mais amplos) regras que muitas vezes o proibiam de fazer o que seus instintos exigiam e que já não dependiam da percepção comum dos acontecimentos. Essas regras, que constituem na prática uma moralidade nova e diferente e às quais, aliás, eu preferiria limitar o termo ‘moralidade’, ultrapassam ou restringem a ‘moralidade natural’, isto é, os instintos que uniam o grupo reduzido e asseguravam a cooperação dentro dele à custa de atraparlar ou bloquear sua expansão (Hayek, 2017, p. 21).

constructivism, he thought, that has such destructive consequences. If he could combat this idea, then much good would result (Ebenstein, 2003, p. xiv).

Ele dedicou toda a sua última obra, “*The fatal conceit: the erros of socialism*” (1988), à exposição dessa teoria. No entanto, mesmo em um texto escrito 20 anos antes, “*Notes on the Evolution of Systems of Rules of Conduct*” (1967), ele já iniciou o desenvolvimento dessa explicação. Já começava a fazer-se presente em suas análises a concepção de que a sociedade evoluiu mediante um sistema de transmissão das regras que se mostrava mais eficiente na manutenção dos grupos. A noção de evolução das sociedades a partir de um sistema de tentativa e erro apareceu, também, em sua trilogia “*Law, Legislation and Liberty*”.

Unem-se às concepções de evolução humana e de dispersão do conhecimento na sociedade a compreensão hayekiana sobre o estudo científico de fenômenos complexos. Em “*The Theory of Complex Phenomena*” (1964), Hayek delineou os limites a que, segundo sua compreensão, estaria submetido o estudo científico dos fenômenos complexos. Estes são estruturas compostas por infinitas variáveis e que, por isso, seriam inalcançáveis ao conhecimento humano, entendido por Hayek como limitado.

As estruturas com essas características são tais como a mente, a vida e a sociedade. Elas são abstrações teóricas construídas como forma de tentar explicar fenômenos extremamente complexos dos quais o pesquisador só poderia descobrir padrões de comportamento, sendo incapaz de desvendar os mínimos detalhes de seu funcionamento e, menos ainda, de prever com exatidão o seu comportamento. Esse é um limite ao qual estaria sujeito o pesquisador: a capacidade de conhecer apenas padrões de comportamento no estudo de fenômenos sociais complexos.

Tal ideia está, também, contida em um dos elementos fundamentais do pensamento hayekiano: o limite da razão humana. Boa parte da discussão filosófica e teórica de Hayek foi dedicada a refutar concepções ou estruturas de pensamento que alçavam a razão humana ao papel de criadora das instituições sociais. Hayek dividiu duas linhas teóricas quanto à forma de compreensão da razão: a primeira compreendia que a razão era um produto dos processos de evolução cultural, ou seja, que a razão humana desenvolveu-se em meio à civilização e que, portanto, a razão era um produto da civilização; a segunda compreendia que foi a razão humana que desenvolveu as instituições sociais e, por conseguinte, a razão seria a criadora da civilização. Ele se situou na primeira corrente de pensamento e, a partir disso, pôs-se a refutar os erros teóricos que, de acordo com a sua análise, estariam contidos na segunda corrente de pensamento à qual ele denominou de racionalismo.

O pensamento social hayekiano possuiu, então, uma associação entre evolução cultural, dispersão do conhecimento na sociedade, razão humana limitada e estruturas sociais entendidas

como fenômenos complexos. Tais pressupostos teóricos e filosóficos levaram ao desenho do seu principal conceito: ordem espontânea:

A ordem espontânea resulta dos elementos individuais se adaptando às circunstâncias que afetam diretamente apenas alguns deles, e que em sua totalidade não precisam ser conhecidas por ninguém. Essa ordem pode se estender a circunstâncias tão complexas que nenhuma mente pode compreendê-las completamente. (Hayek, 1973, p.41, tradução própria).⁴

A ordem espontânea é a coordenação das atividades sociais sem o planejamento ou intenção de nenhum indivíduo. É o ajuste mútuo entre as diversas expectativas dos agentes sociais sem a direção de ninguém. E tal ordenamento fruto desses ajustes ocorre de forma espontânea, pois não existe uma direção central responsável por essa organização. Ela é fruto não pretendido da coordenação das ações sociais. A palavra ordem possui, nesse contexto utilizado por Hayek, um significado bem específico: “descreve um estado de coisas em que uma multiplicidade de elementos de vários tipos estão tão relacionados entre si” (Ibid, p. 36, tradução própria).⁵

Essa interconexão entre os elementos que compõem a ordem facilita que a tomada de decisões, mesmo situada em uma parte específica, tenha grandes chances de ser bem-sucedida, pois essa parte, assim como todas, contém em si informações do todo, inclusive aquelas acumuladas nos processos sociais passados.

Hayek preocupou-se em distinguir a forma como ele utilizava o termo ordem de qualquer ideia que buscasse indicar as noções de “designo”, “autoridade”, “hierarquia”, “planejamento”, etc. A ordem espontânea, ao contrário, seria fruto da cooperação entre os indivíduos sem a intenção de produzir tal resultado, diferentemente de uma ordem planejada que possui a intenção de atingir um resultado determinado. Os indivíduos que a compõem possuem objetivos específicos e finalidades para as ações que estão praticando; no entanto, a ordem espontânea como fruto da coordenação de múltiplas ações individuais não contém nela mesma um objetivo.

⁴ “Spontaneous order results from the individual elements adapting themselves to circumstances which directly affect only some of them, and which in their totality need not be known to anyone, it may extend to circumstances so complex that no mind can comprehend them all” (Hayek, 1973, p.41).

⁵ “describe a state of affairs in which a multiplicity of elements of various kinds are so related to each other” (Ibid, p. 36).

Assim como no conceito de “Mão invisível” de Adam Smith, Hayek estava articulando a forma como a sociedade produz um resultado de cooperação sem a necessária convergência entre os fins pretendidos pelos indivíduos, inclusive sem que tal cooperação seja uma intenção da ação social dos atores, sendo um equilíbrio gerado pela própria ordem, essa ordem é autogerada e, por isso, opõe-se a uma ordem dirigida. “Esse alinhamento das intenções e expectativas que determinam as ações de diferentes indivíduos é a forma pela qual a ordem se manifesta na vida social” (Hayek, 1973, p. 36, tradução própria)⁶.

Notório expoente liberal do século XX, Hayek incorporou os pressupostos de autores que desenvolveram as ideias liberais a partir do século XVIII. Ele integrou as tradições teóricas desenvolvidas por John Locke, Tocqueville, Adam Smith, Edmund Burke, Stuart Mill, Bernard Mandeville e Carl Menger. Hayek dedicou-se a articular tais ideias no século XX, atualizando o liberalismo “*laissez faire*”, ao qual teceu críticas para as necessidades de uma sociedade contemporânea sem, com isso, necessariamente, perder seu vínculo com os fundamentos institucionais propostos pela teoria liberal para a organização social, tais como: Estado Democrático de Direito, liberdades políticas, sociais e econômicas, controle dos poderes autoritários, leis isonômicas.

A tais instituições, ele acrescentou a necessidade de que fosse proporcionada pelo Estado uma garantia mínima de subsistência a todos os indivíduos a fim de garantir que todos tivessem preservadas suas dignidades humanas essenciais na sociedade, entendendo que qualquer desenvolvimento social só poderia ocorrer caso a vida em sociedade proporcionasse a dignidade necessária ao ser humano.

Por fim, no último volume de sua trilogia “*Law, Legislation and Liberty*”, ele apresentou um projeto para que os poderes do legislativo também recebessem mais uma forma de controle, além das existentes, uma vez que, segundo Hayek, esse Poder estaria, nas democracias contemporâneas, necessitando de novas formas de restrições. Ele propôs a criação de um corpo de notáveis que teria o objetivo de analisar as leis votadas e produzidas pelo legislativo a fim de distribuir, ainda mais, este poder, pois, segundo sua análise, a influência dos grupos de pressão políticos e econômicos nas casas legislativas estaria levando à produção de legislações voltadas para agradar grupos específicos e não para a sociedade. Isso seria, pois, um problema para a democracia, porque as legislações não estariam mais respeitando os princípios democráticos e isonômicos, mas sendo fruto do poder de certos grupos sobre outros.

⁶ “This matching of the intentions and expectations that determine the actions of different individuals is the form in which order manifests itself in social life” (Hayek, 1973, p. 36)

Novamente, então, grupos estariam exercendo poder político sobre outros e legitimando esses poderes por meio de normas. Ainda que, pela estrutura em que isso ocorria, aparentasse ser um processo democrático, nos seus fundamentos não era. Sua proposta de solução seria o estabelecimento de mais uma instância de dissolução de poder político, formada por um corpo com mínima influência dos grupos de pressão, pois não estariam sujeitos aos processos eleitorais, e que fossem capazes de analisar as regras legislativas produzidas e sua adequação aos princípios democráticos. Ou seja, ele tentava aplicar o princípio liberal de separação e controle dos poderes políticos – *checks and balances* - a um poder específico, o legislativo, como forma de garantir que as liberdades e o controle da autoridade, também princípios liberais, fossem preservados.

As ideias de Hayek obtiveram impacto político, principalmente na década de 1980, em que Margaret Thatcher declarou que sua filosofia servia-lhe como inspiração. Além disso, suas ideias também exerceram influência nas políticas econômicas no governo de Ronald Reagan, momento em que socialmente se observava um rompimento com a abordagem keynesiana e uma aderência maior às políticas anti-inflacionárias de Hayek. O autor também foi o fundador, em 1947, de um *Think Tank*, a “Sociedade *Mont Pelerin*”, que reuniu os mais notáveis intelectuais liberais de sua época: Karl Popper, Von Mises, Milton Friedman, Georg Stigler, Dame Veronica Wedgwood (C. V. Wedgwood).

A construção intelectual do autor pode ser melhor compreendida quando colocada em uma linha do tempo que seja capaz de situar seus fundamentos teóricos, que podem ser traçados desde o contexto intelectual alemão do século XVIII. A explicação sobre o processo social passa a demandar novos olhares da Filosofia com o avanço da modernidade, como consequência do avanço do Iluminismo e do processo de Secularização.

O pensamento de Immanuel Kant foi central nesse ponto do desenvolvimento das ideias. O autor buscou explicar o processo social, a ação humana e a moral a partir do fundamento empírico. O homem, enquanto espécie e, portanto, elemento natural, passou a ser o fundamento da moral no pensamento kantiano: o homem contém em si as explicações de bem e mal. Quanto ao processo histórico, Kant buscou, também na natureza, a explicação sobre o desenvolvimento da história e sobre o seu sentido, entendendo que existe um processo de avanço da história.

Kant entendeu que a História caminha no sentido do desenvolvimento. Tanto a espécie quanto o processo histórico caminham, na leitura kantiana, no sentido de progredir e desenvolver-se, ou seja, o processo histórico é um processo de desenvolvimento, pois o sentido da existência humana é desenvolver-se. Essa é uma característica da natureza humana: caminhar para o progresso.

A busca pela explicação do processo histórico a partir do elemento natural resultou no desenvolvimento de uma ciência própria da História. Esse processo, na Alemanha, foi influenciado pelas ideias kantianas que foram absorvidas por grande parte dos autores que se tornaram parte das escolas que passaram a ser denominadas de historicismo alemão.

Uma vez que a Ciência passou a demonstrar-se como forma de conhecimento capaz de trazer repostas eficientes para os problemas e a responder, também com eficiência, as questões sobre o comportamento dos fenômenos da natureza e sobre os fenômenos do mundo social passaram a demandar a utilização dessa mesma forma de conhecimento. Portanto, na tentativa de constituir uma Ciência própria dos fenômenos sociais, alguns passos foram percorridos, sendo um deles a emulação dos métodos utilizados pelas denominadas Ciências da Natureza.

Outro passo dado pelas Ciências Sociais nesse processo foi a discussão sobre a diferenciação de métodos científicos para cada área. Com o avanço do debate acadêmico, essa perspectiva passou a ser defendida por muitos autores que entendiam que as Ciências Sociais demandavam a necessidade de métodos próprios.

No caso específico do cenário intelectual alemão, os autores identificados com o historicismo do final do século XVIII sustentaram a segunda posição. Ou seja, na busca de construir um campo científico do estudo da história, tais autores compreenderam o fenômeno histórico como único com características próprias do contexto em que ocorrem. Portanto, os métodos das Ciências Naturais marcados pelas generalizações não seriam, para esses autores, adequados à compreensão da História.

Essa posição marcou, primordialmente, todo o desenvolvimento do historicismo dentre autores como: Johann Gottfried Von Herder (1744–1803), Friedrich List (1789 –1846), Leopold Von Ranke (1795-1886), Friedrich Karl Von Savigny (1779—1861), Wilhelm Roscher (1817–1894), Wilhelm Windelband (1848–1915), Wilhelm Christian Ludwig Dilthey (1833–1911), Heinrich Rickert (1863—1936) e Gustav Von Schmoller (1838 –1917).

O pensamento desses autores pode ser agrupado como parte de uma corrente de pensamento mais ampla: o historicismo alemão, mas também pode ser subdividido entre três escolas: antiga escola histórica e nova escola histórica. Gustav Schmoller, membro mais proeminente da denominada “nova escola histórica”, importa para essa tese, pois, em conjunto com Carl Menger (1840 - 1921), economista conhecido como fundador da Escola Austríaca, protagonizou o debate metodológico “*Methodenstreit*”. Nesse debate, a posição metodológica de Schmoller pode ser sintetizada pelos conceitos de indução ou de métodos individualizantes. Já a posição de Menger pode ser sintetizada pelos conceitos de dedução ou métodos generalizantes.

A “*Methodenstreit*” representou, nas Ciências Sociais, e mais especificamente no cenário acadêmico alemão, a defesa das duas posições metodológicas que atravessaram o desenvolvimento desse campo científico. Uma que tendia a compreender que as Ciências Sociais deveriam olhar para as particularidades dos fenômenos e esgotá-las antes de produzir generalizações e, de forma oposta, outra que tendia a olhar para os elementos gerais dos acontecimentos, aqueles que se repetem em diversos cenários sociais, e entendê-los como de suma importância para a compreensão científica desses acontecimentos.

A discussão sobre o desenvolvimento científico, as mudanças sociais que o impulsionaram e as que foram consequência dele e a discussão sobre o desenvolvimento da construção do campo científico das Ciências Sociais importam para essa tese, pois o autor objeto de estudo desse trabalho, Friedrich Hayek, foi compreendido em perspectiva com o desenvolvimento sócio-histórico do campo intelectual alemão e a importância que o debate historicista representou na formação de seu pensamento.

O objetivo dessa tese foi estudar o pensamento de Friedrich Hayek e compreender a importância do debate historicista alemão e a discussão sobre valores e lei social para o desenvolvimento do pensamento do autor. Para atingir tal objetivo, em primeiro lugar, buscou-se fazer uma reconstrução teórica sobre a formação do historicismo, suas ideias centrais e as contribuições de diversos dos seus autores centrais a fim de compreender suas principais ideias sobre os métodos de estudo dos fenômenos sociais.

A compreensão do historicismo alemão foi, também, necessária para traçar os fundamentos da “*Methodenstreit*”, importante para a tese por inserir a participação de Carl Menger de forma mais consistente no debate metodológico, o que teve como consequência o desenvolvimento da Escola Austríaca e o estabelecimento de seus fundamentos metodológicos.

Passou-se para a exposição das contribuições de Max Weber e Karl Popper sobre os fundamentos epistemológicos das Ciências Sociais, pois se entendeu que o pensamento desses autores, posteriormente formulados, significaram, nas Ciências Sociais, soluções teóricas para muitas questões que motivaram os autores do historicismo alemão e influenciaram o próprio pensamento de Hayek, que já formula posições epistemológicas amadurecidas pelas contribuições de Weber e Popper. Com as contribuições teóricas desses autores, as questões das Ciências Sociais sobre a relação de valores com a Ciência e sobre marcadores do conhecimento científico recebem algumas propostas de solução, entendidas aqui como consequências do avanço do debate anterior na Alemanha.

Seguiu-se para exposição e análise do pensamento de Hayek dividido em dois grandes blocos teóricos: a) epistemológico, com suas contribuições sobre Ciência e b) comportamental,

com suas adições sobre comportamento social e político. Seu pensamento foi analisado a partir das ideias expostas anteriormente com o objetivo de compreender se elas foram influentes. Caso seja constatado isso, de que modo marcaram o pensamento do autor seja nas concordâncias seja nas críticas na forma como ele articulou seu pensamento.

Hayek foi lido como fruto de um processo social e intelectual. Buscou-se evidenciar que seu pensamento foi consequência do momento histórico, seja pelas questões que motivaram a sua reflexão, seja pelas posições intelectuais assumidas por ele. Além disso, mesmo que fruto do desenvolvimento intelectual que levou à incorporação de questões já refletidas sobre o campo das Ciências Sociais, percebeu-se que, mesmo com isso, alguns aspectos que já haviam sido incorporados intelectualmente no debate como consequência das influências de Weber e Popper não foram refletidos nem incorporados na obra de Hayek.

Como último aspecto, salientou-se que, apesar de suas posições metodológicas críticas às correntes marxistas e ao positivismo pelos aspectos teleológicos e deterministas dessas perspectivas, sua teoria da evolução cultural acabou tensionando muitos de seus posicionamentos.

Esta pesquisa foi desenvolvida com base em uma análise documental e teórica. As obras do autor foram utilizadas como dados primários e as informações de comentadores e pesquisadores como secundários. Para atingir os objetivos propostos, organizou-se a pesquisa de modo a mapear o contexto teórico da época e os aspectos que mais influenciaram a teoria do autor.

Tanto a perspectiva de Metateoria quanto a de história das ideias serviram de inspiração para o desenvolvimento dessa pesquisa. Mas se considerou mais produtivo incorporar elementos dessas correntes sem reproduzir completamente as suas propostas analíticas e, com isso, permitir a criação de um mapa teórico e conceitual que propiciasse compreender o pensamento do Hayek dentro do contexto em questão.

2 APRESENTAÇÃO

Para atingir o objetivo de compreender a influência do historicismo alemão nos fundamentos epistemológicos e teóricos do pensamento de Friedrich Hayek, esta tese buscou fazer um mapeamento teórico sobre o desenvolvimento do historicismo alemão analisando os fundamentos do seu debate que importaram e foram influentes na constituição das Ciências Sociais a fim de compreender a construção epistemológica da área além do campo teórico específico em que o autor estudado situou-se.

No primeiro capítulo, é apresentado um panorama do desenvolvimento do historicismo alemão a partir das ideias de Immanuel Kant, passando pelas duas escolas históricas, pelos autores neokantianos até, por fim, o debate acadêmico de Schmoller e Menger que motivou a “*Methodenstreit*”. São discutidas as principais motivações das produções teóricas desses autores e suas contribuições epistemológicas para a construção das Ciências Sociais. O objetivo desse capítulo, para a tese, é compreender a formação das ideias epistemológicas que influenciaram o campo intelectual alemão, que teve influência na formação de Hayek, pelo seu posicionamento geográfico e, também, pelos autores aos quais se afiliou.

No segundo capítulo, são apresentadas as principais contribuições epistemológicas para as Ciências Sociais de Max Weber e Karl Popper. O objetivo desse capítulo para a tese é apresentar o desenvolvimento posterior das ideias que fundamentaram as discussões do historicismo, por ter sido Weber, também, fruto dessa corrente teórica, e por suas contribuições significarem para as Ciências Sociais a solução de muitos dos conflitos teóricos com os quais os historicistas lidaram.

As ideias de Karl Popper foram incorporadas nessa discussão por suas contribuições epistemológicas mais contemporâneas no debate e por sua influência e afinidade com Hayek, tendo sido importante nas suas concepções sobre ciência e sobre o historicismo, ainda que em alguns aspectos permanecessem importantes diferenças.

No terceiro capítulo, as obras de Hayek são apresentadas a partir das chaves Ciência e Ciências Sociais, ou seja, foram apresentadas e organizadas neste capítulo suas principais contribuições e concepções sobre epistemologia, o pensamento científico e, mais especificamente, sobre os objetivos e objeto de estudo das Ciências Sociais. Os objetivos desse capítulo são sintetizar essas ideias, expô-las e analisá-las a partir da discussão teórica anteriormente apresentada a fim de compreender a influência do historicismo na formação epistemológica de Hayek.

No quarto capítulo, as obras de Hayek são apresentadas a partir das chaves de suas propostas e concepções sobre o funcionamento da sociedade, processo social e comportamento social e político. É apresentado nesse capítulo seu principal conceito desenvolvido para explicar o funcionamento da sociedade, a Ordem Espontânea, sua discussão sobre liberdade e sobre o Estado de Direito e, por fim, sua teoria sobre a evolução cultural como forma de explicar o desenvolvimento do processo social. O objetivo desse capítulo é apresentar como suas concepções epistemológicas fundamentaram suas ideias sobre a sociedade, seu processo de desenvolvimento e suas instituições.

A organização dos capítulos pretendeu produzir um entendimento crescente das bases do debate teórico e epistemológico do período até chegar as suas manifestações e reflexos na obra de Hayek de modo a possibilitar uma sistematização de ideias e teorias complexas, muitas vezes dispersas, que compõem o pensamento do autor.

Por fim, nas considerações finais, são apresentadas as principais ideias e apontamentos dessa tese, sintetizando seus argumentos centrais e a forma como foram apresentados ao longo de seu desenvolvimento. São, também, apresentadas algumas questões a respeito do pensamento do autor que a tese ajudou a levantar, mas que, no tempo de desenvolvimento desse trabalho, não puderam ser respondidas, restando como apontamento a novas direções para futuras pesquisas sobre o complexo e rico pensamento de Friedrich Von Hayek.

3 CONTEXTO INTELECTUAL/EPISTEMOLÓGICO

Este capítulo tem como objetivo expôr o desenvolvimento e as principais ideias e autores do historicismo alemão. Para isso, apresenta-se uma reconstrução tanto histórica quanto teórica de tal corrente de pensamento e das suas implicações para o cenário acadêmico alemão. Por fim, chega-se à discussão sobre a “*Methodenstreit*”, ponto em que se conectam o historicismo alemão e o “nascimento” da Escola Austríaca.

As discussões desse capítulo vão trazer as bases para a posterior análise da obra de Hayek a fim de compreender a influência dessa corrente de pensamento na sua formação epistemológica. Além disso, abordam-se as discussões epistemológicas sobre lei social, sentido do processo social e sobre diferenças entre as Ciências Naturais e as Ciências Sociais.

3.1 HISTORICISMO

O pensamento Historicista marcou profundamente o campo intelectual alemão. Desdobraram-se dessa perspectiva teórica ao menos duas escolas: a Escola Histórica Alemã de Economia e a Escola Histórica Alemã de Direito. Como principal pressuposto filosófico-epistemológico do pensamento historicista encontra-se a compreensão de que as instituições sociais podem ser compreendidas e explicadas a partir do processo histórico. A história assume, assim, a proeminência como fator explicativo e como fundamento das instituições sociais.

A História assumiu no pensamento alemão do séc. XIX um protagonismo não identificado em nenhuma outra parte do mundo. Isso se deu, principalmente, na Alemanha pós-Restauração pós-napoleônica.

O problema da História era a obsessão de uma sociedade que oscilava entre encarar as revoluções burguesas europeias, que acompanhara a distância, mas cujos desdobramentos sentira diretamente nas guerras napoleônicas, como uma carência ou então como uma ameaça; e que mal tinha tempo para deter-se nisso, diante da presença cada vez mais marcante das “massas” populares na sua vida política (Cohn, 1979, p. 9).

A carência econômica, política e social da nação que se encontrava dividida em 39 estados separados após as Guerras Napoleônicas acabou produzindo um pensamento que entendia que deveria existir uma integração nacional baseada na ideia de povo e de unidade cultural. “A luta da Alemanha contra Napoleão ressuscitara sentimentos patriotas e

nacionalistas. Muitos alemães exigiam unificação e reformas constitucionais” (Brue, 2006, p. 196).

Tal processo sócio-histórico alemão gerou como consequência no campo intelectual o desenvolvimento de uma forma de pensamento que colocava em evidência os elementos nacionais como fatores explicativos dos fenômenos sociais e a história como a dimensão empírica capaz situar o social na vida nacional, levando a um afastamento de qualquer tipo de pensamento abstrato e teórico em defesa de um empirismo, produzindo o desenvolvimento de técnicas historiográficas de pesquisa (Cohn, 1979).

O Iluminismo, a Revolução Francesa e as conquistas de Napoleão produziram como efeito o desenvolvimento de uma nova forma de nacionalismo na Alemanha e, no pensamento intelectual, uma rejeição do cosmopolitismo e a reafirmação da “importância da história única e própria de um povo” (Caldwell, 2004, p.41, tradução própria)⁷.

Tal cenário fez com que as teorias que tinham destaque no pensamento britânico fossem desconsideradas no campo acadêmico alemão por serem percebidas como inadequadas e insuficientes para pensar a sua realidade histórica e social. Com isso, o pensamento abstrato, o individualismo e o cosmopolitismo foram todos rejeitados no pensamento que se desenvolveu na Escola Histórica.

Como certas instituições econômicas importantes da Alemanha do século XIX diferenciavam-se substancialmente das instituições britânicas, não é de surpreender que uma ideologia econômica diferente tenha surgido. As leis mercantilistas persistiram na Alemanha pelo menos até a formação do império, em 1871, muito tempo depois de terem desaparecido do cenário britânico (Brue, 2006, p. 196).

Mas o percurso teórico de desenvolvimento do historicismo na Alemanha teve Immanuel Kant (1724-1804) como grande influência do seu surgimento aos desdobramentos que se sucederam até o início do século XX. “[...] muitos dos historicistas posteriores - Ranke, Droysen, Dilthey - foram influenciados por, e de fato explicitamente reafirmaram, as restrições de Kant contra a metafísica, seu dualismo noumenal-fenomenal e seu conceito de liberdade transcendental” (Beiser, 2012, s/p, tradução própria).⁸

⁷ “importance of a people’s own, unique history” (Caldwell, 2004, p.41)

⁸ “[...] many of the later historicists—Ranke, Droysen, Dilthey—were influenced by, and indeed explicitly reaffirmed, Kant’s strictures against metaphysics, his noumenal–phenomenal dualism and his concept of transcendental freedom” (Beiser, 2012, s/p).

Embora Kant não tenha desenvolvido um pensamento mais amplo e específico sobre a história, seus escritos sobre o tema exerceram influência no debate alemão. Os textos em que seus argumentos sobre a história aparecem de forma mais concisa e que se tornaram seus principais textos sobre o tema são “*Idee zu einer allgemeinen Geschichte in weltbürgerlicher Absicht*” (1784) (Ideia para uma História Universal com um Propósito Cosmopolita) e “*Mutmaßlicher Anfang der Menschengeschichte*” (1786) (Início conjectural da história humana).

Kant, influenciado pelo Iluminismo e marcado por seu próprio tempo, considerou a história dentro de um plano de desenvolvimento racional influenciado pelo processo de desenvolvimento e progresso da razão em que considerou “a história passada como um espetáculo de irracionalidade humana e acredita na utopia de vida racional” (Collingwood, 1991, p. 154).

A história, na abordagem kantiana, foi marcada e explicada por duas categorias principais: natureza e razão. A natureza do homem era compreendida como dotada de razão e a história como o processo de desenvolvimento da razão. Logo, a história era um processo inerentemente natural. Este desenvolvimento foi analisado por Kant como “um plano da natureza que o homem executa sem compreender” (Collingwood, 1991, p. 156). A história “narrando o curso das ações humanas, trata-as como fenômenos, considerando, portanto, sujeitas às leis naturais” (Ibid, p. 155). Era preciso, então, descobrir essa lei que tinha a capacidade de explicar o plano da história humana.

Na história filosófica esboçada por Kant em “Ideia de uma história universal”, aparece “certa concepção do desenvolvimento teleológico das disposições naturais humanas” (Nadai, 2009, p. 98). Nas suas primeiras proposições já ficam evidentes as caracterizações de sua “doutrina teleológica da natureza” (Ibid).

Seja qual for o conceito que, ainda com um desígnio metafísico, se possa ter da liberdade da vontade, as suas manifestações, as ações humanas, como todos os outros eventos naturais, são determinadas de acordo com as leis gerais da natureza. A história, que se ocupa da narrativa dessas manifestações, permite-nos todavia esperar, por profundamente ocultas que estejam as suas causas, que, se ela considerar no seu conjunto o jogo da liberdade da vontade humana, poderá nele descobrir um curso regular; e que assim aquilo que se apresenta, nos sujeitos singulares, confuso e desordenado aos nossos olhos se poderá, no entanto, conhecer na totalidade da espécie como um desenvolvimento incessante, embora lento, das suas disposições originárias (Kant, s/a, p.3).

Para Kant, as regularidades observadas nos comportamentos em diversos países sugerem que eles “ocorrem segundo leis naturais constantes”, similares às verificadas nas

“alterações atmosféricas, cuja previsão não é possível determinar com antecedência em cada caso singular, mas no seu conjunto não deixam de manter num curso homogêneo e ininterrupto o crescimento das plantas, o fluxo das águas e outros arranjos naturais” (Kant, s/a, p. 3-4).

Por isso, era preciso descobrir como se davam essas intenções da natureza “no absurdo trajeto das coisas humanas, a partir da qual seja possível uma história de criaturas que procedem sem um plano próprio e, no entanto, em consonância com um determinado plano da natureza” (Kant, s/a, p. 4). Esse era o objetivo da história, encontrar essa explicação, essa lei, das regularidades da conduta humana, pois o decurso da história estaria submetido a essa lei natural que governaria o decorrer das ações humanas. A história humana seria um fenômeno natural tal como os astros e, como eles, seria governada por leis.

O ponto central da explicação de Kant foi a natureza. Esta conduzia a história em seu sistema explicativo. Seu raciocínio explicativo foi sendo derivado de algumas premissas que deram sustentação à sua tese sobre uma história universal. Sua primeira proposição estabeleceu que “todas as disposições naturais de uma criatura estão determinadas a desenvolver-se alguma vez de um modo completo e apropriado” (Kant, s/a, p. 5), e foi complementada pela segunda tese: “no homem (como única criatura racional sobre a terra), as disposições naturais que visam o uso da sua razão devem desenvolver-se integralmente só na espécie, e não no indivíduo” (Ibid).

Nessas duas primeiras proposições já deixa aparente que a sua explicação histórica derivava de uma caracterização específica da natureza do homem, ou seja, da espécie. Segue Kant em sua terceira proposição: “a natureza quis que o homem tire totalmente de si tudo o que ultrapassa o arranjo mecânico da sua existência animal, e que não compartilhe nenhuma outra felicidade ou perfeição exceto a que ele, liberto do instinto, conseguiu para si mesmo, mediante a própria razão” (Ibid, p.6). E completa dizendo que a “natureza nada faz em vão” (Ibid).

Em sua oitava proposição, o peso da natureza na consecução da história humana aparece de forma categórica: “Pode encarar-se a história humana no seu conjunto como a execução de um plano oculto da Natureza” (Ibid, p. 15). Kant nos diz que “a ideia de uma história universal [...] em certo sentido um fio condutor a priori” (Kant, s/a, p. 19). Tal fio condutor da história universal é a natureza. Ela é a explicação do processo histórico que, por basear-se na natureza da espécie, torna-se universal: “se desenvolve gradualmente do pior para o melhor; para tal progresso, pois, contribui cada um com sua parte, na medida de sua força, por meio do chamado da natureza.” (Kant, 2009, p. 124).

Dessa exposição da primeira história humana resulta o seguinte: a saída do homem do paraíso, representado pela razão como a primeira morada da espécie, não foi outra coisa senão a passagem da rudeza de uma mera criatura animal para a humanidade, da muleta do instinto para a condução da razão, em uma palavra, a passagem da tutela da natureza para o estado da liberdade. Se o homem ganhou ou perdeu com essa mudança deixa de ser uma questão quando consideramos a destinação de sua espécie, que consiste em nada mais do que no progredir para a perfeição, por mais que as primeiras tentativas de alcançar essa meta, mesmo em uma longa série de membros sucessivos, tenham sido errôneas e mal-sucedidas. [...] Assim, a história da natureza começa do bem, pois é uma obra de Deus; a história da liberdade começa do mal, pois é uma obra do homem (Kant, 2009, p. 116).

Em “*Início conjectural*”, a relação entre história e destinação moral da espécie humana apareceu como argumento central de Kant na sua explicação filosófica da história. No argumento kantiano sobre a história seria “tão legítimo falar dum plano da natureza, revelado através dos fenômenos estudados pelo historiador, como falar das leis da natureza reveladas através dos fenômenos estudados pelos cientistas” (Collingwood, 1981, p.157-158).

Existiria, nessa compreensão, um plano da natureza que o homem executa sem compreender que as metáforas teleológicas são, pois, inseparáveis dessa noção da história como realização do destino natural da humanidade, que se realiza em meio ao próprio desenvolvimento moral. Para Kant, o resultado da história da humanidade seria o desenvolvimento no seu sentido moral. “O sentido moral do progresso político é inseparável do processo de desenvolvimento da cultura” (Nadai, 2009, p. 105).

Johann Gottfried Von Herder (1744-1803) foi aluno de Kant e compartilhou do naturalismo do jovem Kant; no entanto, algumas mudanças posteriores do pensamento kantiano não foram acompanhadas por Herder. O desenvolvimento do historicismo na Alemanha passou por seu trabalho (Beiser, 2012). Sua filosofia invocava uma perspectiva que se voltava à filosofia humanista da Renascença. “Segundo essa tradição, a filosofia é *ars vitae*, a arte de viver bem. O humanismo se opôs à concepção de filosofia da tradição escolástica, que via o fim da vida como contemplação e o propósito da filosofia como conhecimento por si só.” (Beiser, 2012, s/p, tradução própria).⁹

Tal ideal humanista estava inscrito da frase “Filosofia da humanidade” do jovem Herder (Ibid). A filosofia da humanidade teria como propósito servir às necessidades da humanidade; às finalidades da vida. Em seu texto “*Wie die Philosophie zum Besten des Volks allgemeiner und nützlicher werden kann*” de janeiro de 1765, ele apresentou alguns pontos do seu projeto de “filosofia da humanidade” (Herder, 2002). Ela educaria as pessoas sobre o sentimento de

⁹ “According to that tradition, philosophy is *ars vitae*, the art of living well. Humanism opposed the conception of philosophy of the scholastic tradition, which saw the end of life as contemplation and the purpose of philosophy as knowledge for its own sake” (Beiser, 2012, s/p).

virtude e sobre como pensar por si mesmas, o patriota e o cidadão para agir; daria às pessoas coisas que são realmente instrutivas (em vez de ciência inútil da metafísica) (Beiser, 2012; Herder, 2002).

A visão antropológica de Herder casou-se com um dos grandes temas da Ciência na segunda metade XVIII: a história natural (Beiser, 2012). Para os filósofos naturalistas, os elementos da natureza que, até então, pareciam estáticos e eternos – rochas, plantas, animais, sistema solar – passaram a ser compreendidos como resultado de um longo processo de desenvolvimento.

Quem mais levou este pensamento ao limite foi o jovem Kant, em “*Allgemeine Naturgeschichte und Theorie des Himmels*” (1755), alegando que a forma sistemática existente no cosmos era produto da História Natural (Kant, 1969; Beiser, 2012). Herder foi influenciado por essa ideia kantiana e, unindo-a a sua antropologia, tentou desenvolver uma história natural da humanidade. Seu novo projeto, a partir de 1760, seria desenvolver uma síntese entre Antropologia e História Natural.

A antropologia de Herder, baseada no entendimento de que o homem estava em processo de desenvolvimento, conjuntamente à noção de desenvolvimento da História Natural, trouxe um dos pontos mais importantes do seu historicismo: o princípio do desenvolvimento (Beiser, 2012) – a ideia de que o mundo humano e o mundo natural estão em processo de mudança constante e caminhando em desenvolvimento. Porém, o historicismo de Herder foi marcado por outra ideia: além da de desenvolvimento, a de individualidade. De acordo com esse princípio, tudo no mundo humano é único e incomparável; tudo possui uma identidade única incapaz de ser comparada a qualquer outra (Ibid).

O ápice do trabalho de filosofia da história de Herder (1968) foi seu tratado “*Ideen zur Philosophie der Geschichte der Menschheit*” (*Reflections on the philosophy of the history of mankind*), publicado em quatro partes entre 1784 e 1791. Nele, seguindo as ideias do naturalismo, o método utilizado pelo autor foi aquele das Ciências Naturais. O autor advertiu que basearia suas ideias apenas na experiência, direcionando uma crítica às explicações metafísicas *a priori*, e o método empírico seria utilizado para atingir seu ideal: escrever uma ciência histórica da humanidade (Beiser, 2012; Herder, 1968). “Sua ambição era fazer pela história o que Galileu e Newton fizeram pela física. Embora ele admitisse que o ideal da ciência

é inatingível na história, ele ainda insistia que é um ideal pelo qual se deve pelo menos tentar se aproximar.” (Beiser, 2012, s/p, tradução própria)¹⁰.

Influenciado pela filosofia naturalista, o autor empenhou um esforço na intenção de construir uma Ciência da História, baseada, em seu início, na busca de aplicação do conhecimento das Ciências da Natureza e, além disso, com o pressuposto de que tanto o cosmos natural como a história humana possui um sentido e desenvolve-se numa direção.

Trazendo o debate dos fundamentos históricos do campo mais amplo dos processos sociais para um campo mais específico, Friedrich List (1789-1846), conhecido como precursor da escola histórica econômica, desenvolveu algumas das críticas aos fundamentos da economia clássica, tendo como alvo dessas críticas, principalmente, o pensamento de Adam Smith. List criticou a escola clássica pela ausência de consideração das nacionalidades e das especificidades de cada realidade em suas teorias.

A fim de embasar tais críticas, o autor fez uma análise sobre o desenvolvimento histórico na economia fundamentada em uma perspectiva de evolução do processo econômico a partir de estádios de desenvolvimento: “devem supor-se os seguintes *grandes níveis de desenvolvimento* das nações: *estado selvagem, estado pastoril, estado de agricultura, estado de agricultura-manufatura, estado de agricultura-manufatura-comércio.*” (List, 2006, p. 100).

Em uma de suas principais obras, “Sistema Nacional de Economia Política”, List definiu sua crítica à teoria clássica de início:

Os contemporâneos alemães lembrar-se-ão da enorme quebra no bem-estar da Alemanha ocorrida no ano de 1818. Naquela altura, eu devia preparar aulas de economia política. Tinha aprendido tão bem como os outros o que se pensava e escrevia sobre o assunto, mas não me satisfazia ensinar aos jovens a situação atual da ciência, também lhes queria ensinar como se podia fomentar, através do caminho da economia, a riqueza, a cultura e o poder da Alemanha. A teoria indicava o princípio da liberdade comercial. Este princípio parecia-me razoável, e também provado pela experiência, se se tomassem em consideração as consequências do desarmamento das províncias alfandegárias francesas e da união dos três reinos do império insular. Só que, naquela altura, as consequências surpreendentes do sistema continental e os resultados destruidores do seu desarmamento ainda estavam demasiado próximos para que pudesse tê-los ignorado; parecia-me que estavam em flagrante contradição com aquelas observações e, no intento de perceber a razão destas contradições, ocorreu-me a seguinte ideia: que a teoria seria verdade, apenas se todas as nações seguissem mutuamente o princípio da liberdade comercial, tal como tinha sido mutuamente seguido por aquelas províncias. Este pensamento conduziu-me ao conceito da nacionalidade e então compreendi: a teoria, à força de ver muita humanidade, muitos indivíduos, não teria visto as nações. Ficou claro para mim que a concorrência livre entre duas nações muito avançadas na cultura só podia ter resultados benéficos se

¹⁰ “His ambition was to do for history what Galileo and Newton had done for physics. Although he admitted that the ideal of science is unattainable in history, he still insisted that it is an ideal one should at least strive to approach” (Beiser, 2012, s/p)

ambas estivessem a um nível aproximadamente igual de formação industrial; e que uma nação que, por infeliz destino, estivesse muito atrasada na sua indústria, comércio e navegação, possuindo, de resto, os recursos mentais e materiais para a sua formação, tinha primeiro de se tornar capaz por esforço próprio antes de poder concorrer livremente com nações mais avançadas. Numa palavra: descobri a diferença entre a economia cosmopolita e política (List, 2006, p. 39-40).

Foram apresentados, nesse trecho supracitado, os principais elementos da sua crítica ao pensamento de Smith. Tido como um expoente cosmopolita, sua teoria de princípios universais não poderia ser aplicada em todas as situações, pois a sua teoria focava no indivíduo e esquecia-se das nações. A História passou a ser compreendida como o fundamento empírico para as discussões econômicas que não deveriam mais ficar presas a teorias abstratas que seriam incapazes de explicar a realidade concreta da Alemanha.

A ênfase na nacionalidade acompanhou esse olhar que se voltava para o específico. Uma vez que se rompeu com as teorias desenvolvidas por autores de outras realidades, enfatizou-se conjuntamente o elemento nacional e a necessidade de desenvolvimento de teorias próprias que fossem capazes de explicar a nacionalidade alemã. “Exclusivamente cosmopolita”, disse List sobre a teoria clássica da economia. “Observa em todos os lugares somente a humanidade como um todo, o bem-estar de toda a espécie, e em lugar nenhum a nação e o bem-estar da nação: faz da política um monstro, declara a experiência e a prática condenáveis rotinas” (List, 2006, p. 90).

Portanto, a Escola Histórica de Economia Alemã nasceu rompendo com as perspectivas universais, com as teorias abstratas e enfatizando a nacionalidade e a história como elemento empírico que serviria de limite para a teoria: “na vida das nações como na vida dos indivíduos, existem dois remédios fortes contra as ilusões da ideologia: a experiência e a necessidade” (List, 2006, p. 91).

A experiência buscada por List foi encontrada na História. “Em contradição direta com a teoria, o autor perguntará, antes de mais nada, à História pelas suas lições, deduzirá daí os seus princípios-base, e depois de os ter desenvolvido examinará os anteriores sistemas” (Ibid, p. 97). Primeiro, então, deveria-se olhar para a história e somente depois desenvolver teorias ou princípios, ou seja, List advogava um princípio indutivo para apreender e explicar os processos sociais.

Leopold Von Ranke (1795– 1886) figura entre os nomes centrais do historicismo do século XIX e é por alguns definido como “pai da ciência histórica moderna”, ou, ainda, como fundador do historicismo (Baiser, 2012), sinalizando a sua centralidade para o desenvolvimento do status científico da história no século XIX na Alemanha. “Isto é verdade em três aspectos.

Primeiro, ele defendeu a aplicação de métodos críticos à história moderna.” (Beiser, 2012, s/p, tradução própria)¹¹.

Ele argumentava que a história deveria fazer um escrutínio cauteloso de suas fontes, e somente por meio dele ela conseguiria avançar.

Em segundo lugar, Ranke enfatizou a importância da pesquisa arquivística, a necessidade de consultar documentos originais em vez de depender de fontes secundárias. [...] Em terceiro lugar, Ranke defendeu a autonomia da história, seu direito de perseguir seus próprios objetivos e métodos independentemente da filosofia e teologia. (Beiser, 2012, s/p, tradução própria).

Antes de basear sua história em documentos mais antigos, o historiador tinha que responder a uma série de perguntas críticas: Este texto é original ou foi alterado ao longo dos anos? Como ele se compara com outros textos escritos na mesma época? O autor pegou emprestado de outros ou seu trabalho é o resultado de um testemunho de primeira mão? Quais crenças políticas ou religiosas o autor tinha que poderiam influenciar suas visões? (Beiser, 2012, s/p, tradução própria).¹²

Ranke defendia uma autonomia da história em relação à teologia e à filosofia. Sua defesa de uma história com status científico não foi, de toda maneira, feita nos mesmos termos positivistas: “Ao contrário do positivismo, Ranke não acreditava que o principal objetivo da investigação histórica consiste na formulação de leis gerais semelhantes àsquelas das ciências naturais.” (Beiser, 2012, s/p, tradução própria).¹³

Ele não via as Ciências Naturais como um modelo a ser seguido com status de rigor e exatidão. Portanto, não via o estabelecimento de uma história científica como o exercício de replicar os métodos das Ciências da Natureza como viam os positivistas tampouco com o objetivo de descobrir leis. Assim, Ranke afastou-se da perspectiva de Herder, uma vez que a ideia de uma “história natural da humanidade” não foi relevante em seu pensamento. “A ideia

¹¹ “This is so in three respects. First, he championed the application of critical methods to modern history” (Beiser, 2012, s/p)

¹² “Second, Ranke stressed the importance of archival research, the need to consult original documents rather than relying on secondary sources. [...]Third, Ranke defended the autonomy of history, its right to pursue its own goals and methods independent of philosophy and theology (Ibid).

Before basing his history upon older documents, the historian had to answer a battery of critical questions: Is this text original or has it been altered over the years? How does it compare with other texts written around the same time? Has the author borrowed from others or is his work the result of first-hand testimony? What political or religious beliefs did the author have that would slant his views?” (Beiser, 2012, s/p).

¹³ “contrary to positivism, Ranke did not think that the chief end of historical enquiry consists in the formulation of general laws similar to those in the natural sciences” (Beiser, 2012, s/p).

de uma história natural da humanidade, que era tão importante para Möser, Herder e Humboldt, não tinha magia para ele [...] Com Ranke, começa a virada contra o naturalismo na tradição historicista” (Beiser, 2012, s/p, tradução própria).¹⁴

Para atingir seu objetivo de desvincular a História da Filosofia, Ranke propôs-se a buscar o elemento fundamental que definiria a história: aquele que a distingue e a singulariza em relação aos outros campos de conhecimento. “Ranke explica esse princípio fazendo um contraste nítido entre o filósofo e o historiador. Enquanto o filósofo vê o indivíduo apenas como uma instância do universal, o historiador examina o indivíduo por si mesmo” (Beiser, 2012, s/p, tradução própria).¹⁵

O autor definiu que a individualidade seria este elemento fundamental da História. Esta não buscava explicar as generalidades, as leis gerais, mas as individualidades e particularidades, aqueles elementos que caracterizam um acontecimento e o fazem único.

Mas então, poder-se-ia perguntar, em que difere o método do historiador do método do filósofo? Como que para responder a esta mesma questão, Ranke faz outra distinção entre método histórico e filosófico. Ele explica que o filósofo procede a priori ou dedutivamente, começando com algum universal e derivando dele o particular, enquanto o historiador opera a posteriori ou indutivamente, derivando suas generalizações apenas de casos particulares (Beiser, 2012, s/p, tradução própria).¹⁶

A diferenciação de métodos carregava consigo a desconfiança, ou dúvida, que Ranke possuía sobre a eficiência do método dedutivo e das explicações produzidas a partir de princípios abstratos. Para o autor, restavam questionamentos sobre a possibilidade de explicar a individualidade pela generalidade: como seria possível que um fenômeno singular e único pudesse ser explicado e compreendido por um princípio abstrato definido *a priori* da existência

¹⁴ “The idea for a natural history of humanity, which was so important for Möser, Herder and Humboldt, held no magic for him [...] With Ranke, there begins the turn against naturalism in the historicist tradition” (Beiser, 2012, s/p).

¹⁵ “Ranke explains this principle by making a sharp contrast between the philosopher and historian. While the philosopher sees the individual only as an instance of the universal, the historian examines the individual for its own sake” (Beiser, 2012, s/p).

¹⁶ But then, one might ask, how does the historian's method differ from that of the philosopher? As if to answer this very question, Ranke makes another distinction between historical and philosophical method. He explains that the philosopher proceeds a priori or deductively, beginning with some universal and deriving the particular from it, whereas the historian operates a posteriori or inductively, deriving his generalizations only from particular cases (Beiser, 2012, s/p).

do fenômeno? “Essa multiplicidade, essa individualidade, Ranke insiste, tem que ser dada a nós; são dados da experiência que nenhuma quantidade de razão pode derivar, deduzir ou construir a priori” (Beiser, 2012, s/p, tradução própria).¹⁷

O único método que poderia ser capaz de explicar essa multiplicidade e individualidade seria aquele que tivesse como elemento central de seu processo compreensivo o fenômeno como ponto de partida, ou seja, partindo do único para depois derivar explicações gerais. “O único método adequado para a história é, portanto, o mesmo que para a ciência em geral: é o método empírico, o caminho da indução lenta e trabalhosa.” (Beiser, 2012, s/p, tradução própria).¹⁸

Para Ranke, eram importantes na construção do conhecimento não somente os fatos, mas a busca das razões que os explicavam. Era relevante para a Ciência Histórica, portanto, além de atentar-se às fontes utilizadas – fatos, também utilizar o método adequado – razões. “Ele insistia que nunca é suficiente para o historiador simplesmente saber que algo aconteceu; também é necessário que ele saiba por que aconteceu” (Beiser, 2012, s/p, tradução própria).¹⁹

Outro ponto central ao historicismo aparece no pensamento de Ranke: a crítica ao Iluminismo. Para ele, uma vez que o iluminismo explicava os acontecimentos históricos a partir de personalidades individuais, reduzia a explicação da história à compreensão sobre a ação dessas personalidades em contextos específicos, e não trazia a contextualização social de tal indivíduo como um fator importante para o conhecimento, pois, para Ranke, como se repetiu em autores da escola historicista em geral, o indivíduo era compreendido como fruto de seu contexto histórico e social. Portanto, a história não poderia ser compreendida a partir da ação de indivíduos específicos; afinal, seriam os elementos históricos que o produziram. “Ranke afirmou a doutrina de que o indivíduo é produto de seu tempo e lugar, parte de um todo social e histórico, e que separá-lo de seu contexto é uma abstração artificial (Beiser, 2012, s/p, tradução própria).²⁰

¹⁷ “This multiplicity, this individuality, Ranke insists, has to be given to us; they are data of experience which no amount of reason can derive, deduct or construct a priori” (Beiser, 2012, s/p).

¹⁸ “The only proper method for history is therefore the same as that for science in general: it is the empirical method, the path of slow, laborious induction” (Ibid).

¹⁹ “He insisted that it is never sufficient for the historian simply to know that something happened; it is also necessary for him to know why it happened” (Ibid).

²⁰ “Ranke affirmed the doctrine that the individual is the product of his time and place, a part of a social and historical whole, and that to separate him from his context is an artificial abstraction” (Ibid).

Antes de prosseguir com a exposição, cumpre frisar que tais discussões sobre a formação epistemológica do Historicismo e, como se verá mais à frente, das Ciências Sociais, são importantes para o desenvolvimento desta tese, uma vez que as posições epistemológicas de Hayek serão analisadas a partir da influência de tal debate em sua formação.

Tanto a Escola Histórica de Economia, quanto a Escola Histórica de Direito foram influentes na formação de Hayek, sendo as ideias da segunda incorporadas de forma mais positiva em seu pensamento, enquanto as da primeira geraram uma constroposição maior de sua parte. Seguem-se para a exposição da Escola Histórica de Direito seus principais autores e suas contribuições para o debate historicista.

A aplicação do método histórico ao estudo do Direito na Alemanha inaugurou a Escola Histórica de Direito. Mesmo com algumas possíveis diferenciações, o raciocínio e os princípios, além do estímulo que marcam o nascimento da Escola, não diferiram em substância do pensamento da Escola Histórica Econômica. A Escola Histórica de Direito nasceu, também, como uma crítica aos princípios abstratos, neste caso, aos princípios provenientes da Revolução Francesa que fundamentavam a perspectiva de direitos e valores universais, vinculados, em boa medida, ao pensamento jurídico jusnaturalista.

A crítica ao universalismo de direitos, que se vincula com a defesa de valores universais, uma vez que são os valores que fundamentam os direitos, foi feita a partir do entendimento de que o direito não poderia ser desvinculado do contexto histórico de uma sociedade e, uma vez que o Direito fosse fundamentado nos processos históricos, não poderia ele, como dedução lógica, substanciar valores universais. A História para o Direito significava que este responderia aos anseios de cada população.

Os historiadores também rejeitaram a noção de que se pode simplesmente impor “instituições racionalmente construídas” às sociedades. O famoso jurista alemão Friedrich Karl von Savigny enfatizou que as instituições sociais crescem organicamente e refletem as idiosincrasias particulares da história de um povo. Não podem ser alterados à vontade, mesmo dentro de uma determinada sociedade, a menos que se tenha um conhecimento íntimo do papel que desempenharam no desenvolvimento da sociedade. É, portanto, improvável que as instituições que surgem num país possam ser transplantadas com sucesso para outro. Um exemplo específico desta ideia foi a desconfiança generalizada entre os povos de língua alemã em relação às instituições democráticas. A experiência francesa deixou claro que os movimentos democráticos de massas poderiam dilacerar a estrutura da sociedade (Caldwell, 2004, p. 44, tradução própria).²¹

²¹ The historians also rejected the notion that one can simply impose “rationally constructed institutions” onto societies. The famous German jurist Friedrich Karl von Savigny emphasized that social institutions grow organically and reflect the particular idiosyncrasies of a people’s history. They can not be changed at will, even

Federico Carlos de Savigny (1779- 1861) foi o pensador que deu início ao pensamento da Escola Histórica de Direito Alemã e a obra que marcou este nascimento foi “*Von Bei’uf unserer Zeit für Gesetzgebung und Rechtswissenschaft*” de 1814, panfleto escrito por Savigny em resposta à Thibault, jurista alemão proeminente à época que propunha um novo código de leis para a Alemanha pós-Napoleão. Para Thibault, a “legislação, dizia, deve ser tão perfeita quanto possível em sua forma e em sua matéria; isto é, de estilo claro, próprio e preciso, e de instituições verdadeiramente nacionais.” (Posada, 1895, p. 12, tradução própria).²²

O objetivo de uma legislação deve ser “a fixidez nas regras, a segurança nas divisões, a universalidade nas fórmulas” (Posada, 1895, p. 12, tradução própria).²³ A obra de Savigny, supracitada, significou uma sistematização crítica à formulação do Direito a partir de princípios universais, desvinculados da cultura do povo e foi um demarcador para uma linha de pensamento jurídico, sobretudo na Alemanha, influenciada pelo Direito Romano.

Deve-se ver nela, por um lado, uma manifestação, entre outras, da forte tendência realista, fundamentalmente histórica que no final do século passado e início do presente foi acusada na própria França, mas principalmente na Alemanha, sob a influência especial do estudo direto do Direito romano. Mas além dessa significação geral, o interessante opúsculo ao qual nos referimos tem um significado mais próprio e especial na história das ideias jurídicas modernas, e até no desenvolvimento da política legislativa da Alemanha. Representa todo um programa de uma grande tendência científica e prática ao mesmo tempo na filosofia do direito positivo, a tendência iniciada por Hugo e que teve tantos e tão ilustres partidários em toda a Europa, e a quem tanto deve a formação sólida e fundamental da ciência do Direito em nossos tempos (Posada, 1895, p. 10, tradução própria).²⁴

within a given society, unless one has intimate knowledge of the role that they played in the development of the society. It is, therefore, unlikely that the institutions that emerge in one country can be successfully transplanted to another. A specific instance of this idea was the widespread distrust among German-speaking people of democratic institutions. The French experience made it clear that mass democratic movements could rend the fabric of society (Caldwell, 2004, p. 44).

²² “legislación, decía, debe ser tan perfecta como sea posible en su forma, y en su materia; esto es, de estilo claro, propio y preciso, y de instituciones verdaderamente nacionales”. (Posada, 1895, p. 12).

²³ “la fijeza en las reglas, la seguridad en las divisiones, la universalidad en las fórmulas” (Posada, 1895, p. 12).

²⁴ “Debe verse en ella, de un lado, una manifestación, entre otras, de la fuerte tendencia realista, fundamentalmente histórica que hacia fines del siglo pasado y principios del presente se acusa en Francia mismo, pero sobre todo en Alemania, bajo el especial influjo del estudio directo del Derecho romano. Pero además de esta significación general, el interesante opúsculo á que nos referimos, tiene una más propia y especialísima en la historia de las ideas jurídicas modernas, y hasta en el desarrollo de la política legislativa de Alemania. Representa todo un programa de una gran tendencia científica y práctica á la vez en la filosofía del derecho positivo, la tendencia iniciada por Hugo y que tantos y tan preclaros partidarios tuvo en la Europa toda, y á quien tantísimo debe la formación sólida y fundamental de la ciencia del Derecho en nuestros tempos” (Posada, 1895, p. 10).

A concepção de Direito defendida pela Escola Histórica era indissociável da referência à ideia de povo. Assim, este e o espírito deste foram os fundamentos das leis. O povo, enquanto substrato do Direito, traz o elemento empírico e justifica a importância da História, uma vez que a História é necessária para a compreensão dos elementos que caracterizam o povo, a língua, a cultura, os valores, os costumes, etc.

Todo o pensamento jurídico da escola histórica entendeu o Direito atrelado à História. “A Escola Histórica compreende não apenas o direito como história, mas também a ciência jurídica [...]” (Wieacker, 1993, p. 403). Sendo assim, “[...] no programa de uma renovação da ciência do direito positivo, isto só pode ter o sentido de que o objeto da ciência jurídica é pré-determinado pela historicidade do direito do presente” (Ibid).

Nessa concepção, dado que o processo histórico não é algo acabado, o próprio Direito, como consequência, foi compreendido como elemento “vivo” e “inacabado”. No “pensamento atuante da Escola Histórica do direito, a história jurídica não permaneceu como passado acabado, objeto de um conhecimento desinteressado, mas constituiu nada menos do que o conteúdo vivo indicado como objeto à própria ciência do direito” (Ibid, p.407).

A ideia de povo foi indissociável do Direito, ou da concepção de Direito, na Escola Histórica: “A Escola Histórica do direito descobriu na historicidade do direito a historicidade do próprio povo. Ela viu mesmo no direito, primeiro implicitamente depois expressamente, uma manifestação do *espírito do povo*” (Wieacker, 1993, p. 407).

Savigny, em “*Von Bei'uf unserer Zeit für Gesetzgebung und Rechtswissenschaft*”, já enunciava a importância do povo para o Direito. Diversas passagens da obra demonstram a centralidade desse pensamento: “Essa dependência natural do direito em relação aos costumes e ao caráter do povo [...]” (Savigny, 1895, p.26). “O direito progride com o povo, se aperfeiçoa com ele e, por fim, perece quando o povo perde seu caráter” (Ibid). “O direito vive no conhecimento comum do Povo” (Ibid).²⁵

O Direito reveste-se do caráter do seu povo. Cada povo teria, portanto, um Direito único em que se manifestaria a sua história. “Em todas as nações, cuja história não oferece dúvida,

²⁵ “Esa natural dependencia del derecho de la costumbre y del carácter del pueblo [...]” (Savigny, 1895, p.26). “El derecho progresa con el pueblo, se perfecciona con él, y por último perece cuando el pueblo há perdido su carácter” (Ibid). “El derecho vive en el común conocimiento del Pueblo” (Ibid).

vemos o Direito civil assumir um caráter determinado peculiar daquele povo da mesma forma que sua língua, seus costumes e sua constituição política” (Ibid, p.23, tradução própria)²⁶.

Tal perspectiva defendida por Savigny foi a fundamentação do que se procurou definir como Direito Consuetudinário, uma noção do Direito como baseado nos costumes que caracterizavam o povo: “A síntese desta opinião é que todo direito tem sua origem naqueles usos e costumes, aos quais por assentimento universal costuma-se dar, embora não com grande exatidão, o nome de Direito consuetudinário” (Savigny, 1895, p.28, tradução própria).²⁷

Isso significava, segundo o autor, que o Direito formava-se primeiro nos costumes e crenças do povo e somente depois se tornava uma jurisprudência. Portanto, é sempre “em virtude de uma força interior e tacitamente ativa, jamais em virtude do arbítrio de nenhum legislador.”²⁸ que uma lei se estabelece ou encontra seu significado (Savigny, 1895, p.28, tradução própria). Com isso, o método correto para o estudo do Direito seria aquele que tem início pela história do povo: “Perguntaremos antes de tudo à história como se desenvolveu o Direito entre os povos primitivos, com o objetivo de tentar ver e julgar o que há nesse desenvolvimento de necessário, de útil e de censurável.”(Savigny, 1895, p.23, tradução própria).²⁹

Voltando à discussão no campo econômico, embora List tenha apresentado, enquanto precursor, uma sistematização inicial do rompimento que a Escola Histórica fez com a economia clássica e a afirmação da história como fundamento empírico para o conhecimento econômico, Wilhelm Roscher (1817-1894) foi um importante autor como um dos fundadores da escola de forma mais “institucionalizada” (Brue, 2006). Para Roscher, o objetivo do estudo econômico era compreender o que o povo de uma nação pensa, sente e deseja (Priddat, 1995), mas isso só seria possível situando de forma total os elementos que compõem etnologicamente uma nação, ou seja, sua história e sua cultura.

A intenção de Roscher era desvincular a percepção que ficou disseminada com a obra de Adam Smith “A riqueza das nações” de que o objetivo da Ciência Econômica era entender

²⁶ “En todas las naciones, cuya historia no ofrece duda, vemos al Derecho civil revestir un carácter determinado peculiar de aquél pueblo del propio modo que su lengua, sus costumbres y su constitución política” (Ibid, p.23)

²⁷ “La síntesi de esta opinión es que todo derecho tiene su origen en aquellos usos y costumbres, á las cuales por asenfimiento universal se suele dar, aunque no con gran exactitud, el nombre de Derecho consuetudinário” (Savigny, 1895, p.28).

²⁸ “en virtud de una fuerza interior, y tácitamente activa, jamás en virtud del arbitrio de ningún legislador” (Ibid).

²⁹ “Preguntaremos ante todo á la historia cómo se ha desenvuelto el Derecho entre los pueblos primitivos, con el fin de procurar ver y juzgar qué es lo que hay en ese desenvolvimiento de necesario, de útil y de censurable” (Savigny, 1895, p.23).

o que trazia riqueza para as nações, “a substituição da ‘arte de adquirir riqueza’ pela ‘arte de governar pessoas’ pressupõe a primazia da política sobre a economia.” (Priddat, 1995, p. 17, tradução própria)³⁰. Então, assim como fez List, ele se desvinculou de qualquer compreensão do estudo econômico com natureza universal e situou a economia como uma das partes da nação.

O objetivo era compreender a economia da nação e nisso a história vem como a ferramenta mais adequada, uma vez que o fenômeno histórico é particular, único e situado. A utilização do método histórico baseou-se na compreensão de que o estudo da História era capaz de trazer objetividade ao estudo do fenômeno econômico e de que o estudo comparado das economias de diferentes nações poderia fundamentar o desenvolvimento de leis de desenvolvimento, igualando o historiador e o cientista natural.

Tanto no Direito, quanto na Economia, a escola histórica nasceu rompendo com ideias abstratas que não tivessem vinculação com a História; portanto, com o que compreendiam como o fundamento necessário para o desenvolvimento de uma forma de pensamento. O processo histórico e o povo foram elementos imprescindíveis para essa forma de pensamento. Toda a Ciência, Economia e Direito deveriam buscar na História os elementos necessários para suas discussões.

Em 1883 dois textos marcaram o início do que se convencionou denominar de “Neo-Kantianismo”, “*Einleitung in die Geisteswissenschaften*” (1833) de Wilhelm Dilthey (1833–1911) e “*Kritische oder genetische Methode?*” (1883) de Wilhelm Windelband (1848-1915). O debate desenvolvido pelos neokantianos foi de profunda influência na Alemanha e no desenvolvimento metodológico das Ciências Sociais em geral. Foi, em boa medida, o debate que culminou na posição metodológica weberiana que estabeleceu, enfim, as Ciências Sociais desvinculadas de postulados valorativos, mas este foi o “ponto de chegada”. Aqui, com Dilthey e Windelband encontra-se o meio desse percurso.

Os dois textos citados, ainda que com aspectos antitéticos, tiveram como ponto em comum o exame dos métodos e do status científico da história utilizando os conceitos desenvolvidos por Kant como referência. “A convergência do historicismo com o neokantismo, primeiramente proposta por Dilthey em 1867, agora se tornará a realidade

³⁰ “substitution of the ‘art of acquiring wealth’ by the ‘art of governing people’ assumes the primacy of politics to economics” (Priddat, 1995, p. 17).

dominante” (Beiser, 2012, s/p, tradução própria)³¹. Os neokantianos foram, portanto, aqueles filósofos que utilizavam os arcações teóricos kantianos como fundamento e sua conexão com o historicismo permaneceu daqui até o início do século XX.

De uma perspectiva, o casamento do historicismo com o neo-kantismo na década de 1880 foi perfeitamente natural e inevitável. Foi um casamento de almas gêmeas. Ambos os movimentos surgiram da reação contra o idealismo absoluto, que condenaram por sua construção de sistemas, metafísica e construções a priori. Ambos ficaram horrorizados com a perspectiva do materialismo, que temiam poder minar a moralidade e a religião. E ambos lutavam para estabelecer a autonomia de sua própria disciplina: os neo-kantianos queriam que a filosofia fosse uma ciência independente tanto quanto os historicistas queriam que a história fosse. Em sua demanda por autonomia, ambos os movimentos foram aliados na luta contra o positivismo, que atribuía status científico apenas às disciplinas que seguiam os métodos das ciências naturais. Em última análise, as afinidades entre esses movimentos não são surpreendentes, dado que alguns dos principais historicistas do início do século XIX — Humboldt, Ranke e Droysen — foram grandemente influenciados por Kant. (Beiser, 2012, s/p, tradução própria).³²

Mas essa união, se vista por outros aspectos, pode apresentar elementos mais contraditórios do que de início. O Neokantianismo tinha tradição Iluminista, o que implicava em esforços para manter a centralidade da razão como fonte de princípios universais e necessários para o Direito, a religião, a moral, a arte, etc. Porém, o Historicismo desenvolveu-se contrariando tal ideia. Com uma perspectiva relativista, a Escola Histórica do Direito desenvolveu-se negando um fundamento racional e geral para o Direito. Para o Historicismo, não existiam princípios universais que pudessem ser utilizados e requeridos como fundamento ou explicação seja da moral, da arte, das leis, da cultura. Eles são, por tal ponto, relativos aos seus contextos históricos e somente a História seria capaz de explicar seus fundamentos.

Dadas essas afinidades e tensões, não é surpreendente que a atitude neo-kantiana em relação ao historicismo fosse altamente ambivalente. Por um lado, eles tentaram ajudar o historicismo, fornecendo à história uma base segura. Se pudessem estabelecer a autonomia da história, poderiam conter as pretensões do positivismo, seu inimigo

³¹ “The convergence of historicism with neo-Kantianism first proposed by Dilthey in 1867 will now become the dominant reality” (Beiser, 2012, s/p)

³² From one perspective, the wedding of historicism with neo-Kantianism in the 1880s was perfectly natural and inevitable. It was a marriage of soul-mates. Both movements arose from the reaction against absolute idealism, which they condemned for its system-building, metaphysics and a prioriconstructions. Both were horrified by the prospect of materialism, which they feared could undermine morality and religion. And both were struggling to establish the autonomy of their own discipline: the neo-Kantians wanted philosophy to be an independent science as much as the historicists wanted history to be so. In their demand for autonomy both movements were allies in the struggle against positivism, which ascribed scientific status solely to those disciplines following the methods of the natural sciences. Ultimately, the affinities between these movements are not surprising, given that some of the major historicists of the early nineteenth century—Humboldt, Ranke and Droysen—had been greatly influenced by Kant (Beiser, 2012, s/p).

comum; e poderiam demonstrar o valor duradouro da filosofia crítica pelo seu poder de auxiliar novos desenvolvimentos nas ciências. Por outro lado, no entanto, os neokantianos viam a história como uma ameaça que tinha que ser contida. Pois a história, como todas as disciplinas, tinha uma tendência não apenas à autonomia, mas à hegemonia, ou seja, a reivindicação de que ela sozinha explica toda a realidade. (Beiser, 2012, s/p, tradução própria).³³

Dilthey, em 1867, durante sua aula inaugural na Universidade de Basel, apresentou-se como um kantiano em relação ao problema básico da Filosofia e quanto à sua proposta de solução. Para ele, Kant estava correto quando definia que o problema básico para a Filosofia era atingir conhecimento, assim como estava certo quando propunha que a solução deveria ser limitar o conhecimento à experiência (Beiser, 2012). “Dilthey também apresentou uma concepção perfeitamente kantiana da filosofia: que ela é a ciência da ciência, a investigação epistemológica de segunda ordem sobre a possibilidade da Ciência.” (Ibid, s/p, tradução própria)³⁴.

Acrescentou um adendo à proposição. A Filosofia, como serva das ciências, não poderia ignorar as Ciências Humanas - *Geisteswissenschaften*. O filósofo declarou seu objetivo de fornecer um fundamento epistemológico para as *Geisteswissenschaften* – “*eine erkenntnistheoretische Grundlegung der Geisteswissenschaften*”³⁵ (Beiser, 2012).

É com Dilthey que as tradições historicista e neokantiana convergem pela primeira vez, dando início à sua relação frutífera – embora tensa e frágil – que dominará a tradição historicista até ao seu encerramento na década de 1920. A grande façanha de Dilthey foi tornar o principal problema da tradição historicista – a possibilidade de conhecimento histórico – uma preocupação central de um neokantianismo nascente, um movimento que cresceu rapidamente na década de 1860. [...] Isso alcançaria duas coisas ao mesmo tempo: daria à tradição historicista toda a sutileza e sofisticação da epistemologia kantiana; e alargaria a agenda neo-kantiana, que corria o risco de limitar o seu foco aos problemas epistémicos das ciências naturais e de negligenciar o estatuto rapidamente crescente da história e das ciências sociais. (Beiser, 2012, s/p, tradução própria)³⁶

³³ Given these affinities and tensions, it is not surprising that the neo-Kantian attitude toward historicism was highly ambivalent. On the one hand, they attempted to aid historicism, to provide history with a secure foundation. If they could establish the autonomy of history, they could curb the pretensions of positivism, their common enemy; and they could demonstrate the enduring value of the critical philosophy by its power to assist new developments in the sciences. On the other hand, however, the neo-Kantians viewed history as a threat which had to be contained. For history, like all disciplines, had a tendency toward not only autonomy but hegemony, i.e., the claim that it alone explains all reality (Beiser, 2012, s/p).

³⁴ “Dilthey also put forward a perfectly Kantian conception of philosophy: that it is the science of science, the second-order epistemological investigation into the possibility of Science” (Beiser, 2012, s/p).

³⁵ “uma base epistemológica das humanidades” (Beiser, 2012, s/p).

³⁶ It is with Dilthey that the historicist and neo-Kantian traditions first converge, beginning their fruitful—yet fraught and fragile—relationship that will dominate the historicist tradition until its close in the 1920s. Dilthey's

Quanto à metodologia de Kant, Dilthey fez duas principais críticas: primeiro, ele tinha uma compreensão muito intelectual da experiência e acabou desenvolvendo uma concepção da experiência como contemplativa do mundo, que na verdade era desprendida da experiência concreta; segundo, o ponto de vista transcendental kantiano removeu a história da explicação, uma vez que todo o processo passou a ser explicado por elementos *a priori* existentes em seres humanos transcendentais e autossuficientes. Não era a História que explicava o desenvolvimento dos valores e processos, mas o transcendente. Portanto, a História desenvolvia-se por meio dos elementos *a priori* contidos nestes seres.

Seu pensamento articula-se em torno de três grandes oposições: entre o **mundo histórico** criado pelo homem e a **natureza** não criada por ele; entre a **explicação** dos fenômenos a partir do seu exterior, no caso da natureza, e a **compreensão** interna das obras humanas, no caso da história; e entre o **estudo de segmentos isolados e atomizados** do real, no caso da natureza, e a **apreensão integradora** de formas de vivência nas "ciências do espírito". Por trás disso transparece cada vez mais fortemente o contraste entre a *vida* como fluxo contínuo e infinitamente rico da experiência humana e a *matéria* inerte, convite a abstração ou a ação meramente instrumental. Claro está que tudo isso implica traçar uma linha divisória nítida entre as "ciências da natureza" e as "ciências do espírito" (Cohn, 1979, p.15-16).

Dilthey dedicou-se e foi um importante catalizador na diferenciação que foi desenvolvida dentro das correntes alemãs e, principalmente, dentro do movimento neokantiano, entre as Ciências da Natureza e as chamadas Ciências do Espírito ou da Cultura (Cohn, 1979). “Dilthey estabeleceu como objetivo defender a autonomia das ciências humanas. Ele também desejava demonstrar que essas ciências poderiam ter seus próprios métodos e padrões, independentes da metafísica e das ciências naturais” (Beiser, 2012, s/p, tradução própria)³⁷.

Entender e delimitar os objetos, epistemologias e metodologias de cada área de estudo teve grande relevo e importância para o desenvolvimento das Ciências Sociais e, por lógico, para o debate historicista quando articulado ao movimento Neokantiano figurado pelo autor. Para Dilthey, “o melhor meio de garantir as ciências humanas, de proteger sua autonomia em relação às ciências naturais, era estabelecer a devida distinção entre elas” (Beiser, 2012, s/p,

great feat to make the chief problem of the historicist tradition—the possibility of historical knowledge—a central concern of a nascent neo-Kantianism, a movement rapidly rising in the 1860’ s. [...]This would achieve two things at once: it would give the historicist tradition all the subtlety and sophistication of Kantian epistemology; and it would broaden the neo-Kantian agenda, which was in danger of limiting its focus to the epistemic problems of the natural sciences and of neglecting the rapidly rising status of history and the social sciences. (Beiser, 2012, s/p).

³⁷ “Dilthey made it his goal to defend the autonomy of the human sciences. He too wanted to show that these sciences could have their own methods and standards, independent of metaphysics and the natural sciences” (Beiser, 2012, s/p).

tradução própria).³⁸ Portanto, a autonomia entre as duas ciências era capaz de proporcionar a independência das duas áreas: “a autonomia consistia em estabelecer limites, de modo que cada tipo de ciência pudesse ter seu domínio legítimo, independente das outras” (Ibid, tradução própria)³⁹.

As Ciências do Espírito foram concebidas como aquelas que tinham como objetivo a compreensão dos sentidos mobilizados pelos indivíduos no mundo social dotado pelos valores. “Toda a experiência humana é formada por vivências, e essa experiência é de caráter intrinsecamente histórico” (Cohn, 1979). A noção de compreensão foi pensada por meio da articulação entre três categorias: intersubjetividade, memória e biografia. Todas juntas se tornariam ferramentas para a compreensão dos significados articulados pelos agentes sociais e históricos.

A experiência em sua realidade concreta é tornada coerente pela categoria de significado. Essa é a unidade que, por meio da memória, une o que foi experimentado diretamente ou por empatia. Seu significado não reside em algo externo às experiências, mas está contido nelas e constitui as conexões entre elas. [...] Onde o significado da vida de um indivíduo, de mim mesmo, de outro ou de uma nação reside, não é claramente determinado pelo fato de que existe tal significado. Que ele está lá é sempre certo para a pessoa que o lembra como uma série de experiências relacionadas. Somente no último momento de uma vida, o equilíbrio de seu significado pode ser alcançado, e isso só pode ser feito por um momento, ou por outro que retraça essa vida. Assim, a vida de Lutero recebe seu significado do fato de que ela conecta todos os eventos concretos nos quais a nova religiosidade foi abraçada e estabelecida. Isso, então, forma uma seção no contexto concreto mais amplo do que ocorreu antes e depois. Aqui, o significado é visto em uma forma histórica. Mas também é possível buscar esse significado nos valores positivos da vida. Nesse caso, ele se relaciona com os sentimentos subjetivos. (Dilthey, 1962, p. 74-75, tradução própria).⁴⁰

³⁸ “the best means of securing the human sciences, of protecting their autonomy against the natural sciences, was to make the proper distinction between them” (Beiser, 2012, s/p, tradução própria).

³⁹ “autonomy was a matter of settling boundaries, so that each kind of science could have its rightful domain independent of the other” (Ibid)

⁴⁰ “Experience in its concrete reality is made coherent by the category of meaning. This is the unity which, through memory, joins together what has been experienced either directly or through empathy. Its meaning does not lie in something outside the experiences which gives them unity but is contained in them and constitutes the connections between them. [...] Where the meaning of the life of an individual, of myself, of another, or of a nation, lies, is not clearly determined by the fact that there is such a meaning. That it is there is always certain to the person remembering it as a series of related experiences. Only in the last moment of a life can the balance of its meaning be struck so it can be done only for a moment, or by another who retraces that life. Thus Luther’s life receives its meaning from the fact that it connects all the concrete events in which the new religiousness was embraced and established. This, then, forms a section in the more comprehensive concrete context of what occurred before and afterwards. Here meaning is seen in a historical form. But one can also seek this meaning in the positive values of life. Then it stands in a relation to subjective feelings” (Dilthey, 1962, p. 74-75).

O indivíduo tem natureza cultural, ou seja, social. Assim, a compreensão dos seus valores, que são elementos sociais, passa por entender o contexto histórico e social em que tais valores são formados e que, como consequência, influenciam no seu comportamento. A compreensão desses elementos proporciona a percepção do comportamento. “Dilthey constrói, ao longo de quase meio século, um esquema teórico permeado de ponta a ponta por um motivo básico: a *unidade* para além da diversidade e, sobretudo, uma unidade cuja garantia de existência é a presença do *sentido*.” (Cohn, 1979, p. 16).

O processo de compreensão passa pela História e coloca a natureza humana explicada, dentro das Ciências Sociais, como fruto do processo cultural e do processo histórico. Dilthey pensou o historicismo como o elemento explicativo e necessário para a compreensão do comportamento humano e, com isso, rompeu com a possibilidade kantiana de que o comportamento pudesse ser explicado além do contexto social, no caso de Kant, por elementos transcendentais.

A proposta básica de Dilthey é que a distinção entre as ciências naturais e as ciências sociais-históricas deve ser baseada em dois tipos distintos de experiência. Enquanto as ciências sociais-históricas lidam com a experiência interna, as ciências naturais tratam da experiência externa. A experiência interna é aquilo de que somos conscientes por meio da reflexão, a autoconsciência de nossas próprias atividades, enquanto a experiência externa consiste em nossa percepção sensorial do mundo externo. Como essas formas de experiência são tão diferentes entre si, Dilthey argumenta que elas são suficientes para separar os domínios das diferentes ciências. (Beiser, 2012, s/p, tradução própria)⁴¹.

Influenciado por Kant, que entendia que o limite do conhecimento era a experiência, Dilthey, ao buscar a cientificidade para o campo das Ciências do Espírito, entendendo que o conhecimento científico é aquele que lida com os fenômenos empíricos, diferenciou as duas áreas científicas por duas formas de experiência, e a experiência do sujeito foi definida como o elemento empírico das ciências da cultura. “As ciências sociais e históricas baseiam-se,

⁴¹ “Dilthey's basic proposal is that the distinction between the natural and social-historical sciences should be between two distinct kinds of experience. While the social–historical sciences deal with inner experience, the natural sciences treat outer experience. Inner experience is what we are aware of through reflection, the self-awareness of our own activities, whereas outer experience consists in our sense perception of the external world. Since these forms of experience are so different from one another, Dilthey argues, they suffice to separate the domains of the different sciences” (Beiser, 2012, s/p).

portanto, no que Dilthey chama de ‘fatos da consciência’ (*Tatsachen des Bewußtseins*)” (Beiser, 2012, s/p, tradução própria)⁴².

A consciência está vinculada à experiência interna do sujeito, sua subjetividade. “A vivência aparece, nesse ponto, como algo especificamente social (pela sua dimensão intersubjetiva) e cultural (pela sua dimensão significativa)”. A vivência é um ato de consciência. Ela “propõe e persegue fins num contexto intersubjetivo. Das interações nas múltiplas esferas desse contexto resulta, no decurso do processo histórico, a expressão estruturada dessas vivências” (Cohn, 1979, p. 18).

O processo histórico explica-se como a conexão de muitas consciências que compartilham um sentido subjetivo, que explica as ações dos sujeitos históricos. É a intersubjetividade partilhada pelos atores sociais que explica o sentido do processo histórico; portanto, as ciências do espírito devem olhar para esse aspecto e buscar compreendê-lo.

Esse sistema de interações se distingue da ordem causal da natureza pelo fato de que, de acordo com a estrutura da vida mental, ele cria valores e realiza propósitos; e isso não ocasionalmente, não aqui e ali; pois a mente é estruturada de forma a produzi-los por meio do sistema de interações e compreensão. Eu chamo isso de caráter teleológico imanente do sistema de interações da mente. Com isso, quero dizer uma interação inerente à estrutura de um sistema dinâmico. A vida histórica é criativa; ela constantemente produz bens e valores, e todos os conceitos relacionados a esses são reflexos de sua atividade. (Dilthey, 1962, p. 129, tradução própria).⁴³

Dilthey definiu, com isso, que o que as Ciências Culturais ou do Espírito têm em comum e, portanto, o que constitui seu objeto é a experiência vivida. A partir dos anos 1880, começou a ser um ponto importante do pensamento de Dilthey, e ao qual ele passou a ter o seu nome comumente associado, o desenvolvimento da ideia de ciências da *Verstehen*. “O modelo de compreensão nas ciências humanas toma seu paradigma dessas situações cotidianas: compreender essencialmente significa entender o que alguém está comunicando por meio

⁴² “The social and historical sciences therefore have their foundation in what Dilthey calls ‘facts of consciousness’ (*Tatsachen des Bewußtseins*)” (Beiser, 2012, s/p).

⁴³ This system of interactions is distinguished from the causal order of nature by the fact that, in accordance with the structure of mental life, it creates values and realizes purposes; and this, not occasionally, not here and there; for the mind is so structured as to produce them through the system of interactions and comprehension. I call this the immanent teleological character of the system of interactions of the mind. By this I mean an interaction inherent in the structure of a dynamic system. Historical life is creative; it constantly produces goods and values and all concepts of these are reflections of its activity (Dilthey, 1962, p. 129).

de palavras e gestos, ou o que estão tentando fazer em suas ações.” (Beiser, 2012, s/p, tradução própria)⁴⁴.

[...] compreensão ou decifração dos sistemas significativos gerados na existência histórica, através de uma caminhada contra a corrente, que vai do resultado ao processo da sua criação. O conhecimento do mundo cultural não se distingue daquele do mundo natural apenas porque é feito "a partir de dentro" e não pela observação e formação de hipóteses externas ao objeto. Importa também lembrar que a relação entre as partes e o todo nos sistemas culturais e intrinsecamente significativa. O seu caráter fundamental é que ela se dá pela presença do significado tanto na interação particular quanto na expressão objetiva dos seus resultados, permeando, portanto, a parte e o todo (Cohn, 1979, p. 20).

A possibilidade de compreensão das ações de outros indivíduos dá-se porque partilhamos, com eles, o contexto social e a constituição da mente. As atividades acontecem no espaço público então são objetivadas em um espaço comum. Uma ação é uma objetivação das subjetividades. E porque partilhamos elementos das subjetividades, somos capazes de compreender as ações que se tornam objetivas. "Estou envolvido nas interações da sociedade porque seus diversos sistemas se cruzam em minha vida. Esses sistemas surgiram da mesma natureza humana que eu experimento em mim mesmo e compreendo nos outros." (Dilthey, 1962, p. 66, tradução própria)⁴⁵.

Portanto, a compreensão só é possível porque somos sujeitos que partilham subjetividades. Os elementos sociais constituem-se em uma conexão intersubjetiva. “Dilthey argumenta que cada objetivação da mente também revela ou incorpora algo público, algo comunal [...]. Cada indivíduo vive, pensa e age em uma esfera comunitária, e ele compreende o outro apenas porque ambos vivem e habitam o mesmo espaço público.” (Beiser, 2012, s/p, tradução própria)⁴⁶.

Em toda relação permanente entre indivíduos ocorre um desenvolvimento no qual valores, regras e propósitos são produzidos, tornados conscientes e consolidados por processos de pensamento. Esta atividade produtiva que ocorre em indivíduos, comunidades, sistemas culturais e nações sob condições naturais que fornecem

⁴⁴ “The model of understanding in the human sciences takes its paradigm from these ordinary situations: understanding is essentially comprehending what someone is communicating through words and gestures, or what they are attempting to do in their actions” (Beiser, 2012, s/p).

⁴⁵ “I am involved in the interactions of society because its various systems intersect in my life. These systems have sprung from the same human nature as I experience in myself and understand in others.” (Dilthey, 1962, p. 66).

⁴⁶ “Each objectification of the mind, Dilthey argues, also reveals or embodies something public, something comunal [...]. Each individual lives, thinks and acts in a communal sphere, and he understands another only because both live and dwell in the same public space.” (Beiser, 2012, s/p).

constantemente material e estímulo, alcança a autoconsciência nos estudos humanos (Dilthey, 1962, p. 129, tradução própria)⁴⁷

O processo de compreensão, na forma como entendido por Dilthey, dá-se pela compreensão dos significados simbólicos. É a apreensão de uma totalidade significativa da qual o indivíduo é agente produtor e na qual é produzido dos significados individuais que se relacionam com a totalidade, ou seja, a tarefa das Ciências do Espírito está voltada para a compreensão das totalidades e não para a compreensão de processos psicológicos individuais (Cohn, 1979). “O processo de compreensão é entendido como o de uma decifração, de uma interpretação enfim, cujos procedimentos estão submetidos as regras da hermenêutica” (Ibid, p. 26-27).

Wilhelm Windelband (1848–1915) foi outro grande nome do movimento alemão definido como neo-kantianismo. Ele também desenvolveu uma aliança entre o kantismo e o historicismo, aliando-os em um esquema de pensamento, embora, no caso de Windelband, não tão sistematizado filosoficamente, mas nem por isso, menos influente. O Historicismo influenciou-o na compreensão de que cada sistema filosófico é produto de sua Era e de sua cultura e o kantianismo mostra que há uma dimensão do pensamento que transcende sua realidade histórica.

Sua filosofia transcendental e, quanto aos resultados, a coerência dos princípios de tudo o que hoje resumimos sob O nome de cultura. Examinam-se nela os fundamentos conceituais do saber, da moral, do direito, da história, das artes, da religião, tendo em vista encontrar o que nelas haja de evidência intrínseca, independente de toda captação empírica pela consciência individual ou mesmo pela consciência histórica comum, de tal modo que sejam válidos para todos os lugares e todos os tempos. Assim, e não de outro modo, deve ser interpretado o apriorismo kantiano (Windelband, 1949: 198 *apud* Cohn, p. 57).

A conexão entre Kant e o Historicismo aparece fortemente na descrição de Windelband da História como sendo uma conexão entre o mundo natural e o mundo normativo. Isso apareceu em seu pensamento em 1904 em “*Nach hundert Jahre*”. “Windelband chega a essa conclusão ao refletir novamente sobre a pergunta que ele primeiro formulou em ‘*Normen und Naturgesetzen*’: a saber, ‘Qual é a relação entre o normativo e o natural?’ ‘Em que sentido as normas são realizadas no mundo natural?’ Isso, é claro, era o problema de Kant. [...]” (Beiser,

⁴⁷“In every permanent relationship between individuals a development in which values, rules and purposes are produced, made conscious and consolidated by processes of thought, takes place. This productive activity which occurs in individuals, communities, cultural systems and nations under natural conditions which constantly provide material and stimulation, achieves self-consciousness in the human studies” (Dilthey, 1962, p. 129).

2012, s/p, tradução própria)⁴⁸. Mas, diferentemente de Kant que entendia a noção de desenvolvimento como natural e orgânica, Windelband entendeu-a como histórica.

O Historicismo acabou trazendo ao autor alguns dilemas teóricos, assim como trouxe aos neokantianos em geral pelas contradições intrínsecas que as duas correntes de pensamento impõem uma à outra em certos aspectos de sua estrutura explicativa:

Se Windelband estava comprometido em tornar a história uma ciência, ele não estava menos determinado a combater o historicismo. Muito estava em jogo nessa luta. Se o historicismo fosse verdadeiro, não haveria sentido ou valor para a filosofia. Windelband endossou a visão clássica da filosofia como reflexão crítica sobre os valores e crenças de sua própria época. No entanto, tal reflexão pressupõe, em sua visão, algum ponto de vista universal superior para avaliar esses valores e crenças, algum padrão eterno da razão para avaliá-los. (Beiser, 2012, s/p, tradução própria)⁴⁹.

O comprometimento com o kantianismo fundamentou uma perspectiva de valor transcendental e universal. Por outro lado, todo o desenvolvimento do Historicismo tenta romper com as noções de universalidade, dilema ao qual Windelband não trouxe solução e que, pelo contrário, deixou algumas lacunas no seu pensamento. Mas tais questões não fizeram do autor menos comprometido com o desenvolvimento de uma ciência histórica. Esta seria justamente aquela que faria a análise dos valores e, para Windelband, “valores só podem ser atribuídos a fenômenos que são únicos e incomparáveis em sua individualidade” (Oakes, 1988, p.43, tradução própria)⁵⁰. Isso o levou a desenvolver uma diferenciação que foi uma das suas grandes marcas de sua contribuição para o debate: a diferenciação entre ciências nomotéticas e ciências ideográficas.

Portanto, podemos afirmar que as ciências empíricas buscam no conhecimento da realidade tanto o geral na forma da lei natural quanto o particular na forma historicamente determinada [*Gestalt*]. Elas consideram, por um lado, a forma perene, e, por outro, o conteúdo único, determinado em si mesmo, de um acontecimento atual. Uma parte abrange as ciências da lei, enquanto a outra aborda as ciências dos eventos;

⁴⁸ “Windelband comes to this conclusion by pondering again the question he first posed in ‘*Normen und Naturgesetzen*’: namely, ‘What is the relation between the normative and the natural?’ ‘In what sense are norms realized in the natural world?’ That, of course, was Kant's problem [...]” (Beiser, 2012, s/p).

⁴⁹ “If Windelband was committed to making history a science, he was no less resolved to do battle against historicism. Much was at stake in this struggle. If historicism were true, there would be no point or value to philosophy at all. Windelband endorsed the classical view of philosophy as critical reflection on the values and beliefs of one's own age. But such reflection presupposes, in his view, some higher universal standpoint to appraise these values and beliefs, some eternal standard of reason to evaluate them” (Beiser, 2012, s/p).

⁵⁰ “values can be ascribed only to phenomena that are unique and incomparable in their individuality” (Oakes, 1988, p.43).

a primeira ensina o que sempre é, e a segunda, o que já foi. Se pudermos recorrer a neologismos, podemos dizer que o pensamento científico é, em um caso, nomotético, e, no outro, idiográfico. Se mantivermos as expressões usuais, podemos falar ainda, nesse sentido, da oposição entre as ciências naturais e as disciplinas históricas, desde que tenhamos em mente que, nesse sentido metodológico, a psicologia deve ser considerada, sem dúvida, entre as ciências naturais. (Windelband, 1998, p. 13, tradução própria)⁵¹.

A ciência histórica, por ter como substrato as particularidades e individualidades, é, na divisão de Windelband, uma ciência ideográfica. Os valores como incomparáveis e individuais só podem ser estudados de forma particularizante. O objetivo de compreensão dos valores e seu estudo crítico “não pode ser satisfeita pela ciência natural, que abstrai das propriedades únicas e qualitativamente distintas dos fenômenos reais, a fim de revelar as leis das quais eles dependem” (Oakes, 1988, p. 44, tradução própria)⁵². Portanto, “o interesse da Ciência histórica é ideográfico”, pois “o propósito do conhecimento é compreender as propriedades distintivas do próprio evento único” (Ibid, p.44, tradução própria)⁵³. As Ciências Naturais buscam leis gerais, são nomotéticas, enquanto as ciências históricas buscam as individualidades e são, portanto, ideográficas.

A influência das posições dos neokantianos será retomada na tese na apresentação das formulações epistemológicas de Max Weber e, também, nas posições de Menger e Hayek. Hayek foi um crítico do relativismo dos neokantianos, mas nas suas posições sobre as Ciências Sociais, analisadas neste trabalho, percebe-se uma grande influência dessas compreensões sobre o comportamento social dotado de valor e desse comportamento como sendo o objeto de estudo das Ciências Sociais.

Heinrich Rickert (1863-1936), influenciado por Kant, entrou nesse debate que transpassou história e valores entendendo que, quanto ao mundo natural, o apriorismo kantiano já havia fornecido uma resposta explicativa satisfatória; portanto, restava a necessidade de explicar como os conceitos relacionavam-se com o mundo histórico (Cohn, 1979). “O problema

⁵¹ “So we may say that the empirical sciences seek in the knowledge of reality either the general in the form of the natural law or the particular in the historically determined form [*Gestalt*]. They consider in one part the everenduring form, in the other part the unique content, determined within itself, of an actual happening. The one comprises sciences of law, the other sciences of events; the former teaches what always is, the latter what once was. If one may resort to neologisms, it can be said that scientific thought is in the one case nomothetic, in the other idiographic. If we hold to the customary expressions, we may speak further in this sense of the opposition of the natural science and historical disciplines, provided that we bear in the mind that in this methodological sense psychology is by all means to be numbered among the natural sciences” (Windelband, 1998, p. 13).

⁵² “cannot be satisfied by natural science, which abstracts from the unique and qualitatively distinctive properties of real phenomena in order to disclose the laws on which they depend” (Oakes, 1988, p. 44).

⁵³ “interest of historical Science is idiographic”, pois “the purpose of knowledge is to comprehend the distinctive properties of the unique event itself” (Ibid, p.44)

básico para Rickert consiste em vincular o existente ao **sentido** da sua existência a partir de uma perspectiva não formal, mas dotada de um conteúdo: precisamente o dos **valores**.” (Ibid, p.60-61).

Rickert estava, então, reelaborando ideias desenvolvidas por Kant sobre a razão prática, pois, para Kant, “o conhecimento do mundo não lhe confere nenhum valor de per si, mas apenas quando envolve a ideia de um **fim**” (Ibid, p. 60). A existência de “finalidade” pressupõe a existência de um “interesse” e este é o impulsionador da vontade de conhecer. “É pelo interesse que a razão se torna prática, ou seja, ‘causa determinante da vontade’” (Ibid, p. 60).

Tais interesses, aplicando-se o raciocínio kantiano, terão de ser buscados pelas ciências históricas. Rickert estabelece que eles são “vigência de **valores** universais e incondicionais” (Ibid, p. 60).

Essa concepção o levou, num certo momento da elaboração de seu pensamento, a conceber a ideia da definição de um sistema de valores universais que pudessem desempenhar, em relação ao conhecimento histórico, o papel das categorias a priori; no conhecimento da natureza em Kant. A impossibilidade de derivar esse sistema da multiplicidade de manifestações empíricas de valores no mundo histórico levou-o a abandonar esse projeto, mas não conduziu a rejeição do princípio de que os valores universais e suas formas historicamente dadas de realização constituem dois universos distintos (Cohn, 1979, p.61).

Os primeiros trabalhos de Rickert — *Die Grenzen der naturwissenschaftlichen Begriffsbildung* (1896), *Kulturwissenschaft und Naturwissenschaft* (1899) and *Die Probleme der Geschichtsphilosophie* (1905) — davam conta da possibilidade de uma ciência da História e para isso o autor investigou as condições do conhecimento histórico (Beiser, 2012). Em “*Die Probleme der Geschichtsphilosophie*”, ele fez uma distinção entre dois objetivos epistêmicos: saber o que as coisas diferentes têm em comum e as individualidades e singularidades.

Os dois interesses levaram ao desenvolvimento de dois métodos científicos: um é generalizador; o outro é individualizador (Beiser, 2012). “Essa diferença básica nos interesses epistêmicos deve determinar a distinção entre as ciências históricas e naturais. O interesse generalizante é característico das ciências naturais, enquanto o interesse individualizante é característico das ciências históricas” (Ibid, s/p, tradução própria)⁵⁴.

⁵⁴ “This basic difference in epistemic interests should determine the distinction between the historical and natural sciences. The generalizing interest is characteristic of the natural sciences, whereas the individualizing interest is characteristic of the historical sciences” (Beiser, 2012, s/p).

Na segunda edição de “*Die Grenzen der naturwissenschaftlichen Begriffsbildung*”, Rickert defendeu tanto uma ciência dependente de valor quanto a possibilidade de uma ciência objetiva. Para ele não existia intrinsecamente uma tensão entre essas duas doutrinas, pois os valores que determinariam o conhecimento seriam somente teóricos e não práticos. O valor teórico está voltado somente para a verdade, enaltecendo o conhecimento apenas por ele próprio (Beiser, 2012; Rickert, 1986).

Em “*Die Grenzen*” surgiu um problema teórico ao qual Rickert dispõe-se a tentar solucionar. Foi o que ele denominou de “*hiatus irrationalis*” (Oakes, 1988). Segundo ele, seria necessário seguir cinco elos de uma cadeia de raciocínio para alcançar essa solução: uma concepção da imanência da realidade; uma crítica de um realismo epistemológico; uma teoria dos interesses e métodos cognitivos; análise dos limites da formação de conceitos nas Ciências Naturais; critério de demarcação para distinguir a ciência natural da histórica ou cultural (Ibid).

Primeiro, sobre a imanência da realidade, entendia-se que a realidade como um todo é infinita e por isso ela não poderia ser exaustivamente incorporada à experiência. Isto levaria a uma impossibilidade de realizar-se um levantamento total da realidade. A realidade como um todo seria, portanto, irracional, uma vez que não existe nenhum critério capaz de definir o que seria um conhecimento da realidade por inteiro (Oakes, 1988). “Percebemos a realidade como infinita e, portanto, além dos poderes cognitivos de nossas mentes finitas” (Ibid, p. 55, tradução própria)⁵⁵.

Segundo, a crítica do realismo epistemológico desenvolveu-se como consequência da tese anterior, da imanência da realidade. Rickert afastou o realismo epistemológico a partir de dois pontos: análise do conceito e do ato cognitivo de julgar e análise do objeto do ato. “Os conceitos são formados por julgamentos, e os julgamentos são atos de afirmar ou negar. [...] O objeto sobre o qual um julgamento toma uma posição e ao qual a verdade é atribuída é um valor. Valores não podem ser ditos existir, nem estão dentro do domínio da realidade” (Oakes, 1988, p.61, tradução própria)⁵⁶.

Terceiro, a teoria dos interesses e métodos cognitivos. Dada a irracionalidade da realidade, o conhecimento dessa só seria possível por meio de conceitos, entendidos por Rickert como “instrumentos para o conhecimento”, que simplificam e reformulam a realidade. Quarto,

⁵⁵ “We perceive reality as infinite and thus beyond the cognitive powers of our finite minds” (Oakes, 1988, p. 55).

⁵⁶ “Concepts are formed by judgments, and judgments are acts of affirming or denyng. [...] the object on which a judgment takes a position and to which truth is ascribed is a value. Values cannot be said to exist, nor do they fall within the domain of reality” (Oakes, 1988, p.61).

os limites dos conceitos nas Ciências Naturais. O objetivo das ciências da natureza é encontrar leis gerais e estas leis não podem ser ideias gerais reduzíveis a percepções. “[...] É a generalidade de um julgamento que transforma a realidade por meio de conceitos que são válidos para a realidade precisamente porque não reproduzem suas propriedades” (Oakes, 1988, p.65, tradução própria)⁵⁷; portanto, o limite na utilização dos conceitos nas ciências da natureza é estabelecido pela realidade empírica e suas próprias características.

Quinto, e último, o critério de demarcação de Rickert não é ontológico e o autor não segue Windelband neste aspecto. O critério é axiológico... “as ciências naturais e as ciências históricas são diferenciadas com base em duas teorias irreduzivelmente diferentes que exigem diferenças correspondentes na formação de conceitos” (Oakes, 1988, p.71, tradução própria)⁵⁸.

Sua preocupação, tal como a de Windelband, era a de fundamentar uma concepção de ciências histórico-culturais que fosse imune tanto ao historicismo quanto ao positivismo. Ao mesmo tempo que ele sustenta que "a Filosofia sempre terá que combater o historicismo como visão do mundo" (Rickert, 1961: 26), ele repele a ideia da existência de leis ou regularidades gerais na história e, numa clara manifestação de suas preocupações antipositivistas, proclama que "a afirmação da 'unidade do método científico' contradiz de modo absoluto os fatos" (Rickert, 1961: 53). Aqui se encontra a raiz do seu afã por separar os domínios das ciências naturais e históricas [...]apesar de todos os seus esforços para evitar o próprio termo "espírito", porque poderia evocar o "espírito absoluto" hegeliano (ou a noção correspondente em Dilthey) ele acaba chegando perigosamente próximo do historicismo. Isso ocorre porque, a despeito de todos os seus esforços em contrário, ele tende a transferir os sistemas de valores universais a priori que buscava definir no início da sua reflexão para a própria realidade empírica. Os valores que conferem significado ao objeto e orientam a sua seleção pertencem ao próprio objeto, ainda que como expressão de valores universais que o transcendem. O objeto (a cultura) individual e intrinsecamente significativa (Cohn, 1979, p. 63).

Valores desempenham um papel ontológico de destaque no pensamento de Rickert. Eles são o elemento que caracteriza a História e o que a diferencia do mundo natural. Toda a concepção de Rickert desenvolvida em sua teoria do valor é inspirada na noção normativa de conhecimento do Kant (Beiser, 2012). Mas a aliança entre Kant, o historicismo e os critérios científicos deixam dilemas intransponíveis e não resolvidos pelos neokantianos.

O estudo da história que marca boa parte do pensamento alemão, discutido nesse ponto de Kant a Rickert, vai da compreensão do processo histórico como um elemento da natureza e que, sendo natural, apresenta-se de forma universal para a espécie humana e, em boa medida,

⁵⁷ “[...] It is the generality of a judgment that transforms reality by means of concepts that are valid for reality precisely because they do not reproduce its properties” (Oakes, 1988, p.65)

⁵⁸ “natural science and historical Science are differentiated on the basis of two irreducibly different theoretical that require corresponding differences in concept formation” (Oakes, 1988, p.71).

independente das variações individuais dos sujeitos, ou seja, a história tem as características de uma lei da natureza, a história compreendida como um processo eminentemente individual e único e que só é entendido pelos significados e valores culturais e sociais. Estes serão encontrados nas subjetividades que dão sentido ao comportamento individual. A História é, então, um processo social somente explicado e compreendido por meio dos valores.

Isso levou à discussão de uma metodologia própria das Ciências Sociais, entendida como uma ciência voltada para os valores e que, por isso, precisava ser pensada com critérios científicos diferentes dos referentes à Ciência da Natureza; portanto, esta não pode ser utilizada como parâmetro para a definição científica dessa área. Esses critérios de definição das Ciências Sociais e a demarcação de seu objeto como o comportamento vinculado a valor são pontos importantes para o objetivo que se pretende atingir nesse trabalho, pois, como se discutirá mais adiante, Hayek incorporou muitos desses elementos nas suas discussões sobre Ciência. Passa-se, agora, à discussão teórica sobre a conexão mais específica entre a Escola Histórica e a Escola Austríaca.

3.2 ESCOLA HISTÓRICA ALEMÃ E GUSTAV VON SCHMOLLER

Na Alemanha, desde meados do século XIX, o pensamento historicista vinha exercendo influência considerável no ambiente intelectual. O contexto da própria sociedade alemã confluía para estimular tal forma de pensamento. Gustav von Schmoller foi a expressão do que ficou conhecido como Nova Escola Histórica, dando continuidade à geração de Wilhelm Roscher, Bruno Hildebrand e Karl Knies, representantes da chamada Antiga Escola Histórica, junto de Bücher, Brentano, Held, Knapp, Conrad e Herkner.

Seu pensamento trouxe algumas críticas aos representantes da Antiga Escola, principalmente a Roscher. “O Professor Schmoller ingressou no campo cedo, nos anos sessenta, como um crítico dos objetivos e ideais então em voga na economia” (Veblen, 1901, p. 72-73, tradução própria)⁵⁹. A inserção de Schmoller no embate acadêmico deu-se em meio às críticas compartilhadas com a Antiga Escola aos economistas clássicos, ao racionalismo, às teorias e leis gerais, mas, também, em meio às críticas a esta por ainda fazer generalizações em demasia nas suas análises. “Seu protesto não se dirigia apenas aos métodos e resultados dos escritores clássicos, mas também às visões professadas pelos líderes da escola histórica, tanto no que diz

⁵⁹ “Professor Schmoller entered the field early, in the sixties, as a protestant against the aims and ideals then in vogue in economics” (Veblen, 1901, p. 72-73).

respeito ao escopo da ciência quanto ao caráter das leis ou generalizações buscadas pela ciência” (Veblen, 1901, p. 72-73, tradução própria)⁶⁰.

A chamada escola histórica anterior frequentemente tentou usar os resultados da história geral muito rapidamente para fins teóricos; hoje percebemos que monografias trabalhosas em história econômica constituem apenas o alicerce sobre o qual se torna possível compreender a história do ponto de vista da economia política e da política social e colocar a teoria econômica em uma base empírica adequada. É precisamente por essa razão que não foram os esforços gerais de Roscher e Hildebrand em direção a um tratamento histórico dos problemas econômicos, mas sim as monografias históricas de um período posterior, que inauguraram uma nova época na evolução da ciência econômica. (Schmoller 1946, 523 *apud* Caldwell, 2004, p.52, tradução própria)⁶¹.

Nesse contexto social e acadêmico alemão, Schmoller desenvolveu um pensamento econômico influenciado pelo nacionalismo e por objetivos práticos de oferecer soluções para os problemas econômicos nacionais, aliando uma compreensão da economia atrelada a princípios éticos. O estudo e desenvolvimento da economia, uma vez que o comportamento econômico, enquanto comportamento social, acontece motivado por valores, é inerente aos princípios éticos.

Gustav von Schmoller, líder da jovem Escola Histórica Alemã e do Verein für Sozialpolitik, combinou explicitamente ética e história. Para Schmoller, a ética conferia significado e direção à pesquisa histórica em economia. A ética, o conhecimento de um guia para ação, não deve apenas se basear em um princípio geral e abstrato da filosofia moral, mas também deve ser aplicável a casos individuais e concretos de política social para o desenho de instituições ou organizações. Em outras palavras, a ética integrou as duas raízes separadas da economia, ou seja, a filosofia e a política, e essa integração foi tentada a partir de uma perspectiva histórica (Shionoya, 2005, p. 14, tradução própria)⁶².

⁶⁰ “His protest ran not only against the methods and results of the classical writers, but also against the views professed by the leaders of the historical school both as regards the scope of the science and as regards the character of the laws or generalizations sought by the science” (Veblen, 1901, p. 72-73)

⁶¹ “The earlier so-called historical school has often attempted to use the results of general history too quickly for theoretical purposes; today we realize that laborious monographs in economic history constitute only the foundation upon which it becomes possible to comprehend history from the point of view of political economy and social policy and to put economic theory upon an adequate empirical basis. It is precisely for this reason that it was not the general efforts of Roscher and Hildebrand in the direction of a historical treatment of economic problems, but the historical monographs of a later period which opened a new epoch in the evolution of economic Science” (Schmoller 1946, 523 *apud* Caldwell, 2004, p.52).

⁶² “Gustav von Schmoller, the leader of the younger German Historical School and of the Verein für Sozialpolitik, who explicitly combined ethics and history. For Schmoller, ethics gave meaning and direction to historical research in economics. Ethics, the knowledge of a guide for action, must not only be based on a general, abstract principle of moral philosophy, but it must also be applicable to individual, concrete cases of social policy for designing institutions or organizations. In other words, ethics integrated the two separate roots of economics, i.e., philosophy and policy, and the integration was attempted from a historical perspective” (Shionoya, 2005, p. 14).

A “história-ética” de Schmoller significou, dentro da Escola Histórica, uma especificidade em relação aos seus antecessores. Este foi um referencial importante de seu pensamento, pois a ética caminhava junto com a História, e sua importância foi justificada pela centralidade que a construção dos valores representava para o fazer histórico. “A ética conferiu significado e direção à pesquisa histórica na economia de Schmoller” (Shionoya, 2005, p. 22-23, tradução própria)⁶³.

Uma discussão histórica sobre a economia deve levar em consideração que as instituições econômicas estão incorporadas na moral, costumes e valores. Esses elementos tornam-se fatos quanto à constituição das instituições. “No cerne do programa de Schmoller está sua preocupação com a justiça, e tanto na abertura quanto no encerramento de seu *Grundriss*, ele identifica o escopo da economia como inseparavelmente ligado ao bem-estar da sociedade” (Betz, 1995, p. 96, tradução própria)⁶⁴.

Não deixa de haver, na abordagem ética de Schmoller, uma compreensão de que a economia, além de ser fruto de um comportamento humano que é explicado por valores éticos, como uma ciência que de forma prática vai lidar com a vida das comunidades, deve buscar eticamente certos princípios como o desenvolvimento e a justiça da sociedade. Ou seja, seu programa incorporou a ética como fator explicativo do comportamento econômico e como objetivo da atividade prática econômica.

Todas as atividades econômicas, argumenta ele, têm suas raízes nos motivos do homem (*Triebe*), sentimentos e necessidades, ou seja, em sua psique. Uma vez que os sentimentos de prazer e dor são a base e o gatilho final de toda ação humana, a psicologia, como elo necessário entre as ciências naturais e culturais, assume um papel estratégico. Ela, juntamente com a ética, ajuda a fornecer uma explicação de como os desejos e motivos individuais se desenvolvem em forças coletivas e “fenômenos de massa”, como costumes, moral e lei. É por meio dessa inter-relação entre o indivíduo e a sociedade que o aspecto psicológico se desenvolve no âmbito ético, formando um *ethos* compartilhado e uma hierarquia de objetivos, refletidos nas instituições socioeconômicas e políticas como relações de propósito (*Zweckzusammenhänge*) (Betz, 1995, p. 97-98, tradução própria)⁶⁵.

⁶³ “Ethics gave meaning and direction to historical research in Schmoller’s economics” (Shionoya, 2005, p. 22-23).

⁶⁴ “At the heart of Schmoller’s programme is his concern for justice and in both opening and concluding his *Grundriss* he identifies the scope of economics as being inseparably tied in with the well-being of society” (Betz, 1995, p. 96).

⁶⁵ “All economic activities, he argues, are rooted in man’s motives (*Triebe*), feelings and needs, i.e., his psyche. Since feelings of pleasure and pain are the basis and ultimate trigger of all human action, psychology, the necessary link between the natural and cultural sciences, assumes a strategic role. It and ethics help provide an explanation of how individuals’ desires and motives develop into collective forces and ‘mass phenomena’ such as customs, morals and law. It is through this interrelation between the individual and society that the psychological develops into the ethical, a shared *ethos* and a hierarchy of goals as reflected in socio-economic and political institutions as relations of purpose (*Zweckzusammenhänge*)” (Betz, 1995, p. 97-98).

Para Schmoller, “o comportamento econômico e as instituições econômicas não devem ser derivados apenas de fenômenos de valor”, mas também “do poder psicológico em geral, do sentimento e do instinto, de ideias éticas, e o comportamento econômico deve ser apreendido no quadro da moral, dos costumes e da lei” (Schmoller 1911, 448 *apud* Shionoya, 2005, p. 22-23, tradução própria)⁶⁶.

Dentro disso, o programa de pesquisa “histórico-ético” de Schmoller possui três características mais significativas: primeiro, a moral à qual se refere no estudo histórico é a compreendida como um fato histórico objetivo; segundo, ao tratar desses juízos de valor factuais, ele fazia referência a juízos que fossem universalmente válidos para a sociedade, que fossem compartilhados por todos os seus membros e tivessem como interesse a comunidade; terceiro, a abordagem ética de Schmoller não tem como objetivo apenas conhecer os valores morais enquanto fatos históricos, mas apresenta também uma perspectiva teleológica (Ibid).

A investigação teleológica é um método importante, diz Schmoller, pois “abrange a totalidade dos fenômenos, cujas relações causais internas ainda não são conhecidas, como um todo. É semelhante a uma investigação sistemática na medida em que esta sistematiza e apreende o total dos fenômenos ou a verdade de forma consistente” (Schmoller 1911, 437 *apud* Shionoya, 2005, p. 24, tradução própria)⁶⁷.

A teleologia de Schmoller serviu de base para a sua leitura evolucionista de um processo de desenvolvimento que se dava por meio das interações entre a moral e as instituições. Essa explicação teleológica do processo de desenvolvimento baseava-se em alcançar no futuro um objetivo almejado (Shionoya, 2005). A sua noção teleológica era aliada com uma compreensão empírica de ética. Isso se deu de duas formas: entendendo que é um fato inegável que os valores determinam a ação humana e que a teleologia será o princípio organizador da investigação social (Ibid).

A natureza da teleologia em Schmoller é bastante importante na avaliação do seu método ético, mas tem sido pouco notada. Da perspectiva teleológica kantiana, presume-se que a sociedade tenha certos fins que são explicados como se as ações humanas e os sistemas sociais pudessem funcionar espontânea e reciprocamente para alcançar esses fins com base na relação teleológica entre fins e meios. Se uma sociedade pode ser considerada como uma entidade unificada com os seus próprios

⁶⁶ “economic behavior and economic institutions should not be derived only from value phenomena”, mas também “from psychological power in general, from sentiment and instinct, from ethical ideas, and economic behavior should be grasped in the framework of morals, custom, and law” (Schmoller 1911, 448 *apud* Shionoya, 2005, p. 22-23).

⁶⁷ “it grasps the total of phenomena, whose inner causal relations are not yet known, as a whole. It is similar to a systematic investigation insofar as the latter systematizes and grasps the total of phenomena or truth consistently” (Schmoller 1911, 437 *apud* Shionoya, 2005, p. 24).

fins – por outras palavras, se o holismo pode ser assumido –, uma investigação teleológica é útil para fazer uma estimativa do mundo que nos rodeia em termos da relação entre fins e meios. Uma vez que os valores morais devem governar a sociedade como um todo, a teleologia é eficaz no estudo de organizações institucionais que incorporam a ética” (Shionoya, 2005, p.7, tradução própria)⁶⁸.

No contexto nacional alemão, as ideias defendidas pelos economistas ingleses, como Adam Smith, foram entendidas como inadequadas para a compreensão do processo histórico e social. Isto se explica, entre outros fatores, por a Alemanha apresentar à época uma economia majoritariamente colonial. “A sua ênfase na investigação histórica baseava-se numa nova concepção de economia, uma economia orientada para a política: opunham-se politicamente tanto à economia *laissez-faire* como à economia marxista.” (Shionoya, 2005, p. 14, tradução própria)⁶⁹.

Especificamente referindo-se ao pensamento de Adam Smith, Schmoller criticou a sua intenção de aplicar a mesma fórmula para todos os povos e nações de forma indiscriminada, desconsiderando os elementos específicos de cada nação, como a língua, a cultura, as instituições etc. Ele, Adam Smith, disse Schmoller: “apesar do conhecimento das diferenças humanas e nacionais, desejava, como analista político, aplicar para todos os tempos, climas, raças e povos, no que diz respeito à sociedade comercial, a única fórmula de liberdade econômica, um sistema de concorrência incondicional” (Schmoller 1990, p. 138, tradução própria)⁷⁰.

Schmoller pretendia construir a economia somente com base em fundamentos históricos, condenando, explicitamente, todo tipo de fundamentação abstrata sobre as relações econômicas (Brue, 2006). “De fato, Schmoller era tão adverso aos economistas dedutivos que

⁶⁸ “The nature of teleology in Schmoller is quite important in appraising his ethical method but has been little noticed. From the Kantian teleological perspective, society is assumed to have certain ends that are explained as if human actions and social systems might work spontaneously and reciprocally to achieve those ends based on the teleological relationship between ends and means. If a society can be regarded as a unified entity with its own ends—in other words, if holism can be assumed—, a teleological inquiry is useful to make an estimate of the world about us in terms of the relationship between ends and means. Since moral values are to govern society as a whole, teleology is effective in the study of institutional organizations embodying ethics” (Shionoya, 2005, p. 7).

⁶⁹ “Their emphasis on historical research was based on a new conception of economics, a policy-oriented economics: they were politically opposed to both *laissez-faire* economics and Marxian economics.” (Shionoya, 2005, p. 14).

⁷⁰ “in spite of the knowledge of human and national differences, wanted for all that as a political analyst to apply for all times, climates, races and peoples, as far as commercial society was concerned, the single formula of economic freedom, of a system of unconditional competition” (Schmoller 1990, p. 138).

declarou publicamente que os membros da escola ‘abstrata’ não eram qualificados para lecionar em uma universidade alemã” (Ibid, p. 205).

Mas Schmoller reconhecia alguns méritos, além dos deméritos, no trabalho de Adam Smith. Por exemplo, em referência à obra “*The Theory of Moral Sentiments*” (1759), disse Schmoller que: “is the most elevated and most exclusive work of Smith” e, ainda, “Mal consigo me lembrar de um livro que me causou uma impressão tão grande e duradoura na primeira leitura” (Schmoller 1990, p. 135, tradução própria)⁷¹.

Contudo, sobre a análise de Adam Smith do mercantilismo, emitiu críticas duras que desqualificavam totalmente a abordagem smithiana.

Em sua apresentação do mercantilismo, quase tudo é falso ou invertido. Ele sabia muito pouco sobre a construção dos estados europeus e a organização da economia entre 1400 e 1700. Provavelmente, ele não aprendeu nada disso a partir das fontes históricas da época. A maioria de suas citações históricas é derivada dos escritos dos antigos. A importância dos grandes estados centralizados e das economias para o avanço da civilização não lhe ocorreu em nenhum momento. Quando ele fala da bênção da interação entre as pessoas, da competição e das conexões sociais espirituais, ele sempre tem em mente apenas pequenas comunidades, igrejas e seitas, relacionamentos entre vizinhos (Schmoller, 1990, p. 139, tradução própria)⁷².

A crítica de Schmoller à análise de Smith centralizou-se na sua falta de percepção sobre a importância dos organismos sociais e estatais para o desenvolvimento econômico das nações. Existia uma valorização das relações individuais na análise do escocês que não era capaz de explicar historicamente, para Schmoller, o processo de desenvolvimento do mercantilismo.

Em contrapartida, Schmoller desenvolveu um estudo sobre o sistema mercantil na Alemanha, partindo de pressupostos diferentes daqueles adotados por Smith. Segundo ele, “a ideia de que a vida econômica sempre foi um processo dependente principalmente da ação individual, – uma ideia baseada na impressão de que se preocupa apenas com métodos de

⁷¹ “I can scarcely remember a book which made such a great and lasting impression on me at the first reading” (Schmoller 1990, p. 135).

⁷² “In his presentation of mercantilism almost everything is false or reversed. He knew much too little about the European building of the states and the organization of the economy from 1400-1700. He probably did not learn that at all from the historical resources of the time. Most of his historical quotations are derived from the writings of the ancients. The significance of great centralized states and economies for the advancement of civilization dawned on him at no juncture. Where he speaks of the blessing of the interaction of people with one another, of competition, of spiritual social connections, he always has in mind only small communities, small churches and sects, relationships between neighbors” (Schmoller, 1990, p. 139).

satisfação das necessidades individuais, – é errada no que diz respeito a todas as fases da civilização humana” (Schmoller, 1967, p. 3-4, tradução própria)⁷³. A ideia de um processo econômico baseado na ação individual era ainda “mais equivocados quanto mais retrocedemos” (Schmoller, 1967, p. 3-4, tradução própria)⁷⁴.

Seria, então, não a ação individual o átomo explicativo da vida econômica, mas o organismo social composto por todas as suas partes e, no caso do mercantilismo, os elementos territoriais e as cidades foram vistos por Schmoller como organismos que englobavam toda a vida econômica e assumiam um protagonismo no desenvolvimento econômico. Foram os elementos vinculados ao território, entendendo-se aqui as cidades como um elemento territorial que definiram o progresso. “Era agora o organismo territorial que impulsionava o progresso e formava o veículo do desenvolvimento econômico e político. As instituições territoriais tornaram-se agora as principais questões de importância” (Schmoller, 1967, p. 3-4, tradução própria)⁷⁵.

Então, enquanto a vida da religião, da língua, da guerra e da política permanece comum a círculos mais vastos, o centro de gravidade da vida econômica passa para o campo e para a aldeia. Tornam-se os órgãos que durante séculos governam a vida econômica das massas populares. O indivíduo “possui, na forma de casa e quintal, jardim e campos, (apenas o que a comunidade de marca ou aldeia lhe concede: ele e sob as condições que ela permite; ele usa o pasto e a floresta, a pesca, e o terreno de caça nos termos que a comuna (*Gemeinde*) permite; ele ara e colhe conforme a aldeia-comunidade deseja e ordena (Schmoller, 1967 [1884] p. 4-5, tradução própria)⁷⁶.

Em seu estudo sobre o desenvolvimento do mercantilismo na Alemanha, apareceu a defesa da necessidade de que se procurasse o fundamento empírico necessário para a

⁷³ “the idea that economic life has ever been a process mainly dependent on individual action, —an idea based on the impression that it is concerned merely with methods of satisfying individual needs, — is mistaken with regard to all stages of human civilisation” (Schmoller, 1967, p. 3-4).

⁷⁴ “more mistaken the further we go back” (Schmoller, 1967, p. 3-4).

⁷⁵ “It was now the territorial organism that carried progress forward, and formed the vehicle of economic and political development territorial institutions now became the main matters of importance” (Schmoller, 1967, p. 3-4).

⁷⁶ “Then, while the life of religion, of language, of war, and of politics remains common for wider circles, the centre of gravity of economic life passes to the mark and the village. They become the bodies which for centuries rule the economic life of the mass of the people. The individual ‘possesses, in the way of house and yard, garden and fields, (only what the mark- or village-community concedes to: him and under the conditions it allows; he uses the pasture as the wood, the fisheries, and the hunting-ground on such terms as the commune (*Gemeinde*) permits; he ploughs and reaps as the village-community desires and ordains” (Schmoller, 1967 [1884] p. 4-5).

compreensão dos processos econômicos, entendendo que as correntes racionalistas e abstratas não se ancoravam em fatos empíricos em suas análises e que a História tomada como objeto de estudo era capaz de trazer o elemento empírico à economia. “Julgar como economistas um período histórico inteiro envolve necessariamente uma comparação com o que o precedeu e o que o seguiu; envolve, por assim dizer, nossa compreensão de que ele ocupa um lugar em algum movimento maior de evolução econômica” (Schmoller, 1967, p. 1, tradução própria)⁷⁷.

O autor propôs, então, “construir outras fórmulas, retiradas da história da população, do povoamento do país, da divisão do trabalho, da formação de classes sociais, dos processos de produção ou dos meios de comunicação” (Schmoller, 1967, p. 1, tradução própria)⁷⁸. A partir dos elementos advindos da História seria possível, com efeito, “criação de uma teoria completa do desenvolvimento da humanidade” (Ibid, p. 2, tradução própria)⁷⁹.

Assim como para Savigny o Direito encontrava no povo seu substrato e, portanto, deveria ser compreendido a partir do todo que o compõe: língua, moral, cultural, tradição, para Schmoller, a Economia desenvolvia-se por meio das relações totais de um povo ou nação. As relações totais eram compreendidas como compostas pelos mesmos elementos ressaltados por Savigny. “Schmoller sustentou que a condição básica da cultura humana, da qual a economia faz parte, é um sistema religioso e moral e que a vida econômica não pode ser compreendida sem o conhecimento do desenvolvimento histórico de três normas: costumes, leis e moral” (Shionoya, 2005, p. 14-15, tradução própria)⁸⁰.

A Economia não se desvincula desse todo. Ela é uma das partes da vida de uma nação; portanto, compreendê-la passa por entender esse todo de um povo, e o método histórico entra como ferramenta adequada para situar o estudo na vida empírica dessa nação. Com essa interpretação, amarrou-se a Economia ao cenário histórico específico que a vincula com todas estas outras partes que compõem o processo social e, também, limita-se às explicações econômicas aos casos específicos; afinal, o que explica a realidade na economia de uma nação

⁷⁷ “To pass judgment as economists upon a whole historical period necessarily involves a comparison of it with what preceded and what followed; involves, that is to say, our understanding it as occupying a place in some larger movement of economic evolution” (Schmoller, 1967, p. 1).

⁷⁸ “construct other fórmula, taken from the history of the population, of the settlement of the country, of the division of labour, of the formation of social classes, of the processes of production, or of the means of communication” (Ibid).

⁷⁹ “creation of a complete theory of the development of mankind” (Ibid, p. 2).

⁸⁰ “Schmoller maintained that the basic condition of human culture, of which economy is a part, is a religious and moral system and that economic life cannot be understood without the knowledge of the historical development of three norms: customs, laws, and morals” (Shionoya, 2005, p. 14 -15).

não explica em outra, pois, neste caso, recair-se-ia em abstrações ou generalidades sobre o comportamento, o que Schmoller rejeitava de início.

A abstração e o racionalismo dos clássicos, encarnados na crítica inicial das Escolas Históricas a Adam Smith, levaria a explicações generalizantes sobre o comportamento social, o que, na perspectiva defendida por Schmoller, trazia como consequência explicações que não se baseariam em observações da realidade e, sim, na busca de leis que não existiriam. “Quando as leis não existem, devemos nos contentar com a ampla observação da realidade, a classificação desses materiais e a investigação das causas” (Schmoller, 1888, p. 283-84, tradução própria)⁸¹.

A observação da realidade imporia certos limites à produção de explicações e estes deveriam contentar os pesquisadores uma vez que o objetivo da Economia seria, para o autor, explicar a realidade concreta e fornecer soluções para os problemas da nação. “A economia de hoje atingiu uma concepção histórica e ética de nação e sociedade contrária ao racionalismo e ao materialismo” (Schmoller, 1897, p. 26 apud Shionoya, 2005, p. 13, tradução própria)⁸².

Como Schmoller entendia a Economia vinculada a certos princípios éticos e práticos, ele a via como uma Ciência que tinha como objetivo apresentar soluções para os problemas do Estado ou da nação. A solução de problemas práticos só poderia ser alcançada pelo conhecimento das especificidades da situação. Por isso, também, o método histórico seria o mais correto. “Rejeitando a ‘abstração isoladora’ do homem econômico racional como unilateral, os economistas da escola histórica alemã insistiram que as crenças éticas são um importante determinante do comportamento” (Caldwell, 2004, p.40, tradução própria)⁸³.

O método estava entrelaçado com a função da própria disciplina, que, para Schmoller, estava fundamentada em uma visão ética específica.

Schmoller, como líder do seu grupo [Nova Escola Histórica] fundador, tinha posições bem definidas a respeito do papel da ciência econômica. Ele a concebia como uma espécie de função de assessoria do Estado, na busca da harmonização dos conflitos sociais latentes na sociedade. Competia-lhe, no seu entender, formular "juízos de valor objetivos" acerca das questões do dia, com o que suas conclusões ganhariam estatuto normativo (Cohn, 1979, p.72).

⁸¹ “When laws don’t exist, we must be content with the broad observation of reality, the classification of these materials, and the inquiry of causes” (Schmoller, 1888, p. 283–84, tradução livre).

⁸² “Today’s economics has reached a historical and ethical conception of nation and society contrary to rationalism and materialism” (Schmoller, 1897, p. 26 apud Shionoya, 2005, p. 13).

⁸³ “Rejecting the ‘isolating abstraction’ of rational economic man as one-sided, the German historical school economists insisted that ethical beliefs are an important determinant of behavior” (Caldwell, 2004, p.40).

As posições metodológicas de Schmoller levaram-no a ser personagem de um dos grandes debates que marcou a história das ideias na Alemanha, principalmente no campo econômico, conhecido como *Methodenstreit* ou “Controvérsia do método”. Este evento contrapôs os pensamentos de Schmoller e Carl Menger (1840-1921) e os métodos histórico e teórico.

Em 1883, Menger escreveu um ensaio, “*Untersuchungen über die Methode der Socialwissenschaften und der Politischen Ökonomie insbesondere*” (“*Investigações sobre o Método das Ciências Sociais, com especial referência à Economia*”), em que atacou os métodos da escola histórica e definiu quais seriam, em sua perspectiva, os métodos e objetivos apropriados das Ciências Sociais.

Schmoller faz uma revisão da obra de Menger e a publicou no jornal dirigido por ele, “*Jahrbuch für Gesetzgebung, Verwaltung und Volkswirtschaft im Deutschen Reiche*”. Essa revisão deu origem a uma nova obra de Menger, “*Die Irrthümer des Historismus in der Deutschen Nationalökonomie*” (1884), em que foram reafirmadas suas posições e feitas algumas contraposições às posições de Schmoller e da Escola Histórica. Essa segunda obra não foi revisada pelo periódico de Schmoller e foi devolvida a Menger com uma carta em termos mais pessoais e com críticas mais tensas que foi posteriormente publicada em sua revista (Bostaph, 1978).

Foi-me trazido à atenção há algum tempo, por vários lados, que isto seria, em essência, um ataque contra mim, e uma primeira olhada na primeira página confirma isso para mim [. . .] Jogo todos esses ataques pessoais não lidos na fornalha ou no cesto de lixo, especialmente quando não espero do autor nenhum benefício adicional para mim. Portanto, nunca entro em nenhuma tentativa de aborrecer o público continuando as disputas literárias à maneira polêmica de muitos professores alemães. Não desejo, entretanto, ser tão rude com você a ponto de destruir um livrinho tão bem decorado. Por isso estou devolvendo para você aqui. [Carta de Schmoller no exemplar de devolução à Menger, traduzida por Hayek] (Caldwell, 2004, p. 76, tradução própria)⁸⁴.

A *Methodenstreit* incorporou de forma mais sistemática e “conflitiva” as diferenciações epistemológicas e metodológicas que apareceram desde o início entre a Escola Histórica e os teóricos vinculados ao pensamento anglo-saxão que podem ser sintetizados aqui como vinculados às ideias de Adam Smith. Foi uma discussão entre duas formas de abordagens de

⁸⁴ “It was brought to my attention some time ago, from various sides, that this would, in essence, be an attack on me, and an initial glance at the first page confirms as much to me [. . .] I throw all such personal attacks unread into the furnace or the waste basket, especially when I expect from the author no further benefit for myself. So I never enter into any attempt to bore the public by continuing literary feuds in the polemical manner of many German professors. I do not, however, wish to be so rude to you as to destroy a little book that is so nicely fitted out. Hence I am returning it to you here with. [Carta de Schmoller no exemplar devolvido à Menger, traduzida por Hayek]” (Caldwell, 2004, p. 76).

explicação sobre o comportamento social ancoradas também em duas visões diferentes sobre o objetivo das Ciências Sociais.

A escola austríaca defendia a teoria, a abstração e a dedução. A escola histórica defendia a história, o realismo e a indução. As diferenças nos métodos, por sua vez, resultaram de diferenças fundamentais nas visões de mundo, com a perspectiva cosmopolita e individualista dos austríacos em nítido contraste com a perspectiva nacionalista e coletivista da escola histórica (Meiners; Nardinelli, 1988, p.544, tradução própria)⁸⁵.

A posição de Schmoller como historicista foi a de que as Ciências Sociais deveriam utilizar o método histórico, pois este seria o método capaz de trazer os fundamentos empíricos para a disciplina e fornecer as bases para a compreensão do comportamento social em seu desenvolvimento. A história serviria como o elemento empírico e poderia fundamentar explicações reais de cada caso que se pretendesse compreender, uma vez que não trabalhava com generalizações abstratas sem fundamento empírico e sem elementos da realidade.

Essas diferenças levaram a duas formas de metodologias, dedutiva e indutiva, que foram ponto central da disputa entre Menger e Schmoller. “A revisão de Schmoller é importante em vários aspectos. Em primeiro lugar: Schmoller foi o primeiro a interpretar a orientação exata e empírica da pesquisa científica de Menger nos termos do método abstrato-dedutivo e empírico-indutivo.” (Louzek, 2011, p. 449, tradução própria)⁸⁶.

Schmoller identificava na posição defendida por Menger uma defesa do método dedutivo de explicação. Além disso, ele entendia que os dois métodos que Menger via como possibilidades na pesquisa econômica poderiam ser traduzidos como dedutivos e indutivos: “Os dois caminhos que Menger vê na economia são chamados por ele de realista-empíricos e exatos. Com isso ele quer dizer aquilo que normalmente é chamado de procedimentos indutivos e dedutivos” (Schmoller 1888, p.280 apud Louzek, 2011, p. 449, tradução própria)⁸⁷.

O debate entre os autores acabou sendo influenciado não só pelas suas posições teóricas, mas pelo contexto acadêmico. Schmoller exercia um domínio universitário pelos seus vínculos governamentais neste período, isto lhe dava capacidade de influência nas escolhas para as

⁸⁵ “The Austrian school defended theory, abstraction, and deduction. The historical school defended history, realism, and induction. The differences in methods in turn stemmed from fundamental differences in world views, with the cosmopolitan, individualist outlook of the Austrians standing in sharp contrast to the nationalistic, collectivist outlook of the historical school” (Meiners; Nardinelli, 1988, p.544).

⁸⁶ “Schmoller’s review is important in several respects. Firstly: Schmoller was the first one who interpreted Menger’s exact and empirical orientation of scientific research in the terms of abstract-deductive and empirical-inductive method.” (Louzek, 2011, p. 449).

⁸⁷ “The two paths, which Menger sees in economics, are called realistic-empirical and exact by him. By this, he means that which is usually referred to as inductive and deductive procedures” (Schmoller 1888, p.280 apud Louzek, 2011, p. 449).

universidades, gerando mais visibilidade para profissionais que corroborassem e compartilhassem da visão sobre a importância da utilização do método histórico e da visão ética desenvolvida no programa de pesquisa do autor, tendo como consequência a exclusão de profissionais que estivessem vinculados a outras abordagens.

Nesse cenário, Menger enfrentou dificuldades para estabelecer-se nas universidades alemãs. Com isso, a crítica de Menger à escola histórica acabou recaindo em níveis mais “passionais” em alguns momentos e foi respondida nos mesmos termos.

Menger diz que quem quer leis deve abstrair. Respondemos que, no final, todo o nosso pensamento e cognição são baseados na abstração. Contudo, a questão é abstrair da maneira correta para que nossas abstrações resultem em verdades científicas e não em fantasmas esquemáticos ou escapadas visionárias como é, lamentavelmente, muitas vezes o caso (Schmoller, 1888, p. 283 apud Louzek, 2011, p. 450, tradução própria)⁸⁸.

Tal contexto pode acabar levando à obliteração do entendimento de que existem certos pontos de convergência ou de que esse antagonismo não é de todo insolúvel. Para Schmoller, “os métodos dedutivo e indutivo não estão em conflito entre si; pelo contrário, complementam-se”, uma descrição baseada em dados empíricos ou históricos “é então um pré-requisito para a obtenção de conhecimentos gerais” (Louzek, 2011, p. 449, tradução própria)⁸⁹. Ou seja, os dados históricos são indispensáveis e necessários para um conhecimento sólido, mas isso não significava a impossibilidade de construção de teorias ou abstrações generalizantes, apenas colocava o método indutivo como primeiro passo da análise.

A conclusão contida no segundo livro das Investigações está correta em muitos aspectos. Pode-se também concordar parcialmente com a lista de pecados da escola histórica, mas isso cancela completamente a justificabilidade e os méritos de toda a disciplina científica? Menger é absolutamente incapaz de compreender as causas fundamentais e os méritos da escola histórica porque lhe falta autoridade para fazê-lo. A escola histórica representa um retorno à compreensão científica da realidade, em vez de abstrações vagas que carecem da conexão desejada com a realidade (Schmoller, 1888, p. 287 apud Louzek, 2011, p. 450, tradução própria)⁹⁰.

⁸⁸ “Menger says that who wants laws must abstract. We answer that in the end, all our thinking and cognition is based on abstraction. However, the point is to abstract in the correct manner so that our abstractions result in scientific truths and not schematic phantoms or visionary escapades as is, regrettably, often the case” (Schmoller, 1888, p. 283 apud Louzek, 2011, p. 450).

⁸⁹ “the deductive and inductive methods are not in conflict with each other; rather, they supplement each other”; “is then a prerequisite for obtaining general pieces of knowledge” (Louzek, 2011, p. 449).

⁹⁰ “The conclusions contained in the second book of Investigations are correct in many respects. One could also partly agree with the list of sins of the historical school, but does this completely cancel the justifiability and merits of the entire scientific discipline? Menger is absolutely incapable of understanding the fundamental causes and merits of the historical school because he lacks the authority to do so. The historical school represents a return to the scientific grasp of reality instead of vague abstractions lacking the desired connection to reality” (Schmoller, 1888, p. 287 apud Louzek, 2011, p. 450).

Os pressupostos utilizados para explicar o comportamento econômico, como a busca por satisfação dos próprios interesses, seriam generalizações válidas em contextos econômicos mais simples, mas que se tornavam insuficientes quando aplicadas a economias mais complexas, como no caso de economias nacionais. Nesses casos, para Schmoller, quando fossem aplicados os pressupostos abstratos da busca de satisfação dos interesses individuais, eles serviriam apenas como hipóteses e não como explicações empíricas sólidas.

Quando a presunção da busca pelo próprio interesse foi usada como uma constante aparente para exames de preços em algum momento, isso foi feito para explicar os processos de mercado mais simples. No entanto, é um erro transformar isso em uma regra para pesquisas futuras ou exames de processos econômicos nacionais mais complexos. Em qualquer caso, deve-se sempre estar ciente de que, se alguém usa esse procedimento na **Batalha dos Métodos em Economia**, a ciência baseada em hipóteses sempre fornecerá apenas previsões hipotéticas. No entanto, tais previsões são apenas aparentemente exatas (Schmoller, 1888, p. 281 apud Louzek, 2011, p. 449-450, tradução própria)⁹¹.

A posição metodológica e epistemológica de Schmoller na *Methodenstreit* pode ser melhor compreendida pelos elementos articulados ao longo do desenvolvimento do historicismo e do pensamento histórico alemão, pois a posição dos autores dessa que fundamentaram perspectiva estabeleceu-se sempre em antagonismo às perspectivas abstratas ou universais. Além disso, quando da demarcação da cientificidade das Ciências Sociais, os autores vinculados ao método histórico entenderam que o critério de Ciência para o comportamento social deveria ser aquele individualizante, indutivo ou ideográfico.

Schmoller só fez, no caso da Controvérsia do Método, manter a posição que a Escola Histórica veio desenvolvendo por meio de diferentes autores e em debates anteriores. No próximo ítem, expõem-se os principais argumentos que fundamentaram a outra posição da “Controvérsia”, de Carl Menger.

3.3 ESCOLA AUSTRÍACA E CARL MENGER

Carl Menger (1840-1921) foi definido como o pai fundador da denominada Escola Austríaca pela publicação de sua obra *Grundsätze der Volkswirtschaftslehre* (1871),

⁹¹ “When a presumption of the pursuit of one’s own interest had been used as a seeming constant for price examinations at one time, it was done to explain the simplest market processes. But it is a mistake to make this a rule for future research or examination of more complex national economic processes. In any case, one must always be aware, if one uses this The Battle of Methods in Economics procedure, that science based on hypotheses will always only provide hypothetical forecasts. However, such forecasts are only seemingly exact” (Schmoller, 1888, p.281 apud Louzek, 2011, p. 449-450).

“Princípios de Economia Política”, considerada como o documento de fundação da escola (Caldewell, 2004). Para Friedrich Hayek, todo o desenvolvimento posterior da Escola Austríaca deveu-se à aceitação das ideias previamente defendidas por Menger: “o que é comum aos membros da Escola Austríaca, o que constitui sua peculiaridade e fornece as bases para suas contribuições posteriores, é a aceitação do ensinamento de Carl Menger” (Hayek, 1934, p. 394, tradução própria)⁹².

Os pontos que marcaram o pensamento dos austríacos, como a importância da subjetividade e a explicação do processo social como espontâneo, foram condensados em *Grundsätze*. Teoricamente, a obra pode ser compreendida a partir da influência de alguns fatores como o declínio da teoria valor trabalho e da economia clássica e o contexto intelectual alemão em que essa teoria nunca exerceu grande influência nas escolas historicistas levando à adesão de Menger.

Menger iniciou “Princípios” definindo os fundamentos epistemológicos com os quais desenvolveu sua investigação científica na obra. Segundo ele, seu objetivo consistiu-se em fazer uma análise dos elementos subjetivos do comportamento humano. E para atingi-lo propôs-se a condensar esses elementos subjetivos em critérios objetivos. Ele rompeu com a diferenciação que vinha sendo estabelecida entre Ciências Sociais e Ciências Naturais por meio do critério metodológico, ou seja, o estabelecimento de métodos específicos para cada área, e não vinculou sua análise com nenhum critério entendido como próprio apenas para as Ciências Sociais, mas utilizou critérios que entendia serem melhor definidos como característicos do método empírico próprio do conhecimento científico e não específicos de uma área.

Eu me esforcei para reduzir os complexos fenômenos da atividade econômica humana aos elementos mais simples que ainda podem ser submetidos a observação precisa, para aplicar a esses elementos a medida correspondente à sua natureza e, aderindo constantemente a essa medida, investigar a maneira como os fenômenos econômicos mais complexos evoluem a partir de seus elementos de acordo com princípios definidos. Esse método de pesquisa, que obteve aceitação universal nas ciências naturais, levou a resultados muito significativos e, por esse motivo, foi erroneamente chamado de método natural-científico. Na realidade, é um método comum a todos os campos do conhecimento empírico e deveria ser chamado corretamente de método empírico (Menger, 2007, p. 46-47, tradução própria)⁹³.

⁹² “what is common to the members of the Austrian School, what constitutes their peculiarity and provided the foundations for their later contributions is their acceptance of the teaching of Carl Menger” (Hayek, 1934, p. 394).

⁹³ “I have endeavored to reduce the complex phenomena of human economic activity to the simplest elements that can still be subjected to accurate observation, to apply to these elements the measure corresponding to their nature, and constantly adhering to this measure to investigate the manner in which the more complex economic phenomena evolve from their elements according to definite principles. This method of research, attaining universal acceptance in the natural sciences, led to very great results, and on this account came mistakenly to be

O comportamento humano, objeto de estudo da Economia, apresenta padrões objetivos, que são independentes das vontades subjetivas específicas, embora as subjetividades sejam o fundamento explicativo de tais padrões. Existe uma relação entre o substrato explicativo e característico do comportamento social, a subjetividade e os padrões que esses comportamentos apresentam de forma ampla, a objetividade. Os padrões mantêm-se independentes de variações subjetivas e deve ser para estes padrões que a ciência econômica deve atentar-se e os quais deve buscar explicar. “Eu desejo contestar a opinião daqueles que questionam a existência de leis de comportamento econômico ao se referirem ao livre arbítrio humano, uma vez que esse argumento negaria à economia o status de uma Ciência exata” (Menger, 2007, p. 48, tradução própria)⁹⁴.

Menger utilizou o termo “lei” nesse contexto significando padrões. Ele definiu como objeto de estudo da economia esses padrões e não os comportamentos isolados, ou seja, o objeto da economia seriam os padrões que pudessem ser apreendidos de forma objetiva⁹⁵. Para ele, limitar as Ciências Sociais a subjetividades infinitas inviabilizaria um estudo empírico objetivo do comportamento econômico.

Se e em que condições uma coisa é útil para mim, se e em que condições ela é boa, se e em que condições ela é um bem econômico, se e em que condições ela possui valor para mim e qual é a medida desse valor para mim, se e em que condições uma troca econômica de bens ocorrerá entre dois indivíduos economizando, e os limites dentro dos quais um preço pode ser estabelecido se ocorrer uma troca — todos esses assuntos são tão independentes da minha vontade quanto qualquer lei da química é da vontade do químico praticante (Menger, 2007, p. 48, tradução própria)⁹⁶.

called the natural-scientific method. It is, in reality, a method common to all fields of empirical knowledge, and should properly be called the empirical method” (Menger, 2007, p. 46-47).

⁹⁴ “I wish to contest the opinion of those who question the existence of laws of economic behavior by referring to human free will, since their argument would deny economics altogether the status of an exact Science” (Menger, 2007, p. 48).

⁹⁵ Do ponto de vista epistemológico, essa questão é complexa e fundamental. Padrões resultam de regularidades e regularidades são diferentes de leis. As leis (no nível ontológico e também no científico) são impostas e incontornáveis. Um padrão de comportamento não é incontornável e inevitável como a gravidade ou as consequências da ausência de oxigênio do organismo. Padrões de comportamento do organismo humano são algo diferente das leis que se impõem ao organismo humano. Padrões de conduta social (incluindo a economia) recorrentes dos seres humanos são algo diferente de condutas inevitáveis e impostas.

⁹⁶ “Whether and under what conditions a thing is useful to me, whether and under what conditions it is a good, whether and under what conditions it is an economic good, whether and under what conditions it possesses value for me and how large the measure of this value is for me, whether and under what conditions an economic exchange of goods will take place between two economizing individuals, and the limits within which a price can be established if an exchange does occur—these and many other matters are fully as independent of my will as any law of chemistry is of the will of the practicing chemist” (Menger, 2007, p. 48).

Segundo a compreensão de Menger, existem elementos da atividade econômica que apresentam uma forma tão objetiva quanto os elementos da realidade natural e atuam sobre a ação subjetiva. Esses elementos estabelecem as condições gerais nas quais se passam os comportamentos econômicos e, para o autor, a economia deve buscar explicar estas condições. A economia, diz ele, deve preocupar-se “com as condições sob as quais os homens se envolvem em atividades providentes direcionadas à satisfação de suas necessidades” (Menger, 2007, p. 48, tradução própria)⁹⁷.

Essas condições apresentam-se ao economista “da mesma forma que a química está relacionada com as operações do químico prático” (Menger, 2007, p. 48, tradução própria)⁹⁸. Estas regularidades com caráter objetivo são que o autor chamava de leis. “Todas as coisas estão sujeitas à lei de causa e efeito. Este grande princípio não conhece exceção, e procuraríamos em vão no domínio da experiência um exemplo em contrário” (Ibid, p. 51, tradução própria)⁹⁹.

Uma das principais contribuições de Menger ao debate econômico e que exerceu posteriormente grande influência na Escola Austríaca foi sua teoria do valor. Nela ele analisou as relações que faziam com que um bem econômico adquirisse o status de valor, empregando para isso os princípios epistemológicos e metodológicos discutidos anteriormente.

Menger entendia que as regularidades no comportamento humano eram o fator explicativo desse processo de atribuição de valor. As regularidades explicavam por que e como um bem passava a ter valor econômico, entendendo que o bem que possui valor varia segundo diferentes contextos sociais, momentos, sociedades, indivíduos. A regularidade, nesse caso, encontra-se no processo de atribuição de valor e não no bem que terá este valor atribuído a si. E isso se explica, também, porque essas regularidades são estabelecidas por elementos subjetivos do comportamento social que exercem influência neste processo.

Não é o bem em si mesmo que tem capacidade de tornar-se mercadoria. “O caráter dos bens não é uma propriedade inerente aos próprios bens [...] a ordem de um bem não é nada inerente ao bem em si e muito menos uma propriedade dele” (Menger, 2007, p. 58, tradução própria)¹⁰⁰. Segundo o autor, existe uma relação de causa e efeito entre uma mercadoria e sua

⁹⁷ “with the conditions under which men engage in provident activity directed to the satisfaction of their needs” (Menger, 2007, p. 48).

⁹⁸ “in much the same way that chemistry is related to the operations of the practical chemist” (Menger, 2007, p. 48).

⁹⁹ “All things are subject to the law of cause and effect. This great principle knows no exception, and we would search in vain in the realm of experience for an example to the contrary” (Ibid, p. 51).

¹⁰⁰ “Goods-character is not a property inherent in the goods themselves [...]the order of a good is nothing inherent in the good itself and still less a property of it” (Menger, 2007, p. 58).

capacidade de satisfazer as necessidades humanas: “Desejo especialmente sublinhar a importância de compreender a relação causal entre os bens e a satisfação das necessidades humanas e, dependendo da natureza desta relação em casos particulares” (Ibid, tradução própria)¹⁰¹. E é essa relação de causalidade que explica o valor de uma mercadoria socialmente e não as propriedades da mercadoria em si. São relações sociais que definem o status de valor que tornará um bem uma mercadoria.

As coisas que podem ser colocadas numa conexão causal com a satisfação das necessidades humanas são chamadas de coisas úteis. Se, no entanto, ambos reconhecermos esta ligação causal e tivermos realmente o poder de dirigir as coisas úteis para a satisfação das nossas necessidades, chamamos-lhes bens. Para que uma coisa se torne um bem, ou, em outras palavras, para que adquira caráter de mercadoria, todos os quatro pré-requisitos a seguir devem estar presentes simultaneamente: 1. Uma necessidade humana. 2. Propriedades que tornam a coisa capaz de ser colocada em uma conexão causal com a satisfação dessa necessidade. 3. Conhecimento humano desta conexão causal. 4. Domínio da coisa suficiente para direcioná-la à satisfação da necessidade. Somente quando todos esses quatro pré-requisitos estão presentes simultaneamente é que uma coisa pode se tornar um bem (Menger, 2007, p. 52, tradução própria)¹⁰².

O valor é definido pela importância que um bem individual ou uma quantidade de bens adquire uma vez que nos tornemos conscientes da sua utilidade para a satisfação das nossas necessidades (Menger, 2007). A utilidade significa, para Menger, a capacidade de uma coisa servir para a satisfação de uma necessidade humana, e ela é um pré-requisito para que um bem se torne uma mercadoria (Ibid). “Sua capacidade de satisfazer necessidades deve ser reconhecida pelos homens, uma vez que, de outra forma, não poderiam adquirir caráter de bem” (Ibid, p. 119, tradução própria)¹⁰³.

O valor é definido, então, em relação com as necessidades. Portanto, ele não é uma característica intrínseca a um objeto; ele é um efeito advindo da relação de causa e efeito entre bem e necessidade. Sendo um efeito, quando a causa desaparece, ou seja, a necessidade, o valor do bem também desaparece. “O valor dos bens surge da sua relação com as nossas necessidades

¹⁰¹ “I do wish especially to stress the importance of understanding the causal relation between goods and the satisfaction of human needs and, depending upon the nature of this relation in particular cases” (Menger, 2007, p. 58).

¹⁰² “Things that can be placed in a causal connection with the satisfaction of human needs we term *useful things*. If, however, we both recognize this causal connection, and have the power actually to direct the useful things to the satisfaction of our needs, we call them *goods*. If a thing is to become a good, or in other words, if it is to acquire goods-character, all four of the following prerequisites must be simultaneously present: 1. A human need. 2. Such properties as render the thing capable of being brought into a causal connection with the satisfaction of this need. 3. Human knowledge of this causal connection. 4. Command of the thing sufficient to direct it to the satisfaction of the need. Only when all four of these prerequisites are present simultaneously can a thing become a good” (Menger, 2007, p. 52).

¹⁰³ “Their capacity to satisfy needs must be recognized by men, since they could not otherwise acquire goods-character” (Menger, 2007, p. 119).

e não é inerente aos próprios bens. Com mudanças nessa relação, o valor surge e desaparece.” (Menger, 2007, p. 120, tradução própria)¹⁰⁴.

O valor, segundo a teoria de Menger, não pode ser pensado como uma categoria independente, como algo objetificado. “É um julgamento que os homens fazem sobre a importância dos bens à sua disposição para a manutenção de suas vidas e bem-estar. Portanto, o valor não existe fora da consciência dos homens.” (Menger, 2007, p. 120-121, tradução própria)¹⁰⁵. Ele não pode ser compreendido como algo independente das coisas reais. O que existe objetivamente são as coisas. O valor é algo de natureza subjetiva, uma vez que é definido pelas relações e consciências dos indivíduos. “A objetificação do valor dos bens, que é inteiramente subjetiva por natureza, no entanto, contribuiu muito para a confusão sobre os princípios básicos de nossa ciência.” (Ibid, p. 121, tradução própria)¹⁰⁶.

A segunda grande obra de Menger foi publicada em 1883, com o nome “*Untersuchungen uber die Methode der Socialwissenschaften und der Politischen Oekonomie insbesondere*”, “*Investigations into the Method of the Social Sciences with Special Reference to Economics*”. Ela foi escrita com dois objetivos: uma defesa da utilização do método teórico nas Ciências Sociais e uma crítica à Escola Histórica Alemã, principalmente pela sua posição contrária a uma ciência social teórica.

Para Menger, a Economia política não se definia por um método único, como pensavam os autores da Escola Histórica que a definiam pela utilização do método histórico de forma restrita. Na sua visão, diferentes métodos poderiam ser utilizados no estudo da economia política e a utilização de cada um destes alcançaria objetivos diferentes no estudo. “Os estudiosos em nossa ciência tiveram que perceber que a economia política exhibe, em suas subdivisões teóricas e práticas, conhecimento de uma natureza formal completamente

¹⁰⁴ “The value of goods arises from their relationship to our needs, and is not inherent in the goods themselves. With changes in this relationship, value arises and disappears” (Menger, 2007, p. 120).

¹⁰⁵ “It is a judgment economizing men make about the importance of the goods at their disposal for the maintenance of their lives and well-being. Hence value does not exist outside the consciousness of men” (Menger, 2007, p. 120-121).

¹⁰⁶ “Objectification of the value of goods, which is entirely subjective in nature, has nevertheless contributed very greatly to confusion about the basic principles of our science” (Ibid, p. 121).

diferente”, sendo assim, “não podemos falar de um único método, o método da economia política, mas apenas de seus métodos” (Menger, 1985, p. 23, tradução própria)¹⁰⁷.

Assim já se mostra uma das diferenças entre a sua posição metodológica e a posição da Escola Histórica, pois ele tinha o entendimento de que a economia poderia ter mais de um objetivo e, portanto, poderia ser dividida entre as dimensões prática e teórica e, conseqüentemente, pelos métodos adotados em cada uma dessas dimensões. Com isso, ele não negava a utilização do conhecimento histórico ou de uma economia prática, mas a restrição feita pela Escola Histórica da Economia como uma Ciência definida por somente um desses dois objetivos, sendo restrita a possibilidade de que ela pudesse ser utilizada para buscar o outro objetivo. A obra, então, definiu uma visão não histórica da Economia Política (Menger, 1985, p. 41).

Ele começou pelo estabelecimento da diferença entre dois tipos de fenômenos econômicos: fenômenos individuais (concretos) com relações individuais (concretas) situadas no tempo e no espaço e os denominados fenômenos típicos com relações típicas (Menger, 1985). Concomitantemente, ele fez uma distinção entre três grupos de ciências que estabeleceriam relações com a Economia: Ciências Históricas e Estatísticas, Economia Teórica e Ciências Práticas da Economia Nacional. Cada uma investigaria e desenvolveria um tipo de conhecimento. A Ciência Histórica investigaria e descreveria fenômenos individuais e suas relações individuais. A Ciência Teórica investigaria e descreveria relações gerais (leis econômicas) e as Ciências Práticas da Economia Nacional investigariam as ações que seriam adequadas, dentro de condições específicas, para a economia da nação (Menger, 1985, p. 38-39).

Mantendo o entendimento de sua obra anterior, Menger identificou a existência de padrões nos fenômenos econômicos, mais precisamente: “fenômenos definidos se repetem, ora com maior exatidão, ora com menor, e recorrem na variação das coisas. Chamamos essas formas empíricas de tipos” (Menger, 1985, p. 36, tradução própria)¹⁰⁸. Ou seja, a existência de variações individuais não inviabilizariam a tal ponto a possibilidade de percepção de semelhanças, e isso fundamentou sua defesa de uma metodologia com enfoque nestes padrões.

¹⁰⁷ “Scholars in our science had to become aware that political economy exhibits in its theoretical and practical subdivisions knowledge of a completely different formal nature”, sendo assim, “we cannot speak of one method, the method of political economy, but only of its methods” (Menger, 1985, p. 23).

¹⁰⁸ “definite phenomena are repeated, now with greater exactitude, now with lesser, and recur in the variation of things. We call these empirical forms *types*” (Menger, 1985, p. 36).

“O mesmo se aplica às relações entre fenômenos concretos. Estes também não exibem uma individualidade completa em cada caso” (Ibid, tradução própria)¹⁰⁹.

Os “tipos” aos quais ele se refere desenvolvem formas regulares de relações que podem ser observadas empiricamente, ocorrendo ora com mais exatidão, ora com menos. Estas regularidades encontradas nas relações de desenvolvimento dos “tipos” “we call *typical*” (Ibid) e elas “apresentam-se a nós como relações típicas entre fenômenos econômicos” (Menger, 1985, p. 36, tradução própria)¹¹⁰.

A investigação dos tipos e das relações típicas dos fenômenos é de uma importância realmente imensurável para a vida humana, de não menos importância do que o conhecimento dos fenômenos concretos. Sem o conhecimento das formas empíricas, não seríamos capazes de compreender a miríade de fenômenos que nos cercam, nem de classificá-los em nossas mentes; isso é a pressuposição para uma cognição mais abrangente do mundo real. Sem a cognição das relações típicas, estaríamos privados não apenas de uma compreensão mais profunda do mundo real, como mostraremos adiante, mas também, como pode ser facilmente visto, de toda a cognição que se estende além da observação imediata, ou seja, de qualquer previsão e controle das coisas. Toda previsão humana e, indiretamente, toda modelagem arbitrária das coisas é condicionada por esse conhecimento que anteriormente chamamos de geral (Menger, 1985, p. 36, tradução própria)¹¹¹.

Assumindo a existência dos tipos e formas típicas de relações dos fenômenos econômicos, Menger definiu a Economia Teórica como a ciência que investiga “a natureza geral e a conexão geral dos fenômenos econômicos, não a análise dos conceitos econômicos e a extração das conclusões lógicas resultantes dessa análise” (Menger, 1985, p. 37, tradução própria)¹¹². O objetivo dessa forma de pesquisa seria “a determinação da natureza geral e da conexão geral dos fenômenos econômicos” (Ibid, p. 37, tradução própria)¹¹³.

¹⁰⁹ “The same holds true of the relationships among concrete phenomena. These also do not exhibit a thorough individuality in every single case” (Ibid).

¹¹⁰ “present themselves to us as typical relationships among economic phenomena” (Menger, 1985, p. 36).

¹¹¹ “The investigation of types and of typical relationships of phenomena is of really immeasurable significance for human life, of no less significance than the cognition of concrete phenomena. Without the knowledge of empirical forms we would not be able to comprehend the myriads of phenomena surrounding us, nor to classify them in our minds; it is the presupposition for a more comprehensive cognition of the real world. Without cognition of the typical relationships we would be deprived not only of a deeper understanding of the real world, as we will show further on, but also, as may be easily seen, of all cognition extending beyond immediate observation, Le., of any prediction and *control* of things. All human prediction and, indirectly, all arbitrary shaping of things is conditioned by that knowledge which we previously have called *general*” (Menger, 1985, p. 36).

¹¹² “the *general nature* and the *general connection* of economic phenomena, not of analyzing economic *concepts* and of drawing the logical conclusions resulting from this analysis” (Menger, 1985, p. 37).

¹¹³ “the determination of the general nature and the general connection of economic *phenomena*” (Ibid, p. 37).

Além disso, a pesquisa não deveria ficar somente na descrição ou reconhecimento da existência dos fenômenos. Seria preciso, também, compreendê-los. A compreensão é o que realmente traz a explicação e o entendimento dos fenômenos empíricos, e ela se dá quando se atingem as razões da existência desses fenômenos; o porquê de eles serem como são (Ibid, p. 43).

A partir do estabelecimento da importância e da possibilidade de uma economia teórica que se preocupasse em explicar e compreender relações mais gerais e do estabelecimento das diferenciações de formas de estudo possíveis dentro da Ciência Econômica, Menger dirigiu sua crítica à Escola Histórica Alemã pela confusão feita por esta entre Ciência Histórica e Ciência Teórica e, ainda, por sua limitação ao método histórico.

Se resumirmos o que foi dito, a questão é facilmente respondida em relação à verdadeira natureza dos erros nos quais a escola histórica de economistas alemães caiu, no que diz respeito à visão de que a economia teórica é uma ciência histórica. Ela não distingue a compreensão especificamente histórica da economia da compreensão teórica e confunde as duas. Ou seja, confunde o esforço para compreender os fenômenos econômicos concretos por meio da história ou por meio da teoria da economia com a pesquisa nessas ciências em si, e especialmente com a pesquisa no campo da economia teórica. Ela acredita estar contribuindo para a teoria da economia e descrevendo-a ao se empenhar em alcançar a compreensão dos fatos e desenvolvimentos concretos da economia, e aprofundar essa compreensão, recorrendo à história e à teoria da economia (Menger, 1985, p. 46, tradução própria)¹¹⁴.

Esse erro identificado por ele, a confusão entre a História e a teoria na pesquisa científica da Economia, segundo sua análise, teria trazido consequências destrutivas para o próprio desenvolvimento da disciplina. A maioria dos adeptos da Escola Histórica, ou “escola erudita” nos termos de Menger, não poderia absovê-lo do fato de que se preocupavam com a História da Economia enquanto de forma expressa ou tácita partiam do pressuposto de que estavam desenvolvendo uma teoria econômica por vista histórica (Menger, 1985, p. 48).

Essa confusão explicar-se-ia pelo desejo dos representantes dessa Escola em acabar com qualquer tendência não histórica dos fenômenos econômicos. Mas a consequência da aplicação

¹¹⁴ “If we summarize what has been said, then the question is easily answered concerning the true nature of those errors into which the *historical* school of German economists has fallen, as far as the view that theoretical economics is a historical science is concerned. It does not distinguish the specifically historical understanding of economy from the theoretical and confuses the two. That is, it confuses the striving for the understanding of concrete economic phenomena by means of history or by means of the theory of economy with the research in these sciences itself, and most particularly with the research in the field of theoretical economics. It thinks it is contributing to the theory of economy and describing it by undertaking to attain the understanding of concrete facts and developments of economy, and to deepen this understanding, by calling upon history and the theory of economy” (Menger, 1985, p. 46).

dessa visão foi o abandono do caráter teórico na Ciência Econômica. “Isso levou a substituir a pesquisa histórica, a escrita da história, pela pesquisa teórica em geral e, em particular, pela pesquisa teórica com retenção do ponto de vista histórico” (Menger, 1985, p. 48, tradução própria)¹¹⁵.

As críticas desenvolvidas por Menger nessa obra levaram-no ao debate metodológico, “*Methodenstreit*”, protagonizado conjuntamente com Gustav Von Schmoller. Em “*Untersuchungen uber die Methode*”, Menger teve a intenção de demonstrar que “apesar das afirmações de Schmoller em contrário, uma abordagem teórica para a investigação de fenômenos sociais é, de fato, possível” (Caldwell, 2004, p.64, tradução própria)¹¹⁶. Em geral, interpreta-se que a obra teve essa direção após a falta de atenção com que foi recebida a sua primeira obra, “*Grundsätze*”, no cenário acadêmico alemão. A irrelevância com que sua proposta metodológica foi recebida em um cenário dominado pelo método histórico teria o levado a uma crítica direta à Escola Histórica e aos seus métodos (Bostaph, 1978).

3.4 PRINCÍPIOS EPISTEMOLÓGICOS EM DEBATE – *METHODENSTREIT*

O debate entre Menger e Schmoller acabou significando um ápice em uma discussão que marcou a Escola Histórica desde o seu nascimento: a diferença epistemológica entre duas correntes de pensamento, cada uma baseando-se em uma forma específica de obtenção de conhecimento sobre a realidade. No caso da Escola Histórica, desde o início seus autores foram marcados por uma negação da possibilidade de obtenção de um conhecimento válido a partir dos critérios opostos, neste caso, a negação das formulações gerais, teóricas ou abstratas. A *Methodenstreit* pode ser sintetizada como uma controvérsia sobre métodos para as Ciências Econômicas, Menger defendendo a utilização do método teórico e Schmoller do método histórico.

A interpretação sobre a controvérsia que ganhou grande destaque no debate posterior foi a de Schumpeter, que procurou distinguir os elementos fundamentais da disputa, as suas motivações e, também, as suas consequências. O Historicismo predominou no cenário

¹¹⁵ “It has led to putting historical research, the writing of history, in place of theoretical research in general and in particular of theoretical research with retention of the historical point of view” (Menger, 1985, p. 48).

¹¹⁶ “despite Schmoller’s assertions to the contrary, a theoretical approach to the investigation of social phenomena is, indeed, possible” (Caldwell, 2004, p.64).

intelectual alemão de forma geral por um longo período sendo o seu pensamento dominante. E, para Schumpeter, a controvérsia aconteceu quando esse cenário começava a alterar-se abrindo espaço para que questionamentos às proposições dos historicistas começassem a aparecer. “Assim, o líder havia embainhado a espada. Mais importante ainda, a maré do ‘historicismo’ começara a recuar e um sentimento de tolerância mútua começara a prevalecer por todos os lados” (Schumpeter, 2006, p.782, tradução própria)¹¹⁷.

Uma vez que não pode haver qualquer dúvida séria sobre a importância básica da pesquisa histórica em uma ciência que lida com um processo histórico, nem sobre a necessidade de desenvolver um conjunto de ferramentas analíticas para lidar com o material, a controvérsia, como todas as controvérsias desse tipo, pode muito bem nos parecer completamente sem sentido. Essa impressão é reforçada pelo fato surpreendente, que fica claro o suficiente se alguém se der ao trabalho de olhar abaixo da superfície agitada de argumentos polêmicos e slogans, de que nenhuma das partes realmente questionou abertamente a posição do oponente. A briga era sobre precedência e importância relativa e poderia ter sido resolvida permitindo que cada tipo de trabalho encontrasse o lugar a que seu peso o intitulava. (Schumpeter, 2006, p.782, tradução própria)¹¹⁸.

Para Schumpeter, as posições defendidas por Menger e Schmoller não eram totalmente excludentes, o que significava que o debate era antes sobre o método que cada um entendia como mais importante ou sobre o método que deveria ser empregado no princípio da pesquisa do que uma negação da possibilidade de que o outro método pudesse ser também utilizado na Ciência Econômica.

Por isso, pelo fato de que a partir das argumentações defendidas por ambos seria possível encontrar uma forma de articular os dois métodos de acordo com a importância que cada um desempenhava em relação ao objetivo específico buscado, Schumpeter foi claro em dizer que “[...] Apesar de algumas contribuições para a clarificação dos fundamentos lógicos, a história desta literatura é substancialmente uma história de energias desperdiçadas, que

¹¹⁷ “Thus, the leader had sheathed the sword. More important still, the flood of ‘historicism’ had begun to ebb and a feeling of neighborly tolerance had begun to prevail all round” (Schumpeter, 2006, p.782).

¹¹⁸ “Since there cannot be any serious question either about the basic importance of historical research in a science that deals with a historical process or about the necessity of developing a set of analytic tools by which to handle the material, the controversy, like all such controversies, might well seem to us to have been wholly pointless. This impression is strengthened by the surprising fact, which stands out clearly enough if one cares to look below the ruffled surface of polemical arguments and slogans, that neither party really did question its opponent’s position outright. The quarrel was about precedence and relative importance and might have been settled by allowing every type of work to find the place to which its weight entitled it” (Schumpeter, 2006, p.782).

poderiam ter sido melhor aproveitadas” (Schumpeter, 2006, p.782, tradução própria)¹¹⁹. Não teria havido uma grande mudança nos rumos metodológicos a partir do debate, segundo a análise de Schumpeter, muito em função de os métodos defendidos pelos autores serem complementares ao estudo econômico.

A primeira coisa que precisaria ser destacada sobre uma controvérsia científica, segundo Schumpeter, era de que nela costuma constar uma grande quantidade de mal-entendidos. Além disso, em segundo lugar, tal situação costuma se agravar, pois de fundo com frequência pode haver um choque de temperamentos e inclinações intelectuais, o que, segundo ele, seria o caso na *Methodenstreit*.

Em terceiro lugar, como fato explicativo de disputas científicas, ele chamava atenção para que as escolas de pensamento fossem compreendidas como realidades sociológicas, com estruturas, relações entre líderes e seguidores, bandeiras, humores etc. São relações humanas baseadas em interesses como quaisquer outras. Os antagonismos entre escolas científicas têm as características gerais que são encontradas pela sociologia de antagonismos entre grupos (Schumpeter, 2006).

Vitória e conquista, derrota e perda de território, são em si mesmas valores para tais escolas e fazem parte de sua própria existência. Eles tentarão apropriar-se de rótulos considerados honoríficos — em nosso caso, ambas as partes reivindicaram epítetos como ‘empírico’, ‘realista’, ‘moderno’, ‘exato’ — e também fixar rótulos pejorativos — ‘especulativo’, ‘fútil’, ‘subordinado’ — ao trabalho do inimigo. Esses rótulos podem significar pouco ou nada em si mesmos, mas adquirem vida própria e, por sua vez, mantêm a controvérsia viva. Tudo isso dá margem a vaidades pessoais, interesses e propensões à luta que podem, como ocorre na política nacional e internacional, ter mais peso do que quaisquer questões reais — de fato, a ponto de obliterar as questões reais (Schumpeter, 2006, p.783, tradução própria)¹²⁰.

Quando o autor caracterizou a disputa científica como um comportamento de antagonismo de grupos como qualquer outro do ponto de vista sociológico, a postura científica do grupo, no caso específico do método, assumiu o papel da defesa de um valor que seria percebido como uma característica ou identidade desse grupo. Isso jogaria a ação para o campo

¹¹⁹ “[...] In spite of some contributions toward clarification of logical backgrounds, the history of this literature is substantially a history of wasted energies, which could have been put to better use” (Schumpeter, 2006, p.782).

¹²⁰ “Victory and conquest, defeat and loss of ground, are in themselves values for such schools and part of their very existence. They will try to appropriate labels that are considered honorific—in our case, both parties laid claim to such epithets as ‘empiric,’ ‘realistic,’ ‘modern,’ ‘exact’ —and to affix derogatory labels— ‘speculative,’ ‘futile,’ ‘subordinate’ —to the work of the enemy. These labels may mean little or nothing in themselves, but they acquire a life of their own and in turn keep controversy alive. All this gives scope to personal vanities, interests, and propensities to fight that may, as they do in national and international politics, count for more than any real issues—in fact to the point of obliterating the real issues” (Schumpeter, 2006, p.783).

do valor e seria muitas vezes mais bem compreendida quando tratada dessa forma do que quando analisada como uma disputa racional e objetiva característica de um discurso científico.

Schumpeter invocou essa análise para compreender por que alguns pontos de encontro das abordagens de Menger e Schmoller que ficavam evidentes aos leitores externos não eram percebidos pelos protagonistas. “Em tudo o que as partes têm a dizer umas às outras há sempre um lembrete da invencível aversão tanto pelo ‘fantasma’ teórico quanto pelo ‘trabalho penoso’ histórico” (Schumpeter, 1967, p.167, tradução própria)¹²¹.

Já sugerimos uma explicação para a controvérsia: foi uma luta entre dois métodos de trabalho, entre pessoas de hábitos mentais diferentes, que lutaram por espaço ou dominação. Isso explica, além disso, a maneira como a controvérsia foi conduzida e seus resultados: como em uma luta política, foi, em primeiro lugar, o grito de guerra que tocou muitas mentes sensíveis e despertou certas ideias e emoções muito mais do que argumentos elaborados (Schumpeter, 1967, p.167, tradução própria)¹²².

Portanto, na leitura de Schumpeter (1967), o que estava nos argumentos da discussão entre a utilização do método dedutivo ou indutivo era um problema sobre diferenças de coleta e análise de dados, mas esses pontos foram disfarçados por um debate que mais fez parecer tratar-se de problemas insolúveis do que realmente era, o que fez com que não produzisse nenhum resultado notável.

Na análise de Samuel Bostaph, as questões consideradas por Menger e Schmoller em seu conflito incluíam: a definição dos critérios para designar os diversos ramos da Economia: História Econômica, Teoria Econômica, Economia Política, Finanças Públicas e Estatística; qual seria o escopo e quais os objetivos de cada um desses ramos; o papel da teoria na explicação de fatos empíricos; as concepções coletivistas e individualistas dos fenômenos econômicos; a compreensão sobre a natureza das instituições e como sua forma de desenvolvimento; a medida em que o material histórico e estatístico seriam pertinentes para as abstrações teóricas; a correlação entre a complexidade psicológica do homem e o impacto da cultura sobre ela; e a “necessidade” de leis econômicas e o teste de tais leis com dados empíricos (Bostaph, 1978, p. 5-6).

¹²¹ “In everything which the parties have to say to each other there is always a reminder of the invincible dislike for either the theoretical ‘phantom’ or the historical ‘drudgery’” (Schumpeter, 1967, p.167).

¹²² “We have, however, already suggested an explanation for the controversy: it was a struggle between two methods of work, between people of different mental habits, who fought for elbow room or for domination. This explains, moreover, the way in which the controversy was conducted and its results: as in a political struggle it was in the first place the battle-cry which touched many sensitive minds and awoke certain ideas and emotions much more than did elaborate arguments” (Schumpeter, 1967, p.167).

Segundo Bostaph, a majoritária leitura sobre a disputa, incluindo a de Schumpeter, “estão unidos na crença de que os métodos defendidos pelas duas escolas são, se não bens complementares, pelo menos igualmente úteis para a pesquisa.”, de acordo com esse ponto de vista, “alguns problemas econômicos são melhor investigados através do uso do ‘método histórico’, enquanto outros requerem o ‘método abstrato-dedutivo’. Alguns podem até se beneficiar do uso de ambos os métodos juntos” (Bostaph, 1978, p. 7-8, tradução própria)¹²³.

Mas ele propôs uma leitura diferente e entendia que houve um erro de compreensão da real natureza da controvérsia e do porquê não seria possível falar em uma complementariedade, como falou Schumpeter.

A Methodenstreit agora pode ser vista como tendo raízes em posições epistemológicas opostas, que de forma alguma poderiam ser consideradas bens complementares. Consequentemente, não é surpreendente que Schmoller e Menger não tenham concedido valor às visões um do outro. Infelizmente, nenhum deles percebeu claramente a natureza epistemológica das questões que os separavam, nem identificou claramente a posição da outra facção como determinada por considerações epistemológicas. A isso pode ser atribuída a inconclusividade do debate e a preocupação com questões mais subsidiárias de metodologia econômica e morfologia que enganou os historiadores do pensamento econômico (Bostaph, 1978, p. 14, tradução própria)¹²⁴.

Seguindo alguns dos pontos levantados pela análise de Bostaph, existiria um debate sobre uma teoria dos conceitos como plano de fundo da controvérsia. Na posição de Schmoller, os conceitos são rótulos ligados a resumos universais e estão sujeitos a alterações dependendo dos dados empíricos dos quais são derivados. Para Menger, são apenas alguns tipos de generalizações abstratas que têm aplicação universal (Bostaph, 1978).

Especificamente sobre a correlação entre a complexidade psicológica do homem e o impacto da cultura sobre ela, a diferença de abordagem sobre a utilização e extensão de conceitos nesse aspecto girava em torno de duas questões: “o conceito de uma entidade complexa, como o homem, deve referir-se a uma enumeração de todas as suas características

¹²³ “are united in the belief that the methods advocated by the two schools are, if not complementary goods, at least coequal in their usefulness for research”; “some economic problems are best investigated through the use of the ‘historical method’ while others require the ‘abstract-deductive method’. Some may even benefit from the use of both methods together” (Bostaph, 1978, p. 7-8).

¹²⁴ “The Methodenstreit can [...] now be seen to have been rooted in opposed epistemological positions that by no stretch of the imagination could be termed complementary goods. Consequently, it is not surprising that Schmoller and Menger should fail to grant value to each other's views. Unfortunately, neither of them clearly realized the epistemological nature of the issues that separated them, or clearly identified the position of the other faction as determined by epistemological considerations. To this may be attributed the inconclusiveness of the debate and the preoccupation with the more subsidiary matters of economic methodology and morphology that has misled historians of economic thought” (Bostaph, 1978, p. 14).

empíricas e reconhecê-las quando for utilizado na construção da teoria”¹²⁵? - perspectiva de Schmoller. E “Ou existe alguma característica central, como o ‘interesse próprio’, que pode ser enfatizada sem roubar a derivação e o uso do conceito de toda legitimidade?” a perspectiva de Menger (Bostaph, 1978, p. 8, tradução própria)¹²⁶.

As avaliações anteriores da *Methodenstreit* agora podem ser vistas como contendo vários erros, resultado da falha em identificar o argumento como, essencialmente, epistemológico. A argumentação de que os dois métodos contrastados não eram “mutuamente exclusivos”, que a indução e a dedução são interdependentes, perde o ponto do debate. A questão de “indução versus dedução” nunca foi realmente uma questão entre as partes envolvidas. Pode-se admitir que, na construção usual da teoria geral, os procedimentos “indutivos” e “dedutivos” são usados juntos; ou seja, as premissas são induzidas a partir da realidade empírica e, em seguida, argumentos dedutivos são construídos a partir delas (Bostaph, 1978, p. 14-15, tradução própria)¹²⁷.

Para Bostaph, o argumento de que os dois métodos, teórico e histórico, ou dedutivo e indutivo, são “igualmente necessários” para a Economia falha em não estabelecer para o que cada um é necessário, pois, a depender do objetivo que se atribui à pesquisa econômica, os métodos não são “igualmente necessários”. Segundo ele, Menger foi claro sobre esse ponto: “ele argumentou que o ‘método histórico’ não era a maneira de construir teoria econômica se fosse desejado que a teoria fosse geral” (Bostaph, 1978, p. 14, tradução própria)¹²⁸, assim como o método exato não seria aplicável para a História.

Ainda segundo sua análise, a crítica pode estender-se à posição de que alguns problemas demandam uma técnica e outros demandam outra. Para ele, essa posição de que as diferenças entre os historicistas e Menger eram menores do que as suas similaridades parecia pouco fundamentada. “As diferenças (nas crenças epistemológicas) eram tão grandes que o debate foi intenso e, muito provavelmente, não foi resolvido porque as fontes fundamentais do desacordo

¹²⁵ “the concept of a complex entity, such as man, have to refer to an enumeration of all his empirical characteristics and recognize all these when it is used in the construction of theory” (Bostaph, 1978, p. 8).

¹²⁶ “Or is there some central characteristic, such as ‘self-interest’, which can be emphasized without robbing the derivation and use of the concept of all legitimacy?” (Bostaph, 1978, p. 8).

¹²⁷ “Previous assessments of the *Methodenstreit* can now be seen to contain a number of errors as a result of the failure to identify the argument as, at heart, epistemological. The argument that the two methods contrasted were not “mutually exclusive”, that induction and deduction are interdependent, misses the point of the debate. The question of “induction versus deduction” was never really at issue between the parties involved. It may be admitted that in the usual construction of general theory, “inductive” and “deductive” procedures are used together; that is, premises are induced from empirical reality and then deductive arguments constructed from them” (Bostaph, 1978, p. 14-15).

¹²⁸ “he argued that a ‘historical method’ was not the way to construct economic theory if it was desired that theory be general” (Bostaph, 1978, p. 14).

permaneceram não identificadas e (substancialmente) não tratadas por ambas as facções” (Bostaph, 1978, p. 15, tradução própria)¹²⁹.

A crítica de Bostaph sobre o erro das interpretações que identificam semelhanças entre as duas posições, ainda que se baseie em argumentos corretos sobre as posições de Menger e Schmoller, toma a defesa da utilização de um método para um objetivo específico na pesquisa econômica como se isso significasse automaticamente a impossibilidade de utilização de outros para diversos objetivos dentro do pensamento desses autores.

Embora tanto Schmoller quanto Menger tivessem visões diferentes sobre qual era o principal objetivo da Ciência Econômica o que, por consequência, levava-os à defesa do método compreendido como mais adequado a esse objetivo, tanto um quanto outro deixava margens abertas para a complementação do conhecimento por meio do outro método, ou outros. E foi essa posição que serviu de fundamento para a leitura que entendia não haver por parte de nenhum dos dois uma posição que inviabilizasse a possibilidade da utilização de outros métodos, e que por isso teria acabado sendo um “desperdício de energia”, uma vez que esse simples reconhecimento teria evitado boa parte da disputa, principalmente fora do campo científico.

A discussão apresentada nesse capítulo, além de ser importante para a construção do cenário social, intelectual e histórico em que precede Hayek e, portanto, ajuda a compreender muitos dos seus posicionamentos teóricos, é importante para a compreensão dos fundamentos de um dos grandes debates epistemológicos que a formação das Ciências Sociais enfrentou. A contraposição entre as Ciências Sociais e as Ciências Naturais trouxe à tona os limites que as características do comportamento social vinculado a valor trariam para essa área em relação ao nível preditivo que as Ciências Naturais vinham demonstrando.

As duas posições em debate possuem abordagens diferentes sobre a forma de estudar os fenômenos sociais. Em um caso, entende-se ser possível tratar os fenômenos sociais, incluindo a Economia, a partir de generalizações que adquirem a substância de regras que se comportam como regularidades impostas e que transcendem o contexto social específico, consituindo-se em “leis”. No outro caso, entende-se que a realidade social é específica e única e, por isso, não seria possível produzir generalizações sobre ela.

¹²⁹ “The differences (in epistemological beliefs) were so great that the debate raged and, more than likely, was not resolved because the fundamental sources of the disagreement lay unidentified and (substantially) untreated by both factions” (Bostaph, 1978, p.15).

A pressuposição da existência de “leis”, quando aplicada ao contexto social que se desenrola por meio do comportamento dotado de sentido, implica, como consequência lógica, que o fundamento de tal “lei” é um vetor que orienta todas as condutas e, por isso, produz regras. Essa é uma das grandes questões que transpassa a “Controvérsia”, permanecendo sem solução e prosseguindo em debate nas Ciências Sociais, como será exposto nos próximos capítulos. Esse dilema epistemológico foi retomado e refletido por Hayek, ou seja, a impossibilidade de uma “lei” social e de predições exatas dado o caráter o que isso significa em relação ao comportamento dotado de sentido valorativo, e acabou influenciando na formação das suas posições epistemológicas.

Seguem-se, agora, para as discussões de Max Weber e Karl Popper sobre esses aspectos e para a exposição das soluções teóricas propostas por esses autores para enfrentá-los.

4 NEUTRALIDADE DE VALOR E “LEI” NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Neste capítulo, fez-se uma exposição das ideias de Max Weber e Karl Popper sobre Epistemologia e Ciências Sociais. O principal objetivo da exposição das ideias desses autores para esta tese é demonstrar as consequências do debate posterior na constituição dos critérios científicos das Ciências Sociais.

Max Weber foi influenciado de forma mais direta pelo historicismo alemão e, também por isso, acabou apresentando soluções para alguns dos impasses teóricos aos quais os autores historicistas depararam-se ao longo das suas proposições sobre os critérios para uma ciência dos fenômenos sociais. Karl Popper, mais contemporâneo e influenciado por um cenário intelectual amadurecido tanto pelas ideias do historicismo quanto pelas contribuições de Max Weber, pensou demarcadores científicos para as Ciências Sociais em um contexto em que ela se encontrava consolidada como área. Além disso, a produção de Popper exerceu influência mais direta no pensamento de Hayek.

As ideias discutidas nesse capítulo importam para a análise proposta por essa tese em dois aspectos: entender o desenvolvimento do debate epistemológico contemporâneo ao discutido no capítulo anterior, especialmente sobre os métodos das Ciências Sociais; a discussão sobre valores e sobre lei social e situar a influência do Historicismo em outros autores e ideias para compreender como Hayek localizou-se nesse cenário.

4.1 MAX WEBER E A OBJETIVIDADE DO CONHECIMENTO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

A obra de Max Weber foi fruto e consequência do debate alemão. As posições metodológicas que foram assumidas pelo autor, e constituíram um marco para as Ciências Sociais e para a Sociologia de forma mais específica, foram influenciadas pelo seu debate com os neokantianos e com os historicistas. Foi com Wilhelm Windelband, Heinrich Rickert, Dilthey, Roscher, Schmoller que Weber dialogou em seus principais textos metodológicos. “As considerações de Weber sobre o desenvolvimento do historicismo e de sua relação com a filosofia da história são particularmente direcionadas para a figura de Wilhelm Roscher” (Campos, 2011, p. 150).

Para Weber, Roscher não apresentou qualquer avanço ao projeto historicista. Como herdeiro de Ranke na tentativa de superação da Filosofia da História por uma História com fundamentos empíricos, ele não obteve sucesso em sair do plano metafísico (Ibid).

A crítica que Weber direcionou a Roscher pode ser compreendida como uma tentativa, por sua parte, de estabelecer novas bases para a perspectiva histórica. Nesse contexto que pode ser lido um dos seus primeiros textos sobre fundamentos metodológicos “A objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais e Políticas”, de 1904. “Recorde-se que, de permeio, Weber publicou seu ensaio sobre a objetividade, que, sob vários aspectos, pode ser considerado uma espécie de sistematização e explicitação programática das ideias contidas nos trabalhos sobre Roscher e Knies” (Cohn, p. 80-81).

Nesse texto, Weber definiu-se como um expoente da tradição historicista da economia política e estabeleceu uma discussão sobre os métodos das ciências da cultura fundamentando-a na História (Campos, 2011).

Nas revistas daquele período, as discussões de política social apareciam junto com questões de natureza teórica e mesmo com a proposição da elaboração de instrumentos de pesquisa. Esse era o ambiente intelectual de Weber, essas eram as pessoas com as quais tinha ligações políticas, teóricas e mesmo institucionais. Entretanto, quando assumiu a direção do *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*, tomou uma posição metodológica mais clara: nesse contexto, o artigo “A objetividade do conhecimento” adquiriu o estatuto de um “manifesto”, estabelecendo uma ruptura com Schmoller e com os assim chamados “socialistas de cátedra” (Weiss, 2014, p. 114).

A posição metodológica que Weber propôs para as Ciências Sociais foi uma resposta, além de diálogo, ao embate historicista que marcou o campo de pensamento alemão. Ele trouxe uma resposta à questão que Ranke, Roscher, Knies, Windelband e Dilthey buscaram responder: o que define as Ciências da Cultura como uma Ciência? Como consequência desta, surgem outras questões que demandaram respostas e estimularam estes autores: qual o objeto de estudo das Ciências da Cultura? Como se estuda a História de forma científica? O que diferencia as Ciências da Cultura das Ciências Naturais? Qual o método das Ciências Sociais? Weber buscará responder a todas essas questões e seu posicionamento, de certa forma, solucionará alguns dos empasses com os quais o debate havia se deparado.

O texto “objetividade” foi um diálogo com um dos pontos que atravessou todo o debate historicista de Kant aos neokantianos: a possibilidade de orientação das Ciências da Cultura para a construção de uma lei abstrata (Campos, 2011). “O que está em discussão são os objetivos das ciências humanas: construir leis abstratas cada vez mais universais ou conhecer a realidade concreta?” (Ibid, p. 153).

Além disso, um segundo aspecto da posição assumida por Weber nesse texto está vinculado ao seu debate com Schmoller, sendo a presença de Schmoller altamente relevante nesse período no cenário acadêmico alemão. Quando Weber passou a posicionar-se

metodologicamente, o fez apresentando discordância com um dos pontos centrais do pensamento de Schmoller: a posição das ciências históricas com relação aos valores.

Schmoller, historicista dos mais proeminentes e expoente da nova escola histórica, desenvolveu uma teoria ética da história, ou seja, o autor aliou o estudo da história com posições valorativas. O estudo da história teria o objetivo de encontrar essas posições éticas – valores – de cada período. À frente da “*Verein für Sozialpolitik*” (Associação de Política Social), Schmoller já havia indicado esse caminho, defendendo abertamente, como ressalta Cohn (2003, p.108), de uma ciência econômica voltada para a formulação de “juízos de valor objetivos”. Tal posição também se explica e compreende-se pelo contexto intelectual e histórico da época em que Schmoller estava à frente da revista.

Desde o último decênio do século XIX, uma vez que haviam se libertado das premissas conservadoras de base metafísica, muitos intelectuais tomavam posição diante de questões políticas, a maioria aderindo a correntes socialistas, como era o caso de Schmoller, Wagner e Brentano. Nas revistas daquele período, as discussões de política social apareciam junto com questões de natureza teórica e mesmo com a proposição da elaboração de instrumentos de pesquisa. Esse era o ambiente intelectual de Weber, essas eram as pessoas com as quais tinha ligações políticas, teóricas e mesmo institucionais (Weiss, 2014, p. 114).

Nesse aspecto em específico, Weber rompeu com Schmoller, produzindo uma “guinada teórica” (Weiss, 2014) em relação ao predecessor e propôs uma solução metodológica sobre o debate Ciências da Cultura *versus* Ciências da Natureza. “O ponto crucial da guinada teórica empreendida por Weber, que conferiu um caráter original a seu sistema metodológico, diz respeito ao modo com que ele interpretou a relação do objeto histórico com os valores” (Ibid, p. 114).

É a proposta de uma ciência social prática que tenha como objetivo formular juízos práticos, ou, ainda, chegar a um “princípio ético”, proposta essencialmente vinculada ao projeto de Schmoller e às posições assumidas por ele quando estava à frente da “*Verein für Sozialpolitik*” que Weber se refere quando diz: “É simplesmente um ato ingênuo, mesmo que ele seja compartilhado por certos especialistas, acreditar que é necessário, para a ciência social prática, estabelecer, sobretudo, ‘um princípio’” (Weber, 1973, p. 112). É ingênuo, pois mora no pressuposto de que tal princípio possa ser “demonstrado cientificamente como válido”, e que, portanto, a partir dele poderia ser possível deduzir-se “de maneira unívoca, as normas para a solução de problemas práticos singulares” (Ibid).

Esse foi um dos grandes argumentos de Weber sobre a relação da ciência com valores, questão que se apresentava em seu tempo de forma contundente (e ainda contemporaneamente)

para as Ciências Sociais pelas suas próprias características. Não seria possível, segundo Weber, estabelecer um valor último de forma objetivamente válida que pudesse ser válido para todos os contextos e capaz de orientar as condutas em detrimento das singularidades e especificidades de casos específicos, pois, como o que torna um valor “válido” ou “significativo” são os processos social, histórico, cultural, processos que são relativos, portanto, a significação ou relevância dos valores são, também, relativas. Sendo assim, para Weber, não poderia ser objetivo das Ciências da Cultura estabelecer valores “objetivamente” válidos.

As Ciências Culturais são, para o autor, as disciplinas que estudam os acontecimentos da vida humana a partir do seu significado cultural. As Ciências Sociais pertencem a essa mesma categoria; portanto, são áreas que vão estudar acontecimentos que se tornam significativos em consequência de processos culturais e, também, históricos. Entrava nessa compreensão o papel da história para Weber, pois ele compreendia que ela seria o contexto, ou processo, por meio do qual certos elementos sociais fariam significado. Assim, quando se quisesse compreender esses elementos, que se referem ao comportamento, a História tornar-se-ia a fonte de explicação.

A redução de realidade com ideias de valor que lhe conferem uma significação, assim como sublinhar e ordenar os elementos do real matizados por esta relação sob o ponto de vista de sua significação cultural, constituem perspectivas completamente diferentes e distintas da análise de realidade levada a cabo para conhecer as suas leis e ordená-las segundo conceitos gerais. Ambas as modalidades de pensamento ordenador do real não mantem entre si nenhuma lógica necessária (Weber, 1973, p. 128).

Weber estabeleceu a diferença entre analisar a realidade buscando sintetizá-la a partir da definição de conceitos que sejam capazes de condensar o complexo em abstrações gerais, o que fundamentou o uso de tipos ideais como ferramenta metodológica e a tentativa de sintetizar a realidade em leis gerais, de buscar abstrações que sejam capazes de explicar qualquer contexto. Ele separou os dois objetivos e sua abordagem das Ciências Sociais foi colocada junto ao primeiro. É preciso ter em mente que na “Objetividade” Weber ainda utilizou, de forma mais flexibilizada, a ideia de “leis gerais” e, posteriormente, ele rompeu expressivamente com a possibilidade.

O estabelecimento de tais “leis” e “fatores” (hipotéticos) apenas constituiria, para nós, a primeira das várias operações às quais o conhecimento a que aspiramos nos conduziria. A segunda operação completamente nova e independente, apesar de se basear nessa tarefa preliminar, seria a análise e a exposição ordenada do agrupamento individual desses “fatores” historicamente dados e da combinação concreta e significativa dele resultante (Weber, 1973, p.127).

A possibilidade dessas generalidades, ou das “leis”, nas Ciências Sociais é um meio para obtenção de conhecimento e não o objetivo final dessa Ciência. “Ocorre que o estabelecimento de tais regularidades não é a finalidade, mas sim um meio do conhecimento” (Weber, 1973, p. 130). Assim, Weber também rompeu, ou se colocou a meio termo, com a dicotomia que fundamentou a *Methodenstreit*, conhecimento empírico *versus* conhecimento teórico, pois, para ele, não existiria uma impossibilidade e inviabilidade de articulação das duas dimensões. Além disso, ambas servem a objetivos diversos.

Ele considerou essa posição da escola histórica como um de seus dogmas que acabou contribuindo para não haver um progresso no sentido da “solução” dos marcadores científicos para o campo das Ciências Sociais. Também vinculava essa diferenciação com resquícios da influência do naturalismo no pensamento desses autores.

Apesar do formidável dique erguido pela filosofia idealista alemã desde Fichte, pelo êxito da Escola Histórica do Direito e pelos trabalhos da Escola Histórica Alemã de Economia Política contra a infiltração dos dogmas naturalistas, não foram ainda superados, em determinados aspectos decisivos, os pontos de vista do naturalismo, e, em parte, essa situação ocorre por causa desse esforço. Entre eles, cabe citar a relação, ainda problemática, que na nossa disciplina existe entre o trabalho “teórico” e o “histórico”. [...] Ainda hoje, o método teórico e “abstrato” se opõe de maneira direta e aparentemente incontornável à investigação histórico-empírica (Weber, 1973, p. 135).

A oposição entre método teórico e “abstrato”, à qual Weber alude, foi, para ele, o estímulo e a consequência da *Methodenstreit*. Em a “Objetividade” as duas perspectivas receberam críticas do autor. Primeiro, sobre a utilização da teoria abstrata, diz ele que ela “julgava poder se apoiar em axiomas psicológicos” (Weber, 1973, p.136), mas que construções de teorias abstratas só “aparentemente são ‘deduções’ a partir de motivos psicológicos fundamentais” (Ibid, p.137). Elas são, na verdade, uma forma de construção de conceitos próprios e necessários às Ciências da Cultura (Ibid).

Portanto, as generalizações são formulações conceituais sobre elementos significativos que advêm do contexto histórico e não de elementos psicológicos. São um quadro de sistematização de relações e acontecimentos referentes à vida social e histórica que formam “um cosmo não contraditório de relações pensadas. Pelo seu conteúdo, essa construção reveste-se do caráter de uma utopia, obtida mediante a acentuação mental de determinados elementos da realidade” (Ibid).

Segundo, no caso da História como o fundamento empírico, compreendia-se que o conhecimento científico da realidade seria atingido mediante o esgotamento empírico da mesma por meio de hipóteses e testes que levassem ao conhecimento total. Weber diferenciou-se da escola histórica quanto a esse aspecto, pois essa perspectiva baseava-se no pressuposto de que seria possível o esgotamento dessa realidade, o qual Weber não incorporou em seu pensamento metodológico, e justamente esse entendimento tornou-se um grande aspecto da sua posição.

Para os representantes da escola histórica, esses passos deveriam ser percorridos para, somente em um segundo momento, ser possível chegar a um conhecimento dedutivo ou abstrato das ciências da cultura ou históricas.

Se deduzirmos as conseqüências do que foi dito acima, chegaremos a um ponto em que as nossas opiniões talvez se diferenciem, num ou noutro aspecto, das opiniões de muitos representantes eminentes da escola histórica a que também pertencemos. Pois estes últimos persistem, que de forma expressa, quer implicitamente, na opinião de que a finalidade e o alvo último de qualquer ciência consistem em ordenar toda a sua matéria de estudos num sistema de conceitos, cujo conteúdo deveria ser estabelecido e progressivamente aperfeiçoado mediante a observação de realidades empíricas, construção de hipóteses e verificação das mesmas, até que um dia daí nascesse uma ciência “perfeita” e, conseqüentemente, dedutiva (Weber, 1973, p.149).

Para Weber, o estudo dos fenômenos sociais parte de dois pressupostos: a capacidade de conhecimento humano é limitada e os elementos que conferem significados aos fenômenos sociais, que serão estudados, são históricos. “Portanto, só alguns aspectos dos fenômenos particulares infinitamente diversos, e precisamente aqueles a que conferimos uma significação geral para a cultura, merecem ser conhecidos, pois apenas eles são objeto de explicação causal” (Weber, 1973, p.129).

É o contexto histórico e social que torna um fenômeno significativo e importante a tal ponto de demandar conhecimento. Nesse aspecto, não existe uma neutralidade ou objetividade, porque são os fatores históricos de um período que definem ser algo significativo, ou não, a ponto de demandar uma análise por parte das Ciências Sociais.

O conhecimento empírico, científico, dessa realidade que só é valiosa, pois subjetivamente é compreendida como tal é objetivo, ou seja, categorias subjetivas definem algo como valioso ou significativo, as categorias objetivas vão fundamentar a compreensão desse processo. “A validade objetiva de todo saber empírico baseia-se única e exclusivamente na ordenação da realidade dada segundo categorias que são subjetivas”. A realidade subjetiva significa “o pressuposto do nosso conhecimento” e, enquanto tal, a produção do conhecimento se associa àquela “verdade que só o conhecimento empírico nos pode proporcionar” (Weber, 1973, p.152).

Essas são questões que se apresentam para as Ciências da Cultura principalmente pela natureza do seu objeto. O que torna algo objeto de conhecimento das Ciências Sociais é, sim, sua significação como elemento subjetivo do comportamento e que estabelece algo como significativamente relevante nas condutas são processos sócio-históricos, ou seja, são elementos sociais. Sendo assim, a compreensão de processos sociais e históricos está, fundamentalmente, em questões subjetivas, e foi esse o ponto que para os neokantianos sustentava a divisão entre a metodologia das Ciências Sociais e metodologia das Ciências Naturais e, como consequência, a impossibilidade de as Ciências Sociais atingirem o mesmo critério de objetividade das Ciências Naturais.

Weber quando diferenciou os dois momentos, constituição significativa dos fatos sociais e estudo empírico destes, diferenciou-se dos neokantianos e do debate que perpassou o historicismo em geral quanto à necessidade de marcadores científicos diferentes para as duas áreas, o que, sim, divergia as duas áreas. Para ele, era o papel desempenhado pela generalidade e, como consequência, da possibilidade e relevância de “leis”.

E quanto a saber se tem sentido formular como “lei” uma regularidade de conexões causais observada na experiência cotidiana, isso não é mais do que uma questão de conveniência em cada caso concreto. Para as ciências exatas da natureza, as leis são tanto mais importantes e valiosas quanto mais geral é a sua validade. Para o conhecimento das condições concretas dos fenômenos históricos, as leis mais gerais são frequentemente menos valiosas, por serem as mais vazias de conteúdo. Isto porque, quanto mais vasto é o campo abrangido pela validade de um conceito genérico – isto é, quanto maior a sua extensão – tanto mais nos afasta da riqueza da realidade, posto que, para poder abranger o que existe de comum no maior número possível de fenômenos, forçosamente deve ser o mais abstrato e pobre de conteúdo. No campo das ciências da cultura, o conhecimento do geral nunca tem valor por si próprio. (Weber, 1973, p.130).

Weber entendia que a generalidade e a previsibilidade no conhecimento da ação humana poderiam atingir níveis como os das Ciências Naturais. A ação humana poderia ser explicada dentro dos aspectos definidos como pertencentes ao conhecimento nomológico, ou seja, atentando-se às regularidades passíveis de observação (Cohn, 2003). No entanto, isso não levou Weber à mesma posição assumida pelos positivistas, qual seja, da compreensão de que as Ciências Sociais deveriam assumir os mesmos objetivos e utilizar os mesmos métodos das Ciências Naturais, levando à busca de “leis” sociais precisas e invariáveis. Justamente por isso a posição metodológica de Weber foi um marcador para a área e para o seu tempo, pois ele apresentou argumentos que, de certa forma, solucionariam o embate entre neokantianos e positivistas e os conflitos metodológicos que as Ciências Sociais enfrentavam no período.

Weber sustenta, contra o positivismo naturalista, que a compreensão é o recurso acessível e indispensável nas ciências histórico-sociais: "sempre que pudermos, devemos usá-la". No entanto, ele dedica enorme esforço para demonstrar que essa compreensão, ou interpretação, nada tem a ver com qualquer "revivência empática" de ações alheias, sempre que seu objetivo seja conduzir a um conhecimento científico de fenômenos empíricos (Cohn, 2003, p. 81).

As Ciências Sociais podem, então, atingir a generalidade explicativa dos fenômenos empíricos, além de níveis de previsibilidade, mas, para Weber, era insuficiente “constatar da maneira mais precisa e rigorosa que, sempre que expostas a determinada situação, as pessoas reagirão de maneira idêntica” (Cohn, 2003, p.80). A grande especificidade das ciências histórico-sociais é seu caráter significativo (Ibid) e foi para esse aspecto que Weber voltou a sua metodologia após desvincular-se de muitas posições do debate de sua época.

O caráter significativo ao qual Weber vinculou as Ciências Sociais conduziu seus textos metodológicos, sua metodologia, a duas categorias: compreensão e interpretação. Foram elas que assumiram protagonismo na sociologia weberiana como capazes de conectar o objeto e o objetivo dessa ciência dentro dos limites estabelecidos pelo autor para a área. A compreensão da ação social foi definida, por Weber, como o objeto de estudo da Sociologia, mas o que importa nesta ação não é “a vivência dos sujeitos, mas sua experiência” (Cohn, 2003, p. 82).

Toda ciência de conexões espirituais e sociais é uma ciência de comportamentos humanos (em cujo conceito se inclui, neste caso, qualquer ato de pensamento e qualquer ato psíquico). Tal ciência quer ‘compreender’ este comportamento e, em função disso, ‘interpretar pela explicação’ o seu decurso (Weber, 1973, p. 392).

Compreender a ação social dentro do conhecimento empírico não significa analisá-la de forma empática ou psicológica, pois o que importa é “o estabelecimento de nexos causais entre várias ações do mesmo agente (típico) ou entre as ações de vários sujeitos diversos, num mesmo contexto” (Cohn, 1973, p. 82). A compreensão da ação para fins do conhecimento empírico das ciências histórico-sociais objetiva encontrar os pontos de conexão entre a ação específica e outras.

O que nessa ação vincula o indivíduo ao social são esses os fatores que se explicam pelo social, pois, se transcendem o contexto específico, são explicáveis não por ele, mas pelo contexto geral, social. “Daí a importância, nesse ponto, do conhecimento ‘nomológico’ do pesquisador, pois o que importa é transcender a ação singular como puro evento” (Ibid).

Esses são alguns dos aspectos centrais da posição assumida por Weber nessa sua primeira grande participação no debate metodológico. O autor, que já havia assumido uma posição crítica às posições dos historicistas alemães como Roscher e Knies, manteve esse

afastamento e começou a estabelecer as bases da sua sociologia compreensiva e, principalmente, do ponto que foi marcante de seu pensamento o rompimento com as posições valorativas nas Ciências Sociais. Tais posturas foram explicitadas e fundamentadas no texto que representou o segundo marco de suas contribuições metodológicas “A neutralidade axiológica”.

4.2 MAX WEBER E A NEUTRALIDADE AXIOLÓGICA

Em 1918, Weber retomou o tema da relação entre Ciências Sociais e valores e dos valores com o conhecimento científico no texto “O sentido da neutralidade axiológica das Ciências Sociológicas e Econômicas” (“*Der Sinn der ‘Wertfreiheit’ der Soziologischen und ökonomischen Wissenschaften*”) publicado na revista "*Logos: Internationale Zeitschrift für Philosophie der Kultur*". Nesse texto específico, Weber fez uma ruptura total com a “Filosofia dos Valores” – que incorporava “a premissa de que, a partir dos valores realizados no plano da cultura, poder-se-ia atingir os valores transcendententes” (Weiss, 2014, p. 115) - que fundamentava a posição adotada, até então, no cenário acadêmico pelos historicistas. Essa ruptura foi principalmente direcionada à posição de Schmoller, embora não significasse um afastamento total com a figura de Schmoller em específico (Campos, 2011).

Para Weber, discutir explicitamente tal questão tornou-se ainda mais premente, inclusive em virtude da presença cada vez maior de certa militância política no ambiente acadêmico. Em um tom ainda mais enfático, essas questões aparecem também em seu discurso de 1917, publicado em 1919 sob o título *A ciência como vocação (Wissenschaft als Beruf)*. [...], Porém, no texto *O significado da neutralidade axiológica*, em particular, o autor enfrenta um problema que antes havia tão somente esboçado: uma vez aceito o fato de que às Ciências Sociais não é lícito formular qualquer tipo de juízo de valor ou mesmo utilizar seus conhecimentos para justificar qualquer juízo desse tipo, também seria necessário assumir que tal ciência nada tenha a declarar com relação aos valores? (Weiss, 2014, p. 115).

Para Weber, era compreensível a posição adotada por Schmoller e seus amigos, qual seja, a necessidade de defesa e posicionamento valorativo por parte de acadêmicos, visto o contexto político em que a criaram e defenderam. Porém, no momento em que estava escrevendo “A Neutralidade”, Weber considerava que a defesa de tal posição já poderia ser considerada anacrônica (Campos, 2011), pois estava se fundamentando somente no “direito de personalidade” dos professores para a vinculação entre juízos de valor e ciência. Com isso, Weber rompeu, nesse texto, com a posição defendida por Schmoller, mas o absolveu “com a

ideia de que sua posição refletia o compromisso com um trabalho proposto por sua época” (Ibid, p. 155). Isso pode ser demonstrado pelo seguinte trecho de “A neutralidade”:

Há quarenta anos atrás, havia, entre os especialistas atuantes em nossa disciplina, a crença muito difundida de que, dos diversos pontos de vista possíveis no domínio das avaliações prático-políticas, apenas uma era, essencialmente, o único eticamente correto. (O próprio Schmoller só assumiu essa posição até certo ponto.) Hoje em dia, já não é isso que sucede entre os que propõem a declaração das avaliações dos professores - como se pode observar imediatamente (Weber, 1973, p.363).

As ciências podem prestar “apoio” à atividade política que não seja a simples tomada de posição valorativa. Para Weber, o “inestimável serviço” prestado aos engajados em atividade política poderia vir de duas formas: apresentando quais são as posições defendidas do debate social em relação a um problema e quais são os fatos que devem ser levados em conta na escolha entre essas posições (Weber, 1973, p. 368-369).

Com isso, chega-se ao verdadeiro problema que se apresenta a esse ramo da ciência, a compreensão dos “juízos de valor”, definido por Weber como “avaliações práticas sobre a desejabilidade ou indesejabilidade tendo em vista determinados pontos de vista éticos, culturais ou de qualquer outro tipo” (Ibid, p. 369). A função da Ciência seria, para Weber, “transformar em problema o que é evidente por convenção” (Ibid, p. 370), ou seja, escrutinar esses “juízos de valor” que por convenção estabelecem-se como evidentes, mas que não passam de valores relativos ao seu tempo.

A relação da Ciência com os valores, para Weber, foi definida pela sua função de fazer a análise crítica desses valores e compreender como eles se estabelecem como “evidentes” e, não como era defendido à época, estabelecer juízos de valores como evidentes. Assim, fortalecem-se os fundamentos da ciência compreensiva dos valores que, para o autor, consistia como o objetivo das Ciências Sociais. “Com a investigação empírico-psicológica e com a história de um determinado ponto de vista axiológico referente ao seu condicionamento individual, social e histórico, nunca se chega a outra coisa a não ser a sua explicação compreensiva. E isto não é pouco” (Weber, 1973, p. 371).

Os problemas das disciplinas empíricas, certamente, devem ser resolvidos dentro de uma postura de "neutralidade axiológica". Eles não são problemas de valor ou "problemas axiológicos". Mas, mesmo assim, no âmbito de nossas disciplinas, sofrem a influência do relacionamento das realidades "com" os valores. No tocante à expressão "relacionamento com valores" (*Wertbeziehung*) devo remeter a formulações anteriores minhas e sobretudo às conhecidas obras de H Rickert. Seria impossível apresentar o conjunto destas ideias aqui. Basta lembrar que a expressão "relação com valores" refere-se unicamente à interpretação filosófica que precede à seleção e à constituição empírica (Weber, 1973, p. 377).

Existe uma diferença entre “relação com valores” e “juízo de valores” que foi vislumbrada e estabelecida por Weber. Quando se fala na “relação com valores” nos estudos empíricos das ciências sociais, refere-se ao fato de que tudo que se torna objeto de investigação nesse campo das ciências significativamente é relacionado com valores. É o relacionamento valorativo que atribui importância a algo para que passe a ser objeto de estudo por meio de relação causal nessas ciências. Isto é, todavia, uma premissa filosófica que sustenta as bases em que o estudo se estabelece.

Entretanto, tal premissa não significa o mesmo que fornecer “juízo de valores” uma vez que, tal como foi definido por Weber, entender que a atribuição valorativa sobre algo que se estabelece por meio do contexto histórico, cultural, político, social irá tornar certos elementos valorativos mais significativos estabelecendo-os como objeto de estudo empírico é diferente de um “estudo empírico” propor-se a definir algo como valorativo.

O sentido da discussão sobre valores é o escrutínio crítico. A análise das consequências e as explicações sobre o que constitui cada tomada de decisão vinculada a um valor será capaz de fornecer a apreensão sobre o que cada ator em uma disputa realmente entende, mais especificamente, segundo Weber, “o valor ao qual cada uma de ambas as partes se refere - realmente e não apenas aparentemente” (1973, p. 371).

Na discussão sobre valores, a análise científica tem importância “para a finalidade de uma consideração causal empírica da ação humana, a fim de aprender a discernir os seus motivos últimos e reais” e, também, “para a determinação dos pontos de vista axiológicos opostos, quando se discute com alguém que, real ou aparentemente, sustenta pontos de vistas éticos diferentes” (Weber, 1973, p. 371).

As discussões sobre as posições de avaliações valorativas tomam como pressuposto da análise o reconhecimento de que o estudo empírico de valores parte da compreensão de que eles são uma posição axiológica significativa no contexto, por isso, estão sendo alvo de escrutínio empírico. Dado isso, as análises empíricas “pressupõem a compreensão da possibilidade de haver posturas axiológicas e avaliações últimas, divergentes e, em princípio inconciliáveis” (Weber, 1973, p. 371). O relativismo de valores baseia-se no pressuposto da possibilidade de posturas axiológicas múltiplas e empiricamente indemonstráveis como superiores ou inferiores.

Quando se trata de avaliações prático-políticas, e aqui substancialmente no ramo da política econômica e social, lembrando que Weber estava debatendo em oposição a Schmoller que desenvolveu um projeto ético voltado para a avaliação prática de políticas de governo, uma disciplina empírica só consegue demonstrar quais são os meios indispensáveis para atingir a

posição estabelecida previamente, quais são as repercussões (consequências) de tal posição e, por fim, a concorrência de muitas avaliações possíveis e as suas consequências (Weber, 1973).

Essas são as possibilidades de uma análise empírica sobre posições axiológicas, possibilidades e, sobretudo, limites. “Mas, muito menos ainda, pode a nossa ciência, que é estritamente empírica, pretender poupar o indivíduo de semelhante escolha, e, por isso, ela também não deve suscitar a impressão de que seria capaz para tanto” (Weber, 1973, p.375).

Uma ciência empírica não é capaz de demonstrar a melhor escolha diante de uma situação prática-política ou em qualquer escolha que demande a tomada de posição valorativa; portanto, uma ciência que analisa essas posições não precisa ser “axiologicamente neutra” no sentido de não tomar posições de valores, uma vez que o conhecimento empírico não depõe sobre isso.

De qualquer maneira não se compreende porque os representantes de uma ciência empírica deveriam experimentar a necessidade de apoiar este tipo de comportamento, funcionando como plateia de aplausos a "tendência do desenvolvimento" respectiva, e convertendo a "adequação" a esta num princípio supostamente "coberto" pela autoridade de uma ciência, enquanto que, na realidade, é um problema de "postura axiológica última" que deve ser resolvido de caso para caso no foro íntimo dos indivíduos (Weber, 1973, p.379).

A concomitância entre análise empírica e “emissão de juízos de valor” resulta muitas vezes em prejuízo para o trabalho, pois, segundo ressaltado por Weber, os trabalhos históricos costumavam demonstrar que a análise da relação causal acabava quebrando-se quando começava a emissão dos juízos de valor. Isto trazia consequências para a própria compreensão das causas e efeitos, pois se corria o risco de o pesquisador tomar “como consequência de uma ‘falha’ ou de uma ‘decadência’ aquilo que talvez foi um efeito de ideias dos agentes que lhe são estranhos e, neste caso, ele falha na sua verdadeira tarefa, ou seja, de ‘compreender’” (Weber, 1973, p.386).

Todas as posições normativas consideradas válidas quando se tornam objeto da investigação empírica passam a ser um dado, ou seja, é um fato que a posição é considerada como válida e assim ela será escrutinada. A existência dessa compreensão de agentes sobre a posição é o fato que importa às Ciências Sociais. Não importa se eles devem ou não considerar essa posição como o fazem, mas que a considerem. “Quando o normativamente válido se torna objeto de uma investigação empírica” considerou Weber que “este ‘válido’ enquanto objeto perde o seu caráter de norma: apenas deve ser tratado como ‘algo que é’ e não como ‘algo que deve ser’” (Weber, 1973, p.391).

E isso importa às Ciências Sociais, pois é um fator explicativo sobre o comportamento dos atores sociais. A compreensão deles sobre uma posição prática tem como consequência uma conduta. Portanto, a explicação da cadeia causal do comportamento social passa pela compreensão dos sentidos subjetivos sobre as posições axiológicas. E só enquanto elemento subjetivamente significativo ele é capaz de fornecer uma explicação empírica.

As posições epistemológicas assumidas por Weber entrelaçaram-se no seu pensamento na construção de ferramentas metodológicas. As categorias de ação social, compreensão, situação, possibilidade objetiva, conhecimento nomológico e causalidade estão todas intimamente relacionadas (Cohn, 2003).

A ferramenta metodológica weberiana que interconecta todos estes pontos do seu pensamento é o tipo ideal, que representa a diferenciação que Weber estabelece entre a Sociologia, como uma ciência que busca estudar as generalidades e, para tal, precisa de ferramentas conceituais, e a História, como ciência que objetiva compreender as singularidades.

Tomamos como garantido que a sociologia busca formular conceitos tipológicos e uniformidades generalizadas de processos empíricos. Isso a distingue da história, que é orientada para a análise causal e explicação de ações individuais, estruturas e personalidades com significado cultural. O material empírico que subjaz aos conceitos da sociologia consiste, em grande medida, embora não exclusivamente, nos mesmos processos concretos de ação tratados pelos historiadores. (Weber, 1978, p. 19, tradução própria)¹³⁰.

Os tipos ideais são construtos intelectuais que abstraem elementos característicos da realidade e utilizam tais características para definir conceitos. Eles não fazem a descrição da realidade específica, uma vez que não são ferramentas descritivas. Eles servem como um elemento de elaboração racional capaz de auxiliar o pesquisador como ferramenta de ordenação da complexidade do real. Quando se referiu aos tipos ideais de ação social que foram formulados por ele, Weber ressaltou a necessidade do sociólogo desenvolver tipos que apresentassem o máximo grau possível de integração lógica com os sentidos visualizados de ação. Justamente por essa busca de uma integração lógica dos tipos ideais é difícil encontrar na realidade um fenômeno que corresponda exatamente a ele (Weber, 1978).

Weber pode ser pensado como um autor que trouxe uma solução aos problemas que foram levantados pelos autores alemães sobre a demarcação das Ciências Sociais enquanto

¹³⁰ “We have taken for granted that sociology seeks to formulate type concepts and generalized uniformities of empirical process. This distinguishes it from history, which is oriented to the causal analysis and explanation of individual actions, structures, and personalities possessing cultural significance. The empirical material which underlies the concepts of sociology consists to a very large extent, though by no means exclusively, of the same concrete processes of action which are dealt with by historians” (Weber, 1978, p. 19).

campo científico. Ele debateu com os autores positivistas assim como com os neokantianos e propôs soluções para os conflitos sobre a diferenciação entre ciências naturais e sociais, os valores nas Ciências Sociais e as diferenças entre ciências históricas e Sociologia. Por isso, sua metodologia e teorias adquiriram tanta importância para as Ciências Sociais, mas a compreensão de muitos desses elementos só aparece à luz da leitura de suas influências e do debate acadêmico alemão que o precedeu.

A solução para a questão dos valores nas Ciências Sociais significou o caminho do campo para a proposição de análises científicas que não buscassem mais a conformação normativa, ou a definição normativa, de uma época, assim como enfatizou a ausência de formulações científicas que demonstrassem a existência de leis sociais semelhantes às leis naturais. Em um e outro caso o que fundamenta a posição é a impossibilidade de demonstração de valores absolutos por meio do conhecimento científico, uma vez que estes são fruto do meio social e relativos a ele.

Lendo suas posições metodológicas em contraste com a *Methodenstreit*, a posição weberiana não possui uma total identificação com nenhuma das propostas metodológicas de Menger ou de Schmoller; todavia, incorpora pontos de ambas. Weber não atribui tanta importância para as Ciências Sociais quanto Menger à possibilidade, ou objetivo último, de construções racionais gerais que sejam válidas de forma invariável, uma vez que, em Menger, esses padrões aproximam-se das leis sociais, tendo sido o termo utilizado pelo autor, embora não com o mesmo significado em que foi utilizado nas teorias positivistas, por exemplo. Mas, como visto, a Sociologia, enquanto uma ciência, para Weber, buscava explicar generalidades. Assim, ele não se limitou, como Schmoller, às especificidades, também não entendeu ser o objetivo das Ciências Sociais definir os valores éticos de seu tempo.

Quanto à importância de compreender Weber para a leitura de Hayek, resta sublinhar que, sendo Menger um ponto de encontro entre ambos, o entendimento dos desenvolvimentos da teoria weberiana em relação às questões metodológicas propostas por Menger clarificam alguns dos posicionamentos metodológicos que Hayek assumirá posteriormente frente às teorias sociológicas, incluindo as teorias de Durkheim, e o quanto a não incorporação das propostas weberianas implica em que, em alguns pontos, Hayek permanecesse ao lado de Menger, apesar dos desenvolvimentos posteriores.

4.3 KARL POPPER E O “HISTORICISMO”

A Segunda Guerra Mundial marcou a vida de Karl Popper e, por consequência, o seu trabalho. Austríaco e de família judia, o avanço do nazismo fez com que o autor se mudasse para a Nova Zelândia e, influenciado pelos acontecimentos e consequências da Guerra, produziu dois dos seus trabalhos que fundamentaram uma crítica epistemológica ao que ele denominou de “historicismo”.

A crítica de Popper desenvolveu-se a partir de três pilares: os fundamentos epistemológicos da ciência, a distinção entre ciências teóricas e históricas e as consequências e limites da previsão na ciência. Primeiro Popper escreve *The Poverty of Historicism*, em 1936, que foi publicado no periódico dirigido por Hayek, “Economia”, na forma de ensaios, e depois veio o seu segundo trabalho sobre o tema, *The Open Society and Its Enemies*, escrito em 1943 e publicado pela primeira vez somente dois anos depois, em 1945, pela editora Routledge, também com apoio de Hayek.

Li um artigo semelhante no Seminário do Professor F. A. von Hayek, na London School of Economics. A publicação foi atrasada por alguns anos porque meu manuscrito foi rejeitado pelo periódico filosófico ao qual foi submetido. Ele foi publicado pela primeira vez, em três partes, no *Economica*, N.S., vol. XI, nº 42 e 43, 1944, e no vol. XII, nº 46, 1945 (Popper, 1961, p. iv, tradução própria)¹³¹.

Para a compreensão da crítica popperiana é necessária a desmistificação entre o historicismo e o uso que o autor faz do termo “historicismo”, pois existe uma diferença entre a corrente do pensamento alemão marcada pelos pensamentos de Ranke, Roscher, Dilthey, Windelband e Rickert, Schmoller e Weber e a corrente teórica à qual Popper direcionou a sua crítica, que se fundamentava nas ideias de Platão, Hegel, Comte, Mill e Marx.

As formas “historismo” e “historicismo” foram por longo tempo intercambiáveis, ao menos fora dos países de língua alemã. Nestes a primeira prevaleceu. Ultimamente, porém, apoderou-se da segunda o filósofo Karl Popper, e o racionalismo crítico anglo-americano, para aplicá-lo às várias teorias que propõem previsões históricas e que as julgam indispensáveis em qualquer orientação científica da vida política, o que tem dado lugar a não poucas confusões. Entre esses “historicistas”, que Popper e Hayek descreveram e combateram, estão, ao lado de Hegel e Marx, também Augusto Comte e Stuart Mill, para só falar nesses (Buarque de Holanda, 1974, p. 432).

O termo “historismo” designa o que dentro da tradição alemão denomina-se como “historismus” (Gonzales, 1984, p. 110), sendo três as principais características dessa corrente:

¹³¹ “I read a similar paper in Professor F. A. von Hayek’s Seminar, at the London School of Economics. Publication was delayed by some years because my manuscript was rejected by the philosophical periodical to which it was submitted. It was first published, in three parts, in *Economica*, N.S., vol. XI, no. 42 and 43, 1944, and vol. XII, no. 46, 1945.” (Popper, 1961, p. iv).

oposição a uma abordagem estática do mundo; negação da existência da verdade como um valor absoluto, levando a um relativismo; defesa de um pluralismo epistemológico, o que impede o estabelecimento de um marco conceitual estável para a análise das Ciências Sociais (Ibid).

A origem de ambos, historicismo e historicismo, não está completamente desvinculada. Ambos tiveram o seu nascedouro intelectual no contexto europeu do século XVIII e durante o século XIX adquiriram perfis mais definidos teoricamente. Apoiaram-se numa ideia de temporalidade e em uma perspectiva metodológica das ciências sociais centralizada na história (Gonzales, 1984, p. 110).

O papel exercido pelo relativismo no historicismo é um grande diferenciador entre as duas abordagens. A ausência da influência relativista no historicismo leva a uma propensão mais dogmática na sua compreensão das ciências sociais, ponto que foi relevante na crítica popperiana.

Para fins da análise desenvolvida neste trabalho, a crítica popperiana ao “historicismo” importa para a compreensão dos fundamentos da posição metodológica de Hayek, uma vez que ambos compartilharam em muitos pontos da crítica ao historicismo. Foi Hayek, inclusive, o grande impulsionador das publicações de Popper, pois viu nelas grande importância e centralidade acadêmica. Além disso, a construção da análise dos fundamentos da teoria de Hayek está sendo apresentada conjuntamente à discussão epistemológica das Ciências Sociais. E, também nesse aspecto, a posição de Popper foi relevante, pois ele apresentou uma definição das Ciências Sociais como não distintas das ciências naturais nas características do que define um conhecimento como científico.

Isso implica em consequências para a produção intelectual da área. Optou-se por manter a utilização das traduções dos textos do Popper e utilizar o termo historicismo para a crítica dirigida pelo autor. Mas para distinguir da corrente discutida anteriormente e por certa imprecisão nas traduções, aqui se utilizará o termo entre aspas, quando em referência às teorias criticadas por Popper, como forma de sinalizar a diferenciação.

No prefácio da publicação em livro de *The Poverty of Historicism*, em 1957, Popper definiu o “historicismo” como uma forma de abordagem das Ciências Sociais que atribuía como sendo seu principal objetivo fazer a predição histórica. Para atingir esse objetivo era necessário descobrir os “padrões”, “ritmos”, “tendências” ou “leis” da evolução da História. Para ele, o “historicismo” era um método pobre (Popper, 1961) e, além disso, ele estava convencido de ser ele uma das doutrinas responsáveis pelo que caracterizava como o insatisfatório estágio das Ciências Sociais teóricas à época em que escreveu a obra.

Para o “historicismo”, os métodos da Física não poderiam ser aplicados às Ciências Sociais. Justificavam esta posição pela existência de diferenças profundas que separavam as duas ciências. O mundo físico seria governado por um sistema de uniformidades invariáveis no espaço e no tempo. Por isso, suas leis, as “lei da natureza”, seriam válidas de forma invariável, sempre e em todos os lugares, dado que as características do ambiente para o qual elas são válidas também não variam.

Por outro lado, as leis da vida social, ou leis sociológicas e históricas, são diversas e variam em épocas e lugares, uma vez que a realidade social, diferentemente do natural, não apresenta as mesmas características invariáveis e imutáveis. Ela é complexa e relacional. As regularidades da vida social estão, para o “historicismo”, atreladas às diferenças do contexto cultural e histórico e dependem das particularidades da situação histórica¹³².

Popper resumiu, também no prefácio da edição em livro da “Miséria o Historicismo” (Popper, 1961), sua argumentação sobre os erros, identificados por ele, do método “historicista” em cinco pontos principais: o decorrer do curso da história é influenciado pelo acúmulo do conhecimento humano; não é possível prever por meio da utilização de métodos racionais e científicos como será a expansão do conhecimento humano futuro; de forma consequente, não é possível prever o curso da história humana; isso significa que não pode haver uma teoria científica do desenvolvimento histórico que sirva de base para a predição histórica; com isso, o “historicismo” aniquila-se, uma vez que seu objetivo está mal colocado.

Para Popper, o ponto decisivo de sua crítica encontrava-se no enunciado “não é possível prever por meio da utilização de métodos racionais e científicos como se dará a expansão do conhecimento humano futuro”, pois ele encarna a dedução lógica e central da sua tese: se a história da sociedade é influenciada pelo acúmulo do conhecimento humano, não sendo possível prever os caminhos que esse conhecimento tomará, logicamente não é possível prever a história humana, uma vez que não se tem acesso às informações, nível de conhecimento, seguindo o argumento, necessárias para tal predição científica. É impossível anteciper hoje o que só se saberá amanhã (Popper, 1961).

O caminho de sua crítica ao historicismo foi conduzido para provar tal ponto por meio de evidências, argumentos que demonstrassem a fragilidade das proposições preditivas das

¹³² Cumpre pontuar que Popper estabelece ressalvas ao tratar do "Historicismo naturalista", sendo definido como aquele que incorpora a noção de "leis de longo alcance" para a realidade histórica como "leis da história" ou "leis das mudanças históricas", ou seja, que faz uma aplicação dos métodos das ciências da natureza para as ciências sociais de forma mais completa. Mais especificamente, diz Popper: “According to their views on the applicability of the methods of physics, we may classify these schools as pro-naturalistic or as anti-naturalistic; labelling them ‘pro-naturalistic’ or ‘positive’ if they favour the application of the methods of physics to the social sciences, and ‘anti-naturalistic’ or ‘negative’ if they oppose the use of these methods” (1961, p. ii).

quais se acercou o “historicismo”. Popper buscou evidenciar não ser possível nenhuma forma de antecipação, por meio de métodos científicos, dos resultados que serão alcançados no futuro. Essas tentativas não dão resultado, segundo ele, quando a previsão do futuro faz-se como previsão do passado (Ibid). Com isso, ele formulou a crítica científica sobre a impossibilidade de demonstração e predição de futuros estágios de conhecimento; portanto, de futuros estágios sociais.

Uma predição anunciada por uma teoria social é um acontecimento. Sendo um acontecimento, o simples enunciado preditivo pode interferir ou interagir com outras ocorrências sociais. Por isso, ele pode acabar antecipando ou estimulando o acontecimento “previsto” ou pode, ainda, relacionar-se com ele de inúmeras outras maneiras. Existe uma interação entre esses pronunciamentos ou enunciados dos cientistas sociais e a vida social. Isso cria situações em que eles passam a ser considerados como verdades e exercem influências efetivas sobre o futuro, quando são tratados como verdades e são incorporados na conduta dos atores sociais.

Essa interação entre as teorias e os atores sociais é mais um elemento da cadeia lógica, assinalada por Popper, da influência do acúmulo de conhecimento no desenvolvimento histórico, pois a nova informação, o “anunciado preditivo”, pode impactar no comportamento social e no decurso histórico, e as formas do seu impacto não são conhecidas, nem podem ser previstas.

Popper definiu o “historicismo” como fundamentalmente antinaturalístico, mas ele não identificava uma oposição total no historicismo quanto à ideia de existir um elemento comum nos métodos adotados pela Física e pelas Ciências Sociais (Popper, 1961). Para ele, isso se dava pelo acolhimento da compreensão de que a Sociologia, em semelhança com Física, seria um conhecimento teórico e empírico, argumento com o qual Popper concordava.

Quando feita a distinção entre disciplina teórica e empírica, tem-se em mente que o objetivo da disciplina teórica seria explicar e prever eventos, utilizando para isso teorias e leis universais. Ao lado, o objetivo da disciplina empírica é apoiar-se na experiência. Os eventos que objetiva explicar são fatos observados e a observação será a base levada em consideração para aceitar ou rejeitar qualquer proposição nessa área. Embora Popper subscreva essas concepções, mesmo sendo elas bases do historicismo, ele discordava das consequências e desenvolvimentos maiores delas quando aplicadas no raciocínio “historicista”, que levavam na direção da busca de predições e doutrinas de leis históricas.

Popper não negou a possibilidade de previsões científicas que ele definiu como antecipações de longo alcance, ou largo escopo, aquelas que ocorrem no campo da Astronomia,

por exemplo, em que são possíveis previsões amplas sobre a atividade solar, que se apoiam em leis de periodicidade das atividades climáticas, previsões de alterações diárias e períodos de ionização das camadas superiores da atmosfera. Essas são formas de previsões científicas de longo alcance e que funcionam a partir de comportamentos enquadrados em leis, mas essas leis são construídas com base em generalizações de comportamentos observáveis, e, precisamente, neste aspecto Popper identificou falhas no argumento metodológico do “historicismo” quanto às leis históricas (Popper, 1961).

Para o “historicista”, a Sociologia é uma História teorética; portanto, as suas previsões científicas devem basear-se em leis. Quando se referem a leis que regem os processos históricos, serão leis históricas. Entretanto, ao mesmo tempo, o “historicista” entende que as generalizações enquanto método científico são inaplicáveis nas Ciências Sociais e que, portanto, não devemos presumir a existência de uniformidades na vida social para, como isso, construir teorias generalizantes, válidas em casos tomados como presumivelmente semelhantes. Como a vida social é variável em curtos espaços de tempo e locais, as generalizações não podem ser úteis como ferramentas, pois não englobam estas variações tão importantes à vida social.

Tais compreensões trouxeram um paradoxo para a construção de leis na perspectiva “historicista”, pois, com a rejeição das generalizações próprias de métodos científicos de ciências como a Física, essas leis fundamentavam-se em contextos históricos específicos e situados. Essas leis sociais cujas descobertas são, para os historicistas, o objetivo da ciência são generalizações não à semelhança das produzidas por outras ciências. Elas seriam leis sociais que são tomadas como “geralmente” válidas (Popper, 1961). Isso, segundo Popper, significa que essas leis são aplicáveis para toda a história humana, cobrindo todos os períodos dessa história; entretanto, não existem uniformidades sociais válidas para além de períodos históricos particulares (Ibid).

Segundo a análise de Popper, no cerne dos argumentos que compõem o que ele denominou por “historicismo” ou “atitude historicista”, há uma identificação da Ciência Social com a História. Na tese historicista, a ciência social é história. Porém, não é História no sentido de narrar e descrever fatos passados, mas que projeta o futuro, buscando narrar como os fatos dar-se-ão no futuro. O conhecimento da História é necessário para atingir o objetivo da Sociologia ou das Ciências Sociais no geral, qual seja, descobrir as leis de desenvolvimento social, como tais leis atuaram no passado e atuarão no futuro. O passado informa o futuro.

No “historicismo”, os padrões e tendências identificados, e os quais Popper concordava serem passíveis de identificação pela ciência social, foram tratados como leis, ou seja, algo que se mostrava, a partir da análise do contexto e do comportamento social, com grandes chances

de ocorrer da mesma forma. Foi apresentado como absolutamente certo de que ocorreria. Para ele (Popper, 1961), o que os “historicistas” identificavam como leis, não eram leis, mas no máximo tendências, direções, padrões.

Cientificamente uma tendência não fundamenta uma previsão do futuro. Quando a tendência é utilizada para fundamentar não uma possibilidade, mas uma certeza futura, ela não estaria mais no campo científico (Popper, 1961).

Tentei demonstrar que as ‘direções’ ou ‘tendências’ que os historicistas discernem na sucessão de eventos chamada história não são leis, mas, se algo, tendências. E apontei por que uma tendência, em oposição a uma lei, não deve ser usada em geral como base para previsões científicas (Popper, 1961, p. 120, tradução própria)¹³³.

Isso, podemos dizer, é o erro central do historicismo. Suas “leis de desenvolvimento” acabam sendo **tendências absolutas**, tendências que, assim como as leis, **não dependem de condições iniciais** e nos conduzem irresistivelmente em uma certa direção no futuro. Elas são a base de **profecias incondicionais**, em oposição a previsões científicas condicionais. Mas e quanto àqueles que veem que as tendências dependem de condições e tentam encontrá-las e formulá-las explicitamente? Minha resposta é que **não tenho desavenças com eles**. Pelo contrário: que as tendências ocorrem **não pode ser duvidado** (Popper, 1961, p. 128, tradução própria, destaques próprios)¹³⁴.

O erro metodológico do “historicismo” foi tratar as tendências de forma incondicional, ou seja, desvinculadas das condições que acompanham as tendências ou previsões científicas. Essas tendências, quando feitas a partir de generalidades limitadas ao conhecimento racional metodológico, são apresentadas vinculadas ao enunciado: “dadas as seguintes circunstâncias”, ou “mantidas as seguintes condições”, ou “sob tais circunstâncias”; o comportamento dos fenômenos tende a manter-se da maneira identificada. Isso mostra que as circunstâncias iniciais importam para que a tendência identificada mantenha-se; portanto, ela não é incondicional, ao contrário, está condicionada.

“O historicista repreende continuamente aqueles que não conseguem imaginar uma mudança em seus pequenos mundos; no entanto, parece que o próprio historicista é deficiente em imaginação, pois não consegue imaginar uma mudança nas condições da mudança” (Popper,

¹³³ “I have tried to show that the ‘directions’ or ‘tendencies’ which historicists discern in the succession of events called history are not laws but, if anything, trends. And I have pointed out why a trend, as opposed to a law, must not in general be used as a basis for scientific predictions” (Popper, 1961, p.120).

¹³⁴ “This, we may say, is the central mistake of historicism. Its laws of development’ turn out to be absolute trends’, trends which, like laws, do not depend on initial conditions, and which carry us irresistibly in a certain direction into the future. They are the basis of unconditional prophecies, as opposed to conditional scientific predictions. But what about those who see that trends depend on conditions, and who try to find these conditions and to formulate them explicitly? My answer is that I have no quarrel with them. On the contrary: that trends occur cannot be doubted” (Popper, 1961, p. 128).

1961, p. 130, tradução própria)¹³⁵. Para Popper, “a pobreza do historicismo, poderíamos dizer, é uma pobreza de imaginação” (Ibid, tradução própria)¹³⁶, pois a não mudança das condições vinculadas às leis baseia-se na imaginação e não em elementos racional e metodologicamente apresentados.

O historicismo é um movimento muito antigo. As suas formas mais antigas, como as doutrinas dos ciclos de vida das cidades e das raças, na verdade precedem a visão teleológica primitiva de que existem propósitos ocultos por trás dos aparentemente cegos decretos do destino. Embora esta adivinhação de propósitos ocultos esteja muito distante do modo de pensar científico, ela deixou traços inconfundíveis até mesmo nas mais modernas teorias historicistas. Cada versão do historicismo expressa a sensação de ser arrastado para o futuro por forças irresistíveis. Os historicistas modernos, contudo, parecem desconhecer a antiguidade da sua doutrina. Eles acreditam – e o que mais poderia permitir a sua deificação do modernismo? – que o seu próprio tipo de historicismo é a mais recente e mais ousada conquista da mente humana, uma conquista tão surpreendentemente nova que apenas algumas pessoas estão suficientemente avançadas para a compreender (Popper, 1961, p. 128, tradução própria)¹³⁷.

O ponto fundamental da crítica direcionada por Popper ao “historicismo” foi metodológico. Baseou-se na impossibilidade de demonstração científica de futuros incondicionais. Ou seja, o autor não se dirigiu aos futuros propostos seja por Mill, Comte, Marx ou pelas teorias evolucionistas e raciais, pois o erro fundamental, a partir de uma análise científica, não está nas questões normativas que a princípio podem diferenciar todos eles, mas, sim, no ponto que os une, na estrutura cognitiva de suas teorias e proposições.

Todos partem da crença na existência de um sentido para a história, para o desenvolvimento social, de que existe uma direção para a qual a história humana caminha. O objetivo das Ciências Sociais é encontrar esse sentido, essa forma de desenvolvimento, que explica o passado da história humana e apresenta o seu futuro. Esse sentido costuma apresentar-se vinculado às ideias de progresso e evolução. Existe sempre um acúmulo, uma melhoria nesse processo. Todos os autores que tinham esse entendimento do processo social projetaram características de seu tempo em um futuro, construíram “teorias” de futuro que projetavam o

¹³⁵ “The historicist continuously upbraids those who cannot imagine a change in their little worlds; yet it seems that the historicist is himself deficient in imagination, for he cannot imagine a change in the conditions of change” (Popper, 1961, p. 130).

¹³⁶ “The poverty of historicism, we might say, is a poverty of imagination” (Ibid).

¹³⁷ “Historicism is a very old movement. Its oldest forms, such as the doctrines of the life cycles of cities and races, actually precede the primitive teleological view that there are hidden purposes behind the apparently blind decrees of fate. Although this divination of hidden purposes is far removed from the scientific way of thinking it has left unmistakable traces upon even the most modern historicist theories. Every version of historicism expresses the feeling of being swept into the future by irresistible forces. Modern historicists, however, seem to be unaware of the antiquity of their doctrine. They believe — and what else could their deification of modernism permit? — that their own brand of historicism is the latest and boldest achievement of the human mind, an achievement so staggeringly novel that only a few people are sufficiently advanced to grasp it” (Popper, 1961, p. 128).

passado, ao mesmo tempo em que as apresentavam como incondicionais, ou seja, à revelia desses vínculos situacionais e limitadores.

4.4 KARL POPPER E A METODOLOGIA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Karl Popper produziu amplamente sobre Filosofia da Ciência, fundamentos metodológicos, teoria do conhecimento. Ainda que suas obras sobre o “historicismo”, mais especificamente, *“The Poverty of Historicism”* e *“The Open Society and Its Enemies”*, tenham sido motivadas pelo contexto político, elas foram reflexões sobre a Ciência. Com isso, Popper fez contribuições substanciais à discussão metodológica das Ciências Sociais. Sua contribuição foi marcada pela não diferenciação entre as duas áreas, ou seja, os critérios que definem um conhecimento como científico são os mesmos para as Ciências da Natureza e da Cultura (ou da sociedade). “Popper estava principalmente interessado em mostrar que os métodos das ciências sociais são, ou pelo menos deveriam ser, os mesmos que os das ciências naturais” (Gorton, 2006, p. 5, tradução própria)¹³⁸.

Ambas as Ciências, Naturais e Sociais, consistem, para Popper, na proposição e teste de hipóteses com evidências empíricas, pois o fundamento da ciência é resolver problemas. “Popper inicia sua discussão sobre análise situacional ao postular que o objetivo fundamental da ciência é a resolução de problemas e que existem, de forma geral, dois tipos de problemas que precisam de explicação: eventos singulares e tipos ou categorias de eventos” (Gorton, 2006, p. 6, tradução própria)¹³⁹. Explicações sobre eventos singulares consistem em identificar as condições iniciais relevantes para este caso específico.

A identificação sobre tipos gerais consiste em perceber as generalidades que possam servir para predições e que expliquem eventos a partir de características advindas de padrões (Gorton, 2006). Essas generalizações podem ser incorporadas em modelos que servem para a compreensão de comportamentos que apresentem características semelhantes, entendendo que os modelos são representações dessas características e não uma reprodução empírica. Eles servem às Ciências Sociais como ferramentas metodológicas para predições de comportamentos semelhantes e construções de hipóteses a serem testadas.

¹³⁸ “Popper was largely intent on showing that the methods of the social sciences are, or at least should be, the same as those of the natural sciences” (Gorton, 2006, p. 5).

¹³⁹ “Popper begins his discussion of situational analysis by positing that the fundamental goal of science is problem solving and that there are, broadly speaking, two types of problems in need of explanation: singular events and types or kinds of events” (Gorton, 2006, p. 6).

A melhor maneira de explicar os tipos de eventos, sugere Popper, é construir um **“modelo”**, que, segundo ele, é **meramente uma representação simplificada da realidade**. Sendo uma simplificação da realidade, ele será, por necessidade, uma **representação falsa da realidade**. Por exemplo, para simplificar cálculos, um modelo do sistema solar pode assumir que os vários planetas são pontos e que cometas e outros objetos extraplanetários não têm gravidade, embora tais suposições sejam claramente falsas. **Nenhum modelo pode incorporar todos os elementos dos fenômenos a serem explicados**, nem tal modelo seria desejável. Em vez disso, um bom modelo representa as características mais importantes da realidade, dadas nossas **interesses explicativos** (Gorton, 2006, p. 6, tradução própria, destaques próprios)¹⁴⁰.

A Ciência, para Popper, é uma forma de resolução de problemas. Sendo assim, segundo ele, o ponto de partida sempre será algum problema (Popper, 2004, p. 15). A observação estará sempre aliada ao problema e ela pode ser uma forma de revelar problemas ou criá-los. A observação, dentro da Ciência, não é, então, de qualquer tipo, mas desempenha um papel particular: ela “cria um problema”. Esses princípios aplicam-se tanto às ciências naturais quanto às ciências sociais. Ambas têm métodos que consistem em experimentar prováveis soluções para certos problemas. Estes podem ser tanto aqueles que iniciam as investigações, ou seja, que estimulam a necessidade de investigação científica na busca de soluções, quanto os que eventualmente surjam durante essa investigação (Ibid).

As soluções propostas para os problemas observados, quando na análise científica, estão abertas à crítica. Segundo as definições de Popper, “se uma solução proposta não está aberta a uma crítica pertinente, então é excluída como não científica, embora, talvez, apenas temporariamente” (Popper, 2004, p. 16). As propostas de soluções de problemas na abordagem científica estão sempre abertas a uma crítica persistente. Tentar-se-á refutá-las de forma consistente.

A crítica é uma tentativa de refutação de propostas ou hipóteses que acompanha o método científico. Caso nessas tentativas a solução seja refutada, parte-se para outra, uma vez que ela não era a solução adequada ao problema inicial, que ainda persiste necessitando de uma solução. Caso ocorra o contrário e a solução resista às tentativas de refutação dirigidas pelas críticas, ela será aceita temporariamente, sempre sendo digna de ser criticada e discutida. “Portanto, o método da ciência consiste em tentativas experimentais para resolver nossos

¹⁴⁰ “The best way to explain types of events, Popper suggests, is to construct a “model,” which, he says, is merely a simplified representation of reality. Being a simplification of reality, it will of necessity be a false depiction of reality. For instance, in order to simplify calculations, a model of the solar system might assume that the various planets are points and that comets and other extraplanetary objects have no gravity, even though such assumptions are plainly false. No model can incorporate all elements of the phenomena to be explained, nor would such a model be desirable. Rather, a good model represents the most important features of reality, given our explanatory interests” (Gorton, 2006, p. 6).

problemas por conjecturas que são controladas por severa crítica. É um desenvolvimento crítico consciente do método ‘tentativa e erro’” (Popper, 2004, p. 16).

[...]o método de testar criticamente teorias e selecioná-las de acordo com os resultados dos testes sempre segue as seguintes linhas. A partir de uma nova ideia, apresentada de forma tentativa e ainda não justificada de nenhuma maneira - uma antecipação, uma hipótese, um sistema teórico ou o que quer que seja - conclusões são deduzidas por meio de dedução lógica. Essas conclusões são então comparadas entre si e com outras declarações relevantes, a fim de encontrar quais relações lógicas (como equivalência, derivabilidade, compatibilidade ou incompatibilidade) existem entre elas (Popper, 1985, p. 135, tradução própria)¹⁴¹.

Popper não diferenciou entre os critérios das Ciências Sociais e os das Ciências Naturais, mas ele entendia existirem algumas diferenças e limitações específicas em se tratando das Ciências Sociais; porém, sua discussão sobre os demarcadores científicos foi feita para definição daqueles que funcionavam para “a ciência” e não simplesmente para as Ciências Sociais. Nessa busca de um marcador científico, Popper tentou superar as limitações trazidas pela utilização do critério de “verificação”, ou seja, que só seria passível de conhecimento científico aquilo que pode ser empiricamente verificado.

Para as Ciências Sociais, o critério de verificação empírica funcionava como um grande limitador de produção, uma vez que, dadas as características dos objetos alvos dessa ciência, a verificação exaustiva torna-se impossível em muitos casos e, para Popper, não necessariamente esse seria o único critério demarcador do conhecimento científico. “Se desejamos evitar o erro do positivista de eliminar, por meio de nosso critério de demarcação, os sistemas teóricos da ciência natural, então devemos escolher um critério que nos permita admitir ao domínio da ciência empírica até mesmo declarações que não podem ser verificadas.” (Popper, 2005, p. 18, tradução própria)¹⁴². Ele propõe, então, a falsificação como critério de demarcação científica.

Certamente admitirei um sistema como empírico ou científico apenas se ele for capaz de ser testado pela experiência. Essas considerações sugerem que não a verificabilidade, mas a falseabilidade de um sistema deve ser considerada como critério de demarcação. Em outras palavras: não exigirei de um sistema científico que ele seja capaz de ser identificado, de uma vez por todas, de forma positiva; mas

¹⁴¹ “[...] the method of critically testing theories, and selecting them according to the results of tests, always proceeds on the following lines. From a new idea, put up tentatively, and not yet justified in any way - an anticipation, a hypothesis, a theoretical system, or what you will - conclusions are drawn by means of logical deduction. These conclusions are then compared with one another and with other relevant statements, so as to find what logical relations (such as equivalence, derivability, compatibility, or incompatibility) exist between them” (Popper, 1985, p. 135).

¹⁴² “If we wish to avoid the positivist’s mistake of eliminating, by our criterion of demarcation, the theoretical systems of natural science, then we must choose a criterion which allows us to admit to the domain of empirical science even statements which cannot be verified.” (Popper, 2005, p. 18).

exigirei que sua forma lógica permita que ele seja identificado, por meio de testes empíricos, de forma negativa: deve ser possível refutar um sistema científico empírico por meio da experiência (Popper, 2005, p. 18, tradução própria)¹⁴³.

Na proposta popperiana, o que caracteriza o método científico é a atitude de pôr à prova seus sistemas. Eles devem ser expostos à possibilidade de falsificação de todas as formas possíveis. E, assim, caso sobreviva, será tomado como um sistema resistente de explicação. “Seu objetivo não é salvar as vidas de sistemas insustentáveis, mas, ao contrário, selecionar aquele que, em comparação, é o mais apto, expondo todos eles à luta mais feroz pela sobrevivência” (Popper, 2005, p. 20, tradução própria)¹⁴⁴.

O critério de falsificação impõe limites lógicos às teorias, qual seja, elas têm de apresentar-se logicamente com a capacidade de serem falsas. Devem existir forma lógica e racional de demonstrar a sua falsidade, pois, uma vez que elas não apresentem essa possibilidade, não podem ser submetidas à avaliação crítica própria da Ciência; portanto, não são construtos científicos.

Para as Ciências Sociais, o critério da falsificação, a necessidade de que uma teoria científica tenha possibilidade racional de ser falsa resolve alguns dos problemas vinculados aos dogmas e valores em relação ao conhecimento científico. Como dogmas e valores sustentam-se em elementos subjetivos e, além disso, não são passíveis de falsificação lógica, um enunciado científico construído pelo critério de falsificação não pode sustentar-se como um dogma sem a necessidade de que os enunciados científicos das ciências tenham de fundamentar-se pelos limites dos empiricamente demonstrado. Portanto, os fundamentos de objetividade e subjetividade caminham conjuntamente ao critério de falsificação nas construções científicas.

[...]minha tese é que uma experiência subjetiva, ou um sentimento de convicção, nunca pode justificar uma afirmação científica, e que dentro da ciência ele não pode desempenhar nenhum papel, exceto o de objeto de uma investigação empírica (psicológica). Não importa quão intensa seja a sensação de convicção, ela nunca pode justificar uma afirmação. Assim, posso estar completamente convencido da verdade de uma afirmação; certo das evidências de minhas percepções; sobrecarregado pela

¹⁴³ “I shall certainly admit a system as empirical or scientific only if it is capable of being tested by experience. These considerations suggest that not the verifiability but the falsifiability of a system is to be taken as a criterion of demarcation. In other words: I shall not require of a scientific system that it shall be capable of being singled out, once and for all, in a positive sense; but I shall require that its logical form shall be such that it can be singled out, by means of empirical tests, in a negative sense: it must be possible for an empirical scientific system to be refuted by experience” (Popper, 2005, p. 18).

¹⁴⁴ “Its aim is not to save the lives of untenable systems but, on the contrary, to select the one which is by comparison the fittest, by exposing them all to the fiercest struggle for survival” (Popper, 2005, p. 20).

intensidade de minha experiência: toda dúvida pode me parecer absurda. Mas isso oferece o menor motivo para que a ciência aceite minha afirmação? (Popper, 2005, p. 24, tradução própria)¹⁴⁵.

Para Popper, a resposta era não. Qualquer outra resposta não estaria adequada aos critérios da objetividade científica (Popper, 2005), pois nenhum sentimento, mesmo o mais forte experimentado pelo sujeito, pode apresentar-se como critério do julgamento científico. Sendo o sentimento algo que se forma subjetivamente, ele não pode ser racionalmente refutado, falseado, tampouco objetivamente passível de crítica ou de análise, menos ainda pode ser critério de prova empírica.

A influência de Popper em Hayek e vice-versa é fato fartamente documentado. Popper dedica obras e agradecimentos a Hayek. Graças aos esforços deste, ele conseguiu publicar pela primeira vez duas de suas grandes obras, “*The poverty of historicismo*” e “*The Open Society and Its Enemies*”.

Além disso, Popper foi membro da sociedade fundada por Hayek, *The Mont Pelerin Society*, para discutir e manter vivas as ideias liberais. A convivência de ambos resultou em uma influência de Popper nas posições metodológicas de Hayek, embora essa influência não tenha sido sempre tão nítida em uma relação de causa e efeito entre as posições de Popper e as posições de Hayek, mas as abordagens similares e posicionamentos metodológicos semelhantes ficaram evidenciados.

Com certas diferenciações, nuances entre a posição hayekiana sobre os critérios e limites científicos em relação às posições popperianas também apareceram, e aqui Hayek foi mais influenciado por sua vinculação à Economia Política e às influências da posição da Escola Austríaca e de Menger do que de Popper. Mas compreender o papel de Popper na discussão sobre ciência e sua relação com Hayek importará para, inclusive, entender que Hayek não incorporou elementos de um debate científico que já havia se desenvolvido além de Menger.

Ainda importa salientar que Hayek e Popper foram frutos do mesmo ambiente social e acadêmico. Ambos eram austríacos e foram posteriores a Menger, Mises, Böhm-Bawerk. Incorporaram questões teóricas e metodológicas que foram fruto de debates desenvolvidos por esses autores e formularam teorias que apresentaram características semelhantes. Mas, como

¹⁴⁵ “[...] my thesis that a subjective experience, or a feeling of conviction, can never justify a scientific statement, and that within science it can play no part except that of an object of an empirical (a psychological) inquiry. No matter how intense a feeling of conviction it may be, it can never justify a statement. Thus I may be utterly convinced of the truth of a statement; certain of the evidence of my perceptions; overwhelmed by the intensity of my experience: every doubt may seem to me absurd. But does this afford the slightest reason for science to accept my statement?” (Popper, 2005, p. 24).

figura de linguagem, resta deixar demonstrado nas discussões seguintes que Hayek foi “mais filho” do que Popper desse contexto.

Este capítulo apresentou as teorias sobre ciência e metodologia das Ciências Sociais de dois autores que são contemporâneos ao debate do historicismo alemão, mas impactados por ele em sua trajetória. Ambos pensaram a área das Ciências Sociais após uma ampla discussão sobre a formação e delimitação inicial e, assim, conseguiram avançar no sentido de elaboração metodológica e limitadores científicos.

Nesse momento, a discussão sobre as Ciências Sociais já se apresentava mais madura e conseguiu resolver problemas que durante o início do historicismo mostravam-se sem Solução. Com isso, entendeu-se ser possível que existam marcadores científicos sem a necessidade da busca de equiparação de métodos e objetivos das Ciências Sociais com os das ciências da natureza, pois os princípios gerais do conhecimento científico apresentam-se de forma ampla para as duas áreas, sendo eles a objetividade, a racionalidade, a abstração e a busca pela proposição e comprovação de hipóteses.

Discutiu-se também sobre um dos grandes temas das Ciências Sociais: a existência de leis sociais. Teorias que incorporaram o pressuposto da existência de uma lei do desenvolvimento social foram desenvolvidas com as mais diversas propostas, mas ressaltam-se aqui duas que se fizeram muito importantes como influência para o pensamento de Hayek: o marxismo e o evolucionismo. Para a compreensão dos posicionamentos adotados por Hayek em relação a essas duas teorias, importa entender os fundamentos, consequências e erros nela identificados pelo debate científico que foi aqui apresentado.

5 HAYEK E A DISCUSSÃO EPISTEMOLÓGICA

Neste capítulo, tem-se o objetivo de analisar a influência da discussão apresentada anteriormente sobre a formação do pensamento de Hayek em relação à Ciência e às Ciências Sociais e, ainda, discutir a construção da fundamentação da sua posição epistemológica em contraste com os autores do contexto social e intelectual já apresentado. Tanto a influência de Menger nas teorias de Hayek, quanto seu debate com o historicismo, as posições sobre os limites das ciências e a sua severa crítica às correntes teóricas que buscaram definir leis de desenvolvimento social podem ser mais bem compreendidos quando lidos em conexão com o contexto apresentado anteriormente. A exposição feita nesse capítulo faz essa leitura das posições de Hayek à luz do contexto intelectual discutido anteriormente.

5.1 CIÊNCIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

O pensamento hayekiano sobre Ciência e, mais especificamente, Ciências Sociais foi construído por meio do debate com os historicistas alemães e influenciado pelo desenvolvimento das ideias que passaram a ser relacionadas com a Escola Austríaca a partir de Menger, e posteriormente por Mises e seus sucessores. A partir disso, Hayek construiu sua crítica ao marxismo, ao positivismo e reforçou a compreensão de que as raízes dessas teorias eram provenientes da aplicação do raciocínio científico das Ciências Naturais nas Ciências Sociais, o que, para ele, constituiu-se como uma forma inadequada para o campo e gerou como consequência as explicações históricas teleológicas e construtivistas. Para alcançar a compreensão dessas críticas é necessário compreender primeiro sua posição sobre Ciência e Ciências Sociais.

Com o avanço das ciências física e biológica durante a primeira metade do século XIX, o termo Ciência passou a estar cada vez mais vinculado com essas áreas, que passaram a demonstrar uma precisão cada vez maior e clamar para si o rigor científico, distinguindo-se das demais áreas de conhecimento. Tal sucesso levou a uma fascinação de todos os estudiosos de outras áreas. Isto e a busca pelo mesmo grau de rigor e eficiência resultaram em uma assimilação do vocabulário das áreas físicas e biológicas pelas outras áreas. A consequência desse cenário foi, segundo a análise desenvolvida por Hayek, o início de uma tirania em que

“os métodos e técnicas das Ciências no sentido restrito do termo têm exercido influência sobre os outros assuntos desde então” (Hayek, 1955, p. 13, tradução própria)¹⁴⁶.

Para Hayek, embora essa tendência de assimilação do vocabulário das Ciências Naturais e imitação dos seus métodos e técnicas tenha perdurado ao longo de um período nas ciências sociais, ela em pouco ou nada contribuiu para a compreensão dos fenômenos sociais (Hayek, 1955). Tal atitude gerou como consequência certa confusão na área, além de descrédito.

As alegações das virtudes exclusivas dos métodos específicos empregados pelas ciências naturais foram principalmente feitas por homens cujo direito de falar em nome dos cientistas não estava acima de suspeita e que, de fato, em muitos casos, demonstraram nos próprios campos das ciências tanto preconceito quanto em sua atitude em relação a outros assuntos. (Hayek, 1955, p. 14, tradução própria)¹⁴⁷.

Essa atitude de imitação do método e da linguagem das ciências Hayek denominava de “cientificismo”, um tipo de atitude que ele entendia como prejudicial, preconceituosa e anticientífica por suas consequências (Hayek, 1955).

No sentido em que usaremos esses termos, eles descrevem, é claro, uma atitude que é decididamente **não científica** no verdadeiro sentido da palavra, pois envolve uma aplicação **mecânica e acrítica** de hábitos de pensamento a campos diferentes daqueles em que foram formados (Hayek, 1955, p. 15-16, tradução própria, destaques próprios)¹⁴⁸.

A atitude era preconceituosa, pois entendia que existiria uma superioridade das Ciências Naturais em relação às Ciências Sociais e, por aplicar esse raciocínio moral, acabou produzindo um comportamento e mentalidade anticientíficos, já que o resultado desse raciocínio, nas Ciências Sociais, foi a busca por uma sociedade construída a partir dos princípios científicos, uma vez que eles eram tidos como superiores aos outros elementos nos quais se baseavam as ações sociais quando não científicas.

¹⁴⁶ “the methods and technique of the Sciences in the narrow sense of the term have ever since exercised over the other subjects” (Hayek, 1955, p. 13).

¹⁴⁷ “The claims for the exclusive virtues of the specific methods employed by the natural sciences were mostly advanced by men whose right to speak on behalf of the scientists were not above suspicion, and who indeed in many cases had shown in the Sciences themselves as much bigoted prejudice as in their attitude to other subjects” (Hayek, 1955, p. 14).

¹⁴⁸ “In the sense in which we shall use these terms, they describe, of course, an attitude which is decidedly unscientific in the true sense of the word, since it involves a mechanical and uncritical application of habits of thought to fields different from those in which they have been formed” (Ibid, p. 15-16).

Hayek chamou este tipo específico de pensamento de “mentalidade de engenheira”, que buscava aplicar o raciocínio técnico voltado para construção, nesse caso, direcionado para a construção da sociedade a partir de princípios técnicos. Para ele, tal mentalidade era uma das características dos séculos XIX e XX por serem marcados pelo desenvolvimento da técnica científica (Hayek, 1955).

O avanço da ciência, desde o Renascimento, para Hayek, ocorreu por meio da superação de três principais obstáculos, sem os quais a história do progresso científico não poderia ser explicada. O primeiro deles que, segundo o autor, não ocupava o primeiro lugar em importância, era o fato de que os autores passaram boa parte do tempo analisando a opinião de outras pessoas e isso ocorreu não somente por terem as disciplinas mais desenvolvidas durante esse tempo, a Teologia e o Direito, opiniões como seu objeto, mas, mais especificamente, pois “no período de declínio da Ciência na Idade Média, parecia não haver maneira melhor de chegar à verdade sobre a natureza do que estudar o trabalho dos grandes homens do passado” (Hayek, 1955, p. 17, tradução própria)¹⁴⁹.

O segundo, mais importante do que o primeiro, era a crença de que as ideias sobre as coisas possuíam uma realidade transcendental. Então, compreendia-se que a análise sobre as ideias poderia trazer conhecimento sobre os atributos reais das coisas. O terceiro, e mais importante, consistia na interpretação dos eventos externos pelo homem segundo a sua própria imagem, ou seja, “como animadas por uma mente semelhante à sua própria, e que as ciências naturais, portanto, encontraram explicações em todos os lugares por meio de analogia com o funcionamento da mente humana, com teorias ‘antropomórficas’ ou ‘animistas’ que buscavam um design com propósito” (Hayek, 1955, p. 18, tradução própria)¹⁵⁰. Tal raciocínio levou ao desenvolvimento da explicação do processo social em analogia com a explicação da ação humana; portanto, como portador de intenções e objetivos, podendo ser compreendido como algo possuidor de desígnios (Ibid).

A tendência de abandonar todos os elementos antropomórficos na discussão do mundo externo chegou ao seu desenvolvimento mais extremo, levando até mesmo à crença de que a demanda por “explicação” em si mesma é baseada em uma interpretação

¹⁴⁹ “during the decline of Science in the Middle Ages, there seemed to be no better way of arriving at the truth about nature than to study the work of the great men of the past” (Hayek, 1955, p. 17).

¹⁵⁰ “as animated by a mind like his own, and that the natural sciences therefore met everywhere explanations by analogy with the working of the human mind, with ‘anthropomorphic’ or ‘animistic’ theories which searched for a purposive design” (Ibid, p. 18).

antropomórfica dos eventos e que toda a Ciência deve se concentrar apenas em uma descrição completa da natureza. Há, como veremos, um elemento de verdade na primeira parte dessa afirmação: podemos entender e explicar a ação humana de uma maneira que não podemos com os fenômenos físicos. Consequentemente, o termo “explicar” tende a permanecer carregado de um significado não aplicável aos fenômenos físicos. (Hayek, 1955, p. 18, tradução própria)¹⁵¹.

A Ciência, para Hayek, consiste em um sistema de classificações. Ela agrupa e classifica os elementos de acordo com qualidades em comum e, em muitos casos, isso gera a substituição dos sistemas de classificações que nossas sensações constroem. “A ciência dismantela e substitui o sistema de classificação que nossas qualidades sensoriais representam” (Hayek, 1955, p. 19, tradução própria)¹⁵². Essa substituição do sistema de classificação baseado nas nossas sensações por um em características reais dos elementos, para Hayek, é a função da Ciência.

Essa substituição ocorre, pois, muitas vezes, coisas que se apresentam, pelas sensações, como iguais, e coisas que parecem, a partir do mesmo padrão classificatório das sensações, como diferentes, na verdade, podem possuir aspectos em comum. A Ciência, então, “a partir dessa experiência, substitui a classificação de eventos que nossos sentidos fornecem por uma nova que agrupa não o que parece semelhante, mas o que se comporta da mesma maneira em circunstâncias similares” (Hayek, 1955, p. 19, tradução própria)¹⁵³.

Isso [o teste sistemático da Ciência] constantemente mostra que os “fatos” são diferentes das “aparências”. Aprendemos a considerar como semelhantes ou diferentes não apenas o que, por si só, parece, sente, cheira, etc., semelhante ou diferente, mas o que regularmente aparece no mesmo contexto espacial e temporal. E aprendemos que a mesma constelação de percepções sensoriais simultâneas pode se originar de diferentes “fatos”, ou que diferentes combinações de qualidades sensoriais podem representar o mesmo fato” (Hayek, 1955, p.19, tradução própria)¹⁵⁴.

¹⁵¹ “The tendency to abandon all anthropomorphic elements in the discussion of the external world has in its most extreme development even led to the belief that the demand for “explanation” itself is based on an anthropomorphic interpretation of events and that all Science ought to aim at is a complete description of nature. There is, as we shall see, that element of truth in the first part of this contention that we can understand and explain human action in a way we cannot with physical phenomena, and that consequently the term “explain” tends to remain charged with a meaning not applicable to physical phenomena” (Hayek, 1955, p. 18).

¹⁵² “Science breaks up and replaces the system of classification which our sense qualities represent” (Hayek, 1955, p. 19).

¹⁵³ “proceeds from this experience to substitute for the classification of events which our senses provide a new one which groups together not what appears alike but what proves to behave in the same manner in similar circumstances” (Hayek, 1955, p. 19).

¹⁵⁴ “It [the systematic testing of Science] constantly shows that the ‘facts’ are different from ‘appearances’. We learn to regard as alike or unlike not simply what by itself looks, feels, smells, etc., alike or unlike, but what regularly appears in the same spatial and temporal context. And we learn that the same constellation of simultaneous sense perceptions may prove to proceed from different ‘facts’, or that different combinations of sense qualities may stand for the same ‘fact’” (Hayek, 1955, p. 19).

Os testes da Ciência realizados de forma sistemática e em diferentes circunstâncias podem demonstrar que coisas que são percebidas pelas sensações como diferentes, muitas vezes, comportam-se da mesma maneira (Hayek, 1955). Este processo de “reclassificação” dos objetos que já haviam sido classificados de uma forma pelos sentidos é a característica mais fundamental das Ciências Naturais (Ibid). “A história completa da Ciência moderna revela-se como um processo de emancipação progressiva de nossa classificação inata dos estímulos externos”¹⁵⁵ (Ibid, p. 20, tradução própria) e a substituição por “uma nova classificação baseada em relações conscientemente estabelecidas entre classes de eventos” (Ibid, tradução própria)¹⁵⁶.

A ciência, então, pode ser descrita como um conjunto de regras que permitem estabelecer as conexões entre diferentes tipos de percepções sensoriais (Hayek, 1955).

O ponto que queríamos enfatizar principalmente é que o que os homens sabem ou pensam sobre o mundo externo ou sobre si mesmos, seus conceitos e até mesmo as qualidades subjetivas de suas percepções sensoriais nunca são a realidade última para a Ciência, mas sim dados a serem aceitos. Sua preocupação não é o que os homens pensam sobre o mundo e como consequentemente se comportam, mas sim o que eles devem pensar (Hayek, 1955, p. 22, tradução própria)¹⁵⁷.

Quando se compreende que a aparência de uniformidade das coisas externas estabelece-se apenas porque as classificamos em grupos de acordo com as características que elas apresentam aos nossos sentidos, a questão a ser respondida passa a ser por que elas aparecem dessa forma específica aos sentidos e, ainda, por que da mesma maneira para pessoas diferentes. Esses problemas passam a demandar respostas (Hayek, 1955).

Um segundo ponto a ser esclarecido, decorrente dos aspectos discutidos até então, é o fato de que:

homens diferentes percebem coisas de maneira semelhante, mesmo que não correspondam a nenhuma relação conhecida entre essas coisas no mundo externo. Esse fato deve ser considerado como um importante dado de experiência e deve ser o

¹⁵⁵ “The whole history of modern Science proves to be a process of progressive emancipation from our innate classification of the external stimuli” (Hayek, 1955, p. 20).

¹⁵⁶ “a new classification based on consciously established relations between classes of events” (Ibid)

¹⁵⁷ “The point which we mainly wanted to stress was that what men know or think about the external world or about themselves, their concepts and even the subjective qualities of their sense perceptions are to Science never ultimate reality, data to be accepted. Its concern is not what men think about the world and how they consequently behave, but what they ought to think” (Hayek, 1955, p. 22).

ponto de partida em qualquer discussão sobre o comportamento humano (Hayek, 1955, p. 22, tradução própria)¹⁵⁸.

Tais questões demandam respostas da Ciência de modo geral e, mais especificamente, são questões patentes para as Ciências Sociais, uma vez que tais percepções estão conectadas com a forma como os indivíduos agem e como compreendem o mundo e estas compreensões servem de estímulo para o seu comportamento, fornecendo sentido a ele.

A questão aqui não é até que ponto a imagem que o homem tem do mundo externo se ajusta aos fatos, mas como, por meio de suas ações, determinadas pelas visões e conceitos que ele possui, o homem constrói outro mundo do qual ele próprio faz parte. E quando falamos de “visões e conceitos que as pessoas têm”, não nos referimos apenas ao conhecimento que possuem sobre a natureza externa. Referimo-nos a tudo o que sabem e acreditam sobre si mesmas, sobre outras pessoas e sobre o mundo externo, em resumo, tudo o que determina suas ações, incluindo a própria ciência. Esse é o campo ao qual os estudos sociais ou as “ciências morais” se dirigem (Hayek, 1955, p. 24, tradução própria)¹⁵⁹.

O interesse da Ciência não é sobre os conceitos que fazemos das coisas ou sobre as sensações que os geram, mas em produzir uma nova organização “de toda a nossa experiência do mundo externo, e ao fazer isso, a Ciência não apenas remodela nossos conceitos, mas também se afasta das qualidades sensoriais e as substitui por uma classificação diferente de eventos” (Hayek, 1955, p. 23, tradução própria)¹⁶⁰. Essa é, para Hayek, a definição geral sobre Ciência.

As Ciências Sociais possuem, todavia, algumas peculiaridades quanto aos seus métodos e objetos de estudo, uma vez que elas não estão lidando com as relações entre coisas, mas entre os homens e as coisas ou entre homens (Hayek, 1955). “Eles estão preocupados com as ações

¹⁵⁸ “different men do perceive different things in a similar manner which does not correspond to any known relation between these things in the external world, must be regarded as a significant datum of experience which must be the starting point in any discussion of human behavior” (Hayek, 1955, p. 22).

¹⁵⁹ “The question is here not how far man's picture of the external world fits the facts, but how by his actions, determined by the views and concepts he possesses, man builds up another world of which the individual becomes a part. And by "the views and concepts people hold" we do not mean merely their knowledge of external nature. We mean all they know and believe about themselves, about other people, and about the external world, in short everything which determines their actions, including science itself. This is the field to which the social studies or the "moral sciences" address themselves” (Hayek, 1955, p. 24).

¹⁶⁰ “of all our experience of the external world, and in doing so it has not only to remodel our concepts but also to get away from the sense qualities and to replace them by a different classification of events” (Hayek, 1955, p. 23).

do homem, e seu objetivo é explicar os resultados não intencionais ou não planejados das ações de muitos homens” (Hayek, 1955, p. 25, tradução própria)¹⁶¹.

As Ciências Sociais, para Hayek, quando definidas de forma mais restrita, preocupam-se com as ações conscientes ou refletidas dos homens, ou seja, aquelas ações em que as pessoas escolhem dentre várias possibilidades de forma reflexiva. Estas que motivam as ações humanas são o substrato para as explicações produzidas pelas Ciências Sociais. As formas como os indivíduos classificam as coisas a partir de sensações influenciam nas suas ações. Por isso importa para as Ciências Sociais entender como se constroem esses sistemas, embora ela não busque explicar a construção deles em termos físicos, mas as conexões entre ele e a sensação produzida, a classificação consequente e a ação resultante. “As pessoas se comportam de maneira semelhante em relação às coisas, não porque essas coisas sejam idênticas em um sentido físico, mas porque aprenderam a classificá-las como pertencentes ao mesmo grupo” (Hayek, 1955, p. 26, tradução própria)¹⁶².

Ou seja, não são os elementos físicos que importam às Ciências Sociais explicar e compreender, pois isso não alcança seu objetivo, qual seja, compreender o curso da ação. As Ciências Sociais não fazem a explicação dos elementos físicos de uma ação, de como se constrói um comportamento a partir de tais elementos externos. O que oferece o tipo de compreensão característico dessas ciências são os fatores subjetivos dessas ações, como os homens a compreendem.

Não há termos melhores disponíveis para descrever essa diferença entre a abordagem das ciências naturais e das ciências sociais do que chamar a primeira de “objetiva” e a segunda de “subjetiva”. No entanto, esses termos são ambíguos e podem ser enganosos sem uma explicação mais detalhada. Enquanto para o cientista natural o contraste entre fatos objetivos e opiniões subjetivas é simples, essa distinção não pode ser aplicada tão facilmente ao objeto das ciências sociais. (Hayek, 1955, p. 28, tradução própria)¹⁶³.

¹⁶¹ “They are concerned with man's actions, and their aim is to explain the unintended or undesigned results of the actions of many men” (Hayek, 1955, p. 25).

¹⁶² “People do behave in the same manner towards things, not because these things are identical in a physical sense, but because they have learnt to classify them as belonging to the same group” (Hayek, 1955, p. 26).

¹⁶³ “There are no better terms available to describe this difference between the approach of the natural and the social sciences than to call the former "objective" and the latter "subjective." Yet these terms are ambiguous and might prove misleading without further explanation. While for the natural scientist the contrast between objective facts and subjective opinions is a simple one, the distinction cannot as readily be applied to the object of the social sciences” (Hayek, 1955, p. 28).

O objeto de estudo das Ciências Sociais, seus “fatos”, são, também, opiniões (Hayek, 1955). Não as opiniões dos estudiosos dos fenômenos sociais, mas, sim, as opiniões daqueles cujas ações ele busca compreender. São essas as que se tornam importantes para as Ciências Sociais. Nesse aspecto, os fatos das Ciências Sociais são tão pouco subjetivos quanto os fatos estudados pelas ciências da natureza.

Uma vez que “essas opiniões” independem do observador, elas não se explicam pela subjetividade do cientista; são externas a ele. Ou seja, assim como para o cientista que estuda os fenômenos da natureza, para o cientista social os fatos que ele estuda são determinados de forma externa a ele e passíveis de observação por diferentes pessoas. A partir desse aspecto, os fatos das Ciências Sociais são tão objetivos quanto os fatos estudados pelas Ciências da Natureza.

De outra maneira, porém, as Ciências Sociais podem ser compreendidas como “mais subjetivas”. Quando se faz a separação entre fatos e opiniões, seu objeto de estudo são opiniões e não elementos físicos. Os fatos das Ciências Sociais são as visões das pessoas que ela estuda (Hayek, 1955). “Eles diferem dos fatos das ciências físicas por serem crenças ou opiniões mantidas por pessoas específicas, crenças que, como tais, são nossos dados, independentemente de serem verdadeiras ou falsas, e que, além disso, não podemos observar diretamente nas mentes das pessoas” (Ibid, p. 28, tradução própria)¹⁶⁴.

Essas crenças e opiniões não podem ser observadas em si; elas não têm aspecto físico. Não existe uma descrição dos elementos físicos que as constituem, não é possível observá-las, elas são passíveis de explicação e reconhecimento porque ambos, cientista e pesquisado, possuem uma mente em comum. Essa estrutura mental semelhante permite a tradução do comportamento em termos compreensíveis, ou seja, compreende-se o comportamento do outro, pois se reconhece a partir do nosso próprio comportamento e modo de pensar características semelhantes.

As Ciências Sociais estudam fenômenos que só podem ser compreendidos porque os portadores das opiniões, fatos a serem estudados, possuem uma estrutura mental similar à do estudioso (Hayek, 1955), mas isso não torna os fatos dessas ciências menos empíricos do que o conhecimento do mundo externo, objeto das Ciências Naturais. As ações, as ideias e as opiniões são fatos empíricos e objetivos. E as Ciências Sociais, assim como as Ciências da Natureza, preocupam-se em explicar fenômenos empíricos dados objetivamente à observação.

¹⁶⁴ “They differ from the facts of the physical sciences in being beliefs or opinions held by particular people, beliefs which as such are our data, irrespective of whether they are true or false, and which, moreover, we cannot directly observe in the minds of the people” (Hayek, 1955, p. 28).

Hayek fez alguns apontamentos sobre as distinções entre “objetivo” e “subjetivo”. Para ele, quando se busca acentuar a distinção entre as propriedades próprias das coisas e as relações entre elas e as propriedades atribuídas pelos homens a elas, seria preferível utilizar a distinção entre “objetivo” e “atribuído” ao invés da distinção entre “objetivo” e “subjetivo” (Hayek, 1955), embora ele reconheça que o uso do termo “atribuído” possua capacidades limitadas de aplicação.

O termo “subjetivo”, todavia, expressa um fato importante para as Ciências Sociais: “que o conhecimento e as crenças de diferentes pessoas, embora possuam uma estrutura comum que torna a comunicação possível, ainda serão diferentes e frequentemente conflitantes em muitos aspectos” (Hayek, 1955, p. 29, tradução própria)¹⁶⁵. O uso do termo subjetivo costuma expressar esse atributo variável dos fenômenos que, embora possuindo características semelhantes, que se apresentam a todos da mesma forma, ainda assim são vivenciadas de forma diferente pelos diferentes indivíduos.

Quando as Ciências Sociais, na busca por explicar o curso das ações, deparam-se com esses elementos, elas lidam com questões “subjetivas”.

[...] nosso conhecimento das mentes alheias não é mais do que nosso conhecimento comum do mundo externo. Mas, uma vez que aprendemos que nossos sentidos fazem as coisas nos parecerem iguais ou diferentes, o que se prova ser igual ou diferente em nenhuma de suas relações entre si, mas apenas na maneira como afetam nossos sentidos, esse fato de que os homens classificam estímulos externos de uma maneira particular torna-se um fato significativo da experiência (Hayek, 1955, p. 29, tradução própria)¹⁶⁶.

Essas opiniões e ideias que fundamentam as ações dos indivíduos não existem como um corpo coerente, consistente e lógico, mas de forma dispersa e incompleta, até mesmo inconsistente no modo como se apresentam para as muitas mentes de forma individual. Essa dispersão e imperfeição de todo o conhecimento é o ponto de partida com o qual as Ciências Sociais têm de lidar (Hayek, 1955).

Enquanto Ciência, a partir da compreensão hayekiana da Ciência como um sistema de classificações que substitui as classificações dadas pelas sensações pelas agrupadas a partir de elementos constitutivos dos próprios fenômenos, a Ciências Sociais buscam classificar e

¹⁶⁵ “that the knowledge and beliefs of different people, while possessing that common structure which makes communication possible, will yet be different and often conflicting in many respects” (Hayek, 1955, p.29).

¹⁶⁶ “[...] our knowledge of other minds is no more than our common knowledge of the external world. But once we have learnt that our senses make things appear to us alike or different which prove to be alike or different in none of their relations between themselves, but only in the way in which they affect our senses, this fact that men classify external stimuli in a particular way becomes a significant fact of experience” (Hayek, 1955, p.29).

sistematizar esse conhecimento disperso e incoerente, tornando coerente e compreensível o que aparenta ser incoerente e incompreensível no mundo.

Uma “palavra” ou uma “frase”, um “crime” ou uma “punição”, não são, é claro, fatos objetivos no sentido de que possam ser definidos sem fazer referência ao nosso conhecimento das intenções conscientes das pessoas em relação a eles. E o mesmo é verdade em geral, onde temos que explicar o comportamento humano em relação às coisas; essas coisas não devem ser definidas em termos do que podemos descobrir sobre elas pelos métodos objetivos da ciência, mas sim em termos do que a pessoa que age pensa sobre elas. (Hayek, 1955, p. 30, tradução própria)¹⁶⁷.

A explicação de um crime, por exemplo, dá-se pela compreensão do que os atores sociais compreendem como crime, ou das suas intenções ao praticar tal ato. Não existe uma característica objetivamente válida para todos os contextos que defina o crime em si mesmo, de forma independente dos atores sociais e das suas ideias, tanto assim que o que é crime varia nos diferentes contextos sociais. Portanto, o que importa nas Ciências Sociais, aplicando o raciocínio hayekiano, é a percepção subjetiva dos atores que definem e entendem algo como crime. Isso será capaz de explicar tal situação social.

O mesmo se aplica ao papel desempenhado pelas “leis da natureza” em ambas as ciências. Tais leis são um fato para as Ciências Sociais, também, mas são consideradas de forma diferente, ou, melhor dizendo, por um ângulo diferente, pois o que importa neste campo é o fato de que essas “leis” afetam a conduta das pessoas e, portanto, são consideradas fatos.

Se, ao investigarmos a nossa sociedade contemporânea, as “leis da natureza” que devemos usar como base, porque elas afetam as ações das pessoas, são aproximadamente as mesmas que aparecem nas obras dos cientistas naturais, para os propósitos das ciências sociais, essas leis são “um acidente que não deve nos enganar sobre o caráter diferente dessas leis nos dois campos” (Hayek, 1955, p. 30, tradução própria)¹⁶⁸.

¹⁶⁷ “A ‘word’ or a ‘sentence’, a ‘crime’ or a ‘punishment’, are of course not objective facts in the sense that they can be defined without referring to our knowledge of people's conscious intentions with regard to them. And the same is quite generally true wherever we have to explain human behavior towards things; these things must then not be defined in terms of what we might find out about them by the objective methods of science, but in terms of what the person acting thinks about them” (Hayek, 1955, p. 30).

¹⁶⁸ “If in investigating our contemporary society the ‘laws of nature’ which we have to use as a datum because they affect people's actions are approximately the same as those which figure in the works of the natural scientists”, mas para os propósitos das ciências sociais tais leis são “an accident which must not deceive us about the different character of these laws in the two fields” (Hayek, 1955, p. 30).

Pois o que importa no estudo da sociedade “não é se essas ‘leis da natureza’ são verdadeiras em algum sentido objetivo, mas sim se elas são acreditadas e postas em prática pelas pessoas” (Hayek, 1955, p.30, tradução própria)¹⁶⁹.

O que é verdadeiro sobre as relações dos homens com as coisas é, naturalmente, ainda mais verdadeiro nas relações entre os próprios homens. Para fins de estudo social, essas relações não podem ser definidas em termos objetivos das ciências físicas, mas apenas em termos de crenças humanas. Mesmo um relacionamento aparentemente puramente biológico, como o entre pais e filhos, não é definido em termos físicos nos estudos sociais e não pode ser assim definido para seus propósitos [...]. (Hayek, 1955, p.31, tradução própria)¹⁷⁰.

Para Hayek, o que traz a “real” explicação da ação é conseguir compreender qual o significado que o ator dá à sua ação. É o significado que ele atribui a ela que importa para as Ciências Sociais. Qualquer outra tentativa de explicação que não foque nesse aspecto está fadada ao fracasso (Hayek, 1955). Cumpre salientar que, ao se referir à explicação de uma ação, Hayek especificamente compreende esse processo como a integração sob regras e princípios gerais que sejam capazes de conectar situações semelhantes com ações semelhantes (Ibid).

Os pontos que queremos enfatizar são que, em todas essas tentativas, devemos partir do que os homens pensam e pretendem fazer: do fato de que os indivíduos que compõem a sociedade são orientados em suas ações por uma classificação de coisas ou eventos de acordo com um sistema de qualidades sensoriais. (Hayek, 1955, p. 33, tradução própria)¹⁷¹.

Essas classificações que são produzidas pelo homem e explicam suas ações acontecem por meio do agrupamento em conceitos que possuem certa estrutura comum das classificações produzidas e somente são passíveis de apreensão para fins explicativos porque o cientista é, também, homem, ou seja, possui essa mesma estrutura mental de classificações. E por meio dessa característica em comum consegue apreender e explicar os comportamentos.

¹⁶⁹ “is not whether these laws of nature are true in any objective sense, but solely whether they are believed and acted upon by the people” (Hayek, 1955, p.30).

¹⁷⁰ “What is true about the relations of men to things is, of course, even more true of the relations between men, which for the purposes of social study cannot be defined in the objective terms of the physical sciences but only in terms of human beliefs. Even such a seemingly purely biological relationship as that between parent and child is in social study not defined in physical terms and cannot be so defined for their purposes [...]” (Hayek, 1955, p.31).

¹⁷¹ “The points which we want to stress are that in all such attempts we must start from what men think and mean to do: from the fact that the individuals which compose society are guided in their actions by a classification of things or events according to a system of sense qualities” (Hayek, 1955, p. 33).

Tudo que as Ciências Sociais têm como objetivo compreender, ciências que estudam o comportamento humano, passa por acessar o que o homem pensa. É no pensamento humano sobre as coisas e relações que mora a explicação do social. “Não apenas a ação do homem em relação a objetos externos, mas também todas as relações entre os homens e todas as instituições sociais só podem ser compreendidas em termos do que os homens pensam sobre elas” (Hayek, 1955, p. 33, tradução própria)¹⁷².

É possível sintetizar essas ideias da seguinte forma: o que conhecemos como sociedade é construído por meio de conceitos e ideias defendidas pelas pessoas. Tais fenômenos sociais só são passíveis de reconhecimento porque todos compartilham da mesma mente. Sendo assim, o objetivo das Ciências Sociais, não se diferenciando nesse aspecto do das Ciências Naturais, é rever esses conceitos que os homens formam sobre as coisas, ou seja, suas ideias e pensamentos sobre o mundo, e substituí-los por conceitos que sejam fundamentados nas características reais e não nas percepções e sensações.

Enquanto nas ciências naturais o contraste entre o objeto de nosso estudo e nossa explicação dele coincide com a distinção entre ideias e fatos objetivos, nas ciências sociais é necessário fazer uma distinção entre as ideias que são constitutivas dos fenômenos que queremos explicar e as ideias que nós mesmos ou as próprias pessoas cujas ações precisamos explicar podem ter formado sobre esses fenômenos, e que não são a causa, mas teorias sobre as estruturas sociais. (Hayek, 1955, p.36, tradução própria)¹⁷³.

Os conceitos e ideias que importam na explicação dos fenômenos sociais são de dois tipos: os conceitos formados pelos atores e que influenciam e explicam seu comportamento, e os formados a partir das características objetivas dos fenômenos que serão definidos pela ciência. No que consiste em explicar e compreender a ação, os conceitos do primeiro caso são os que importam, pois são estes que os indivíduos levam em consideração; portanto, são suas ideias sobre as coisas.

Quando trazido ao campo específico das Ciências Sociais, a Economia, a explicação do comportamento econômico dá-se pela compreensão das ideias dos agentes, ou seja, o que eles

¹⁷² “Not only man's action towards external objects but also all the relations between men and all the social institutions can be understood only in terms of what men think about them” (Hayek, 1955, p. 33).

¹⁷³ “While in the natural sciences the contrast between the object of our study and our explanation of it coincides with the distinction between ideas and objective facts, in the social sciences it is necessary to draw a distinction between those ideas which are constitutive of the phenomena we want to explain and the ideas which either we ourselves or the very people whose actions we have to explain may have formed about these phenomena and which are not the cause of, but theories about, the social structures” (Hayek, 1955, p.36).

pensam sobre os produtos é o que se constitui objeto de estudo da Economia, não os produtos e suas características físicas.

Que os objetos da atividade econômica não podem ser definidos em termos objetivos, mas apenas com referência a um propósito humano, é algo que vai sem dizer. Nem uma “mercadoria” ou um “bem econômico”, nem “alimento” ou “dinheiro”, podem ser definidos em termos físicos, mas apenas em termos das visões que as pessoas têm sobre essas coisas. A teoria econômica não tem nada a dizer sobre os pequenos discos redondos de metal que uma visão objetiva ou materialista poderia tentar definir como dinheiro. Ela não tem nada a dizer sobre ferro ou aço, madeira ou petróleo, ou trigo ou ovos como tais. A história de qualquer mercadoria em particular mostra que, à medida que o conhecimento humano muda, a mesma coisa material pode representar categorias econômicas bastante diferentes. (Hayek, 1955, p. 31, tradução própria)¹⁷⁴.

A Economia Teórica é, para Hayek, essencialmente subjetiva e essa é uma característica que, embora seja mais acentuada na Economia, faz parte de todas as Ciências Sociais. A subjetividade da área pode ser mais bem demonstrada por meio da teoria “*law of rent*”, desenvolvida por David Ricardo. “Em sua forma original, isso era uma proposição sobre mudanças no valor de algo definido em termos físicos, a saber, terra.” (Hayek, 1955, p. 31-32, tradução própria)¹⁷⁵.

O que fundamenta a “*law of rent*” também fundamenta a “teoria do valor”: o que constitui o valor ou o preço das coisas na Economia não é uma propriedade física em si, mas, sim, o comportamento e as crenças dos indivíduos, por isso, ela possui caráter subjetivo. O comportamento econômico explica-se, assim como o comportamento social em geral, pelos conceitos que são formados pelas pessoas. Isso vai explicar por que certas mercadorias e produtos são mais consumidos e, com isso, possuem um preço mais elevado, assim como o contrário e as variações que os mesmos produtos podem apresentar em certos períodos.

A melhor ilustração no campo das ciências sociais é provavelmente a teoria geral dos preços, representada, por exemplo, pelos sistemas de equações *Walrasianos* ou *Paretianos*. Esses sistemas mostram o princípio de coerência entre os preços dos diversos tipos de commodities dos quais o sistema é composto. No entanto, sem

¹⁷⁴ “That the objects of economic activity cannot be defined in objective terms but only with reference to a human purpose goes without saying. Neither a “commodity” or an “economic good,” nor “food” or “money,” can be defined in physical terms but only in terms of views people hold about things. Economic theory has nothing to say about the little round disks of metal as which an objective or materialist view might try to define money. It has nothing to say about iron or steel, timber or oil, or wheat or eggs as such. The history of any particular commodity indeed shows that as human knowledge changes the same material thing may represent quite different economic categories” (Hayek, 1955, p. 31).

¹⁷⁵ “In its original form this was a proposition about changes in the value of a thing defined in physical terms, namely land” (Hayek, 1955, p. 31-32).

conhecimento dos valores numéricos de todas as constantes presentes no sistema (e que nunca conhecemos), não somos capazes de prever os resultados precisos que qualquer mudança específica terá (Hayek, 1955, p. 43, tradução própria)¹⁷⁶.

A teoria do valor, desenvolvida a partir da definição de que são os elementos subjetivos que definem o valor, exerceu influência na Escola Austríaca desde a formulação da subjetividade do valor por Menger. E Hayek incorporou essa teoria Austríaca e aprimorou-a (Gray, 2003). Ele aprofundou o subjetivismo explicativo dos fenômenos econômicos desviando-se, em certos aspectos, das premissas da *praxeologia* de Mises: “não há evidências, até onde sei, de que Hayek tenha endossado a concepção Misesiana de uma ciência axiomática ou a priori da ação humana fundamentada em certezas apodíticas” (Ibid, p. 18, tradução própria)¹⁷⁷.

Segundo essa compreensão subjetiva, os objetos sociais como dinheiro e capital não podem ser analisados pelas suas características físicas e objetivas, uma vez que seu “valor” é definido pelos valores e crenças dos indivíduos. Isso significa que esses objetos sociais têm sua existência explicada por meio das relações entre indivíduos. Não são características privadas que definem o seu valor, pois as crenças e ideias dos indivíduos constituem-se por meio de relações sociais (Ibid). Com isso, as crenças subjetivas aqui não correspondem a elementos individualistas ou desconectados de relações sociais, uma vez que só são compreensíveis quando colocados nas relações que os desenvolveram.

Esse subjetivismo em relação ao valor na teoria econômica, enfatizado de forma consistente em todos os escritos de von Mises, é sempre defendido por Hayek. No entanto, Hayek vai além na direção do subjetivismo, observando que os dados dos estudos sociais também são fenômenos subjetivos (Gray, 2003, p. 16, tradução própria)¹⁷⁸.

Algumas dessas características próprias das Ciências Sociais que constituem uma diferenciação delas para com as Ciências Naturais explicam, segundo Hayek, porque o cientista

¹⁷⁶ “The best illustration in the field of the social sciences is probably the general theory of prices as represented, e.g., by the Walrasian or Paretian systems of equations. These systems show merely the principle of coherence between the prices of the various types of commodities of which the system is composed; but without knowledge of the numerical values of all the constants which occur in it and which we never do know, this does not enable us to predict the precise results which any particular change will have” (Hayek, 1955, p. 43).

¹⁷⁷ “There is no evidence, so far as I know, that Hayek ever endorsed the Misesian conception of an axiomatic or a priori science of human action grounded in apodictic certainties” (Gray, 2003, p. 18).

¹⁷⁸ “This subjectivism regarding value in economic theory, strongly emphasized in all of von Mises’s writings, is always defended by Hayek. He goes much further in the direction of subjectivism, however, by noting that the data of the social studies are themselves subjective phenomena” (Gray, 2003, p. 16).

natural quando olha para o cientista social tem a percepção de que vários dos maiores erros que se evita em Ciência são cometidos pelo cientista social e, portanto, não consegue entender que exista propriamente uma ciência do social. Hayek propôs uma analogia como forma de trazer compreensão ao cientista da natureza sobre as especificidades existentes na análise dos fenômenos sociais. Disse ele que seria preciso imaginar:

um mundo no qual ele conhecia por observação direta o interior dos átomos, mas não tinha a possibilidade de realizar experimentos com pedaços de matéria nem a oportunidade de observar mais do que as interações de apenas alguns átomos durante um período limitado (HAYEK, 1955, p. 41, tradução própria)¹⁷⁹.

Na análise de John Gray (2003), em seu primeiro trabalho sobre metodologia das Ciências Sociais, *“The Counter-Revolution of Science: Studies on the Abuse of Reason”* (1952), Hayek manteve muitos dos aspectos advindos da influência da Escola Austríaca com destaque para a assertiva posição da diferença entre os métodos das Ciências Sociais e os métodos das Ciências Naturais. Hayek permaneceu com o entendimento de que existe uma diferenciação sobre o que é possível alcançar de nível explicativo dos fenômenos sociais: **“o estudante dos fenômenos sociais não pode esperar saber mais do que os tipos de elementos dos quais seu universo é composto”** (Hayek, 1955, p. 42, tradução própria, destaques próprios)¹⁸⁰. Para ele, as Ciências Sociais poderiam atingir, no máximo, a explicação de padrões de comportamento que fossem válidos em certas situações a partir de condições específicas estabelecidas.

Uma teoria sempre definirá apenas um tipo (ou classe) de padrões, e a manifestação específica do padrão esperado dependerá das circunstâncias particulares (as “condições iniciais e marginais” às quais, para os fins deste artigo, chamaremos de “dados”). Quanto mais dados pudermos obter, maior será nossa capacidade de prever. A descrição do padrão fornecida pela teoria é geralmente considerada apenas como uma ferramenta que nos permite prever as manifestações específicas do padrão que surgirão em circunstâncias específicas. (Hayek, 1967, p.24, tradução original)¹⁸¹.

¹⁷⁹“a world in which he knew by direct observation the inside of the atoms and had neither the possibility of making experiments with lumps of matter nor opportunity to observe more than the interactions of a comparatively few atoms during a limited period” (HAYEK, 1955, p. 41).

¹⁸⁰ “the student of social phenomena cannot hope to know more than the types of elements from which his universe is made up” (Hayek, 1955, p. 42).

¹⁸¹ “A theory will always define only a kind (or class) of patterns, and the particular manifestation of the pattern to be expected will depend on the particular circumstances (the ‘initial and marginal conditions’ to which, for the purposes of this article, we shall refer as ‘data’). How much in fact we shall be able to predict will depend on how many of those data we can ascertain. The description of the pattern which the theory provides is commonly

Tal limite de objetivos possíveis de explicação que ele identificava na Economia aplica-se também para todas as outras ciências da sociedade como, por exemplo, na teoria antropológica. Todas elas mantêm as mesmas características, pois seus objetos de análise são os mesmos: o comportamento humano e seus valores e ideias. Sendo assim, entendia ele que o que elas seriam capazes de nos dizer eram apenas que “certos tipos de instituições não serão encontrados juntos, porque tais instituições pressupõem certas atitudes por parte das pessoas (cuja presença muitas vezes não pode ser confirmada de maneira satisfatória)” (Hayek, 1967, p.17, tradução própria)¹⁸².

O entendimento de que os padrões são válidos de forma condicionada, ou seja, “x” acontece quando dadas as condições “y” e “z”, é um elemento que acompanha a discussão hayekiana sobre as teorias produzidas pelas Ciências Sociais; portanto, esses princípios gerais não são incondicionais. Este é mais um dos limites do conhecimento científico.

Um dos principais resultados alcançados até agora pelo trabalho teórico nesses campos parece-me ser a demonstração de que os eventos individuais dependem regularmente de tantas circunstâncias concretas que nunca conseguiremos, de fato, determiná-las todas. (Hayek, 1967, p. 34, tradução própria)¹⁸³.

Essa incapacidade de atingir a explicação de todas as circunstâncias que envolvem um acontecimento explica, também, para Hayek, os limites na capacidade de predição e controle nas Ciências Sociais. Em consequência disso, tanto o “ideal de previsão e controle deve em grande parte permanecer além do nosso alcance, mas também a esperança de que possamos descobrir, por meio da observação, conexões regulares entre os eventos individuais, permanece ilusória” (Hayek, 1967, p. 34, tradução própria)¹⁸⁴.

Especialmente quando lidamos com a extrema complexidade dos assuntos humanos, a esperança de alcançar previsões específicas sobre detalhes parece vã. Parece ser uma impossibilidade evidente para o cérebro humano especificar detalhadamente aquele

regarded merely as a tool which will enable us to predict the particular manifestations of the pattern that will appear in specific circumstances” (Hayek, 1967, p.24).

¹⁸² “certain types of institutions will not be found together, that because such and such institutions presuppose certain attitudes on the part of the people (the presence of which can often not be confirmed satisfactorily)” (Hayek, 1967, p.17).

¹⁸³ “One of the chief results so far achieved by theoretical work in these fields seems to me to be the demonstration that here individual events regularly depend on so many concrete circumstances that we shall never in fact be in a position to ascertain them all” (Hayek, 1967, p. 34).

¹⁸⁴ “ideal of prediction and control must largely remain beyond our reach, but also the hope remain illusory that we can discover by observation regular connections between the individual events” (Hayek, 1967, p. 34).

“modo de agir, sentir e pensar canalizado por uma sociedade a partir de um número infinito e variado de formas potenciais de pensar”, que, nas palavras de um eminente antropólogo, é a essência da cultura. (Hayek, 1967, p. 20, tradução própria)¹⁸⁵.

Todavia, os limites e condicionantes que Hayek entendia aplicarem-se ao conhecimento científico nas Ciências Sociais não impediriam que essas teorias pudessem ser passíveis de testes. Dessa forma, as características específicas das Ciências Sociais não excluem a exoneração da possibilidade de que suas teorias possam ser testadas enquanto conhecimento científico.

Hayek manteve a testabilidade como um princípio, também, nas ciências da sociedade.

[...] previsões de um padrão são, no entanto, testáveis e valiosas. Uma vez que a teoria nos diz sob quais condições gerais um padrão desse tipo se formará, ela nos permitirá criar tais condições e observar se um padrão do tipo previsto aparecerá. E uma vez que a teoria nos diz que este padrão garante uma maximização da produção em certo sentido, também nos permite criar as condições gerais que garantirão tal maximização, embora estejamos ignorantes de muitas das circunstâncias particulares que determinarão o padrão que aparecerá. (Hayek, 1967, p. 36, tradução própria)¹⁸⁶.

Todos esses limites estabelecidos por Hayek ao conhecimento científico das ciências da sociedade baseiam-se em duas das principais ideias que foram incorporadas em sua teoria e fundamentaram grande parte de seus posicionamentos: a limitação do conhecimento e a imperfeição da capacidade da mente humana.

A imperfeição inevitável da mente humana torna-se aqui não apenas um dado básico sobre o objeto de explicação, mas, uma vez que se aplica não menos ao observador, também uma limitação sobre o que ele pode esperar realizar em sua tentativa de explicar os fatos observados. (Hayek, 1967, p. 42, tradução própria)¹⁸⁷.

É impossível para a mente humana conhecer todas as possibilidades e circunstâncias que explicam uma situação e conhecer em mínimos detalhes os fatos disponíveis no mercado e as

¹⁸⁵ “Especially where we have to deal with the extreme complexity of human affairs, the hope of ever achieving specific predictions of particulars seems vain. It would appear to be an evident impossibility for a human brain to specify in detail that ‘way of acting, feeling, and thinking channelled by a society out of an infinite number and variety of potential ways of thinking’, which, in the words of an eminent anthropologist, is the essence of culture.” (Hayek, 1967, p. 20).

¹⁸⁶ “[...] redictions of a pattern are nevertheless both testable and valuable. Since the theory tells us under which general conditions a pattern of this sort will form itself, it will enable us to create such conditions and to observe whether a pattern of the kind predicted will appear. And since the theory tells us that this pattern assures a maximization of output in a certain sense, it also enables us to create the general conditions which will assure such a maximization, though we are ignorant of many of the particular circumstances which will determine the pattern that will appear” (Hayek, 1967, p. 36).

¹⁸⁷ “The inevitable imperfection of the human mind becomes here not only a basic datum about the object of explanation but, since it applies no less to the observer, also a limitation on what he can hope to accomplish in his attempt to explain the observed facts” (Hayek, 1967, p. 42).

decisões dos agentes. Para Hayek, esses pontos fundamentavam a eficiência do mercado livre em relação ao planejamento econômico, assim como fundamentavam a existência de limites aos quais o conhecimento científico estava fadado a enfrentar. “De fato, em muitos campos, aprendemos o suficiente para saber que não podemos saber tudo o que precisaríamos saber para uma explicação completa dos fenômenos. Esses limites podem não ser absolutos” (Hayek, 1967, p. 40, tradução própria)¹⁸⁸.

Concomitante a esses pontos, podemos ainda citar outra importante característica da análise científica hayekiana: a diferenciação entre fenômenos simples e complexos. Esse não é um aspecto dos mais centrais e começou a surgir em sua obra, principalmente, quando da incorporação de algumas das ideias de Karl Popper. Mas não deixa de ser importante para a compreensão da análise em geral, uma vez que a complexidade atrelava-se à possibilidade de alcançar somente padrões gerais explicativos. Diz Hayek que:

[...]à medida que o avanço das ciências penetra cada vez mais em fenômenos mais complexos, teorias que simplesmente fornecem explicações do princípio, ou que simplesmente descrevem uma gama de fenômenos que certos tipos de estruturas são capazes de produzir, podem se tornar mais a regra do que a exceção. (Hayek, 1967, p. 20, tradução própria)¹⁸⁹.

Contudo, de forma alguma isso minimizaria a importância da descoberta desses padrões gerais. Pelo contrário, ele entendia que conseguir compreender as possibilidades de comportamento dos fenômenos em certas circunstâncias poderia, por exemplo, ajudar no estabelecimento de possibilidades de ação e, ainda, em quais poderiam ser excluídas. “Embora tal teoria não nos diga precisamente o que esperar, ela tornará o mundo ao nosso redor mais familiar, permitindo-nos mover com maior confiança, sabendo que não seremos desapontados, pois podemos pelo menos excluir certas eventualidades” (Hayek, 1967, p. 18, tradução própria)¹⁹⁰.

¹⁸⁸ “We have indeed in many fields learnt enough to know that we cannot know all that we would have to know for a full explanation of the phenomena. These boundaries may not be absolute” (Hayek, 1967, p. 40).

¹⁸⁹ “as the advance of the sciences penetrates further and further into more complex phenomena, theories which merely provide explanations of the principle, or which merely describe a range of phenomena which certain types of structures are able to produce, may become more the rule than the exception” (Hayek, 1967, p. 20).

¹⁹⁰ “Although such a theory does not tell us precisely what to expect, it will still make the world around us a more familiar world in which we can move with greater confidence that we shall not be disappointed because we can at least exclude certain eventualities.” (Hayek, 1967, p. 18).

Além disso, esses padrões seriam capazes de deixar o mundo mais ordenado, uma vez que, quando se agrupavam fenômenos de acordo com suas qualidades reais e comuns, a dispersão e complexidade diminuam, o que auxiliaria na tomada de decisões.

Isso torna o mundo mais ordenado, no qual os eventos fazem sentido, pois podemos, pelo menos, dizer em termos gerais como eles se relacionam e formar uma imagem coerente deles (Hayek, 1967, p. 18, tradução própria)¹⁹¹.

Uma vez que reconhecemos explicitamente que a compreensão do mecanismo geral que produz padrões de um certo tipo não é apenas uma ferramenta para previsões específicas, mas é importante por si só, e que pode fornecer orientações importantes para a ação (ou por vezes indicações da conveniência de nenhuma ação), podemos de fato descobrir que esse conhecimento limitado é muito valioso. (Hayek, 1967, p. 40, tradução própria)¹⁹².

As posições de Hayek sobre ciência, além da influência das premissas incorporadas pela escola Austríaca, foram influenciadas por Karl Popper. Não existiu uma mudança ou conflito entre essas duas posições no pensamento de Hayek, mas uma composição. Hayek não abandonou, após a influência de Popper, o método apodítico-detudivo que era endossado por Menger e Mises, “mas sim que ele passou a adotar a proposta de Popper de que a falsificabilidade fosse tratada como critério de demarcação da ciência da não-ciência” (Gray, 2003, p. 28, tradução própria)¹⁹³. Em sua obra, “*Studies in Philosophy, Politics and economics*” (1967), Hayek reconheceu no prefácio seu débito para com Popper e a mudança de entendimentos que a sua influência trouxe ao seu trabalho. A obra foi dedicada a Popper.

Leitores de alguns dos meus escritos anteriores podem notar uma leve mudança no tom da minha discussão sobre a atitude que eu então chamava de ‘cientificismo’. A razão para isso é que Sir Karl Popper me ensinou que os cientistas naturais não fizeram realmente o que a maioria deles não apenas nos disse que fizeram, mas também instaram os representantes de outras disciplinas a imitar. A diferença entre os dois grupos de disciplinas foi assim muito reduzida e eu mantenho o argumento apenas porque muitos cientistas sociais ainda estão tentando imitar o que erroneamente acreditam ser os métodos das ciências naturais. A dívida intelectual que devo a esse velho amigo por ter me ensinado isso é apenas uma das muitas, e é, portanto,

¹⁹¹“It makes its more orderly world in which the events make sense because we can at least say in general terms how they hang together and are able to form a coherent picture of them” (Ibid).

¹⁹² “Once we explicitly recognize that the understanding of the general mechanism which produces patterns of a certain kind is not merely a tool for specific predictions but important in its own right, and that it may provide important guides to action (or sometimes indications of the desirability of no action), we may indeed find that this limited knowledge is most valuable.” (Hayek, 1967, p. 40).

¹⁹³ “but rather that he came to adopt Popper’s proposal that falsifiability be treated as demarcation criterion of science from non-science” (Gray, 2003, p. 28).

apropriado que este volume seja inscrito em gratidão a ele. (Hayek, 1967, p. viii, tradução própria)¹⁹⁴.

Hayek assimilou de Popper o critério da falseabilidade. Isso o levou ao afastamento, a partir da década de 1950, da diferenciação que era estabelecida por ele entre os métodos das Ciências Sociais e os métodos das Ciências Naturais. Quando estabelecida essa diferenciação, a consequência lógica do raciocínio era a existência de critérios científicos próprios de cada área, e essa era uma posição que Popper não compartilhava. Justamente por isso, ele caminhou para a definição de um critério de demarcação científico que fosse aplicável em qualquer área científica e, com isso, deixariam de ser os métodos que definiriam se uma proposição é científica ou não, mas, a forma a proposição era construída. Segundo esse critério definido por Popper, uma proposição científica deveria apresentar a possibilidade lógica de ser falseável pelos fatos.

Novamente, Hayek segue Popper ao qualificar sua convicção austríaca anterior de que existe um dualismo radical de método entre as ciências naturais e sociais: essa convicção, segundo ele, dependia de uma concepção errônea de método nas ciências naturais. (Gray, 2003, p. 18-19, tradução própria)¹⁹⁵.

Mesmo assimilando o critério de falseabilidade e deixando de estabelecer uma diferenciação da ciência entre sociais e naturais e compreendendo, a partir disso, que o método que caracteriza a Ciência é propriamente o hipotético dedutivo, assim como Popper (Gray, 2003; Caldwell, 2004; Angeli; Costa, 2021), Hayek ainda permaneceu com o entendimento de que existiriam limites sobre a capacidade preditiva e sobre a rigorosidade da aplicação da falseabilidade nas Ciências Sociais, melhor dizendo, nos termos que passou a utilizar nessa fase, nas ciências complexas.

Hayek compartilha com Popper a visão de que os métodos das ciências sociais são sempre corretamente hipotético-dedutivos e conjecturais, mas ele identifica limitações

¹⁹⁴ “Readers of some of my earlier writings may notice a slight change in the tone of my discussion of the attitude which I then called ‘scientism’. The reason for this is that Sir Karl Popper has taught me that natural scientists did not really do what most of them not only told us that they did but also urged the representatives of other disciplines to imitate. The difference between the two groups of disciplines has thereby been greatly narrowed and I keep up the argument only because so many social scientists are still trying to imitate what they wrongly believe to be the methods of the natural sciences. The intellectual debt which I owe to this old friend for having taught me this is but one of many, and it is therefore only appropriate that this volume should be in gratitude inscribed to him” (Hayek, 1967, p. viii).

¹⁹⁵ “Again, Hayek follows Popper in qualifying his earlier Austrian conviction that there is a radical dualism of method as between natural and social science: this conviction, he tells us, depended on an erroneous conception of method in the natural of what Popper has taught him” (Gray, 2003, p. 18-19).

nesse método nas ciências sociais para as quais não há evidências claras de que Popper mesmo tenha percebido ou aceitado. (Gray, 2003, p.20, tradução própria)¹⁹⁶.

A falseabilidade foi, então, aceita por Hayek como critério de demarcação, mas ele “expõe a precariedade e os limites do poder científico de explicação, previsão e falsificação em teorias de fenômenos complexos” (Angeli; Costa, 2021, p. 522, tradução própria)¹⁹⁷.

Em geral, parece justo afirmar que Hayek reconhece que o método adequado em estudos sociais e econômicos, assim como em outras áreas, é o método hipotético-dedutivo de conjecturas e refutações, conforme estabelecido por Popper. Por outro lado, ele continua a reconhecer que, no que diz respeito a fenômenos complexos encontrados nos estudos sociais, a testabilidade pode ser um processo um tanto elevado e prolongado, e o ideal de alto conteúdo empírico capturado em um quadro nomotético é uma ideia exigente e às vezes inatingível. (Gray, 2003, p. 19, tradução própria)¹⁹⁸.

A atenuação que Hayek passou a fazer sobre a diferenciação entre Ciências Sociais e Ciências Naturais, segundo Caldwell, foi influenciada, também, pela crítica de Ernst Nagel ao seu conceito de “cientificismo” na “review” sobre a obra “*The Counter-Revolution of Science*” (1952). Popper e Nagel foram dois nomes que apresentaram conexões e similaridades de visões com a nova forma com que Hayek passou a diferenciar os fenômenos científicos, entre os fenômenos simples e os complexos. “A nova estrutura de Hayek estava muito mais próxima das abordagens que Popper e Nagel endossaram [...]” (Caldwell, 2004, p. 249, tradução própria)¹⁹⁹.

A resenha feita por Nagel, embora reconhecesse as contribuições da obra, identificava pontos falhos, deixando ao lado os argumentos sobre a relação estabelecida por Hayek entre o cientificismo, os autores franceses Comte e Saint-Simon e os totalitarismos. Nagel direcionou

¹⁹⁶ “Hayek shares with Popper the view that the methods of the social sciences are properly always hypothetico-deductive and conjectural, but he identifies limitations on this method in the social sciences which there is no clear evidence that Popper himself has perceived or accepted” (Gray, 2003, p.20).

¹⁹⁷ “exposes the precariousness and the limits of the scientific power of explanation, prediction, and falsification in theories of complex phenomena” (Angeli; Costa, 2021, p. 522).

¹⁹⁸ “In general, then, it seems fair to hold that Hayek acknowledges that the proper method in social and economic studies, as elsewhere, is the hypothetico-deductive method of conjectures and refutations as set out by Popper. On the other hand, he continues to recognize that in respect of complex phenomena such as are found in the social studies, testability may be a somewhat high-level and protracted process, and the ideal of high empirical content captured in a nomothetic framework a demanding and sometimes unattainable idea” (Gray, 2003, p. 19).

¹⁹⁹ “Hayek’s new framework was much closer to the approaches that Popper and Nagel endorsed [...]” (Caldwell, 2004, p. 249).

sua análise às posições científicas de Hayek e identificou inconsistências entre o método defendido por Hayek e a capacidade desse método para alcançar as explicações pretendidas. Ou seja, para Nagel, era controverso que, como afirmava Hayek, os estados subjetivos, definidos por ele como o extrato material das Ciências Sociais, fossem passíveis de apreensão e explicação empírica e que as estruturas sociais, “*wholes*”, fossem totalmente inacessíveis à explicação e observação (1952, p. 563).

A defesa do Sr. Hayek do chamado método de “*verstehen*” como central e distintivo das ciências sociais não é mais convincente do que as defesas semelhantes feitas por outros escritores. Considere agora a alegação do Sr. Hayek de que, enquanto as ciências naturais partem de totalidades diretamente observadas para entidades explicativas inferidas e não observáveis, o procedimento das ciências sociais é justamente o oposto (Nagel, 1952, p. 563, tradução própria)²⁰⁰.

Para Nagel, não era convincente a diferenciação que Hayek estabelecia, tampouco a sustentação de que os objetivos das duas ciências fossem diferentes. Além disso, os limites que Hayek definia para as Ciências Sociais quanto à necessidade do método subjetivo, ou de, no caso dos fenômenos sociais, somente ser possível uma compreensão utilizando o método subjetivo, também não ficavam totalmente demonstrados. “A verdade parece ser que o que o Sr. Hayek chama de métodos analíticos e compositivos são empregados tanto nas ciências naturais quanto nas ciências sociais, de modo que nenhum método pode ser considerado distintivo de qualquer ramo de investigação.” (Nagel, 1952, p. 564, tradução própria)²⁰¹.

Boa parte das ideias defendidas por Hayek sobre as Ciências Sociais, comportamento social e melhores formas e limites de explicação, articularam-se em sua “Teoria da Mente” que foi exposta em sua obra “*The sensory Order*” (1952). Nesta, Hayek apresentou uma explicação sobre o funcionamento da mente humana e, além disso, a obra também pode ser lida como uma crítica ao Behaviorismo, identificado como uma forma de “cientificismo” (Caldwell, 2004).

Essa obra foi definida por Hayek como um dos seus trabalhos mais importantes (Caldwell, 2004). Esse julgamento pode ser melhor compreendido quando se coloca a obra em conexão com seus outros trabalhos. Dessa forma, é possível percebê-la conectada com suas

²⁰⁰ “Mr. Hayek's defense of the so-called method of ‘*verstehen*’ as central to and distinctive of the social sciences is no more convincing than are similar defenses by other writers. Consider next Mr. Hayek's contention that while the natural sciences proceed from directly observed wholes to inferred and unobservable explanatory entities, the procedure of the social sciences is just the reverse” (Nagel, 1952, p. 563).

²⁰¹ “The truth thus appears to be that what Mr. Hayek calls the analytic and compositive methods are employed in both the natural and the social sciences, so that neither method can be taken as distinctive of either branch of inquiry” (Nagel, 1952, p. 564).

principais teses, e, além disso, uma corroboração aos seus argumentos sobre o reconhecimento de padrões na compreensão das ações nas Ciências Sociais.

A mente humana foi referida por Hayek em muitos momentos de seus trabalhos como forma de sustentar as suas premissas sobre as Ciências Sociais: o individualismo, a ordem espontânea, etc.

[...] o termo “qualidades” sensoriais é empregado para se referir a todos os diferentes atributos ou dimensões em relação aos quais diferenciamos nossas respostas a diferentes estímulos. Usaremos esse termo em um sentido amplo, que inclui não apenas a qualidade no sentido em que é contrastada com intensidade, clareza, etc., mas também em um sentido que abrange todos esses outros atributos de uma sensação. Falaremos de qualidades sensoriais e da ordem sensorial para distingui-las das qualidades afetivas e dos outros “valores” mentais que compõem a ordem mais abrangente das “qualidades mentais”. (Hayek, 1952, p. 2, tradução própria)²⁰².

O reconhecimento de que a mente humana funciona por meio da formação e estabelecimento de padrões em conexão com as sensações sustentava o argumento de que as Ciências Sociais poderiam somente descobrir e explicar padrões, ou seja, elas só conseguem acessar o que é acessível a todas as mentes: a formação de padrões.

Essa abordagem implicava limites rigorosos na previsão: ao lidar com o assunto estudado pelas ciências sociais, muitas vezes o melhor que se pode fazer é fornecer uma previsão de padrão ou explicar o princípio pelo qual uma estrutura social complexa se forma. (Caldwell, 2004, p. 248, tradução própria)²⁰³.

A mente humana possui, para Hayek, as mesmas características da Ordem Espontânea, ou seja, uma formação espontânea, complexa que funcionamente se dá por meio do seguimento de regras e padrões. A complexidade dessas formações espontâneas impõe limites para a capacidade explicativa sobre o seu funcionamento. É possível conhecer somente regras gerais e não todos os detalhes da sua composição. “Quando Hayek se voltou para escrever *The Sensory Order*, ele logo começou a ver a mente como outro exemplo de uma ordem que se forma

²⁰² “[...] employ the term sensory 'qualities' to refer to all the different attributes or dimensions with regard to which we differentiate in our responses to different stimuli. We shall thus use this term in a wide sense in which it includes not only quality in the sense in which it is contrasted with intensity, extensity, clearness, etc., but in a sense in which it includes all these other attributes of a sensation. We shall speak of sensory qualities and the sensory order to distinguish these from the affective qualities and the other mental 'values' which make up the more comprehensive order of 'mental qualities'” (Hayek, 1952, p. 2).

²⁰³ “That approach implied strict limits on prediction: when dealing with the subject matter studied by the social sciences, often the best one can do is to provide a pattern prediction, or to explain the principle by which a complex social structure gets formed” (Caldwell, 2004, p. 248).

espontaneamente, análoga às ordens sociais que se formam como resultado das consequências não intencionais da ação humana” (Caldwell, 2004, p. 248, tradução própria)²⁰⁴

Hayek chegou à conclusão, principalmente a partir dessa obra, de que a divisão entre todas as ciências não era a que ele vinha estabelecendo entre Ciências Naturais e Sociais, mas entre as ciências que estudam fenômenos simples e os complexos (Caldwell, 2004). A partir disso, ele estabeleceu que a característica fundamental das ciências que estudam fenômenos complexos é que somente as “explicações de princípios” ou de “padrões” são possíveis sobre estes fenômenos (Ibid). Por fim, “a nova estrutura de categorização dele implicava que muitas outras ciências enfrentavam as mesmas limitações em relação à previsão que a economia, e a mesma necessidade de recorrer a ‘explicações do princípio’” (Ibid, p. 249, tradução própria)²⁰⁵.

Hayek, embora tenha mudado a sua forma de diferenciação entre as áreas e acrescentando novos critérios de demarcação, manteve o entendimento sobre os limites do que é possível explicar sobre os fenômenos sociais, sejam eles agrupados como “ciências sociais” ou “ciências complexas”. Ainda assim, poderiam-se oferecer somente explicações de padrões.

As características das compreensões gerais de Hayek sobre ciência e sobre as ciências sociais são formadas a partir da influência, principalmente, de Menger e, posteriormente, de Popper. Além da incorporação diversas vezes referida por ele, das premissas filosóficas sobre comportamento humano de autores como Adam Smith, David Hume e Bernard Mandeville, essas premissas são trazidas para a fundamentação de que o método científico apropriado para a compreensão dos fenômenos sociais é o subjetivismo individualista e, ainda, de que certos limites impõem-se para o acesso da complexidade que forma a subjetividade humana.

Outro aspecto importante incorporado por ele, a valorização da compreensão da ação social como método das Ciências Sociais, advém da consolidação dessa metodologia, principalmente no cenário intelectual alemão no período anterior e contemporâneo a Hayek. Com Weber, essa metodologia consolidou-se como uma das abordagens das Ciências Sociais, mas o próprio Weber construiu-a em consequência dos debates anteriores.

Essas questões gerais que Hayek incorpora e articula, mas nas quais se encontram poucos pontos realmente inovadores em relação às discussões metodológicas e epistemológicas

²⁰⁴ “When Hayek turned to write *The Sensory Order*, he soon began to see the mind as another example of a spontaneously forming order, analogous to the social orders that formed as the result of the unintended consequences of human action” (Ibid).

²⁰⁵ “his new categorization scheme implied that many other sciences confronted the very same limitations regarding prediction as economics did, and the same necessity of resorting to ‘explanations of the principle’” (Ibid, p. 249).

na área científica e, sobretudo, nas Ciências Sociais e na utilização da compreensão da ação como princípio na área, foram articuladas para fundamentar um dos conceitos e ideias que são mais característicos do seu pensamento e da sua participação no debate acadêmico nas Ciências Sociais: a crítica ao racionalismo, ao cientificismo e ao construtivismo.

5.2 CIENTIFICISMO, CONSTRUTIVISMO E RACIONALISMO

Em consequência de sua compreensão sobre metodologia e conhecimento nas Ciências Sociais, Hayek desenvolveu ao longo de seu trabalho uma crítica ao que ele denominou de cientificismo e, também, ao construtivismo e ao racionalismo, com certas variações de terminologia, como, por exemplo, o uso de construtivismo-racionalista. Tal discussão na obra hayekiana pode ser lida como causa e como consequência dos seus posicionamentos metodológicos. O autor entendia que existia um erro na forma como os construtivistas compreendiam o processo social, e isso levava à defesa de formas de organização social que, para ele, eram menos eficientes. Portanto, esse debate levava, por fim, à sua discussão sobre liberalismo e ordem espontânea.

Em “*Studies*” (1967), encontra-se um de seus textos sobre racionalismo, “*Kinds of Rationalism*” [1964]. Nele Hayek traçou a história das ideias da corrente teórica que ele identificou como racionalista e, ainda, diferenciou o papel que a razão desempenhava nessa corrente daquela com a qual ele se identificava. “Existe, em minha opinião, uma espécie de racionalismo que, ao não reconhecer os limites do poder da razão individual, acaba tornando a razão humana um instrumento menos eficaz do que poderia ser” (Hayek, 1967, p. 84, tradução própria)²⁰⁶.

Define, ele, então que “parece-me que o melhor nome para esse tipo de racionalismo ingênuo é construtivismo racionalista” (Hayek, 1967, p. 85, tradução própria)²⁰⁷. Ou seja, ele não desenvolveu uma crítica à utilização da razão, mas voltada a uma utilização específica que ele compreendeu como equivocada e produtora de efeitos negativos para o processo social. “A razão é como um explosivo perigoso, que, manuseado com cautela, será muito benéfico, mas

²⁰⁶ “There seems to me to exist a sort of rationalism which, by not recognizing these limits of the powers of individual reason, in fact tends to make human reason a less effective instrument than it could be” (Hayek, 1967, p. 84).

²⁰⁷ “It seems to me that the best name for this kind of naive rationalism is rationalist constructivism” (Hayek, 1967, p. 85).

se manuseado de forma descuidada, pode destruir uma civilização” (Ibid, p. 94, tradução própria)²⁰⁸.

A corrente teórica que ele denominou de “racionalismo- construtivista” tinha suas raízes na filosofia grega antiga e, na sua forma moderna, desenvolveu-se a partir dos séculos XVI e XVII, sendo o filósofo francês René Descartes o principal expoente da mudança ocorrida no papel desempenhado pela razão (Hayek, 1967). Nessa compreensão sobre o papel da razão derivada dessas correntes teóricas, Hayek identificava o que ele denominou de “*engineering type of mind*”, um tipo de mentalidade que transfere a aplicação técnica para a sociedade e os fenômenos sociais, ou seja, uma mentalidade “cientificista”.

A expressão “*engineering type of mind*” foi substituída mais tarde nos trabalhos de Hayek por “construtivismo”, ambas indicando as mesmas ideias. “‘**Construtivismo**’ agora me parece o melhor termo para a atitude prática que regularmente acompanha o que, no campo da teoria, descrevi como ‘**cientismo**’” (Hayek, 1967, p. 85, tradução própria, destaques próprios)²⁰⁹. O termo não foi utilizado pela primeira vez por ele, “devo alegar que esse termo já foi usado exatamente nesse sentido por um dos maiores liberais do século XIX, W. E. Gladstone” (Ibid, tradução própria).²¹⁰

Hayek não estava direcionando uma crítica à “*engineering type of mind*” como um todo, nem ao uso técnico e totalmente objetivo da razão, mas à transferência dessa forma de utilização para as Ciências Sociais. Neste caso, para ele, o uso tornava-se deletério, uma vez que se baseava em uma compreensão equivocada sobre o funcionamento do processo social. “É uma visão que, na esfera social, desde então causou danos incomensuráveis, quaisquer que tenham sido suas grandes conquistas na esfera da tecnologia” (Hayek, 1967, p. 85, tradução própria)²¹¹.

A ascendência desta visão no século XVII implicou, de facto, um retrocesso para um modo de pensar anterior e ingênuo, para uma visão que habitualmente pressupunha um inventor pessoal para todas as instituições humanas, sejam elas a linguagem ou a escrita, as leis ou a moral. Não é por acaso que o racionalismo cartesiano estava completamente cego às forças da evolução histórica. E o que aplicou ao passado foi proclamado como um programa para o futuro: que o homem, com pleno conhecimento do que estava a fazer, deveria criar deliberadamente uma civilização e uma ordem

²⁰⁸ “Reason is like a dangerous explosive which, handled cautiously, will be most beneficial, but if handled incautiously may blow up a civilization” (Ibid, p. 94).

²⁰⁹ “‘Constructivism’ now seems to me the best-label for the practical attitude which regularly accompanies what in the field of theory I have described as ‘scientism’” (Hayek, 1967, p. 85).

²¹⁰ “I should plead that this term was used in precisely this sense already by one of the greatest of the nineteenth-century liberals, W. E. Gladstone” (Ibid).

²¹¹ “It is a view which in the social sphere has since wrought unmeasurable harm, whatever its great achievements in the sphere of technology may have been” (Hayek, 1967, p. 85).

social que o processo da sua razão lhe permitisse conceber. O racionalismo, neste sentido, é a doutrina que assume que todas as instituições que beneficiam a humanidade foram inventadas no passado e deverão no futuro ser inventadas com clara consciência dos efeitos desejáveis que produzem [...] É a partir deste tipo de racionalismo social ou construtivismo de que deriva todo o socialismo, planejamento e totalitarismo modernos. (Hayek, 1967, p. 85, tradução própria)²¹².

Para a perspectiva racionalista, a razão deveria ser aplicada para definir a superioridade e os efeitos positivos dos valores e comportamentos. E somente aqueles que demonstrassem a sua superioridade por meio da análise racional deveriam ser adotados. Sendo assim, por meio da razão seria possível atingir uma sociedade mais eficiente. A razão poderia dar a resposta para encontrar formas de transformação daqueles comportamentos que são considerados negativos para a organização social. Por isso, Hayek identificou o racionalismo com o planejamento econômico e com as correntes políticas que buscavam construir uma organização social considerada por elas como superior, pois se baseavam em princípios racionais.

Casos típicos desse raciocínio, para Hayek, eram as formas do socialismo e do totalitarismo que, quando compreendidos como tipos de aplicação da mentalidade racionalista, buscavam uma transformação social para uma forma superior e organizada. Essa forma de pensamento apresentava-se em vários autores e tipos de correntes teóricas da filosofia européia:

[...] que remonta a Platão na Grécia antiga e depois foi revivido por Descartes e Hobbes no século XVII e que, com Rousseau, Hegel e Marx e mais tarde os positivistas filosóficos e jurídicos, levou este culto da razão mais longe [...] (Hayek, 1967, p. 93-94, tradução própria).²¹³

Segundo Hayek (1967), para os racionalistas, os valores justificam a sua existência na sociedade quando demonstram que os seus efeitos são preferíveis aos de outros em qualquer situação. Sendo assim, a razão exerce a função de meio para descobrir os efeitos da aplicação desses valores na sociedade.

A concepção básica do construtivismo pode ser expressa de forma simples pela fórmula aparentemente inocente de que, uma vez que o homem criou as instituições

²¹² “The ascendancy of this view in the seventeenth century implied in fact a telapse into an earlier naïve way of thinking, into a view which habitually assumed a personal inventor for all human institutions, be it language or writing, laws or morals. It is no accident that Cartesian rationalism was completely blind to the forces of historical evolution. And what it applied to the past it proclaimed as programme for the future: that man in the full knowledge of what he was doing should deliberately create such a civilization and social order as the process of his reason enabled him to design. Rationalism in this sense is the doctrine which assumes that all institutions which benefit humanity have in the past and ought in the future to be invented in clear awareness of the desirable effects that they produce [...] It is from this kind of social rationalism or constructivism that all modern socialism, planning and totalitarianism derives” (Hayek, 1967, p. 85).

²¹³ “[...] which goes back to Plato in ancient Greece and then was revived by Descartes and Hobbes in the seventeenth century and which, with Rousseau, Hegel, and Marx and later the philosophical and legal positivists, had carried this cult of reason furthest [...]” (Hayek, 1967, p. 93-94).

da sociedade e da civilização, ele deve ser capaz de alterá-las à vontade para satisfazer seus desejos ou vontades (Hayek, 1978, p. 3, tradução própria).²¹⁴

A própria existência da razão torna-se um fator que demanda explicação: como ela se forma? Ela é produto do processo social ou ela mesma é a fonte produtora da vida em sociedade? E aqui, mais uma vez, Hayek abriu divergência com os racionalistas. Para os racionalistas influenciados pelo pensamento de Descartes, “a civilização humana é o produto da razão humana” (Hayek, 1967, tradução própria)²¹⁵.

De outro lado, pode-se considerar que a “a razão humana como produto de uma civilização que não foi deliberadamente criada pelo homem, mas que cresceu por meio de um processo de evolução” (Hayek, 1967, tradução própria)²¹⁶. Hayek considera que esse é o tipo de questão “*hen or egg*”, pois os dois fenômenos interagem constantemente de forma que se torna impossível uma separação ou uma definição sobre a preponderância ou a origem de algum deles.

O uso da razão pela segunda corrente, com a qual Hayek identifica-se, é feito com o reconhecimento de que ela é limitada. Diferentemente da compreensão do racionalismo construtivista, não se entende, nessa corrente, que seja possível a construção ou reconstrução da sociedade por meio da razão. Identificam-se com esta corrente autores como David Hume, Adam Smith, Bernard Mandeville, Carl Menger, Montesquie e Tocqueville.

[...] racionalismo, como defendido por Montesquieu, David Hume e os filósofos escoceses de sua escola, especialmente Adam Smith, construiu uma verdadeira teoria da sociedade e do papel da razão no crescimento da civilização. Também devemos muito aos grandes liberais clássicos alemães, Kant e Humboldt, que, no entanto, assim como Bentham e os utilitaristas ingleses, não escaparam completamente da atração fatal do racionalismo francês e de Rousseau. Em sua forma mais pura, encontramos novamente a filosofia política dessa escola em Alexis de Tocqueville e Lord Acton. A base de sua teoria social foi claramente reafirmada, pela primeira vez após David Hume, no trabalho do fundador da Escola Austríaca de Economia, Carl Menger. Entre os filósofos contemporâneos, é especialmente o Professor Karl R. Popper quem

²¹⁴ “The basic conception of this constructivism can perhaps be expressed in the simplest manner by the innocent sounding fórmula that, since man has himself created the institutions of society and civilisation, he must also be able to alter them at will so as to satisfy his desires or wishes” (Hayek, 1978, p. 3).

²¹⁵ “human civilization is the product of human reason” (Hayek, 1967).

²¹⁶ “human reason as the product of a civilization which was not deliberately made by man but which had rather grown by a process of evolution” (Hayek, 1967).

forneceu importantes novas bases filosóficas para essa linha de pensamento. (Hayek, 1967, p. 94, tradução própria).²¹⁷

A diferença entre as duas correntes pode ser sintetizada pelo poder que a razão desempenha em cada uma. No caso da corrente com a qual Hayek identificava-se, a razão tem capacidade limitada, assim como a mente humana. Se não é possível que a mente humana apreenda, compreenda e explique todos os processos complexos, também, por consequência lógica, não é possível que razão o faça. Com isso, a razão não tem poder para definir, por exemplo, os valores como superiores.

O papel desempenhado pela razão na discussão sobre valores é outro elemento que pode servir para distinguir as duas formas de pensamento. Ela é empregada de forma diferente para fornecer a explicação sobre por que temos os valores que temos. “[...] a diferença entre o uso legítimo da razão na discussão de valores e aquele falso racionalismo 'construtivista' que ignora as limitações impostas aos poderes da razão” (Hayek, 1967, p. 87-88, tradução própria)²¹⁸.

Foi expresso na máxima escolástica que a razão não é juiz, mas instrumento. No entanto, a clareza consciente veio apenas com a demonstração de David Hume (direcionada contra o racionalismo construtivista de sua época) de que “as regras da moralidade não são as conclusões de nossa razão”. Isso se aplica, é claro, a todos os nossos valores, que são os fins que a razão serve, mas que a razão não pode determinar. Isso não significa que a razão não tenha função em decidir conflitos de valores—e todos os problemas morais são problemas criados por conflitos de valores. No entanto, nada mostra melhor o papel limitado da razão nessa conexão do que uma análise mais detalhada de como decidimos tais conflitos. (Hayek, 1967, p. 87, tradução própria)²¹⁹.

²¹⁷ “[...] rationalism like Montesquieu, David Hume and the Scottish philosophers of his school, in particular Adam Smith, who built up a true theory of society and of the role of reason in the growth of civilization. We owe much also to the great classical German liberals, Kant and Humboldt, who, however, as is true also of Bentham and the English utilitarians, did not wholly escape the fatal attraction of Rousseau and French rationalism. In its purer form we then find the political philosophy of this school once more in Alexis de Tocqueville and Lord Acton; and the foundation of its social theory was clearly restated, for the first time after David Hume, in the work of the founder of the Austrian School of Economics, Carl Menger. Among contemporary philosophers it is particularly Professor Karl R. Popper who has provided important new philosophical foundations for this strand of thought.” (Hayek, 1967, p. 94).

²¹⁸ “[...] the difference between the legitimate use of reason in the discussion of values and that false ‘constructivist’ rationalism which ignores the limitations that are set to the powers of reason” (Hayek, 1967, p. 87-88).

²¹⁹ “It was expressed in the scholastic maxim that *ratio non est iudex, sed instrumentum*—that reason is not the judge but an instrument. But clear awareness came only with David Hume’s demonstration (directed against the constructivist rationalism of his time) that ‘the rules of morality are not the conclusions of our reason’. This applies, of course, to all our values, which are the ends which reason serves but which reason cannot determine. This does not mean that reason has no function in deciding in conflicts of values—and all moral problems are problems created by conflicts of values. But nothing shows better the limited role of reason in this connection than a closer analysis of how we decide such conflicts.” (Hayek, 1967, p. 87).

A razão aparece na discussão sobre valores em ambas as correntes, mas, no caso da escola advinda da influência de David Hume, compreende-se que ela pode, no máximo, ajudar no entendimento das alternativas disponíveis, percebendo quais os valores que estão em conflito, quais os últimos e quais são os derivados destes (Hayek, 1967).

Como Hume entendia que os valores e a moral não se justificavam pelo racional, não derivavam do racional. A razão, neste caso, pode no máximo ser empregada na ação dentro de regras definidas, as morais. Ou seja, ela não é a fonte definidora da moral. Ela vai ser utilizada pelo indivíduo para definir como se comportar a partir das regras morais já estabelecidas e estas se constituem pelo irracional. Por outro lado, no caso do racionalismo construtivista, a razão é capaz de definir todos os detalhes de uma sociedade complexa, inclusive a moral.

Essa compreensão dos racionalistas sobre o papel da razão e da moral explicava, segundo Hayek, a falta de afinidade que estas teorias e autores possuíam com a abstração. Uma vez que entendiam que seria possível definir pela razão qual seria a forma superior de valor ou comportamento para uma dada situação, a aplicação de princípios abstratos de conduta que fossem válidos para situações diversas e anterior ao conhecimento de todos os detalhes de cada caso em específico tornava-se inconcebível ou equivocada para essas correntes.

Para que fosse possível aplicar o raciocínio do racionalismo construtivista, seria necessário o conhecimento detalhado de cada situação, pois somente assim teríamos as informações para uma análise sobre qual a melhor forma de ação em cada caso. Mas Hayek entendia que esse raciocínio era um erro de compreensão sobre a própria gênese do processo social e foi este erro que levou essas teorias ao planejamento, ou seja, à noção de que seria possível planejar as ações e instituições sociais de forma detalhada a partir da definição de todos os elementos envolvidos na situação.

Isso, é claro, envolve não apenas uma presunção colossal em relação aos nossos poderes intelectuais, mas também um equívoco completo sobre o tipo de mundo em que vivemos. Trata nossos problemas práticos como se conhecêssemos todos os fatos e a tarefa de lidar com eles fosse puramente intelectual. Receio que grande parte da teoria social moderna também tenha sido privada de valor por essa mesma suposição. O fato crucial de nossas vidas é que somos oniscientes, que a cada momento precisamos nos ajustar a novos fatos que não conhecíamos antes e, portanto, não podemos ordenar nossas vidas de acordo com um plano detalhado preconcebido em que cada ação específica seja previamente ajustada racionalmente a todas as outras. (Hayek, 1967, p. 90, tradução própria)²²⁰.

²²⁰ “This, of course, involves not only a colossal presumption concerning our intellectual powers, but also a complete misconception of the kind of world in which we live. It treats our practical problems as if we knew all the facts and the task of coping with them were a purely intellectual one. I am afraid much of modern social theory also has been deprived of value by this same assumption. The crucial fact of our lives is that we are omniscient,

A ordem na vida só pode ser atingida por meio da adoção de princípios abstratos, regras de conduta que sirvam de guia para o comportamento e possam ser utilizados sempre que novas situações surgirem (Hayek, 1967). “Nossas ações formam um padrão coerente e racional, não porque tenham sido decididas como parte de um único plano pensado antecipadamente, mas porque em cada decisão sucessiva limitamos nossa gama de escolha pelas mesmas regras abstratas” (Ibid, p. 90, tradução própria)²²¹.

O ordenamento racional seria encontrado porque as regras seguidas são conhecidas, ao contrário da ideia de que a ordem social dar-se-ia por meio do conhecimento de todas as circunstâncias. A aderência às regras levaria a que a ação acontecesse dentro de padrões, tendo como consequência o estabelecimento de uma ordem, fazendo com que a vida estivesse mais ordenada (Hayek, 1967). No que se refere a estes pontos, os teóricos da corrente “antirracionalista”:

Querem usar a abstração para ampliar e alcançar pelo menos algum grau de ordem no complexo das questões humanas, reconhecendo que é impossível dominar todos os detalhes, enquanto o racionalista construtivista valoriza a abstração apenas como um instrumento para determinar particularidades. (Hayek, 1967, p. 89, tradução própria)²²².

Para o primeiro grupo, como de Tocqueville expressou, “ideias gerais não são prova da força, mas sim da insuficiência do intelecto humano”. Para o segundo grupo, essas ideias são uma ferramenta que nos confere poder ilimitado sobre o particular. Na filosofia da ciência, essa diferença se manifesta na crença dos adeptos da segunda visão de que o valor de uma teoria deve ser julgado por sua capacidade de prever eventos específicos. Ou seja, nossa habilidade de preencher o padrão geral descrito pela teoria com fatos concretos suficientes para especificar sua manifestação particular. É claro que a previsão de que um certo padrão aparecerá também é uma afirmação passível de falsificação. (Hayek, 1967, p. 89, tradução própria)²²³.

that we have from moment to moment to adjust ourselves to new facts which we have not known before, and that we can therefore not order our lives according to a preconceived detailed plan in which every particular action is beforehand rationally adjusted to every other” (Hayek, 1967, p. 90).

²²¹ “Our actions form a coherent and rational pattern, not because they have been decided upon as part of a single plan thought-out beforehand, but because in each successive decision we limit our range of choice by the same abstract rules” (Ibid, p. 90).

²²² “want to use abstraction to extend it by achieving at least some degree of order in the complex of human affairs, where they know it is impossible to master the full detail, while the constructivist rationalist values abstraction only as an instrument in determining particulars” (Hayek, 1967, p. 89).

²²³ “To the first, as de Tocqueville expressed it, ‘general ideas are not proof of the strength but rather of the insufficiency of the human intellect’, to the second they are a tool which is to give us unlimited power over the particular. In the philosophy of science this difference manifests itself in the belief of the adherents of the second view that the value of a theory must be judged by its capacity to predict particular events, i.e., on our ability to fill

Além do papel desempenhado na moral e nas teorias científicas, as regras gerais desempenham, para Hayek, funções em vários aspectos do processo social. Ele entendia que os mecanismos de aprendizado da linguagem, por exemplo, e da transmissão da cultura dão-se por meio da transmissão dessas regras e que, muitas vezes, elas são assimiladas e transmitidas sem que reconheçamos todos os elementos específicos tanto de seu processo de formação quanto de seu de processo de transmissão.

À medida que aprendemos como crianças a usar nossa linguagem de acordo com regras que não conhecemos explicitamente, também aprendemos com a linguagem não apenas a agir de acordo com as regras da linguagem, mas de acordo com muitas outras regras de interpretação do mundo e de agir de maneira apropriada, regras que nos guiarão mesmo que nunca as tenhamos formulado explicitamente. Esse fenômeno de aprendizado implícito é claramente uma das partes mais importantes da transmissão cultural, mas ainda não o entendemos perfeitamente. (Hayek, 1967, p. 87, tradução própria)²²⁴.

Toda a compreensão de Hayek sobre o racionalismo construtivista fundamentou sua análise apresentada no texto “*Individualism: True and False*” (1945). Neste caso, ele diferenciou entre duas correntes em que o individualismo e a liberdade apareceram como importantes a partir do papel que a razão desempenha em cada uma delas. Além disso, a aversão por princípios abstratos também foi utilizada por Hayek como uma forma de diferenciação entre elas.

O individualismo que Hayek denominou de “verdadeiro”, no sentido de que estas ideias realmente levariam a uma sociedade livre e com preservação da individualidade e com o qual ele se identificou, começou a desenvolver-se em sua forma moderna com “com John Locke, e particularmente com Bernard Mandeville e David Hume, e alcançou plena estatura pela primeira vez na obra de Josiah Tucker, Adam Ferguson e Adam Smith e na de seu grande contemporâneo, Edmund Burke” (Hayek, 1958, p. 4, tradução própria)²²⁵. Durante o século XIX, os filósofos e historiadores Alexis de Tocqueville e Lord Acton foram, para Hayek,

in the general pattern described by the theory with sufficient concrete facts to specify its particular manifestation, while of course the prediction that a kind of pattern will appear is also a falsifiable statement” (Hayek, 1967, p. 89)

²²⁴ “As we learn as children to use our language according to rules which we do not explicitly know, so we learn with language not only to act according to the rules of language, but according to many other rules of interpreting the world and of acting appropriately, rules which will guide us though we have never explicitly formulated them. This phenomenon of implicit learning is clearly one of the most important parts of cultural transmission, but one which we as yet only imperfectly understand” (Hayek, 1967, p. 87).

²²⁵ “with John Locke, and particularly with Bernard Mandeville and David Hume, and achieved full stature for the first time in the work of Josiah Tucker, Adam Ferguson, and Adam Smith and in that of their great contemporary, Edmund Burke” (Hayek, 1958, p. 4).

perfeitos representantes e continuadores das ideias que haviam se iniciado com os filósofos escoceses e *Whigs* (Ibid).

A segunda corrente de pensamento também conhecida como individualista, denominada por Hayek como “falso individualismo” ou “individualismo racionalista”, foi em grande medida representada pelos filósofos franceses.

Os representantes proeminentes dessa tradição são os Enciclopedistas, Rousseau e os fisiocratas; e, por razões que consideraremos em breve, esse individualismo racionalista tende sempre a se transformar no oposto do individualismo, ou seja, socialismo ou coletivismo. (Hayek, 1958, p. 4, tradução própria)²²⁶.

Para Hayek, somente a primeira perspectiva, a qual ele denominou como verdadeira, levaria de forma consistente ao tipo de organização social em que realmente haveria a preservação da individualidade. A segunda, o falso individualismo, teria, para Hayek, como consequência o tipo contrário de sociedade e por isso ele a considerou como uma das fontes intelectuais do socialismo moderno (Hayek, 1958, p. 4).

Esse contraste entre o verdadeiro individualismo antirracionalista e o falso individualismo racionalista permeia todo o pensamento social. No entanto, porque ambas as teorias se tornaram conhecidas pelo mesmo nome e, em parte, porque os economistas clássicos do século XIX, especialmente John Stuart Mill e Herbert Spencer, foram influenciados tanto pela tradição francesa quanto pela inglesa, todas as espécies de concepções e suposições completamente alheias ao verdadeiro individualismo passaram a ser consideradas partes essenciais de sua doutrina. (Hayek, 1958, p. 11, tradução própria)²²⁷.

Além desses aspectos, mais uma diferença entre as duas vertentes do individualismo analisadas foi apontada por Hayek: quanto à forma de estudo e compreensão da sociedade, ou seja, quanto às metodologias derivadas de cada raciocínio. Sobre o aspecto metodológico, Hayek categorizou algumas formas de aplicação do conhecimento científico como derivadas do racional construtivismo, sendo elas o objetivismo, o coletivismo, o positivismo e o historicismo.

²²⁶ “The outstanding representatives of this tradition are the Encyclopedists, Rousseau, and the physiocrats; and, for reasons we shall presently consider, this rationalistic individualism always tends to develop into the opposite of individualism, namely, socialism or collectivism” (Hayek, 1958, p. 4).

²²⁷ “This contrast between the true, antirationalistic and the false, rationalistic individualism permeates all social thought. But because both theories have become known by the same name, and partly because the classical economists of the nineteenth century, and particularly John Stuart Mill and Herbert Spencer, were almost as much influenced by the French as by the English tradition, all sorts of conceptions and assumptions completely alien to true individualism have come to be regarded as essential parts of its doctrine” (Hayek, 1958, p. 11).

Ainda que com as suas particularidades, todas, para Hayek, possuíam na sua gênese a mesma compreensão sobre o papel da razão, o que teria implicado nos erros metodológicos e nos equívocos cometidos, segundo ele, por essas teorias em suas explicações sobre o comportamento social, o processo social e o processo histórico.

Ele identifica três amplos tipos de pensamento científico. Todos aplicam métodos que funcionam bem nas ciências naturais ao material das ciências sociais e, ao fazê-lo, negam aspectos básicos dos fenômenos em estudo. Assim, aqueles que exigem uma abordagem mais “objetivista” negam a natureza subjetiva dos dados das ciências sociais. Aqueles que defendem o “coletivismo” negam que as ciências sociais devam partir das opiniões dos indivíduos. Por fim, aqueles que advogam o “historicismo” negam que as ciências sociais sejam propriamente teóricas por natureza. Vamos abordar esses tipos em sequência. O objetivismo deriva do desejo dos cientistas naturais de evitar o antropomorfismo. Existem muitas variantes do pensamento objetivista. Entre os defensores identificados por Hayek estão Auguste Comte, que queria evitar todo uso de introspecção. (Caldwell, 2004, p.247, tradução própria)²²⁸

Três erros epistemológicos e metodológicos podem ser sintetizados na crítica hayekiana direcionada ao pensamento racionalista: o coletivismo metodológico, a exacerbação do papel da razão e, junto a ela, a minimização da complexidade dos fenômenos e da incapacidade da mente humana de apreendê-la. Quanto ao primeiro, a forma que ele considerava adequada para compreensão dos fenômenos sociais parte da ação individual, ou seja, compreende a ação e busca nela as explicações sobre as formações sociais. “Não há outro caminho para compreender os fenômenos sociais senão através da nossa compreensão das ações individuais direcionadas a outras pessoas e guiadas pelo comportamento esperado” (Hayek, 1958, p. 6, tradução própria)²²⁹.

Hayek foi um crítico das teorias coletivistas da sociedade, ou seja, daquelas teorias que aderiam à máxima de que os fenômenos coletivos poderiam ser compreendidos somente a partir de fenômenos coletivos e tratavam-nos como entidades desconexas da individualidade. “Este argumento é dirigido principalmente contra as teorias coletivistas adequadas da sociedade, que

²²⁸ “He identifies three broad types of scientific thought. All apply methods that work well in the natural sciences to the material of the social sciences and, by so doing, deny basic aspects of the phenomena under study. Thus, those who demand a more “objectivist” approach deny the subjective nature of the data of the social sciences. Those who tout “collectivism” deny that the social sciences should start from the opinions of individual humans. Finally, those who advocate “historicism” deny that the social sciences are properly theoretical in nature. Let us take these types up in turn. Objectivism derives from the desire of natural scientists to avoid anthropomorphism. There are many variants of objectivist thought. Among the proponents whom Hayek identifies are Auguste Comte, who wanted to avoid all use of introspection;” (Caldwell, 2004, p.247).

²²⁹ “There is no other way toward an understanding of social phenomena but through our understanding of individual actions directed toward other people and guided by their expected behavior” (Hayek, 1958, p. 6).

fingem ser capazes de compreender diretamente os conjuntos sociais como a sociedade, etc., como entidades *sui generis* que existem independentemente dos indivíduos que as compõem” (Hayek, 1958, p. 6, tradução própria)²³⁰.

O racionalismo decorrente da influência do pensamento cartesiano, quando aplicado nas Ciências Sociais, acabava se provando um obstáculo para a compreensão dos fenômenos sociais e históricos e foi ele um dos grandes responsáveis pelas explicações que se baseavam em leis sobre o desenvolvimento histórico e nas formas de determinismos derivadas delas (Hayek, 1958). Neste caso, o erro dá-se pela transferência do raciocínio que servia às ciências naturais para o processo social, aliado à pretensão de que seja possível conhecer racionalmente todas as circunstâncias que envolvem o processo social. Sendo assim, acreditava-se que a razão conseguiria explicaria e prever o acontecimento e desenvolvimento histórico e que o processo social teria o mesmo comportamento que os fenômenos da natureza.

O reconhecimento dos limites da razão humana tem como pressuposto o limite da mente humana em conhecer e explicar todos os elementos envolvidos em um acontecimento, ou seja, a mente humana não tem capacidade para acessar todas as possibilidades e todos os aspectos que envolvem ou poderiam envolver alguma situação.

Esta é a limitação constitucional do conhecimento e dos interesses do homem, o fato de que ele não pode saber mais do que uma pequena parte de toda a sociedade e, portanto, tudo o que pode entrar em seus motivos são os efeitos imediatos que suas ações terão na esfera que ele conhece. (Hayek, 1958, p. 14, tradução própria)²³¹.

Por isso, Hayek compreendia que, assim como na ciência, na organização social e na moral, os princípios gerais e abstratos são os únicos possíveis de serem descobertos e, além disso, mostram-se superiores como forma de alcançar ordenamento social e manutenção da liberdade.

Proponho não apenas defender um princípio geral de organização social, mas também tentar demonstrar que a aversão a princípios gerais e a preferência por proceder de instância particular para instância particular são produtos do movimento que, com a “inevitabilidade da gradualidade”, nos leva de volta de uma ordem social baseada no

²³⁰ “This argument is directed primarily against the properly collectivist theories of society which pretend to be able directly to comprehend social wholes like society, etc., as entities *sui generis* which exist independently of the individuals which compose them” (Hayek, 1958, p. 6).

²³¹ “This is the constitutional limitation of man's knowledge and interests, the fact that he cannot know more than a tiny part of the whole of society and that therefore all that can enter into his motives are the immediate effects which his actions will have in the sphere he knows” (Hayek, 1958, p. 14).

reconhecimento geral de certos princípios a um sistema em que a ordem é criada por comandos diretos. (Hayek, 1958, p. 1, tradução própria)²³².

A recusa aos princípios gerais e a pretensão de que seja possível conhecer todas as possibilidades e analisá-las por meio da razão humana e de somente com isso decidir a forma superior de comportamento para cada situação específica tem como consequência uma sociedade organizada a partir de um planejamento central. Por isso, Hayek considerava que o racionalismo construtivista não era o verdadeiro individualismo, pois o planejamento das atividades de forma direcionada em uma sociedade a partir da pretensão de que todos os possíveis detalhes e escolhas dos indivíduos sejam conhecidos, na verdade, não respeitaria a individualidade. A organização central e o planejamento são uma forma de pensamento coletivo e não individual.

Todas as possíveis diferenças nas atitudes morais dos homens têm pouca importância, no que diz respeito à organização social, quando comparadas ao fato de que a mente de todo homem pode efetivamente compreender apenas os fatos do círculo restrito do qual ele é o centro; que, quer ele seja completamente egoísta ou o mais perfeito altruísta, as necessidades humanas pelas quais ele pode efetivamente se importar são uma fração quase negligenciável das necessidades de todos os membros da sociedade. (Hayek, 1958, p. 14, tradução própria)²³³.

Quando da corrente defendida por Hayek, os pressupostos são da ilimitada variabilidade das capacidades e habilidades humanas aliadas à ignorância de qualquer mente individual sobre o que acontece com todos os outros membros da sociedade. Sendo assim, tornaria-se impossível conhecer previamente todas as possibilidades (Hayek, 1958).

Mais um aspecto sobre a razão é importante salientar, pois, para Hayek, a razão com “R”, ou seja, aquela que é capaz de fornecer conhecimento e respostas amplas sobre os comportamentos dos fenômenos, é produto da sociedade, das relações sociais. Ela se forma nas trocas e acúmulos de conhecimentos advindos do desenvolvimento social. A “Razão” é concebida em um processo interpessoal ao qual todos contribuem e testam a contribuição dos

²³² “I propose not only to undertake to defend a general principle of social organization but shall also try to show that the aversion to general principles, and the preference for proceeding from particular instance to particular instance, is the product of the movement which with the “inevitability of gradualness” leads us back from a social order resting on the general recognition of certain principles to a system in which order is created by direct commands” (Hayek, 1958, p. 1).

²³³ “All the possible differences in men's moral attitudes amount to little, so far as their significance for social organization is concerned, compared with the fact that all man's mind can effectively comprehend are the facts of the narrow circle of which he is the center; that, whether he is completely selfish or the most perfect altruist, the human needs for which he can effectively care are an almost negligible fraction of the needs, of all members of society” (Hayek, 1958, p. 14).

outros (Hayek, 1958). Na capacidade do indivíduo de pensar racionalmente enquanto membro da espécie a razão não possui tanto alcance.

Em grande medida, o erro identificado por Hayek no racionalismo construtivista devia-se ao que ele denominou primeiro de transferência do raciocínio das Ciências Naturais para as Ciências Sociais. Mas, após contato com Popper, ele passou a descrever o construtivismo racionalista ou o cientificismo como uma atitude que emolda a postura das Ciências Naturais, embora, todavia, não seja científica em sua essência.

Saint-Simon e Augusto Comte são, para Hayek, os grandes percursores dessa forma de pensamento nas ciências da sociedade que, baseada nessas premissas epistemológicas equivocadas, levava a uma ciência social determinista e coletivista, e que acreditava que o processo social fosse capaz de ser explicado por meio de leis, apresentando o mesmo comportamento de fenômenos naturais como a gravidade, por exemplo.

A afirmação de que todos os fenômenos estão sujeitos a leis naturais invariáveis faz sentido apenas se tivermos alguma orientação sobre quais eventos individuais devem ser considerados como o mesmo fenômeno. Evidentemente, isso não pode significar que tudo o que parece igual aos nossos sentidos deve se comportar da mesma maneira. A tarefa da ciência é justamente reclassificar as impressões sensoriais com base em sua coexistência ou sucessão a outras, a fim de estabelecer regularidades para o comportamento das unidades de referência recém-construídas. No entanto, é exatamente isso que Comte contesta. (Hayek, 1955, p. 171, tradução própria)²³⁴.

A ideia de invariabilidade dos fenômenos sociais e da existência de uma direção determinista do processo social ou, ainda, intencional, tem suas raízes nos pensamentos de Hegel, Saint-Simon e Auguste Comte, difundindo-se a partir desses autores para diversas correntes filosóficas e políticas. Essa difusão pode dar a impressão de que certas teorias, como o positivismo e o socialismo, são de todo opostas. Porém, quando analisadas as suas origens filosóficas e os seus princípios e fundamentos metodológicos, percebe-se, segundo a análise desenvolvida por Friedrich Hayek (1955), que elas não são totalmente antagônicas. “A passagem das doutrinas a que me refiro é aquela em que, à primeira vista, podem parecer ter

²³⁴ “The statement that all phenomena are subject to invariable natural laws clearly makes sense only if we are given some guidance on what individual events are to be regarded as the same phenomena. It evidently cannot mean that everything which appears the same to our senses must behave in the same manner. The task of science is precisely to reclassify the sense impressions on the basis of their coexistence with or succession to others so as to make it possible to establish regularities for the behavior of the newly constructed units of reference. But this is exactly what Comte objects to” (Hayek, 1955, p. 171).

visões diametralmente opostas: sua atitude em relação à pesquisa empírica” (Ibid, p.195, tradução própria)²³⁵.

Ambos acreditavam que a ciência empírica deveria ser puramente descritiva e limitar-se às regularidades observadas nos fenômenos.

Será notado como a visão de Comte sobre a filosofia da história, comumente considerada oposta a uma interpretação “materialista”, se aproxima dessa visão, especialmente se lembrarmos o significado exato que ele atribui ao termo civilização. Na verdade, a antecipação da interpretação materialista da história pode ser encontrada nos escritos dos saint-simonianos, e acreditamos que eles são a principal fonte dessa doutrina, diretamente relacionada a algumas das obras anteriores de Comte. (Hayek, 1955, p. 139, tradução própria)²³⁶.

Comte, ao tratar a sociedade como um “todo”, acabou levando à compreensão do processo social como uma entidade metafísica que apresentava características antropomórficas. Assim, a explicação sociológica passou a ser pensada nos termos das explicações biológicas, ou seja, ela deveria explicar o funcionamento de um corpo “total”.

A forma como o pensamento comteano foi construído levou, segundo Hayek, necessariamente à análise da sociedade como se ela fosse uma super mente, ou seja, coletivista, pois outra alternativa metodológica seria pensar o processo social como o resultado da ação de muitas mentes individuais partindo das mentes individuais para a compreensão do processo social. Como Comte negava essa última alternativa, ele não compreendia o processo social como resultado da mente de indivíduos, a única possibilidade restante, tratar a sociedade como um “todo”, acabava gerando essa entidade metafísica e transcendente.

Tratar os processos sociais como entidades metafísicas e transcendentais foi o ponto de encontro, para Hayek, entre o positivismo e o hegelianismo durante o século XIX. No caso de Hegel, a entidade metafísica era o processo histórico, o “espírito” histórico; no caso de Comte, o processo social ascendente, que iria do teológico ao positivo. O método coletivo aplicado ao estudo dos fenômenos sociais:

²³⁵ “The point of their doctrines to which I refer is one on which at first they may appear to hold diametrically opposed views: their attitude to empirical research” (Hayek, 1955, p.195).

²³⁶ “It will be noticed how close Comte's view on the philosophy of history, which is commonly regarded as the opposite of a "materialist" interpretation, comes to that view particularly if we remember the exact meaning which he gives to the term civilization. In fact, what anticipation of the materialist interpretation of history can be found in the Saint-Simonian writings and we believe that they are the main source of that doctrine can be traced directly to this and some of the earlier works of Comte” (Hayek, 1955, p. 139).

raramente foi proclamado de forma tão enfática como quando o fundador da sociologia, Auguste Comte, afirmou a respeito deles que, assim como na biologia, “o todo do objeto é certamente muito melhor conhecido e mais imediatamente acessível” do que as partes constituintes. (Hayek, 1955, p. 57-58, tradução própria)²³⁷.

Para Hayek, Comte, como discípulo de Saint-Simon, foi um dos grandes percursores e expoentes do método coletivista e do determinismo na abordagem do processo social, ideias que, para ele, influenciaram todo o desenvolvimento da Sociologia, fazendo com que ela se construísse como uma disciplina eminentemente coletivista quanto ao método.

Veremos que Comte e muitos outros consideram os fenômenos sociais como todos dados em ainda outro sentido, diferente, argumentando que os fenômenos sociais concretos só podem ser compreendidos considerando a totalidade de tudo o que pode ser encontrado dentro de certas fronteiras espaço-temporais, e que qualquer tentativa de selecionar partes ou aspectos como sistematicamente conectados está fadada ao fracasso. (Hayek, 1955, p. 58, tradução própria)²³⁸.

A crítica de Hayek ao coletivismo metodológico, ao positivismo, ao historicismo e ao marxismo, fazendo o agrupamento dessas correntes ao que ele denominou de racionalismo construtivista, fundamentava-se, em grande medida, na diferença de aporte metodológico entre as suas posições e as posições dessas outras correntes.

Hayek construiu sua posição metodológica e teórica após o desenvolvimento de um debate que acabou consolidando uma posição alternativa ao coletivismo metodológico e, também, ao espelhamento dos métodos das Ciências Naturais pelas Ciências Sociais, além da crítica à ideia de que o processo social responderia a uma lei, ou seja, de que ele possuía características pré-determinadas e invariáveis, produzindo uma noção teleológica de que esse processo pré-determinado teria um sentido último que poderia ser descoberto pelas Ciências Sociais.

Dado que o sentido do processo social varia de acordo com cada teoria, nos casos do Positivismo, Historicismo e Marxismo, à primeira vista, elas podem ser definidas como fundamentalmente diferentes, uma vez que, quanto ao sentido último realmente o são. Porém, quanto à estrutura teórica, aos princípios que fundamentam a abordagem sobre o processo social, a análise de Hayek, influenciada pelo debate travado a partir da “*Methodenstreit*” e da

²³⁷ “has not often been so emphatically proclaimed as when the founder of sociology, Auguste Comte, asserted with respect to them that, as in biology, ‘the whole of the object is here certainly much better known and more immediately accessible’ than the constituent parts” (Hayek, 1955, p. 57-58).

²³⁸ “We shall presently see that Comte and many others regard social phenomena as given wholes in yet another, different, sense, contending that concrete social phenomena can be understood only by considering the totality of everything that can be found within certain spatio-temporal boundaries, and that any attempt to select parts or aspects as systematically connected is bound to fail” (Hayek, 1955, p. 58).

influência de Menger no debate alemão para a formação da denominada Escola Austríaca e para as posições individualistas, quanto ao método, nas Ciências Sociais, busca demonstrar que elas são iguais.

Os argumentos de Hayek lembram as afirmações de Mises, Knight e Robbins, que fazem referência às intenções como necessárias para explicar a ação humana, bem como à alegação de Weber de que não existe tal coisa como observação sem pressuposição, e que uma teoria implícita sempre envolve a realidade infinita que nos cerca. (Caldwell, 2004, p.248-249, tradução própria)²³⁹.

A importância da subjetividade e da compreensão da ação social, exaltadas por Hayek como superiores aos métodos do racionalismo e do construtivismo é, também, advinda do contexto intelectual da crítica de Menger a Schmoller e ao historicismo e da inserção de Weber com a relativização do emprego dos métodos das Ciências Naturais para o estudo da sociedade e a continuação e primoramento da discussão sobre a compreensão da subjetividade da ação social como forma de explicação dos fenômenos sociais. Além disso, na discussão sobre o cientificismo e o racionalismo, Karl Popper desempenhou influência no pensamento hayekiano e na forma como Hayek passou a entender essas posições não como uma completa aplicação da mentalidade técnica, mas como uma pseudopostura científica.

5.3 O HISTORICISMO NO PENSAMENTO DE HAYEK

O debate de Hayek com o historicismo, principalmente com o proveniente das contribuições de Schmoller, deu-se pela influência que a crítica ao historicismo desempenhou na formação da Escola Austríaca, principalmente e pelo vínculo da sua produção com a obra de Menger. Como segundo fator para a compreensão dessa crítica direcionada ao historicismo, o próprio contexto sócio-histórico intelectual em que a obra de Hayek foi desenvolvida pode ser trazido como ponto relevante e como auxílio para a compreensão.

O avanço do debate científico e acadêmico, em específico no campo das Ciências Sociais, neste período, havia caminhado para a consolidação da interpretação de que certos aspectos teriam demonstrado fragilidade teórica e científica. Algumas dessas questões que demonstraram fragilidade teórica apareceram em teorias como o Positivismo, o Historicismo e o Marxismo e Hayek direcionou parte da sua análise para tais fragilidades.

²³⁹ “Hayek’s arguments are reminiscent of Mises’s, Knight’s, and Robbins’s claims that reference to intentions is necessary in explaining human action and to Weber’s claim that there is no such thing as presuppositionless observation, that an implicit theory always infinite reality that surrounds us” (Caldwell, 2004, p.248-249).

No início do debate historicista, quando do desenvolvimento da denominada antiga escola histórica, havia o objetivo de tornar a História uma disciplina científica e, para tal, buscavam-se os métodos adequados. Com o desenvolvimento da Nova Escola Histórica e da participação no debate dos autores neokantianos, a busca dos critérios científicos para as ciências da cultura e da sociedade ficou entre a incorporação dos mesmos métodos das ciências da natureza e a definição de métodos específicos para as Ciências Sociais, a partir da compreensão, principalmente adotada pelos neokantianos, de que existem limites para o conhecimento científico nas ciências da cultura. Hayek direcionou suas críticas principalmente aos líderes da Nova Escola Histórica, sendo Schmoller o mais proeminente, e ao relativismo que derivou dessas posições, identificando-as como formas de cientificismo.

Hayek utilizou o termo historicismo apoiando-se em Menger e, também, definiu-o em relação aos seus membros e aos seus objetivos da seguinte forma: “O termo ‘historicismo’, no sentido em que é usado aqui, não foi criado por historiadores, mas sim por estudantes das ciências sociais especializadas, especialmente economistas, que esperavam, assim, obter um caminho empírico para a teoria de seu campo” (Hayek, 1955, p. 66, tradução própria)²⁴⁰.

A oposição ao uso de teorias e a crítica aos teóricos abstratos que marcou os primeiros passos do Historicismo apareceu como um ponto importante na análise que Hayek desenvolveu sobre os seus fundamentos, pois o uso da abstração e das teorias são marcadores do seu pensamento e dos autores com que ele se identificava e nos quais se fundamentava.

Se a sugestão de que o historicismo é uma forma, em vez de ser o oposto do cientismo, ainda tem aparência de paradoxo, isso ocorre porque o termo é usado em dois sentidos diferentes e, em certa medida, opostos, mas frequentemente confundidos: primeiro, na visão mais antiga, que justamente contrastava a tarefa específica do historiador com a do cientista e negava a possibilidade de uma ciência teórica da história; e segundo, na visão posterior, que, ao contrário, afirma que a história é o único caminho que pode levar a uma ciência teórica dos fenômenos sociais (Hayek, 1955, p. 64, tradução própria)²⁴¹.

²⁴⁰ “historicism in the sense in which the term is used here, was created not by historians but by students of the specialized social sciences, particularly economists, who hoped thereby to gain an empirical road to the theory of their subject” (Hayek, 1955, p. 66).

²⁴¹ “If the suggestion that historicism is a form rather than the opposite of scientism has still somewhat the appearance of a paradox, this is so because the term is used in two different and in some respect opposite and yet frequently confused senses: for the older view which justly contrasted the specific task of the historian with that of the scientist and which denied the possibility of a theoretical science of history, and for the later view which, on the contrary, affirms that history is the only road which can lead to a theoretical science of social phenomena” (Hayek, 1955, p. 64).

A oposição ao uso de teorias levou a uma diferenciação entre o tratamento teórico e histórico, e que tal diferença fosse necessariamente uma consequência das características dos objetos das Ciências Naturais e das Ciências Sociais (Hayek, 1955). Com isso, estabeleceu-se a crença de que a pesquisa “as regras gerais devem ser restritas ao estudo dos fenômenos naturais, enquanto no estudo do mundo social, o método histórico deve prevalecer, tornando-se a base sobre a qual o historicismo posterior se desenvolveu” (Ibid, p. 65, tradução própria)²⁴².

Essa posição, para Hayek, poderia ser mais nitidamente identificada na antiga escola histórica, pois o debate historicista posterior quase teria revertido tal pensamento. Isso fez com que a história fosse vista ainda como a forma de trazer o substrato empírico para as Ciências Sociais. Mas, em contraposição à posição dos antigos historicistas, o estudo da história passou a ser visto com o objetivo de fornecer explicações gerais sobre o processo de desenvolvimento.

Mas, enquanto o historicismo manteve a reivindicação da preeminência da pesquisa histórica nesse campo, ele quase reverteu a atitude em relação à história da antiga escola histórica. Sob a influência das correntes científicas da época, o historicismo passou a representar a história como o estudo empírico da sociedade, do qual, em última análise, surgiriam generalizações. A história deveria ser a fonte de onde uma nova ciência da sociedade brotaria, uma ciência que, ao mesmo tempo, deveria ser histórica e produzir o conhecimento teórico que esperávamos obter sobre o assunto (Hayek, 1955, p. 65, tradução própria).²⁴³

A diferenciação entre o estudo teórico e o histórico, que fundamentou grande parte do debate historicista, leva à diferenciação entre teoria e empirismo ou ainda entre generalização e especificação. Todas essas dicotomias que ressurgiriam nas diferenças entre ciências nomotéticas e ideográficas seriam pontos do debate entre Schmoller e Menger. Ou seja, esses conflitos ou disputas de visões sobre a forma correta do estudo dos fenômenos sociais foram marcantes nesse período. Por isso, quando de sua análise sobre o historicismo, Hayek forneceu apontamentos sobre o seu entendimento da divergência que esse debate estabeleceu entre teoria e generalização.

O fenômeno histórico foi apresentado como particular e empírico. O estudo dele era focado nas particularidades que não poderiam ser encontradas ou ainda que não se repetiriam

²⁴² “for general rules must be confined to the study of natural phenomena, while in the study of the social world the historical method must rule, became the foundation on which later historicism grew up” (Ibid, p. 65).

²⁴³ “But while historicism retained the claim for the pre-eminence of historical research in this field, it almost reversed the attitude to history of the older historical school, and under the influence of the scientific currents of the age came to represent history as the empirical study of society from which ultimately generalization would emerge. History was to be the source from which a new science of society would spring, a science which should at the same time be historical and yet produce what theoretical knowledge we could hope to gain about” (Hayek, 1955, p.65).

da mesma forma em outros casos, por isso era contraposto às tentativas de generalizações. Hayek considerou que essas visões que estabeleceram uma contraposição entre estudo teórico e estudo histórico estavam baseadas, fundamentalmente, em uma incompreensão.

Se compreendermos essa distinção, ficará claro que ela não tem conexão necessária com a diferença dos objetos concretos com os quais os dois métodos de abordagem lidam. Para a compreensão de qualquer fenômeno concreto, seja na natureza ou na sociedade, ambos os tipos de conhecimento são igualmente necessários (Hayek, 1955, p. 66, tradução própria).²⁴⁴

A diferenciação entre os dois métodos, generalizante e individualizante, para Hayek, não se limitava e não se definia pela diferença de objetos de estudos. Logo, tal diferença não restringiria o estudo dos fenômenos históricos como estudos individualizantes, tampouco restringiria o estudo dos fenômenos sociais aos métodos individualizantes. “O fato de a história humana lidar com eventos ou situações que são únicos ou singulares quando consideramos todos os aspectos que são relevantes para a resposta de uma questão particular que possamos fazer sobre eles, não é, obviamente, peculiar à história humana” (Hayek, 1955, pág. 66, tradução própria).²⁴⁵

O que era válido para o estudo do fenômeno histórico, que ele se limitava ao estudo dos aspectos relacionados a um caso concreto específico era também para qualquer estudo que se propusesse a compreender e explicar aspectos de uma manifestação ou acontecimento específico. Estudos de casos específicos não estão limitados aos estudos históricos. “Isso é igualmente verdadeiro para qualquer tentativa de explicar um fenômeno concreto se levarmos em conta apenas um número suficiente de aspectos” (Hayek, 1955, pág. 66, tradução própria)²⁴⁶. Ou seja, o estudo científico, na compreensão hayekiana, não se limitava por um método, nem o objeto de estudo limitava o método ou definia, por si mesmo, o método a ser utilizado.

É necessário enfatizar que isso não é menos verdadeiro para as ciências teóricas da natureza do que para as ciências teóricas da sociedade, uma vez que uma suposta tendência das ciências naturais de lidar com o “todo” ou a totalidade das coisas reais

²⁴⁴ “If we understand that distinction, it will become clear that it has no necessary connection with the difference of the concrete objects with which the two methods of approach deal, and that for the understanding of any concrete phenomenon, be it in nature or in society, both kinds of knowledge are equally required” (Hayek, 1955, p. 66).

²⁴⁵ “That human history deals with events or situations which are unique or singular when we consider all aspects which are relevant for the answer of a particular question which we may ask about them, is, of course, not peculiar to human history” (Hayek, 1955, p. 66).

²⁴⁶ “It is equally true of any attempt to explain a concrete phenomenon if we only take into account a sufficient number of aspects” (Hayek, 1955, pág. 66).

é frequentemente citada por escritores inclinados ao historicismo como justificativa para fazer o mesmo no campo social. Qualquer disciplina do conhecimento, seja teórica ou histórica, pode lidar apenas com certos aspectos selecionados do mundo real; e nas ciências teóricas, o princípio de seleção é a possibilidade de subsumir esses aspectos sob um corpo logicamente conectado de regras (Hayek, 1955, p. 68-69, tradução própria)²⁴⁷.

O estudo teórico e o histórico não eram, para Hayek, contraditórios, mas complementares. “O trabalho teórico e histórico são, portanto, atividades logicamente distintas, mas complementares. Se sua tarefa for corretamente compreendida, não pode haver conflito entre eles” (Hayek, 1955, p. 73)²⁴⁸. A posição historicista de traçar essas linhas divisórias e limitantes estaria baseada, para ele, em incompreensão sobre o estudo científico, pois qualquer ciência e estudo desenvolver-se-iam estabelecendo alguns aspectos sobre os quais pretenderia se debruçar na compreensão do objeto estudado.

Sendo assim, um fenômeno da natureza pode ser abordado segundo os seus aspectos gerais. Por exemplo, as características gerais e o processo de desenvolvimento de uma espécie botânica podem ser objeto de estudo, assim como se pode desenvolver um estudo sobre como uma planta dessa espécie comportou-se em um ambiente específico analisando uma manifestação particular.

Para Hayek, toda essa disputa estabelecida entre essas duas abordagens derivava de uma completa deturpação sobre ciências e métodos atribuída por ele ao historicismo, lembrando que ele estabelecia uma diferenciação entre a Antiga Escola Histórica e a Nova Escola Histórica. E, em grande medida, suas mais duras críticas voltavam-se à segunda:

Os infelizes mal-entendidos que surgiram entre historiadores e teóricos se devem em grande parte ao nome “escola histórica”, que foi usurpado pela visão híbrida melhor descrita como historicismo e que, de fato, não é nem história nem teoria. (Hayek, 1955, p. 73, tradução própria)²⁴⁹.

²⁴⁷ “It is necessary to emphasize that this is no less true of the theoretical sciences of nature than of the theoretical sciences of society, since an alleged tendency of the natural sciences to deal with the “whole” or the totality of the real things is often quoted by writers inclined to historicism as a justification for doing the same in the social field. Any discipline of knowledge, whether theoretical or historical, however, can deal only with certain selected aspects of the real world; and in the theoretical sciences the principle of selection is the possibility of subsuming these aspects under a logically connected body of rules” (Hayek, 1955, p. 68-69).

²⁴⁸ “Theoretical and historical work are thus logically distinct but complementary activities. If their task is rightly understood, there can be no conflict between them” (Hayek, 1955, p. 73).

²⁴⁹ “The unfortunate misunderstandings that have arisen between historians and theorists are largely due to the name ‘historical school’ which has been usurped by the mongrel view better described as historicism and which is indeed neither history nor theory” (Hayek, 1955, p. 73).

No campo social, por outro lado, um evento particular ou único muitas vezes desperta interesse geral e, ao mesmo tempo, é tão complexo e difícil de compreender em todos os seus aspectos importantes que sua explicação e discussão constituem uma tarefa significativa, exigindo toda a energia de um especialista. Estudamos esses eventos particulares porque eles contribuíram para criar o ambiente específico em que vivemos ou porque fazem parte desse ambiente. A criação e dissolução do Império Romano, as Cruzadas, a Revolução Francesa ou o Crescimento da Indústria Moderna são exemplos de complexos únicos de eventos que ajudaram a moldar as circunstâncias específicas em que vivemos e, portanto, sua explicação é de grande interesse. (Hayek, 1955, p. 68, tradução própria)²⁵⁰.

Na análise desenvolvida por Hayek sobre as posições do historicismo, fica aparente que sua posição metodológica não se restringia ao uso de nenhum método nem desconsiderava as contribuições que cada um pode oferecer aos estudos sobre fenômenos sociais. Ele não apresentava, neste caso, uma posição radical, no sentido de definir a superioridade e univocidade de uma posição metodológica. Sua crítica aos historicistas não foi direcionada ao seu reconhecimento da importância do estudo histórico, mas às restrições que eles estabeleceram sobre o uso de teorias e abstrações.

Além disso, em grande medida, sua crítica construiu-se a partir da interpretação de que os historicistas afastaram-se dos aspectos que fundaram os argumentos da antiga escola histórica e caminharam para contradições e argumentações imprecisas sobre a natureza dos métodos nos estudos dos fenômenos sociais, além de um desconhecimento acerca dos métodos das Ciências Naturais.

Em meio à confusão terminológica sobre esses assuntos, talvez seja necessário afirmar explicitamente que faço uma distinção clara entre a “escola histórica” do início do século XIX e a maioria dos historiadores profissionais posteriores, bem como o historicismo de Marx, Schmoller ou Sombart. Foram estes últimos que acreditaram que, com a descoberta das leis de desenvolvimento, possuíam a única chave para uma compreensão verdadeiramente histórica e que, de maneira totalmente injustificada, afirmaram que os escritores anteriores, especialmente os do século XVIII, haviam sido “não-históricos”. (Hayek, 1955, p.199, tradução própria)²⁵¹.

²⁵⁰ “In the social field, on the other hand, a particular or unique event is often of such general interest and at the same time so complex and so difficult to see in all its important aspects, that its explanation and discussion constitute a major task requiring the whole energy of a specialist. We study here particular events because they have contributed to create the particular environment in which we live or because they are part of that environment. The creation and dissolution of the Roman Empire or the Crusades, the French Revolution or the Growth of Modern Industry are such unique complexes of events, which have helped to produce the particular circumstances in which we live and whose explanation is therefore of great interest” (Hayek, 1955, p. 68).

²⁵¹ “In the confused state of terminology on these matters, it is perhaps necessary to say explicitly that I draw a sharp distinction between the ‘historical school’ of the early nineteenth century and the majority of the later professional historians, and the historicism of a Marx, a Schmoller, or a Sombart. It was the latter who believed that with the discovery of laws of development they had the only key to true historical understanding, and who in an altogether unjustified arrogance claimed that the earlier writers, and particularly those of the eighteenth century, had been ‘unhistorical’” (Hayek, 1955, p.199).

Hayek estava, então, criticando autores como Schmoller, Sombart, Hegel e Marx e igualando seus erros aos cometidos por Comte. Ele identificava nos autores historicistas as falhas e argumentos que foram apresentados em suas discussões sobre o racionalismo construtivista. Em especial, no historicismo, o fato de que esses teóricos todos acabavam analisando o processo histórico a partir de estágios de desenvolvimento. Tais estágios aconteceriam em uma lógica evolutiva e definiriam uma direção e um sentido para o processo social. “A visão ingênua que considera os complexos que a história estuda como todos dados leva naturalmente à crença de que sua observação pode revelar “leis” do desenvolvimento desses todos” (Hayek, 1955, p. 73, tradução própria)²⁵². Essa visão foi uma das mais marcantes características das tentativas de uma história científica que, principalmente, sob o nome de historicismo:

Estava tentando encontrar uma base empírica para uma teoria da história ou (usando o termo filosofia em seu antigo sentido equivalente a ‘teoria’) uma ‘filosofia da história’, e estabelecer sucessões necessárias de ‘estágios’ ou ‘fases’, ‘sistemas’ ou ‘estilos’, que se sucedem no desenvolvimento histórico. (Hayek, 1955, p. 73, tradução própria)²⁵³.

Quando o Historicismo estabelecia que o processo social teria uma direção, seria predeterminado ou aconteceria a partir de um sentido que poderia ser descoberto, para Hayek (1955), o seu caráter racionalista e intelectualista ficavam mais evidentes, pois, se essa determinação do processo histórico era inteligível e poderia ser descoberta, significava, portanto, que todas as forças envolvidas no processo ou que todos detalhes e acontecimento que o envolviam seriam passíveis de plena compreensão pela mente humana ela seria capaz de acessá-los.

O ponto crucial apontado por Hayek era que no pressuposto desse argumento estava a noção racionalista de que nossa mente seria capaz de acessar todos os detalhes e complexidades dos processos e acontecimentos. “A atitude de Comte em relação a isso não é muito diferente da afirmação de Hegel de que tudo o que é real é racional e tudo o que é racional também é real,

²⁵² “The naive view which regards the complexes which history studies as given wholes naturally leads to the belief that their observation can reveal “laws” of the development of these wholes” (Hayek, 1955, p. 73).

²⁵³ “was trying to find an empirical basis for a theory of history or (using the term philosophy in its old sense equivalent to ‘theory’) a ‘philosophy of history’, and to establish necessary successions of definite ‘stages’ or ‘phases’, ‘systems’ or ‘styles’, following each other in historical development” (Hayek, 1955, p. 73).

com a única diferença de que, em vez de ‘racional’, Comte teria dito ‘historicamente necessário’ e, portanto, justificado” (Hayek, 1955, p. 201, tradução própria)²⁵⁴.

A análise desenvolvida por Karl Popper sobre o historicismo em sua obra “*The Poverty of Historicism*” (1944) foi endossada por Hayek, lembrando que o texto foi publicado primeiramente na revista pela qual ele era responsável. Ele acrescentou à análise popperiana somente o fato de que, na sua percepção, a responsabilidade pelo desenvolvimento da visão historicista devia-se tanto ao Comte e ao positivismo quanto a Hegel e a Platão.

Todo o desenvolvimento do historicismo foi menos um assunto que faça referência a historiadores do que a representantes de outras áreas das Ciências Sociais que acreditavam estar aplicando o que definiam como “método histórico” (Hayek, 1955). Gustav Schmoller foi, para Hayek, um grande, senão o melhor, exemplo de autor historicista mais influenciado pela filosofia de Comte do que pela filosofia de Hegel.

As “filosofias” ou “teorias” da história (ou “teorias históricas”) tornaram-se de facto o traço característico, o “vício querido” do século XIX. Desde Hegel e Comte, e particularmente Marx, até Sombart e Spengler, estas teorias espúrias passaram a ser consideradas resultados representativos da ciência social; e através da crença de que um tipo de “sistema” deve, por uma questão de necessidade histórica, ser substituído por um “sistema” novo e diferente, eles exerceram até uma influência profunda na evolução social. Conseguiram isso principalmente porque se pareciam com o tipo de leis produzidas pelas ciências naturais; e numa época em que estas ciências estabeleciam o padrão pelo qual todo o esforço intelectual era medido, a afirmação destas teorias da história de serem capazes de prever desenvolvimentos futuros era considerada uma evidência do seu carácter preeminente científico (Hayek, 1955, p. 74, tradução própria)²⁵⁵.

A busca pelo carácter empírico na explicação dos fenômenos sociais levou o Historicismo a percorrer dois caminhos em suas análises. Primeiro, analisou o processo social de forma semelhante ao processo natural, ou seja, entendendo que existia um comportamento evolutivo no processo social, que passava por diferentes estágios e ia complexificando-se ao

²⁵⁴ “Comte's attitude on this is really not very different from Hegel's statement that all that is real is rational and all that is rational is also real only that instead of rational Comte would have said historically necessary and therefore justified” (Hayek, 1955, p. 201).

²⁵⁵ “‘Philosophies’ or ‘theories’ of history (or ‘historical theories’) have indeed become the characteristic feature, the “darling vice” of the 19th century. From Hegel and Comte, and particularly Marx, down to Sombart and Spengler these spurious theories came to be regarded as representative results of social science; and through the belief that one kind of ‘system’ must as a matter of historical necessity be superseded by a new and different ‘system’, they have even exercised a profound influence on social evolution. This they achieved mainly because they looked like the kind of laws which the natural sciences produced; and in an age when these sciences set the standard by which all intellectual effort was measured, the claim of these theories of history to be able to predict future developments was regarded as evidence of their pre-eminently scientific character” (Hayek, 1955, p. 74).

longo desse processo. Segundo, analisava a sociedade como um todo, tomando as formas totais como objeto para fundamentar as explicações e não as partes indivíduos.

Para Hayek, esse caminho acabou levando ao afastamento do Historicismo daquela que seria, segundo sua compreensão, a melhor forma para estudar os fenômenos sociais: tomá-los por partes.

O preconceito empirista levou assim a uma inversão do único procedimento pelo qual podemos compreender todos os históricos, a sua reconstrução a partir das partes; induziu os estudiosos a tratar como se fossem fatos objetivos concepções vagas de todos que eram compreendidos meramente intuitivamente (Hayek, 1955, p. 73, tradução própria)²⁵⁶.

Ou seja, a busca pelo caráter empírico não levou ao que se pretendia, uma explicação dos fenômenos sociais somente a partir de elementos concretos, mas à pressuposição de que a partir do conhecimento de certos comportamentos e características apresentadas no passado já se saberia a forma como eles se comportariam em geral; portanto, poder-se-ia estender esses comportamentos passados para cenários futuros.

Reaparecem, nisto, algumas das contradições das propostas e análises historicistas às quais Hayek estava preocupado em demonstrar. O Historicismo começou pela busca de estabelecer uma história científica e a necessidade de uma história empírica. Esta passou a significar descobrir leis de desenvolvimento, ou seja, a forma como o processo social avançava em estágios. E a sustentação para essas leis passou a ser noções de futuro mais teleológicas do que empíricas.

A aceitação de que os elementos da realidade social comportar-se-ão no futuro de acordo com a forma como se comportaram em circunstâncias passadas não é, em si, um fato empírico, ao contrário. Mas retomando aqui a discussão pela qual passou o Historicismo Alemão, a Antiga Escola Histórica tinha como um de seus pontos centrais a compreensão de que os fenômenos históricos eram únicos e aconteceriam cada um em um contexto e com características específicas e, portanto, seria necessário conhecer, primeiro, todas essas particularidades para produzir generalidades.

Estas foram questões mais relevantes ao antigo historicismo e aos seus primeiros autores. Nessas correntes às quais Hayek estava direcionando suas maiores críticas, ele

²⁵⁶ “The empiricist prejudice thus led to an inversion of the only procedure by which we can comprehend historical wholes, their reconstruction from the parts; it induced scholars to treat as if they were objective facts vague conceptions of wholes which were merely intuitively comprehended” (Hayek, 1955, p. 73).

identificou, justamente, o comportamento oposto, as partes. Fenômenos históricos particulares passaram a ser analisados dentro do todo: as leis de desenvolvimento histórico.

O Historicismo, entendido aqui como as correntes derivadas de Schmoller, Hegel e Marx, produziu:

A visão de que os elementos, os quais são a única coisa que podemos compreender diretamente e a partir dos quais devemos reconstruir os todo, pelo contrário, só poderiam ser compreendidos a partir do todo, que precisava ser conhecido antes que pudéssemos entender os elementos. (Hayek, 1955, p.74, tradução própria)²⁵⁷.

Por isso que ele não direcionava suas maiores críticas aos fundadores do Historicismo, pois em alguns aspectos ele compartilhava entendimentos com eles, como a ideia de que a melhor maneira de compreender os fenômenos históricos seria a partir da análise de suas partes. Essa segunda escola historicista, no entanto, para Hayek, apresentava as características mais nítidas do que ele denominava de cientificismo.

Embora seja apenas um entre muitos produtos característicos do século XIX desse tipo, o **marxismo**, mais do que qualquer outro, tornou-se o veículo pelo qual esse resultado do **cientificismo** obteve uma influência tão ampla que muitos dos oponentes do marxismo, assim como seus adeptos, estão pensando em seus termos. Além de estabelecer um novo ideal, esse desenvolvimento também teve o efeito negativo de desacreditar a teoria existente na qual se baseava a compreensão passada dos fenômenos sociais (Hayek, 1955, p.74, tradução própria, destaques próprios)²⁵⁸.

A compreensão sobre o funcionamento da mente humana desempenhou um papel muito importante na análise sobre Ciência e sobre comportamento humano nas teorias de Hayek. Sendo assim, quando ele produziu uma reflexão sobre o Historicismo, sobre seus pressupostos e suas consequências, ele trouxe para essa análise a discussão sobre a mente humana. Não significa, nem foi o ponto da reflexão do autor, que os autores historicistas produziram teorias sobre a mente humana.

²⁵⁷ “the view that the elements which are the only thing that we can directly comprehend and from which we must reconstruct the wholes, on the contrary, could be understood only from the whole, which had to be known before we could understand the elements” (Hayek, 1955, p.74).

²⁵⁸ “Though merely one among many characteristic 19th century products of this kind, Marxism more than any of the others has become the vehicle through which this result of scientism has gained so wide an influence that many of the opponents of Marxism equally with its adherents are thinking in its terms. Apart from setting up a new ideal this development had, however, also the negative effect of discrediting the existing theory on which past understanding of social phenomena had been based” (Hayek, 1955, p.74).

Hayek inferiu de suas teorias como a mente humana teria de ser para que elas fossem sustentáveis, ou seja, ele inferiu pressupostos lógicos dessas teorias. Segundo ele, então, se as teorias historicistas fossem seguidas de forma consistente necessariamente “leva à visão de que a mente humana é, por si só, variável e [...] a maioria ou todas as manifestações da mente humana são ininteligíveis para nós, exceto em seu contexto histórico” (Hayek, 1955, p. 76, tradução própria)²⁵⁹.

Hayek (1855) construiu seus argumentos sobre a interconexão entre o historicismo, as mudanças históricas e o funcionamento da mente humana com a seguinte estrutura: o historicismo rejeitava teorias e argumentos universalistas; isso levou ao relativismo. Sendo assim, cada etapa histórica era compreendida como relativa e variável, sem características semelhantes e universais; portanto, os fenômenos e comportamentos de cada etapa eram, eles mesmos, únicos e relativos.

A partir desses pressupostos, a explicação das mudanças sociais foi compreendida como um encadeamento de etapas únicas e variáveis. Como cada período histórico tem suas próprias características, quando muda o período, alteram-se todas as características, e tudo isso seria coordenado por uma linha única, direcionada e invariável, pois, independentemente de como fossem as características do período histórico específico, o processo social seguiria o caminho dessa linha pré-definida.

[...] a partir do nosso conhecimento de como as situações inteiras se sucedem, podemos aprender a reconhecer as leis de acordo com as quais a mente humana muda, e que é o conhecimento dessas leis que sozinho nos coloca em posição de entender qualquer manifestação particular da mente humana. O historicismo, por se recusar a reconhecer uma teoria compositiva de aplicabilidade universal, é incapaz de ver como diferentes configurações dos mesmos elementos podem produzir complexos completamente diferentes, e incapaz, pela mesma razão, de compreender como os conjuntos podem ser qualquer coisa além do que a mente humana conscientemente projetou. Ele estava destinado a buscar a causa das mudanças nas estruturas sociais nas mudanças da própria mente humana, mudanças que ele afirma entender e explicar a partir das mudanças no diretamente apreendido. (Hayek, 1955, p. 76, tradução própria)²⁶⁰.

²⁵⁹ “leads to the view that the human mind is itself variable and [...] are most or all manifestations of the human mind unintelligible to us apart from their historical setting” (Hayek, 1955, p. 76).

²⁶⁰ “[...] from our knowledge of how the whole situations succeed each other we can learn to recognize the laws according to which the human mind changes, and that it is the knowledge of these laws which alone puts us in a position to understand any particular manifestation of the human mind. Historicism, because of its refusal to recognize a compositive theory of universal applicability unable to see how different configurations of the same elements may produce altogether different complexes, and unable, for the same reason, to comprehend how the wholes can ever be anything but what the human mind consciously designed, was bound to seek the cause of the

Como Hayek entendia que a mente humana funcionava a partir de padrões e que este funcionamento da mente humana era semelhante para todos os indivíduos, fazendo com que fosse esse o fator responsável pela capacidade de compreensão da ação de outros homens. Seja em outras épocas seja na época atual, a variabilidade da mente humana que ele inferia dos argumentos historicistas acabaria levando à uma contradição teórica. Melhor dizendo, nas palavras de Hayek, “através da teoria da variabilidade da mente humana, à qual o desenvolvimento consistente do historicismo leva, ele, na verdade, corta o próprio chão sob seus pés” (1955, p.78, tradução própria)²⁶¹.

Segundo Hayek, se a teoria historicista estivesse correta sobre a variabilidade da mente, não seria possível acessar ou compreender o comportamento social de épocas em que as mentes fossem completamente diferentes da forma da mente atual. Nunca se tornaria visível ou compreensível ao presente aquilo que fundamentava os períodos históricos passados.

[...] se a teoria fosse verdadeira, não poderia ser conhecida. Se a mente humana fosse realmente variável, de modo que, como afirmam os adeptos extremos do historicismo, não pudéssemos entender diretamente o que as pessoas de outras épocas queriam dizer com uma declaração específica, a história seria inacessível para nós. (Hayek, 1955, p. 78, tradução própria)²⁶².

A forma como Hayek sustentou as falhas da teoria historicista foram fundamentadas nos pressupostos de suas próprias teorias. Assim assumindo como válidos os pressupostos das teorias e metodologias hayekianas, as críticas e fraquezas identificadas no historicismo poderiam ser corretas. Do contrário, aceitando que seus pressupostos não eram consistentes, a sua análise, também, pode ser compreendida como inconsistente. Ou seja, a estrutura da análise hayekiana possui a seguinte forma: assumindo-se x como válido, y é correto.

Hayek entendia e incorporava explicações e teorias universais. Então, para ele, as mudanças sociais ocorriam a partir do reagrupamento ou reconfiguração dos mesmos elementos em configurações diferentes.

É claro [...] que, ao falar das leis gerais ou das necessidades inerentes à vida social e econômica, Hayek pretendia contestar o voluntarismo excessivo do historicismo, que

changes in the social structures in changes of the human mind itself changes which it claims to understand and explain from changes in the directly apprehended” (Hayek, 1955, p. 76).

²⁶¹ “through the theory of the variability of the human mind, to which the consistent development of historicism leads, it cuts, in effect, the ground under its own feet” (Ibid, p.78).

²⁶² “[...] if the theory were true, could not be known. If the human mind were really variable so that, as the extreme adherents of historicism assert, we could not directly understand what people of other ages meant by a particular statement, history would be inaccessible to us.” (Ibid).

insinua que a vida social não contém necessidades inalteráveis de qualquer tipo, em vez de abraçar a visão de que pode haver uma ciência a priori da sociedade ou da ação humana (Gray, 2003, p.18, tradução própria)²⁶³.

Portanto, a mente humana é invariável ao longo das mudanças sociais, e justamente isso tornaria possível a compreensão das configurações que, mesmo apresentando formatos e características diferentes, operam em padrões e semelhanças com o tempo atual. Assim, para Hayek, existiam padrões de comportamento e elementos universais e invariáveis que poderiam ser identificados nos fenômenos sociais, mas essa universalidade não significaria uma invariabilidade social ou histórica. Inclusive, para ele, a complexidade desses elementos levaria a uma limitação da capacidade das Ciências Sociais de conhecê-los em todos os seus detalhes e no desenvolvimento do conhecimento preditivo na área.

A leitura de Hayek sobre o historicismo foi consistentemente construída a partir de seus posicionamentos teóricos e metodológicos, uma vez que ele formulou suas discussões metodológicas a partir da influência de Menger e da importância da compreensão da ação e do individualismo metodológico na explicação dos fenômenos sociais. Ele identificou como erros do Historicismo a adoção de métodos e teorias inadequados para a compreensão dos fenômenos sociais, e isso teria levado aos equívocos que ele buscou demonstrar.

Por fim, esse capítulo teve como objetivo fazer uma exposição das posições assumidas por Hayek sobre as questões epistemológicas e metodológicas, principalmente na área das Ciências Sociais. Além disso, buscou-se estabelecer os vínculos entre a formação dessas posições e o debate acadêmico alemão pretérito e o quanto de sua teoria constituiu-se como fruto desse debate, seja pela incorporação de argumentos e métodos que ele assumiria como corretos, seja pela construção de críticas a correntes teóricas que ele julgou, a partir das premissas incorporadas como equivocadas pelas diferenças de posições assumidas nesse debate situado histórica e intelectualmente.

²⁶³ “It is clear [...] that, in speaking of the general laws or inherent necessities of social and economic life, Hayek meant to controvert the excessive voluntarism of historicism, which insinuates that social life contains no unalterable necessities of any sort, rather than to embrace the view that there can be an a priori science of society or human action” (Gray, 2003, p.18).

6 O PENSAMENTO DE HAYEK

Este capítulo tem o objetivo de apresentar o pensamento de Hayek sobre as instituições sociais, o processo de desenvolvimento social e seu entendimento sobre liberdade, além dos principais fundamentos daquele que é seu principal conceito, síntese de muitas de suas ideias, a Ordem Espontânea. Depois de apresentar as posições de Hayek no debate epistemológico e sua visão sobre Ciência, além das posições assumidas em relação ao historicismo alemão e demais correntes às quais se contrapôs, como o Marxismo e o Positivismo, busca-se nesse capítulo demonstrar a relação entre estas posições e sua forma de compreender o processo social, as instituições e como eles se relacionam com os valores e ideias.

6.1 A LIBERDADE HAYEKIANA

John Gray (1998) situou Hayek como um pensador da vertente do liberalismo clássico. No entanto, ao se falar em liberdade e liberalismo, é preciso entender o que se está dizendo com tais termos de que corpo de ideias se está falando; quais são os argumentos racionais que tais termos comportam. Essa foi uma das preocupações de Hayek: definir o programa liberal e as ideias de liberdade em que ele acreditava.

Em sua primeira obra política, “O caminho da servidão”, escrita na Inglaterra durante a Segunda Guerra Mundial, entre os anos de 1940 e 1943, ele se propôs a fazer uma defesa das ideias de liberdade frente aos avanços dos totalitarismos no período histórico em que a obra foi desenvolvida. Hayek colocou-se dentro da tradição de pensamento Inglês, não somente na obra referida, mas em toda a sua produção acadêmica. Para ele, foi na Inglaterra que as ideias da liberdade em que ele acredita foram melhor desenvolvidas e foram os pensadores ingleses os responsáveis pela defesa racional de tais princípios.

Em um ensaio em que descarta sua filiação ao conservadorismo, apresentando os motivos pelos quais tal posição política não refletia as suas próprias ideias, ele se definiu como um “*Old Whig*”. Os “*Whigs*” eram os membros do partido liberal, *Whig Party*, na Inglaterra entre 1680 e 1850, e contrapunham-se aos membros do *Tory Party*, vertente conservadora.

Ainda que essa obra, “*The road to serfdom*”, tenha sido embrionária no pensamento político do autor e escrita no calor dos acontecimentos políticos, ela nos traz pontos iniciais do que posteriormente Hayek viria a desenvolver com maior robustez de argumentos.

Entende-se, então, ser necessário o início das exposições sobre liberdade em Hayek por meio da análise das ideias apresentadas nesse texto.

Nos últimos vinte anos, acredito ter aprendido muito sobre os problemas discutidos neste livro, embora não acredite que tenha relido o livro durante esse período. Agora, ao fazê-lo para o propósito deste Prefácio, não me sinto mais apologetico, mas, pela primeira vez, estou bastante orgulhoso disso—e não menos do insight que me levou a dedicá-lo “Aos Socialistas de Todos os Partidos”. De fato, embora tenha aprendido muito no intervalo que não sabia quando o escrevi, agora frequentemente me surpreendo com o quanto já havia percebido no início dos meus esforços, o que o trabalho posterior confirmou; e, embora meus esforços posteriores sejam, espero, mais recompensadores para o especialista, estou agora preparado para recomendar sem hesitação este livro inicial ao leitor comum que deseja uma introdução simples e não técnica ao que acredito ainda ser uma das questões mais sombrias que temos que resolver. (Hayek, 2007, s/p, tradução própria)²⁶⁴.

Hayek atribuía amplo valor às ideias. Para ele, a influência das ideias em um povo trazia consequências nos tipos de instituições políticas que tal povo iria defender ou aceitar. A partir desse entendimento, ele analisou que naquele momento histórico de avanço do nazismo e do fascismo na Europa era preciso fazer uma defesa consistente das ideias de liberdade para que as ideias que, segundo ele, acabaram fundamentando o desenvolvimento de regimes totalitários não fossem aceitas na Inglaterra. “O importante é notar que os ideais políticos de um povo e sua atitude em face da autoridade tanto são efeitos quanto causas das instituições políticas sob as quais ele vive” (Hayek, 2010, p.19).

Um governo pode produzir uma lenta transformação de ordem psicológica na sociedade, impactando gerações e, por isso, para Hayek, seria necessária uma defesa do ideário de liberdade, o que, ainda que sem garantia suficiente, poderia barrar os avanços de uma cultura de controle autoritário por parte do governo. O livro tinha como intenção apresentar esse ideário e defendê-lo como necessário frente ao avanço das ideias que prometiam a liberdade, mas que, de acordo com a leitura apresentada por Hayek, levavam à servidão. Essa defesa era necessária, pois ele já via este processo social avançando pela Europa e essas ideias, “de servidão”, consolidando-se nas instituições políticas. “(...) mesmo uma vigorosa tradição de liberdade política não constitui garantia suficiente, quando o perigo consiste precisamente em novas instituições e novas orientações políticas que ameaçam corroer e destruir pouco a pouco aquele espírito” (Hayek, 2010, p.19).

²⁶⁴ “In the last twenty years, I have, I believe, learned much about the problems discussed in this book, though I don’t think I ever reread the book during this time. Having done so now for the purpose of this Preface, I feel no longer apologetic, but for the first time am rather proud of it—and not least of the insight which made me dedicate it ‘To the Socialists of All Parties’. Indeed, though I have in the interval learned much that I did not know when I wrote it, I was now often surprised by how much I did already see at the beginning of my efforts that later work has confirmed; and though my later efforts will, I hope, be more rewarding to the expert, I am now prepared unhesitatingly to recommend this early book to the general reader who wants a simple and nontechnical introduction to what I believe is still one of the most ominous questions which we have to solve” (Hayek, 2007, s/p).

As ideias têm consequências sociais, quer estas consequências sejam as desejadas ou não pelos seus defensores. Hayek, inclusive, reconhecia em sua análise que não necessariamente os defensores das ideias que levaram aos Estados totalitários tinham claro para si qual seria a consequência de suas ações. Ou seja, seu argumento não se baseava na premissa de que os defensores dessas correntes de pensamento queriam uma sociedade totalitária; pelo contrário, para ele, eles acreditavam estar implementando um programa que traria uma sociedade mais livre e justa; porém, as consequências das ações não correspondiam às intenções.

Por acreditar nas consequências sociais de ideias políticas, Hayek dispôs-se a defender a forma de pensamento que, para ele, levou a sociedades em que os indivíduos dispunham de liberdades e garantias, pois os governos tinham poderes limitados de ação. É o conjunto de ideias que dá sustentação ao denominado “Estado de Direito”. A análise produzida nessa obra supracitada foi a apresentação de argumentos com o objetivo de corroborar a tese de que as ideias de liberdade, principalmente as advindas de berço Inglês, produziram como consequência o Estado de Direito, contrapondo-se ao pensamento que produziu como consequência os Estados Totalitários, especificamente os casos históricos da conjuntura em que a obra foi escrita, Nazismo e Fascismo.

Foi, então, por assumir que uma organização social baseada em limitações aos poderes governamentais e garantias para as liberdades individuais fosse a forma mais desejável de organização social que Hayek argumentou em prol dessas ideias.

Poucos estão prontos a admitir que a ascensão do nazismo e do fascismo não foi uma reação contra as tendências socialistas do período precedente, mas o resultado necessário dessas mesmas tendências. Esta é uma verdade que a maioria das pessoas reluta em aceitar, mesmo quando as semelhanças entre muitos aspectos detestáveis dos regimes internos da Rússia comunista e da Alemanha nacional-socialista são amplamente reconhecidas. Em consequência, muitos dos que se julgam infinitamente superiores às aberrações do nazismo e detestam com sinceridade todas as suas manifestações trabalham ao mesmo tempo em prol de ideias cuja realização levaria diretamente à tirania que odeiam. Todos os paralelos entre a marcha dos acontecimentos em diferentes países são, sem dúvida, enganosos; mas os meus argumentos não se baseiam em tais paralelos. Tampouco afirmo que uma evolução nesse sentido seja inevitável. Essa evolução pode ser evitada se as pessoas perceberem a tempo onde as levarão os seus esforços (Hayek, 2010, p. 31).

É importante salientar que o referente texto também estava produzindo uma análise sobre a realidade social, uma vez que procurava responder às questões levantadas à época sobre o avanço do nazismo e fascismo. Hayek foi buscar nas ideias uma explicação para tal

conjuntura, analisando as consequências não intencionais de ações baseadas em tais formas de pensamento, as quais ele identificava como: coletivismo, igualdade e socialismo.

O conceito de Socialismo pode significar em alguns contextos os ideais de justiça social, maior igualdade e segurança. Mas Hayek utilizou-o com a seguinte definição: “socialismo equivale à abolição da iniciativa privada e da propriedade privada dos meios de produção, e à criação de um sistema de ‘economia planificada’ no qual o empresário que trabalha visando ao lucro é substituído por um órgão central de planejamento” (Hayek, 2010, p.55). Planejamento é entendido, nesse contexto, como uma forma substituta à concorrência.

Nunca seremos bem-sucedidos ao tratar com os alemães se não compreendermos o caráter e a evolução das ideias que agora os governam. A teoria, mais uma vez apresentada, de que eles são pervertidos por natureza é dificilmente defensável e não dignifica os que a sustentam. Essa teoria desonra a longa série de pensadores ingleses que durante os últimos cem anos de bom grado tem se apropriado do que há de melhor – e não apenas do melhor – no pensamento alemão. Negligência o fato de que John Stuart Mill, quando escreveu há oitenta anos o seu grande ensaio “Da liberdade”, inspirou-se, mais do que em quaisquer outros homens, em dois alemães – Goethe e Wilhem von Humboldt – esquecendo ainda que dois entre os mais influentes antepassados intelectuais do nacional-socialismo – Thomas Carlyle e Houston Stewart Chamberlain – foram um escocês e outro inglês. Nas suas formas mais cruas esse ponto de vista é uma desgraça para aqueles que, mantendo-o, adotam as teorias raciais alemãs em seus piores aspectos. O problema não está em saber por que os alemães, como tais, são pervertidos, pois não é congenitamente provável que o sejam mais do que qualquer outro povo, mas em determinar as circunstâncias que durante os últimos setenta anos possibilitaram o desenvolvimento progressivo e a vitória final de um determinado conjunto de ideias, e em verificar por que motivos essa vitória acabou erguendo às primeiras posições os elementos mais viciosos entre eles. O simples ódio a tudo que for alemão e não a determinadas ideias é, ademais, bastante perigoso, pois os que a ela se entregam mostram-se cegos diante de uma ameaça real. (...) Isto é ainda mais perigoso porque o argumento de que apenas a maldade peculiar aos alemães produziu o sistema nazista provavelmente se tornará uma justificativa para compelir-nos a aceitar as próprias instituições que engendraram essa maldade (Hayek, 2010, p.33-34).

Hayek preocupou-se em iniciar sua análise afastando a hipótese, que circulava à época como forma de explicação dos fatos, de que o que se passou durante o nazismo poderia vir a ser justificado por alguma concepção racial, ou seja, que fosse uma característica própria do “povo alemão”, não no sentido cultural, que explicasse o seu comportamento puramente mau, colocando toda a questão na constituição do povo alemão enquanto grupo racial.

Hayek ainda chamava atenção para o fato de que essa era, além de tudo, uma das formas de pensamento, a distinção racial, na qual se teria baseado-se o nazismo. Portanto, aderir à hipótese ou tese de que o nazismo se explicaria por fatores raciais seria aceitar uma das teses nazistas. Ele foi buscar nas ideias e nas instituições sociais o entendimento sobre o fenômeno, e por isso ele se dispôs, na obra, a discutir o *corpus* do pensamento que levaria a uma sociedade

no caminho oposto ao do nazismo, uma vez que, para ele, foi um *corpus* de ideia que levou a Alemanha para tal caminho.

A forma de organização social oposta ao totalitarismo e na qual Hayek acreditava ser possível atingir o máximo de liberdade para as ações individuais era o Estado Democrático de Direito. Além disso, por entender que os acontecimentos sociais e políticos da época explicavam-se pelas consequências não premeditadas da implementação de certas ideias políticas, Hayek defendeu que seria necessário o estudo de tais ideias a fim de evitar que os cenários nazista e fascista repetissem-se, pois, uma vez que descartava a explicação racial e assumia serem as ideias as responsáveis pelo fato social, ele poderia vir a se repetir na história humana quando o comportamento se repetisse.

Para Hayek, a liberdade incorpora tanto a esfera política quanto a econômica. Uma forma só é possível com a existência da outra e não existe uma hierarquia entre os dois tipos de liberdade: “Fomos aos poucos abandonando aquela liberdade de ação econômica sem a qual a liberdade política e social jamais existiu no passado” (Hayek, 2010, p. 39). Ele buscou marcar uma diferença com as correntes que defendiam a liberdade econômica como forma única ou mais importante. Mais especificamente, ele estava se distinguindo da visão “*laissez-faire*” e incorporando a importância de garantias políticas e sociais às garantias econômicas.

A liberdade que garante direitos sociais aos indivíduos e a liberdade política que garante os direitos de pensar e atuar segundo as próprias convicções é a mesma que assegura aos indivíduos a capacidade de escolher como planejar suas próprias ações na área econômica, ou seja, a liberdade não pode ser fracionada e garantida somente em uma dessas dimensões da vida.

Para Hayek, a liberdade é tida nas esferas social, política e econômica para, em cada uma delas, escolher pelos próprios desígnios. Foi essa concepção de liberdade que, segundo Hayek, foi responsável pelos caminhos da Civilização Ocidental e que assegurou os direitos, avanços e progressos da modernidade a partir do Renascimento. Essa base de pensamento filosófico construiu-se por meio dos seguintes autores:

A tendência moderna ao socialismo não implica apenas um rompimento definitivo com o passado recente, mas com toda a evolução da civilização ocidental, e isso se torna claro quando o consideramos não só em relação ao século XIX, mas numa perspectiva histórica mais ampla. Estamos rapidamente abandonando não só as ideias de Cobden e Bright, de Adam Smith e Hume, ou mesmo Locke e Milton, mas também uma das características mais importantes da civilização ocidental que evoluiu a partir dos fundamentos lançados pelo cristianismo e pelos gregos e romanos. Renunciamos progressivamente não só ao liberalismo dos séculos XVII e XIX, mas ao individualismo essencial que herdamos de Erasmo e Montagne, de Cícero e Tacito, de Péricles e Tucídes. O líder nazista que definiu a revolução nacional-socialista como

uma contra Renascença estava mais próximo da verdade do que provavelmente imaginava. Ela representou a etapa final da destruição da civilização construída pelo homem moderno a partir da Renascença e que era, acima de tudo, uma civilização individualista (Hayek, 2010, p.39).

A liberdade, em Hayek, fundamentou-se em uma tradição intelectual que colocava o indivíduo como ator central da sua compreensão de sociedade. Liberdade e indivíduo caminhavam juntos nessa perspectiva. Era a libertação dos indivíduos das restrições e do peso da autoridade de sistemas hierárquicos e rígidos; o objetivo da tradição que se levantou, no período moderno, em defesa das liberdades individuais. “Durante todo esse período moderno da história europeia, a tendência geral do desenvolvimento social era libertar o indivíduo das restrições que o mantinham sujeito a padrões determinados pelo costume ou pela autoridade” (Hayek, 2010, p. 40-41).

O espaço que se buscava dar aos indivíduos era tanto em relação aos poderes políticos dos governos e Estados, quanto de culturas, valores e tradições que buscassem impor uma forma de conduta que não estivesse de acordo com a própria consciência do indivíduo, ou seja, buscava-se uma forma de mudança política e social.

(...) o individualismo, que a partir de elementos fornecidos pelo cristianismo e pela filosofia da antiguidade clássica pôde desenvolver-se pela primeira vez em sua forma plena durante a Renascença e desde então evoluiu e penetrou na chamada civilização ocidental, tem como características essenciais o respeito pelo indivíduo como ser humano, isto é, o reconhecimento da supremacia de suas preferências e opiniões na esfera individual, por mais limitada que esta possa ser, e a convicção de que é desejável que os indivíduos desenvolvam dotes e inclinações pessoais. (...) Talvez “tolerância” seja o único termo que ainda expresse o pleno significado do princípio que predominou durante esse período (Hayek, 2010, p. 40).

A liberdade é individual. Ela incorpora o princípio de tolerância frente às diversidades que constituem os seres humanos. Reconhece-se, então, a necessidade de que o indivíduo deva possuir espaço próprio para ser como quiser de acordo com as suas características, podendo viver de acordo com a diversidade e unicidade. A liberdade é definida, por Hayek, como o estado em que “o indivíduo estaria livre da coerção e do poder arbitrário de outros homens, livre das restrições que não lhe deixavam outra alternativa senão obedecer às ordens do superior ao qual estava vinculado” (Hayek, 2010, p. 48).

Esse sentido que Hayek atribui à liberdade é o que se denomina “liberdade negativa”. Acontece como meio da ação individual para que o indivíduo possa agir conforme as próprias escolhas e que, justamente por entender a pluralidade de escolhas e fins possíveis, não reconhece um fim último desejável para esta ação.

É exatamente esse ponto, a definição de um objetivo final, uma das divergências existentes entre os princípios do individualismo e do coletivismo. Para o segundo, a coletividade é o agente e existe um objetivo social definido: “O ‘objetivo social’ ou o propósito comum’ para o qual se pretende organizar a sociedade costuma ser vagamente definido como o ‘bem comum’, o ‘bem-estar geral’ ou o ‘interesse comum’” (Hayek, 2010, p. 75). Nesse caso, segundo Hayek, considera-se na doutrina a existência de um sentido superior que costuma ser definido como aquele que atua *em prol* do grupo social. “O coletivista tem sempre diante dos olhos uma meta superior para a qual concorrem essas ações e que, no seu modo de ver, as justifica, porque a busca do objetivo social comum não pode ser limitada pelos direitos ou valores de qualquer indivíduo” (Ibid, p. 151).

Hayek negava a possibilidade de definir-se uma finalidade única para a sociedade, uma vez que entendia ser impossível escolher adequadamente, dentro da infinidade de valores da sociedade, um valor superior. “Além de não possuímos uma escala que inclua todos os valores seria impossível a qualquer intelecto abarcar a infinita gama de necessidades diferentes de diferentes indivíduos que competem entre disponíveis” (Hayek, 2010, p.77).

O fundamental é que cada pessoa só se pode ocupar de um campo limitado, só se dá conta da presença de um número limitado de necessidades. Quer os seus interesses girem apenas em torno das próprias necessidades físicas, quer se preocupe com o bem-estar de cada ser humano que conhece, os objetivos que lhe podem dizer respeito corresponderão sempre a uma parte infinitesimal das necessidades de todos os homens. Este é um fato fundamental em que se baseia toda a filosofia do individualismo. Ela não parte do pressuposto de que o homem seja egoísta ou deva sê-lo, como muitas vezes se afirma. Parte apenas do fato incontestável de que os limites dos nossos poderes de imaginação nos impedem de incluir em nossa escala de valores mais que uma parcela das necessidades da sociedade inteira; e como, em sentido estrito, tal escala de valores só pode existir na mente de cada um, segue-se que só existem escalas parciais de valores, as são inevitavelmente distintas entre si e mesmo conflitantes (Hayek, 2010, p. 77).

No trecho acima, Hayek está apresentando algumas fundamentações racionais para a defesa da liberdade individual na sociedade, sendo elas, a limitação do conhecimento individual: o indivíduo só é capaz de conhecer uma pequena parcela das circunstâncias ao seu redor. Por isso deve ter a liberdade de decidir dentro dessa esfera em que o seu conhecimento é soberano, mas não possuir poder dentro da esfera de outro indivíduo a qual ele desconhece a impossibilidade de uma escala única de valores na sociedade.

Cada indivíduo possui a sua própria escala de valores, que é construída de forma relacional e situada. Se não existe uma escala única, se cada indivíduo possui seus próprios valores concebidos conforme a sua própria experiência pessoal e o seu conhecimento

específico, impor a todos os indivíduos o mesmo objetivo único seria uma forma autoritária de organização da sociedade, mesmo que tal objetivo único seja o “bem comum”, pois, se a escala de valores é relacional, a noção de “bem comum” também é. Entender o indivíduo como soberano contrapõe-se a qualquer concepção de um valor social como soberano. Uma vez que o indivíduo representa a pluralidade de valores, uma filosofia baseada na soberania do indivíduo reconhece que a sociedade tem uma diversidade infinita de valores.

Portanto, para os individualistas, os indivíduos devem possuir o espaço, ainda que dentro de certas limitações sociais, para seguir os valores que, dentro da sua escala pessoal, ele entende como superiores e lhe dão sentido, ao invés de ser obrigado a seguir os valores que o grupo ou outrem entendem como superiores, mas que não lhe toca a consciência. Sendo assim, “o sistema de objetivos do indivíduo deve ser soberano, não estando sujeito aos ditames alheios” (Hayek, 2010, p. 77). Os individualistas, na tradição seguida e defendida por Hayek, reconhecem o “indivíduo como juiz supremo dos próprios objetivos”, é, então, “a convicção de que suas ideias deveriam governar lhe tanto quanto possível a conduta que constitui a essência da visão individualista” (Ibid).

A concepção de liberdade negativa desloca a discussão sobre valores para um passo anterior à definição de valores finais e objetivos da ação. Não se está discutindo a superioridade de um valor social específico, ou um valor individual. Reconhece-se que a sociedade é uma “colcha de valores”. Que o indivíduo, de acordo com sua própria consciência e seu próprio conhecimento, irá atribuir escalas diferentes para valores diferentes.

Sendo assim, em termos de organização social, o sistema deve ser o que melhor consegue preservar esse espaço de liberdade de escolha do indivíduo e organizar e reconhecer a legitimidade dos diferentes valores, além de não abrir espaço para que o indivíduo seja subjogado por suas crenças ou tenha de ser coagido a seguir os valores que outrem, uma vez que tenha poder, imponha a ele.

Quando se fala em liberdade negativa, pensa-se em ausência de coerção no processo de “escolha” entre as possibilidades e não na definição de algo como objetivo. Liberdade, nessa visão, é “aquela condição do ser humano na qual a coerção que alguns exercem sobre outros se encontra reduzida, tanto quanto possível, no âmbito da sociedade” (Hayek, 1983, p. 3).

Hayek assumia a sua visão como uma forma de liberdade no seu sentido negativo, em contraposição àquela em que a mesma é tomada em sentido positivo. As diferenciações entre estas duas formas de interpretação sobre a liberdade e as duas correntes que dão substrato intelectual a cada uma podem ser compreendidas pelo texto “Dois conceitos de Liberdade” (1958) de Isaiah Berlin. Neste o autor apresentou dois sistemas de ideias que fornecem respostas

diferentes e conflitantes para aquelas que, segundo ele, seriam as questões centrais da política: a obediência e a coerção.

As duas ideias conflitantes desdobram-se em duas concepções diferentes sobre a liberdade as quais o autor identifica como: liberdade positiva e negativa. O primeiro sentido, denominado de liberdade negativa, busca responder à questão: “Qual é a área em que o sujeito — uma pessoa ou grupo de pessoas— é ou deve ter permissão de fazer ou ser o que é capaz de fazer ou ser, sem a interferência de outras pessoas?” (Berlin, 2002, p. 229). O segundo, denominado liberdade positiva, responde à pergunta: “O que ou quem é a fonte de controle ou interferência capaz de determinar que alguém faça ou seja uma coisa em vez de outra?” (Ibid).

A liberdade no sentido positivo está vinculada às ideias de Rousseau e ao racionalismo e foi expressa, em uma de suas formas mais puras, pelos jacobinos na Revolução Francesa (Berlin, 2002). “O significado de liberdade não era para Rousseau a liberdade ‘negativa’ de o indivíduo não sofrer interferência dentro de uma área definida”. Para Rousseau, a liberdade era compreendida em seu sentido positivo, ou seja, se é livre quando “a totalidade, e não apenas uma parte, dos membros plenamente qualificados de uma sociedade possuir uma participação no poder público autorizado a interferir em qualquer aspecto da vida de cada cidadão” (Ibid, p. 264).

A liberdade política no sentido negativo significa “simplesmente a área na qual um homem pode agir sem ser obstruído por outros” (Berlin, 2002, p. 229). Nesse caso, “a coerção implica a interferência deliberada de outros seres humanos na minha área de atuação” (Ibid). Significa que o indivíduo não tem uma área mínima da sua vida preservada da interferência de outrem. A liberdade em seu sentido positivo significa “liberdade para”, ou seja, define-se o que se é livre para fazer. Ela é positiva, pois ela diz o que se pode, diferentemente da negativa que significa “liberdade de”, ou seja, ela define o espaço em que se é livre, os limites da ação. Ela é negativa porque diz de onde não se pode passar, mas não diz o que se deve fazer dentro desse espaço.

Ainda que pareçam estar demandando a mesma coisa, ou que a diferença entre as duas concepções seja imperceptível, as duas formas subsidiaram compreensões radicalmente opostas sobre a ação política. A diferenciação apresentada por Berlin nesse texto foi a mesma apresentada por Hayek em seu texto “Individualismo verdadeiro e falso”, em que ele definiu uma corrente filosófica que fundamentava uma compreensão “falsa” sobre liberdade. Tal concepção falsa é a mesma definida por Berlin (2002) como liberdade positiva.

Em 1960 Hayek publicou “Os Fundamentos da Liberdade”. Nessa obra dedicou-se a reformular os fundamentos do liberalismo clássico do século XIX. Foi uma tentativa de trazer

à atualidade as ideias que fundamentaram tal doutrina e apresentar de forma pormenorizada um programa de liberdade para a sociedade, ou seja, atualizar as necessidades da sociedade de seu tempo aos aspectos fundadores do pensamento liberal.

Uma das grandes preocupações de Hayek em suas obras era com a definição clara dos termos empregados, uma vez que ele identificava que na discussão política o mesmo conceito poderia ser utilizado com significados e ideias completamente divergentes ou, até mesmo, antagônicas.

[...] os termos políticos atuais são notoriamente ambíguos, e, muitas vezes, o mesmo termo pode significar quase o oposto para diferentes grupos. Além disso, há um fato muito mais sério: a mesma palavra frequentemente parece unir pessoas que, na verdade, acreditam em ideais contraditórios e irreconciliáveis. (Hayek, 1958, p. 2, tradução própria)²⁶⁵.

Por isso, em se tratando de conceitos como “liberdade”, “liberalismo”, “Estado de direito”, “justiça”, ele entendia que era preciso ter claro as ideias que estavam sustentando a utilização do conceito quando empregado, e isso seria tanto mais importante quando se tratava da exposição de um programa político ou da defesa de uma forma de organização social, como era o caso em suas obras.

A defesa racional desses valores deveria considerar a definição minuciosa sobre o significado que se atribui a cada um deles, pois, como a liberdade pode ser compreendida de duas formas, como já exposto, vinculada a dois tipos de correntes filosóficas e políticas, existiria uma grande diferença em termos de programa político-social nos sentidos que poderiam ser atribuídos a ela. A definição do que se entende por liberdade identifica, portanto, o tipo de sociedade que se está defendendo e com que tipo de correntes filosóficas refere-se.

Nos sentidos empregados pelo termos liberdade citados anteriormente, entre a “liberdade de” e a “liberdade para”, ambas se baseiam em concepções antagônicas do indivíduo e da sociedade.

Eles passaram a descrever aglomerados de princípios e fatos bastante heterogêneos, que o acaso histórico associou a essas palavras, mas que têm pouco em comum além

²⁶⁵ “[...] the current political terms are notoriously ambiguous or even that the same term often means nearly the opposite to different groups. There is the much more serious fact that the same word frequently appears to unite people who in fact believe in contradictory and irreconcilable ideals” (Hayek, 1958, p. 2).

de terem sido defendidos em diferentes momentos pelas mesmas pessoas ou até mesmo sob o mesmo nome. (Hayek, 1958, p. 3, tradução própria)²⁶⁶.

Hayek definia a liberdade como a ausência de coerção à ação: “A tarefa de uma política de liberdade deve consistir, portanto, em minimizar a coerção ou seus efeitos negativos, ainda que não possa eliminá-la completamente” (1983, p.5). A coerção deveria ser restringida ao mínimo necessário para que o indivíduo pudesse agir de acordo com os seus julgamentos próprios. Isto, pois Hayek entendia que não existiria liberdade sem a presença de coerção Estatal.

Seria a força coercitiva do Estado que garantiria que todos os indivíduos tivessem sua esfera de ação protegida. Ele seria o agente moderador e garantidor da liberdade. No entanto, seus poderes de coerção também deveriam ser limitados por regras conhecidas por todos os indivíduos e comuns a todos. “A coerção que um governo ainda precisará usar para este fim [garantir a liberdade] é reduzida ao mínimo, tornando-se tão inócua quanto possível, graças às restrições impostas por normas gerais conhecidas” (Hayek, 1983, p.18).

As normas conhecidas sobre as circunstâncias em que seria permitido ao Estado atuar coercitivamente importam, pois, quando o indivíduo conhece as regras sobre o que não é permitido fazer e qual a punição nos casos em que tal ação seja praticada, ele age de forma consciente de que nessas situações será passível de que seja coagido pelo Estado. Sabendo disso, a possibilidade de coação seria assumida pelo indivíduo quando de sua ação, “um indivíduo, na maioria das vezes, nunca precisará sofrer coerção, a não ser que se coloque numa situação em que saiba que será coagido” (Hayek, 1983, p.18).

Nesse caso, a coerção não seria arbitrária, porque aconteceria dentro do escopo do que, na compreensão da liberdade hayekiana, entendia-se como uma coerção necessária, uma vez que a possibilidade de coerção do Estado garantiria a existência de um espaço de liberdade para todos. A coerção, neste caso, justificar-se-ia por ser utilizada para a garantia de liberdade para outrem, uma vez que ela seria acionada, de forma justificada, quando alguém interferisse nesse espaço.

A coerção é maléfica precisamente porque anula o indivíduo enquanto ser que pensa e avalia, fazendo dele um mero instrumento dos fins de outrem. A livre ação, graças à qual um indivíduo persegue seus próprios objetivos pelos meios que seu conhecimento lhe indica, deve basear-se em informações que não podem ser moldadas de maneira arbitrária por outrem. Ela pressupõe a existência de uma esfera conhecida,

²⁶⁶ “They have come to describe aggregations of quite heterogeneous principles and facts which historical accident has associated with these words but which have little in common beyond having been advocated at different times by the same people or even merely under the same name” (Hayek, 1958, p. 3).

em que as circunstâncias não podem ser criadas por outra pessoa de modo a oferecer uma única escolha prescrita. Entretanto, a coerção não pode ser totalmente evitada, porque a única maneira de impedi-la é pela própria ameaça de coerção. A sociedade livre tem resolvido esse problema conferindo o monopólio da coerção ao Estado e tentando limitar esse poder a circunstâncias em que a ação do Estado é necessária para impedir a coerção exercida pelos indivíduos. Isto só será possível se o Estado proteger as esferas privadas conhecidas contra a interferência de outras pessoas e, também, se forem delimitadas essas esferas privadas, não por designação específica, mas pela criação de condições nas quais o indivíduo pode determinar sua própria esfera, pautando-se em normas que lhe dirão qual será a atitude do governo em diferentes tipos de situações (Hayek, 1983, p. 17).

Especificamente, a liberdade para Hayek significava “a possibilidade de um indivíduo agir de acordo com os seus próprios planos e resoluções, em contraposição à condição do indivíduo que estava irrevogavelmente sujeito à vontade de outrem, cuja decisão arbitrária poderia coagi-lo a agir de determinada maneira” (1983, p.5). Simplificadamente podia ser entendida como a "independência da vontade arbitrária de outrem" (Ibid, p.5).

A situação de coerção era entendida como “o controle exercido sobre uma pessoa por outra em termos de ambiente ou de circunstâncias, a ponto de, para evitar maiores danos, aquela ser forçada a agir para servir aos objetivos desta e não de acordo com um plano coerente que ela própria elaborou” (Hayek, 1983, p.17). Portanto, a coerção que priva um indivíduo de liberdade não é somente a coerção estatal. Qualquer indivíduo que esteja subjugado à vontade de outro sem capacidade de decidir e de agir conforme as próprias vontades e escolhas, está em privação de liberdade. O indivíduo livre é aquele capaz de conceber um plano de vida e agir de acordo com ele. O plano de vida é a expressão da consciência humana e o indivíduo deve ser livre para segui-la.

Nessa concepção apresentada por Hayek fica evidente que um indivíduo em condição de escravidão, por exemplo, não estaria desfrutando de liberdade, uma vez que o indivíduo encontrar-se-ia totalmente dependente da vontade arbitrária de outrem sobre todos os aspectos de sua vida e tolhido da capacidade de expressão de sua consciência humana. Hayek utilizava, inclusive, em sua análise sobre liberdade, como exemplo histórico a libertação de escravos e os direitos de liberdade que estes passaram a usufruir. Tais direitos constroem o que social e legalmente caracterizam as premissas necessárias para a liberdade e demonstram que é por vias de garantias legais que o indivíduo tem sua liberdade assegurada na sociedade.

Os numerosos decretos de libertação dos escravos que foram encontrados dão-nos um quadro bem claro dos conceitos fundamentais. A aquisição da liberdade normalmente conferia quatro direitos. Os decretos para a emancipação dos escravos davam a estes, primeiro, "situação legal como membro protegido da comunidade"; segundo, "imunidade contra prisão arbitrária"; terceiro, "o direito de se dedicar ao trabalho desejado"; e quarto, "o direito de ir e vir de acordo com sua própria escolha". Nessa

lista está a maioria das condições que, nos séculos XVIII e XIX, eram consideradas essenciais à liberdade. Ela omite o direito à propriedade somente porque até o escravo podia usufruí-lo. Com a inclusão desse direito, a lista contém todos os elementos necessários para proteger um indivíduo da coerção (Hayek, 1983, p. 16).

A liberdade não era compreendida como um direito natural por Hayek. Ela era resultado de processos sociais e, portanto, são necessários mecanismos legais e elementos sociais para que ela seja garantida ao indivíduo. Estes são expressos em instituições sociais, como o Estado de Direito. E estas são asseguradas na sociedade quando se estabelece a compreensão de sua necessidade para a garantia de indivíduos livres.

É justamente por entender dessa forma que Hayek esforçou-se tanto em fundamentar a defesa da liberdade e apresentar programas sociais e formas de organização institucional que fossem capazes de garantir uma sociedade mais livre. A liberdade sendo um valor social fundamenta-se em princípios, ideias e instituições. Essa relação intrínseca entre as instituições sociais e as ideias foi um dos fundamentos da análise de Hayek sobre o avanço do nazismo e do fascismo. Foram as ideias que legitimaram as instituições sociais que tornaram possíveis sociedades com características totalitárias e autoritárias.

Embora a liberdade, enquanto valor, possa constituir um fim. Quando tomada socialmente, ou seja, quando se fala de instituições sociais que garantam a liberdade, trata-se da garantia de meios para a ação individual e não da definição de uma finalidade para a ação: “liberdade pressupõe que o indivíduo tenha assegurada uma esfera privada, que exista certo conjunto de circunstâncias no qual outros não possam interferir” (Hayek, 1983, p.6).

A existência de liberdade não depende, portanto, das escolhas finais dos indivíduos, ou de que ele tenha garantida a possibilidade de escolher todas as coisas que sonhar. Mas da existência de limites, que costumam ser estabelecidos pela lei; que assegurem que o indivíduo possa escolher de acordo com seus desejos, ainda que a vida lhe imponha outros tipos de restrições que não a coerção de outrem. “A liberdade ou a falta de liberdade dos indivíduos não depende da gama de escolhas, mas da possibilidade de determinar sua conduta de acordo com suas pretensões correntes” (Ibid, p. 6).

A liberdade não assegura felicidade ao indivíduo, nem a garantia de que possa ter tudo que quiser. O que pode ser garantido a todos socialmente, da mesma forma, é que não sejam submetidos à coerção, que não sejam limitados pela arbitrariedade de outrem, e que, dentro das suas próprias circunstâncias, sejam livres para decidir sobre sua vida da maneira que julgarem melhor.

Acima de tudo, devemos reconhecer, no entanto, que podemos ser livres e, mesmo assim, infelizes. Liberdade não implica a posse de todos os bens ou a ausência de dificuldades. É certo que ser livre pode significar liberdade de morrer de fome, de cometer erros que redundarão em perdas ou, ainda, de correr riscos mortais. No sentido em que empregamos a palavra, o mendigo sem vintém que leva uma vida precária, baseada na constante improvisação, é, realmente, mais livre que o conscrito com toda sua segurança e relativo conforto (Hayek, 1983, p.14).

Dito que a liberdade é uma condição social e que, para ser garantida igualmente a todos nos termos definidos, depende da existência de um Estado com poderes coercitivos, apresenta-se a necessidade, lógica, de definir os meios pelos quais tal instituição poderá garantir a liberdade de forma igualitária ao mesmo tempo em que mantém seus poderes coercitivos limitados ao mínimo necessário. Essa coerção deve ser restrita a “deveres limitados e previsíveis ou, pelo menos, quando é independente da vontade arbitrária de outra pessoa” (Hayek, 1983, p. 18). Além disso, deve manter-se impessoal e definida por princípios abstratos aplicáveis a todos os indivíduos e que possam valer para muitos casos gerais e não pensada para situações muito específicas. “Tornando-se essa coerção impessoal e dependente de normas gerais abstratas: (...), até os atos coercitivos do governo se transformam em dados pelos quais o indivíduo pode pautar seus próprios planos” (Ibid, p. 18).

Quando a coerção é definida por regras conhecidas, ela não é vista somente como uma ameaça ao indivíduo, pois produz informações às quais ele pode levar em consideração nos seus planos de ação uma vez que, dessa forma, ele sabe os limites e espaços de ação que possui e ainda tem assegurado o seu direito de não sofrer coerção de outrem neste espaço: “a coerção prevista pelas normas gerais conhecidas passa então a constituir um instrumento auxiliar do indivíduo na busca de seus próprios objetivos e não um meio a ser usado para alcançar objetivos de outrem” (Hayek, 1983, p. 18).

Com a exposição de que Hayek reconhece a liberdade como um valor social e da necessidade de instituições sociais que sejam capazes de assegurá-la, a instituição que o autor entende que representa uma das maiores garantias de defesa das liberdades é o Estado Democrático de Direito, também definido como “*The Rule of Law*” – que pode ser traduzido como “Império da Lei” ou “Governo sob a Lei”, pois ambas transmitem a ideia que a expressão incorpora. A discussão apresentada na próxima seção será a conexão entre a liberdade e a instituição do Estado de Direito no pensamento do Hayek.

6.2 THE RULE OF LAW – O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

O Estado Democrático de Direito ou Império da Lei, “*Rule of Law*” é uma forma de instituição social bem específica, conforme compreendida por Hayek a partir das doutrinas fundadoras do pensamento liberal e, por conseguinte, das teorias democráticas e republicanas que começaram a pensar a importância do controle dos poderes na sociedade e do tratamento igualitário e que foi fundamentada, principalmente, por pensadores como John Locke, Tocqueville e Montesquieu.

O Império da Lei significa, tão somente, que uma sociedade deve estar organizada a partir de leis impessoais igualmente aplicáveis a todos e não por poderes personalistas.

A importância de um sistema no qual toda ação coercitiva do governo se restringe à aplicação de normas gerais abstratas é frequentemente citada nas palavras de um dos grandes historiadores do direito: ‘A evolução das sociedades progressistas tem sido, até o momento, a evolução de uma sociedade de ‘status’ para uma sociedade de contrato’. (Hayek, 1983, p. 169).

Foi a mudança dessa organização social baseada no *status* para uma organização social fundamentada na lei, entendendo-se que essa lei como uma regra objetiva igualmente aplicável a todos os membros da sociedade nas mesmas circunstâncias, que possibilitou a garantia dos mesmos direitos e deveres para todos.

Hayek preocupou-se em definir de forma exata quais as características teriam de ter uma lei que funcionasse como uma garantia de direitos dentro do denominado Estado de direito, pois nem toda lei traria esse efeito. Portanto, a lei dentro o “*Rule of Law*”. Trata-se de:

“normas gerais aplicáveis igualmente a todos. Tal generalidade é, provavelmente, o aspecto mais importante daquele atributo da lei que definimos como seu caráter ‘abstrato’” (1983, p. 169). “Uma lei verdadeira não deve apontar qualquer fato ou condição particular, [e] também não deve especificar nenhum grupo de pessoas ou indivíduos em particular”. (Hayek, 1983, p. 169).

As leis que salvaguardam a liberdade e garantem essa estrutura social “baseada em leis” e não “em *status*” são, pois, “normas gerais, abstratas e igualmente aplicáveis a todos” (Hayek, 1983, p. 169).

A igualdade de tratamento perante as leis – isonomia – é um dos principais pilares do Estado Democrático de Direito, e é esse um dos aspectos pelos quais Hayek entendia que essa era a instituição social capaz de garantir maior liberdade a todos os indivíduos, pois se fundamenta no princípio de que todos serão tratados da mesma forma e pelas mesmas regras.

A concepção de liberdade dentro da lei (...) baseia-se na convicção de que, quando obedecemos às leis, no sentido de normas gerais abstratas estabelecidas,

independentemente de sua aplicação concreta, não estamos submetidos à vontade de outrem e, portanto, somos livres. (Hayek, 1983, p. 169).

A salvaguarda principal está no fato de que as normas devem aplicar-se àqueles que as fazem e àqueles que as seguem - ou seja, tanto ao governo quanto aos governados - e de que ninguém tem o poder de abrir exceções. Se tudo aquilo que é proibido ou imposto o é para todos, sem exceções (salvo as prescritas por outra norma geral), e se mesmo a autoridade não detém poderes especiais, exceto o de aplicar a lei, o cerceamento da liberdade individual será quase inexistente (Hayek, 1983, p. 170).

Os poderes de um governo no Estado de Direito estão limitados pelas leis, que são aplicadas igualmente aos governantes e aos cidadãos. Um governante não tem o poder de impor sua própria vontade a outrem só de fazer o que as leis permitem. É essa a principal segurança para os cidadãos de que sua liberdade será preservada das vontades pessoais e arbitrárias dos governantes.

Como os governantes só podem o que está na lei, eles não podem ir além. Existe um espaço definido de ação do indivíduo que está preservado de qualquer poder e outro definido para o exercício de poder do governo. “O principal meio de coerção de que o governo dispõe é a punição. No Estado de Direito, o governo pode violar a esfera privada de um indivíduo apenas como punição por este haver infringido uma norma geral conhecida” (Hayek, 1983, p. 250). Portanto, “O princípio ‘*nullum crimen, nulla poena sine lege*²⁶⁷’ é, assim, sua consequência mais importante” (Ibid).

A verdade é que, se "governar" significa fazer os indivíduos obedecerem à vontade de outro indivíduo, o governo não detém tal poder em uma sociedade livre. O cidadão, enquanto cidadão, não pode ser governado, não pode ser submetido a ordens neste sentido, independentemente da posição que ele exerce na profissão que escolheu para realizar seus fins, ou quando, em conformidade com a lei, ele se torna temporariamente o agente do governo. Entretanto, ele pode ser governado no sentido de que "governar" significa fazer observar normas gerais, estabelecidas independentemente dos casos específicos e igualmente aplicáveis a todos os indivíduos (Hayek, 1983, p. 172).

A liberdade perante a lei não está garantida somente pela existência de leis.

O Estado de Direito, naturalmente, pressupõe completa legalidade, mas isso não é o bastante: se uma lei desse ao governo poder ilimitado para agir como bem entendesse, todas as suas ações seriam legais, mas certamente não estariam dentro dos requisitos de supremacia da lei (Hayek, 1983, p. 249).

²⁶⁷ Do latim: “Não há crime, nem pena, sem prévia lei”.

As leis, dentro dessa instituição, para que pudessem salvaguardar a liberdade individual, deveriam obedecer a certos princípios, uma vez que o Estado de Direito não se define pela aplicação da constitucionalidade. Ele incorpora princípios e valores específicos, sem os quais só sobraria uma constituição, mas não, necessariamente, uma sociedade livre. Ou seja, qualquer regra inscrita na constituição torna-se constitucional para ser aplicada na sociedade, mas disso não deriva que essa regra seja uma garantia de direitos e liberdade. A constitucionalidade não é o elemento principal para se possa entender o que fundamenta um Estado de Direito. “O Estado de Direito, portanto, é algo mais que constitucionalismo: ele exige que todas as leis estejam de conformidade com certos princípios” (Ibid, p. 249).

“A humanidade aprendeu, por uma longa e dolorosa experiência, que a lei da liberdade deve ter certos atributos. Quais são eles?” (Hayek, 1983, p. 247). Hayek traça os três atributos que uma lei que garanta a liberdade deve observar. São eles:

O primeiro ponto que se deve enfatizar é que, como a supremacia da lei significa que o governo não deve jamais coagir um indivíduo, exceto ao fazer cumprir uma norma conhecida, isto constitui uma limitação dos poderes de todo o governo (Ibid, p. 248). O segundo principal atributo que deve ser exigido das verdadeiras leis é que sejam conhecidas, claras e imutáveis. A imutabilidade é, segundo Hayek, o fator que mais contribuiu (...) para a prosperidade do Ocidente. O fato de a total imutabilidade e clareza da lei ser um ideal que devemos sempre buscar mas que jamais poderemos alcançar com perfeição não altera a veracidade dessa constatação. (Hayek, 1983, p.253).

E, por fim, “O terceiro requisito da verdadeira lei é a igualdade” (Ibid, p. 254), “qualquer lei deveria ser aplicada igualmente a todos (...) ideal de igualdade perante a lei visa a oferecer iguais oportunidades a indivíduos ainda desconhecidos, mas é incompatível com a possibilidade de beneficiar ou prejudicar de maneira previsível indivíduos conhecidos constatação. (Hayek, 1983, p.255).

Não existe uma liberdade social plena, no sentido de ausência de restrições absolutas às ações individuais. Liberdade, em sociedade, significa poder agir conforme a própria consciência dentro dos limites estabelecidos pela lei. E, para assegurar o mesmo campo de liberdade a todos, faz-se necessário que todos os indivíduos estejam restringidos igualmente pela lei. Todos têm sua liberdade restrita pelas mesmas regras e, portanto, possuem o mesmo campo de ação livre na sociedade.

Seria um erro entender que a liberdade dentro da concepção liberal signifique a completa ausência de Estado e a possibilidade de ação irrestrita. “É preciso lembrar também que, quanto aos atos que os indivíduos praticam em relação a outras pessoas, liberdade jamais significará outra coisa senão que tais atos são restringidos apenas por normas gerais” (Hayek, 1983, p.171). Normas gerais, aqui, são as de conduta abstratas e gerais igualmente aplicáveis a todos os indivíduos no Estado de Direito. “Na medida em que não existe ação humana que não

possa interferir com a esfera privada de outro indivíduo, nunca haverá uma completa liberdade de expressão, de imprensa ou de culto” (Ibid, p. 171).

A liberdade liberal de Hayek é a “*Under the Law*”:

[...] liberdade de fato significa, e só pode significar, que aquilo que podemos fazer não depende da aprovação de pessoa ou autoridade e tem como único limite as mesmas normas abstratas aplicáveis igualmente a todos (Ibid, p.171).

Sob o império da liberdade, a esfera livre do indivíduo inclui todas as ações que não são limitadas explicitamente por uma lei geral. (Hayek, 1983, p. 262).

O indivíduo é livre para fazer tudo aquilo que a lei não proíbe. Essa é a sua esfera de ação livre, e são as leis que delimitam este espaço. Por isso, o império da liberdade acontece dentro do império da lei.

A característica que mais claramente distingue um país livre de um país submetido a um governo arbitrário é a observância, no primeiro, dos grandes princípios conhecidos como o estado de Direito. Deixando de lado os termos técnicos, isso significa que todas as ações do governo são regidas por normas previamente estabelecidas e divulgadas – as quais tornam possível prever com razoável grau de certeza de que modo a autoridade usará seus poderes coercitivos em dadas circunstâncias, permitindo a cada um planejar suas atividades individuais com base nesse conhecimento. (...) a questão essencial, ou seja, a necessidade de reduzir tanto quanto possível o arbítrio concedido aos órgãos executivos que exercem o poder de coerção. Se toda lei restringe até certo ponto a liberdade individual, alterando os meios que cada um pode empregar na busca dos seus objetivos, sob o estado de Direito impede-se que o governo anule os esforços individuais mediante ação ad hoc. (...) Segundo as regras do jogo conhecidas, o indivíduo é livre para perseguir suas metas e desejos pessoais, tendo a certeza de que os poderes do governo não serão empregados no propósito deliberado de fazer malograr os seus esforços (Hayek, 2010, p. 89-90).

Na “Estrutura permanente de leis” (Hayek, 2010, p. 90) denominada Estado de Direito ou *Rule of Law*, estrutura que resultou das ideias iluministas (Hayek, 2014, p. 136), governantes e indivíduos estão limitados pelas mesmas leis. As mesmas normas de conduta que regem a esfera de ação do indivíduo regem a esfera de ação dos governantes, e é por isso que esse é o sistema legal-político capaz de garantir a maior liberdade para todos, pois, além de limitar os poderes dos governantes, torna claro para os indivíduos até que ponto o Estado terá poder de agir de forma coercitiva e quando essa ação é justificada.

O ideal da supremacia da lei exige que o Estado (...) deva obedecer à mesma lei, sofrendo assim as mesmas limitações que qualquer cidadão. É o fato de todas as leis se aplicarem igualmente a todos, até aos governantes, que torna improvável a adoção de normas opressivas (Hayek, 1983, p. 256). O Estado de Direito exige que o Executivo, em sua ação coercitiva, seja limitado por normas que digam não apenas quando e onde ele pode usar a coerção, mas também de que maneira o fazer (Ibid, p. 257).

Hayek identificou dois aspectos que tornavam justificável essa estrutura legal como mais adequada para a sociedade, como a melhor forma de produzir uma organização social de indivíduos mais livres: um de ordem econômica e outro de ordem política/moral. Quanto ao primeiro, nos diz o autor:

O Estado deve limitar-se a estabelecer normas aplicáveis a situações gerais deixando os indivíduos livres em tudo que depende das circunstâncias de tempo e lugar, porque só os indivíduos poderão conhecer plenamente as circunstâncias relativas a cada caso e a elas adaptar suas ações (Hayek, 2010, p.91).

É o indivíduo quem possui melhor capacidade de analisar as circunstâncias à sua volta e tomar decisões sobre como empregar os meios disponíveis para produzir ou criar novos serviços, comércio, etc. Por isso, Hayek entendeu que uma organização econômica mais eficiente seria aquela em que o indivíduo fosse o motor das decisões econômicas mais específicas, deixando para o Estado a regulamentação geral sobre os meios sociais que estariam à disposição nessa tomada de decisões. “(...) Para que o indivíduo possa empregar com eficácia seus conhecimentos na elaboração de planos deve estar em condições de prever as ações do estado que podem afetar seus planos” (Hayek, 2010, p. 91).

Quanto à justificativa de ordem moral e política, Hayek entendeu que o Estado de direito limitado por leis de natureza geral e abstrata igualmente aplicáveis a todos seria a instituição capaz de garantir oportunidades a todos: “Se quisermos criar novas oportunidades que estejam ao alcance de todos, oportunidades estas que as pessoas possam utilizar da forma que entenderem, os resultados exatos não poderão ser previstos” (Hayek, 2010, p. 92).

O tratamento igualitário de todos os indivíduos só pode ocorrer quando o Estado adota normas gerais e não normas específicas que possam atuar em favor de uns em detrimento de outros, uma vez que, se o Estado conduz suas ações buscando fins determinados ele abre mão de ser imparcial e, inclusive, passa a ser autoritário de alguma forma. “(...) Num mundo em que tudo fosse previsto com exatidão, o estado dificilmente poderia agir e ao mesmo tempo ser imparcial” (Hayek, 2010, p. 92).

Quando os resultados particulares são previstos na ocasião em que se faz uma lei, esta perde o caráter de simples instrumento a ser empregado pelo povo e converte-se num instrumento usado pelo legislador para controlar o povo. O Estado deixa de ser peça de um mecanismo utilitário destinado a auxiliar as pessoas a desenvolverem sua personalidade individual para tornar-se uma instituição “moral” – “moral” não em contraposição a imoral, mas no sentido de uma instituição que impõe aos que a ela se acham subordinadas suas ideias sobre todas as questões morais, quer essas ideias sejam morais, quer altamente imorais. Nesse sentido, o Estado nazista ou qualquer

outro Estado coletivista é “moral”, ao passo que o estado liberal não o é (Hayek, 2010, p. 92)

O Estado não é um fim na vida do indivíduo, nem deve determinar os fins de uma sociedade. Ele é necessário como meio de organização social para propiciar que todos os indivíduos tenham espaço garantido para seguir seus próprios objetivos e valores morais. Foi nesse sentido que Hayek definiu-o como utilitário, pois ele seria necessário e teria uma utilidade social como forma de organização dos diversos interesses e da garantia de espaço e liberdade aos indivíduos; porém, ele não seria o agente que deveria determinar os fins das sociedades.

Como Hayek entendia que não existia um fim último e supremo ao qual todos os indivíduos pudessem estar de acordo, a partir disso, então, qualquer fim imposto pelo Estado poderia ser tomado como uma forma autoritária de determinar aos indivíduos valores com os quais eles não compactuam e, caso tal comportamento fosse identificado, ele deixaria de ser o agente social moderador e garantidor da estrutura social necessária para a perseguição pelos indivíduos de seus próprios sonhos e objetivos e passaria a ser o agente definidor da agenda moral da sociedade e, por conseguinte, dos indivíduos.

As normas do Estado de Direito visam fornecer meios para a ação dos indivíduos. A estrutura legal tem de ser, nesse entendimento, permanente e isonômica para que assim o indivíduo seja capaz de prever a ação do Estado dentro do seu plano de ação. Estado de direito significa que as normas podem ser estabelecidas de antemão como formais, que não visam as necessidades e desejos de pessoas determinadas. Seu objetivo é “apenas a servir de meio a ser empregado pelos indivíduos na consecução de seus vários objetivos” (Hayek, 2010, p. 90).

As leis são meios de ação social e não um fim social. São uma estrutura social que permite aos indivíduos manter um parâmetro de interação com os outros e, além disso, prever minimamente as suas ações e as dos outros. São estruturas que “poderiam ser definidas como uma espécie de instrumento de produção que permite às pessoas prever o comportamento daqueles com que têm de colaborar, e não como meios que visam a atender necessidades específicas” (Hayek, 2010, p. 90).

A lei dá ao indivíduo os elementos com que ele pode contar e desse modo amplia o âmbito no qual ele pode prever as consequências de suas ações. Ao mesmo tempo, a lei informa-o das possíveis consequências de suas ações e da responsabilidade que lhe será imputada. Isso significa que aquilo que lhe é permitido ou exigido fazer dependerá unicamente das circunstâncias a respeito das quais se supõe deva estar informado ou possa vir a se inteirar. Nenhuma norma pode ser eficaz ou pode dar ao indivíduo liberdade para decidir, se tornar o âmbito de suas livres decisões dependente de remotos efeitos de seus atos que se encontram além de sua possibilidade de previsão. Mesmo em relação aos efeitos que, segundo se supõe, o indivíduo pode

prever, as normas deverão distinguir aqueles que ele terá de levar em conta, permitindo-lhe deixar de lado outros (Hayek, 1983, p.173).

A lei tem uma finalidade muito específica dentro dessa estrutura: “permitir ao indivíduo agir adequadamente baseado em seu conhecimento” (Hayek, 1983, p. 173). Ela é um meio para que o indivíduo empregue da melhor forma o seu conhecimento específico na sociedade. Além disso, é uma forma de incorporação do conhecimento social adquirido ao longo do tempo. “A lei, por outro lado, já incorpora o conhecimento ou os resultados da experiência passada, que são utilizados sempre que o homem age em conformidade com essas normas” (Ibid, p. 173).

Existe um duplo jogo entre a utilização do conhecimento na sociedade e as leis ou normas gerais abstratas: ao mesmo tempo em que elas permitem que o indivíduo utilize o seu próprio conhecimento nas situações específicas, elas o informam sobre o conhecimento geral da sociedade ao longo do tempo sobre como agir em situações semelhantes. Justificam-se, então, tanto em termos de conduta individual, quanto de conduta coletiva.

Em realidade, a colaboração dos indivíduos, dentro de normas comuns, funda-se em uma espécie de divisão do conhecimento, na qual o indivíduo deve levar em consideração circunstâncias específicas, ao mesmo tempo em que a lei assegura que seus atos se adaptem a certas características, gerais ou permanentes, de sua sociedade (Hayek, 1983, p. 173).

A dispersão do conhecimento na sociedade é sempre um dos pressupostos das análises hayekianas. É preciso ter isso em mente ao compreender suas formulações. Portanto, uma das justificativas lógicas para o Estado de Direito fundamentado nas ideias de estruturas legais abstratas é permitir que o conhecimento individual e específico possa ser melhor empregado nas ações individuais.

É impossível que uma estrutura ou agente social possa dispor das ferramentas necessárias para analisar cada situação específica na sociedade. Por isso, é preciso uma estrutura social que permita ao indivíduo dispor do seu conhecimento na análise de sua conduta, seja o conhecimento econômico, político seja moral. Em nenhuma dessas esferas o Estado, ou qualquer agente social, deve tentar impor ou prever as condutas dos indivíduos. Eles devem ter o espaço necessário para analisar as circunstâncias da melhor maneira possível e agir da forma que entendam ser a mais desejável.

Essa forma de organização entende que as instituições sociais incorporam um conhecimento construído ao longo do tempo por meio de tentativas e erros. E uma parte do conhecimento adquirido pela sociedade por esse método reflete-se nas leis de forma a auxiliar o indivíduo com um conhecimento que está disperso na sociedade. Assim, as normas gerais são

capazes de coordenar as ações humanas na sociedade sem impor-lhes um fim arbitrário. Por serem gerais e abstratas, os indivíduos são capazes de prever a ação do Estado e das pessoas com quem tem de relacionar-se. Então, a sociedade é capaz de autorregular-se e produzir ordem sem a necessidade de autoridades centralizadas.

Os inimigos da liberdade sempre fundamentaram suas teses no pressuposto de que, nas relações humanas, a ordem exige que um indivíduo dê ordens e que outros obedeçam a elas. A oposição a um sistema de liberdade dentro de leis gerais provém, em grande parte, da incapacidade de conceber uma coordenação eficaz das atividades humanas sem que exista uma mente capaz de impor uma organização. Uma das conquistas da teoria econômica foi explicar como esse ajustamento mútuo das atividades espontâneas dos indivíduos é gerado pelo mercado, desde que exista uma delimitação conhecida da esfera de controle de cada indivíduo. A compreensão desse mecanismo de ajustamento mútuo dos indivíduos constitui a parte mais importante do conhecimento que deveria condicionar a elaboração das normas gerais que limitam a ação individual (Hayek, 1983, p. 176-177).

A ordem social produzida pela estrutura defendida por Hayek, “*Rule of Law*”, não está baseada, portanto, em um poder autoritário, em um agente que possa ter o poder de impor uma conduta a outrem. Ela é produzida pelo ajustamento mútuo de condutas por meio de uma estrutura legal que tenha as mesmas regras aplicáveis a todos. Essa forma estrutural irá permitir com que as condutas individuais sejam mais previsíveis e mais ordenadas.

São as regras gerais e previsíveis que auxiliam na produção da ordem e não a autoridade pessoal de um mandatário. Ainda que exista um poder capaz de exercer coerção, sem o qual não poderia haver essa coordenação baseada no respeito às regras, muito menos liberdade, o poder é a lei, que possui, no Estado de Direito, um caráter delimitador e não autorizador das condutas.

O ordenamento da atividade social revela-se no fato de que o indivíduo pode desenvolver um plano de ação coerente que, em quase todas as etapas, se baseia na expectativa de certas contribuições dos outros indivíduos. (...)Esse ordenamento não pode ser o resultado de uma centralização das decisões se se pretende que os indivíduos ajustem suas ações às circunstâncias específicas que praticamente só eles conhecem e que nunca uma única pessoa pode conhecer em sua totalidade. (...) Ordem, em relação à sociedade, significa, portanto, essencialmente que a ação individual é orientada por uma previsão eficaz; que os indivíduos não só usam eficientemente seus conhecimentos, mas também podem prever com um elevado grau de confiabilidade que tipo de colaboração é lícito esperar dos outros. (...) Essa ordem, ao implicar um ajustamento a circunstâncias, cujo conhecimento está disperso por um grande número de indivíduos, não pode ser estabelecida por um sistema que centraliza as decisões. Só pode decorrer do ajustamento mútuo dos vários elementos e da sua reação aos eventos que atuam imediatamente sobre eles (Hayek, 1983, p. 177).

Fica evidenciado pelo debate exposto que a estrutura estatal tem papel fundamental na garantia da liberdade individual para Hayek. Esta seria impossível sem a existência do Estado

e de sua capacidade de coerção para defender o espaço de ação livre do indivíduo, para garantir que esse possa agir conforme sua própria consciência. Também é necessário, para fins de garantia da liberdade, que tal estrutura tenha certas características específicas, sendo, certamente, a principal delas a existência de normas de conduta gerais e abstratas, normas válidas para todos e que limitem tanto o espaço de ação do indivíduo quanto do Estado.

Também são as normas sociais as produtoras de ordenamento na sociedade. E Hayek buscou explicar como formas específicas de normas poderiam ser capazes de coordenar as ações dos indivíduos e transmitir-lhes os conhecimentos acumulados da sociedade. É correto, pois, que o Estado deve possuir limites para Hayek. Seu poder é limitado pelas leis e sua ação coercitiva deve ser reduzida ao mínimo necessário, mas o Estado deve possuir, sim, poderes de ação na sociedade e de intervenção nas esferas sociais e individuais.

A imprevisibilidade dos efeitos concretos, que é a característica distintiva das leis formais de um sistema liberal, reveste-se também de importância porque contribui para desfazer outro equívoco acerca da natureza desse sistema: a ideia de que sua característica é a inação do Estado. A dicotomia entre a intervenção e a não intervenção do Estado é inteiramente falsa, e o termo *laissez-faire* é uma definição bastante ambígua e ilusória dos princípios em que se baseia uma política liberal. Está claro que todo o Estado tem de agir, e toda ação do Estado implica intervir nisto ou naquilo. Mas não é isso que vem ao caso. O importante é saber se o indivíduo pode prever a ação do Estado e utilizar esse conhecimento como um dado na elaboração de seus planos particulares – o que significa que o estado não pode controlar a forma como seu mecanismo é empregado e que o indivíduo sabe exatamente até que ponto será protegido contra a interferência alheia – ou se o Estado está em condições de frustrar os esforços individuais (Hayek, 2020, p. 96).

Não existe uma contradição entre a existência da estrutura estatal e a liberdade individual no entendimento de Hayek. Ao contrário, seria somente porque existe o Estado que os indivíduos poderiam desfrutar de liberdade. Esta, por ser um valor social, somente foi garantida nestes termos com a civilização e o desenvolvimento de instituições sociais, como o aparato Estatal. No entanto, não é a simples existência do Estado que garante a liberdade, mas uma forma específica de organização e de regras que faz com que seja possível conciliar a existência da coerção e da liberdade. Por isso, a discussão sobre liberdade individual aparece vinculada à discussão sobre organização estatal e poderes do Estado. E percebe-se que Hayek mistura uma à outra de tal forma que é difícil separar a discussão sobre liberdade da discussão sobre o Estado.

Mas o ponto de partida de ambos está no entendimento de Hayek sobre o conhecimento na sociedade. A compreensão sobre a dispersão do conhecimento e a impossibilidade de um órgão centralizador capaz de aglutinar todas as informações dispersas em mentes individuais é

uma das justificativas para que a sociedade busque garantir uma esfera de liberdade para os indivíduos como forma de ter esse conhecimento empregado da melhor maneira por alguém que está apto a analisar as circunstâncias específicas do próprio meio.

Para tal, é necessária uma estrutura social que consiga dar condições para que esse conhecimento seja utilizado, fornecendo meios para que os indivíduos sejam capazes de prever minimamente os efeitos de suas ações e obter uma coordenação desse conhecimento disperso *em prol* da sociedade. Essa ideia, além de fundamentar as discussões anteriores sobre a liberdade e o Estado de Direito, fundamenta o principal conceito desenvolvido por Hayek, de ordem espontânea, o qual abordaremos na próxima seção.

6.3 ORDEM ESPONTÂNEA

O conceito de Ordem Espontânea de Hayek foi um dos pontos centrais de sua obra. Compreender esse conceito, seus fundamentos filosóficos e epistemológicos é um dos passos importantes para uma sistematização do seu pensamento e para compreender a forma como ele fundamentou suas teorias sobre a ordem social, política e econômica. Esse conceito pode ser pensado como uma revisão ou incorporação dos princípios que originaram os conceitos de “Mão Invisível” de Adam Smith e de “Sociedade Aberta” de Karl Popper. Todos possuem os mesmos fundamentos na forma de compreender como o processo social funciona.

Isso levou, nesses autores, assim como em Hayek, à defesa de formas de organização social em que o espaço para a utilização pelos indivíduos das circunstâncias que o rodeiam no processo de tomada de decisões fosse preservado o máximo possível. Entendia-se, pois, que o funcionamento da sociedade atingia mais eficiência, e mais ordenamento, com as decisões descentralizadas. Afinal, entendia-se que o conhecimento social era, também, descentralizado. Dessa forma, uma organização social que centralizasse totalmente os processos caminharía de encontro ao modo como o processo social funciona.

A Ordem Espontânea foi, portanto, um conceito construído a partir da seguinte premissa:

[...] a ordem ampliada [ordem ampliada da cooperação humana, ordem que se costuma reconhecer pelo nome de capitalismo] não foi resultado de desígnio nem de intenção humana, mas nasceu espontaneamente: da conformidade involuntária a certas práticas tradicionais e, acima de tudo, morais, muitas das quais as pessoas tendem a achar desagradáveis, cuja importância em geral não conseguem compreender, cuja validade não são capazes de comprovar e que, entretanto, difundiram-se rápido por meio da seleção evolutiva – o aumento comparativo da população e da riqueza – dos grupos que por acaso as seguiram (Hayek, 2017, p. 13).

A noção de que a sociedade é fruto de um processo de evolução está incorporada no conceito de Ordem Espontânea, ou seja, Hayek entendia que o processo social evoluía sem que houvesse uma direção definida ou que pudesse ser controlado. Tal compreensão do processo social como fruto de uma evolução foi contraposta a uma segunda forma de compreender e explicar o desenvolvimento social. Segundo Hayek, essa perspectiva incorporava o princípio de construção.

Para Hayek, a segunda perspectiva, a construtivista, “nos dá sentimentos de poder ilimitado para realizar nossos desejos”. Já a primeira, a evolutiva, “nos faz compreender que há limites ao que podemos realizar deliberadamente e reconhecer que algumas de nossas esperanças atuais são ilusões” (1985a, p. 2). O pensamento de Hayek situava-se nessa primeira forma de explicação do processo social, ou seja, em uma compreensão de que a sociedade ordenar-se-ia por meio de um processo de “evolução” que aconteceria, em muitos casos, pelo acaso e que não poderia ser planejado, ou “criado”, por qualquer mente humana.

Essa corrente de pensamento, em que Hayek inser-se-ia, “avançou de modo lento e gradual desde a Antiguidade, mas foi por algum tempo quase ofuscada pela posição construtivista, mais fascinante” (Hayek, 1985a, p.2). Nela se compreende que o processo de ordenação da sociedade, aquele que, segundo essa corrente filosófica, foi responsável pelo aumento da eficácia da ação individual, não aconteceu por meio de uma direção ou planejamento; todavia, por meio de instituições e práticas sociais que fossem utilizadas para o fim de ordenação social. A ordem social foi resultado, isto sim, para essa forma de entendimento:

[...] de um processo denominado, primeiro, 'crescimento' e, mais tarde, 'evolução', processo no qual práticas a princípio adotadas por outras razões, ou mesmo por mero acaso, foram preservadas por terem permitido ao grupo em que surgiram preponderar sobre os demais (Hayek, 1985a, p.3).

A crítica de Hayek ao construtivismo e ao planejamento levou-o, por dedução lógica, a contrapor-se a concepções escatológicas sobre o processo histórico, ou seja, ele demonstrou uma grande preocupação teórica em construir argumentos que fossem capazes de demonstrar as fraquezas teóricas de correntes que levavam ao entendimento de que a sociedade é um tipo ordem construída e planejada visando algum fim específico. Por isso, em seu conceito de ordem espontânea, o tipo específico de ordenamento de que é fruto e que é produzido pela vida social

não é o mesmo produzido por organizações como uma empresa ou associação formada com um objetivo específico.

A formação espontânea acaba sendo gerada por meios que nem sempre são plenamente conhecidos pelos agentes que a compõem, mas que, ao fim, podem acabar alcançando um ordenamento mais eficiente. Esse ordenamento social ocorre por meio de um processo de tentativa e erro. E esse processo só pode ser possível, para Hayek, em uma sociedade livre, em que os indivíduos sejam capazes de utilizar seu conhecimento na busca de objetivos escolhidos por eles e, também, utilizar o conhecimento social disperso que consegue informá-lo sobre casos passados e a forma como os atores se comportaram em tais circunstâncias e os resultados que obtiveram. Mais especificamente, quanto ao construtivismo, o autor nos diz:

A primeira perspectiva [construtivista] afirma que as instituições humanas só servirão aos propósitos humanos se tiverem sido intencionalmente criadas para esse fim; com frequência afirma também que a existência de uma instituição prova ter sido ela criada para uma finalidade; e insiste sempre em que deveríamos replanear a sociedade e suas instituições de tal modo que todos os nossos atos viessem a ser inteiramente guiados por objetivos conhecidos. Para a maioria das pessoas essas proposições parecem quase evidentes por si mesmas, constituindo a única atitude digna de um ser pensante. No entanto, a ideia a elas subjacentes a de que todas as instituições úteis decorrem da criação intencional e que somente tal criação as tornou ou as pode tornar úteis a nossos propósitos é basicamente falsa (Hayek, 1985a, p.2).

A crítica ao construtivismo soma-se à crítica ao racionalismo: a ideia de que a razão tornaria o homem capaz de construir a sociedade de acordo com suas intenções. Cumpre frisar que Hayek não negava a razão humana, a ação do homem motivada por critérios racionais, embora não utilizasse o modelo de um “*homo economicus*”, ou seja, não compreendia a ação como estritamente racional. “A completa racionalidade da ação, no sentido cartesiano, exige um completo conhecimento de todos os fatos relevantes” (Hayek, 1985a, p.6-7).

O homem hayekiano, portanto, não é nem totalmente motivado pelos critérios racionais, que agisse somente a partir do cálculo de meios e fins, tampouco um ser totalmente irracional, que não levasse em consideração os resultados e objetivos que pretendia alcançar no momento da tomada de decisão que motivaria a ação. Para ele, muitas vezes, o homem agiria utilizando conhecimentos que estão acumulados nas instituições sociais e que são transmitidos por meio delas, assim como por meio da moral e da cultura. Isso aconteceria sem que o ator social tomasse total consciência sobre o processo, nem que planejasse de forma deliberada e racional a utilização de tal conhecimento.

Esse processo de utilização do conhecimento disperso pode ser explicado mais como uma forma de ação reflexiva do que um cálculo planejado. Porém, essa forma reflexiva não se

encontraria totalmente no campo do irracional, uma vez que, quando o ator planeja a forma mais adequada de alcançar seus objetivos em uma situação específica e ele toma o conhecimento das circunstâncias no processo decisório, estaria sendo racional, embora não compreenda todos os mecanismos que explicam socialmente a construção desse conhecimento e a sua incorporação nas instituições sociais.

Essa explicação sobre a importância das instituições sociais por conterem e transmitirem o conhecimento acumulado por gerações e, além disso, as respostas dos processos de tentativas e erros foi formulada, também, por Edmundo Burke (1982), principalmente na crítica que ele direcionou aos revolucionários franceses em sua famosa obra “*Reflections on the Revolution in France*” (1790). Cumpre relembrar que Hayek citava Burke como um dos autores anglo-saxões com as quais se identificava na defesa da liberdade. Além disso, em sua explicação sobre quais os motivos o levavam a não se identificar com o pensamento conservador, ele se colocou, ao lado de Edmundo Burke, como um “*Old Whig*” na defesa da liberdade. “Quanto mais aprendo sobre a evolução das ideias, mais percebo que sou simplesmente um *Whig Antigo* sem arrependimentos, com ênfase no ‘antigo’” (Hayek, 2011, p. 533, tradução própria)²⁶⁸.

Essa abordagem 'racionalista', porém, representou na verdade um retrocesso a modos de pensar de eras anteriores, antropomórficos. Revigorou a propensão a atribuir a origem de todas as instituições da cultura à invenção ou à criação intencional. Moral, religião e direito, linguagem e escrita, moeda e mercado foram interpretados como tendo sido deliberadamente construídos por alguém; ou, pelo menos, como tendo derivado dessa criação intencional o grau de perfeição que pudessem apresentar. Esta versão intencionalista ou pragmática da história encontrou sua expressão mais completa na ideia da formação da sociedade por meio de um contrato social, primeiro em Hobbes e depois em Rousseau, o qual, sob muitos aspectos, foi um seguidor direto de Descartes (Hayek, 1985a, p. 5-6).

As instituições humanas, na compreensão de Hayek, além de serem indispensáveis para a ação e, com isso, para a consecução de objetivos (cumpre lembrar que para Hayek a lei é indispensável para a liberdade), são o resultado do acúmulo de costumes, hábitos e práticas que não foram inventados por qualquer mente individual. “[...] nossa adaptação ao meio não consiste apenas, e talvez nem mesmo principalmente, numa apreensão de relações de causa e efeito, mas também em serem nossas ações pautadas por normas adaptadas ao tipo de mundo em que vivemos” (Hayek, 1985a, p.6).

²⁶⁸ “The more I learn about the evolution of ideas, the more I have become aware that I am simply an unrepentant Old Whig—with the stress on the ‘old’” (Hayek, 2011, p. 533).

Essas instituições sobrevivem por dois motivos: o homem é um animal que segue normas e essas normas são fruto de um processo de seleção, são o acúmulo da experiência de gerações. “[...] Toda a nossa civilização se funda, e deve fundar-se, na nossa confiança em muito do que não podemos saber ser verdadeiros no sentido cartesiano” (Hayek, 1985a, p.7).

A perspectiva construtivista gera conclusões falsas por não levar em conta que não só no estágio primitivo, mas talvez mais ainda na civilização as ações do homem são em geral eficazes em razão de se adaptarem tanto aos fatos particulares que ele conhece quanto a um grande número de outros fatos que não conhece nem pode conhecer. E essa adaptação às circunstâncias gerais que o cercam é fruto de sua observância de normas que ele não criou deliberadamente e, com frequência, sequer conhece explicitamente, embora seja capaz de respeitá-las na prática (Hayek, 1985a, p.6).

Hayek assumia a ignorância do homem como pressuposto, melhor dizendo: “a irremediável ignorância da maioria dos fatos particulares que determinam os processos da sociedade”, ou seja, nenhuma mente humana seria capaz de conhecer todos os fatos particulares. Com isso, seria impossível uma mente planejar a sociedade, ou mudar a forma como uma sociedade organiza-se, mudar as instituições que contêm em si o conhecimento acumulado de várias mentes humanas, várias gerações e, ainda, de várias tentativas de acertos e erros que acabaram, por meio de um processo evolutivo, incorporando os processos que foram mais eficazes para uma melhor organização da sociedade.

Em primeiro lugar, a incurável ignorância de todos, a que me refiro, é a ignorância de fatos particulares que são ou serão conhecidos por alguém e, portanto, afetarão toda a estrutura da sociedade. Essa estrutura de atividades humanas adapta-se constantemente e funciona através dessa adaptação a milhões de fatos que, na sua totalidade, ninguém conhece. A importância desse processo é óbvia sobretudo no campo econômico, onde foi destacada pela primeira vez (Hayek, 1985a, p. 8).

Esse processo, que Hayek denominava de Ordem Espontânea, só seria possível em uma sociedade livre em que os indivíduos podem realizar tentativas e, com isso, obter erros e acertos, que serão capazes de demonstrar o que pode ser mais eficiente, embora nem sempre isso seja um processo racional e totalmente desvendando ao homem.

No entanto, é a utilização de um conhecimento muito maior do que alguém teria condições de possuir e, portanto, o fato de mover-se um indivíduo no âmbito de uma estrutura coerente, cujos determinantes são em sua maioria por ele desconhecidos que constitui o traço distintivo de todas as civilizações avançadas. (Hayek, 1985a, p.9).

Por ser ignorante, o homem necessita de outros que possuam diferentes tipos de conhecimento. Além de necessitar das gerações passadas, aquelas que construíram o

conhecimento que está incorporado nas instituições, necessita, também, daqueles que de alguma forma possuem um conhecimento privilegiado pela posição em que estão ou pelas informações que obtém e, com isso, conseguem desenvolver avanços significativos para a Ordem Espontânea ou Grande Sociedade Aberta.

De há muito a ciência econômica enfatiza a 'divisão do trabalho' decorrente dessa situação. Entretanto enfatizou muito menos a fragmentação do conhecimento, o fato de que cada membro da sociedade pode deter somente uma pequena parcela do conhecimento comum a todos. (Hayek, 1985a, p.9).

Depois de compreender o debate epistemológico e filosófico que Hayek está marcando quando utiliza o termo “espontânea”, importa tornar claro o significado que o autor dá à palavra “ordem” que, segundo ele, “é um conceito indispensável ao exame de todos os fenômenos complexos” (Hayek, 1985a, p. 35).

Por ‘ordem’ designaremos sempre uma condição em que múltiplos elementos de vários tipos se encontram de tal maneira relacionados entre si que, a partir de nosso contato com uma parte espacial ou temporal do todo, podemos aprender a formar expectativas corretas com relação ao restante ou, pelo menos, expectativas que tenham probabilidade de se revelarem corretas (Hayek, 1985a, p. 36).

O autor preocupa-se em distinguir o uso do termo ordem de qualquer concepção autoritária e, ainda, da ideia de uma ordem feita (*‘made’*), destacando que entende ordem como o resultado de uma evolução (*‘grown’*). “Uma ordem espontânea desse gênero tem, sob muitos aspectos, propriedades diferentes daquelas de uma ordem feita” (Hayek, 1985a, p. 37). O equilíbrio que essa ordem espontânea alcança não provém de qualquer ato autoritário criado por uma força externa, mas, ao contrário, de forças internas. É o tipo de equilíbrio que a teoria de mercado buscaria explicar. Portanto, a ordem resultante do processo de evolução explicar-se-ia por fatores endógenos, sendo autogeradora e espontânea.

O conceito de ordem espontânea comporta a complexidade da sociedade, uma vez que se entenda que a sociedade possui um grau de complexidade não sendo possível, por isso, limitar-se ao que uma mente humana seja capaz de dominar. Ela precisa ser estudada enquanto um fenômeno abstrato. Além disso, devido à sua complexidade, não seria legítimo dizer que ela possua qualquer propósito específico.

Ainda que as ações dos homens sejam propositais, que eles atuem para a realização de objetivos específicos, esses objetivos e propósitos são diversos e individuais; não constituem um corpo de objetivo único. É possível que diferentes indivíduos atuem com objetivos totalmente contrários e, ainda assim, a ordem espontânea permanece por meio da seleção das

ações que beneficiem a sociedade no geral, que não é feita por um indivíduo, mas por meio de um processo longo. Propósitos, portanto, implicam apenas regularidades de condutas propícias à manutenção da ordem.

Por sua vez, as propriedades nas quais essa ordem se fundamenta serão propriedades dos indivíduos, a saber, sua propensão a obedecer a certas normas de conduta sobre as quais assenta a ordem de ação do grupo (Hayek, 1985a, p. 46).

[...] podemos dizer que os seres humanos adquiriram a habilidade de criar organizações concretamente ordenadas que atendem às suas necessidades porque aprenderam a ordenar os estímulos sensoriais do ambiente circundante de acordo com vários princípios diferentes, reorganizações que se sobrepõem à ordem ou classificação realizadas pelos sentidos e instintos. Ordenar, no sentido de classificar objetos e eventos, é um meio de recombina-los ativamente para produzir resultados desejados (Hayek, 2017, p. 25).

A tentativa de Hayek ao cunhar este conceito, “Ordem Espontânea”, foi trazer um conceito capaz de comportar a analisar a sociedade como o fenômeno complexo que ele entendia ser. Ele rompeu com as bases epistemológicas do construtivismo, do racionalismo e do planejamento, deixando claro que concebia a sociedade como resultado de um processo evolutivo que teria sido capaz de alcançar o progresso por meio da ação livre e espontânea dos seus indivíduos. A sociedade não caminha para qualquer fim previamente planejado e qualquer instituição nela presente - religião, moral ou lei - comporta aprendizados que se mostraram eficientes na evolução e, somente por isso, perduram.

6.4 HAYEK E EVOLUÇÃO

A Ordem Espontânea e as instituições sociais que a formam e são características da forma como ela se constitui foram explicadas por Hayek a partir de um processo de evolução social. Em três de seus textos a sua teoria sobre a evolução cultural que levou ao desenvolvimento da Ordem Espontânea foi apresentada, “*Notes on the Evolution of Systems of Rules of Conduct*” (1967), “*Law, Legislation, and Liberty*” e em sua última obra “*The Fatal Conceit*” (1988), sendo essa última uma discussão fundamentalmente baseada na ideia de evolução cultural.

Para Hayek, as regras e padrões de comportamento seguidos pelos membros da sociedade acabavam por gerar uma ordem social não pretendida, que seria de um tipo específico. Ou seja, quando o autor utilizava o termo, ele estava fazendo referência às regularidades da organização social e não a um possível direcionamento específico, ou ordem resultante de designo. Portanto, a existência de regras e padrões de comportamento possuíam

grande importância na forma como Hayek explicava o processo social de tal modo que o conceito central de sua obra constituiu-se a partir dessa ideia.

Sendo assim, o processo social de evolução cultural foi a forma como Hayek sustentou teoricamente o desenvolvimento dessa ordem que se formou por meio do comportamento humano de seguir regras de conduta. Por ter sido um crítico da forma como o Historicismo, o Positivismo e o Marxismo explicavam o processo social a partir da compreensão de que o desenvolver desse processo dava-se em um sentido ou com um objetivo ou, ainda, com que tal sentido era determinado, Hayek preocupou-se em definir como que estava utilizando o termo e a forma como a sua teria diferenciava-se das teorias às quais ele foi crítico.

As supostas leis da evolução geral derivadas da observação não têm, na verdade, nada a ver com a teoria legítima da evolução que explica o processo. Elas derivam de concepções completamente diferentes do historicismo de Comte, Hegel e Marx, e sua abordagem holística, e afirmam uma necessidade puramente mística de que a evolução deve seguir um curso predeterminado. Embora deva ser admitido que o significado original do termo 'evolução' se refira a tal 'desenrolar' de potencialidades já contidas no germe, o processo pelo qual a teoria biológica e social da evolução explica o surgimento de diferentes estruturas complexas não implica tal sucessão de etapas particulares. (Hayek, 2021, p. 45, tradução própria)²⁶⁹.

Ele diferenciou, então, seu uso da ideia de evolução do uso feito pelas teorias historicistas, ou seja, da visão de que o processo de evolução social acontece por meio de estágios sucessivos e com uma direção. No caso dessas teorias, o emprego do conceito de evolução acabava levando a uma rejeição da forma como era compreendida por ele, pois, na forma como ele empregava o conceito de evolução não havia garantia científica do resultado do processo. E, ao contrário, para as teorias às quais ele se opunha, o resultado final do processo de evolução era tomado como garantido (Hayek, 2021).

O uso da ideia de evolução, segundo Hayek, foi primeiramente aplicado na área da cultura do que na área da Biologia. Bernard Mandeville e David Hume teriam sido os responsáveis por tal aplicação e posteriormente o uso teria se expandido para a área biológica e empregado por Charles Darwin (Hayek, 2021). Ao definir as raízes da evolução no estudo social, Hayek não estava negando a teoria de evolução de Charles Darwin, nem a aplicação biológica do conceito. Sua preocupação era distanciar-se das correntes Neodarwinianas.

²⁶⁹ “The pretended laws of overall evolution supposedly derived from observation have in fact nothing to do with the legitimate theory of evolution which accounts for the process. They derive from the altogether different conceptions of the historicism of Comte, Hegel and Marx, and their holistic approach, and assert a purely mystical necessity that evolution must run a certain predetermined course. Although it must be admitted that the original meaning of the term ‘evolution’ refers to such an ‘unwinding’ of potentialities already contained in the germ, the process by which the biological and social theory of evolution accounts for the appearance of different complex structures does not imply such a succession of particular steps” (Hayek, 2021, p. 45).

Além disso, quando colocou a utilização de evolução cultural anterior à evolução biológica, ele procurava demonstrar não estar fazendo uma transferência da explicação biológica para o processo social. Segundo ele, sua obra “*The Fatal Conceit*” era:

[...] um tributário de um fluxo crescente, aparentemente levando ao desenvolvimento gradual de uma ética evolucionária (mas certamente não simplesmente Neo-Darwiniana), paralela e complementar, ainda bastante distinta do já avançado desenvolvimento da epistemologia evolucionária (Hayek, 1991, p. 9, tradução própria)²⁷⁰.

A utilização do mecanismo de evolução para explicar o desenvolvimento social não tinha, segundo Hayek, equivalência às leis de evolução. Seu uso teria a intenção de indicar a operação de um mecanismo no qual o resultado dependia, em grande medida, das condições marginais em que operava e que seriam em muitos detalhes desconhecidas. "Eu não acredito que existam leis da evolução. As leis possibilitam previsões, mas o efeito do processo de seleção sempre depende de circunstâncias imprevisíveis" (Hayek, 2021, p. 512-513, tradução própria)²⁷¹.

Hayek preocupou-se em afastar, ao menos nas definições dos termos, aqueles pontos que, caso empregados, poderiam contradizer suas próprias críticas metodológicas e epistemológicas anteriores. Inclusive, também por isso, ele vinculou a forma com que estava utilizando a ideia de evolução às teorias de Bernard Mandeville e David Hume e não a Charles Darwin, ou seja, tentando evidenciar que se mantinha no mesmo campo teórico ao qual havia se vinculado por boa parte da sua inserção na vida acadêmica.

Como já mencionado, o processo de evolução da civilização e da cultura, para Hayek, tinha como principal mecanismo explicativo o fato de que o homem segue regras de conduta. Ou seja, foi seguindo regras de conduta, muitas vezes não compreendidas, que o homem desenvolveu a moral, a cultura, a linguagem. Para ele, os dois principais pontos evidenciados pelos estudos de comportamento sobre a evolução do direito foram, primeiro, que os indivíduos aprenderam a observar regras de conduta antes do desenvolvimento da linguagem e, segundo, as regras evoluíram porque levaram à formação de um ordenamento das atividades do grupo (Hayek, 2021).

²⁷⁰ “a tributary of a growing stream apparently leading to the gradual development of an evolutionary (but certainly not simply Neo-Darwinian) ethics parallel and supplementary to, yet quite distinct from, the already well-advanced development of evolutionary epistemology” (Hayek, 1991, p. 9).

²⁷¹ “I do not believe there are any laws of evolution. Laws make prediction possible, but the effect of the process of selection depends always on unforeseeable circumstances” (Hayek, 2021, p. 512-513).

Mas essa ordem que resulta das atividades coordenadas por regras, embora seja resultado das atividades individuais, distingue-se delas, pois "é a eficiência da ordem resultante das ações que determinará se grupos cujos membros observam certas regras de conduta prevalecerão" (Hayek, 2021, p. 100, tradução própria)²⁷².

A evolução cultural, o processo de evolução das regras que leva ao desenvolvimento de sistemas complexos como a ordem espontânea é um processo que se desenvolve socialmente. Não se trata, aqui, de um comportamento individual, mas de um comportamento de grupo. São os grupos que estabelecem as regras que, quando seguidas e preservadas por todos os seus membros, ou pela maioria, têm a capacidade de desenvolver essas estruturas complexas.

Diante do fato de que o homem se tornou homem e desenvolveu a razão e a linguagem enquanto vivia por cerca de um milhão de anos em grupos unidos por regras comuns de conduta, e que um dos primeiros usos da razão e da linguagem deve ter sido ensinar e fazer cumprir essas regras estabelecidas (Hayek, 2021, p. 100, tradução própria)²⁷³.

A Linguagem, a Ética, a Moral, o Direito, a Economia são frutos desse processo de evolução cujo desenvolvimento acontece pela capacidade dos indivíduos de seguir regras de conduta e transmiti-las.

Neste estágio, é suficiente ver que as regras existiam, serviam a uma função essencial para a preservação do grupo e eram efetivamente transmitidas e aplicadas, embora nunca tivessem sido 'inventadas', expressas em palavras ou tivessem um 'propósito' conhecido por alguém. Regra neste contexto significa simplesmente uma propensão ou disposição para agir ou não agir de uma certa maneira, que se manifestará no que chamamos de prática ou costume. Como tal, será um dos determinantes da ação que, no entanto, não precisa se manifestar em cada ação única, mas pode prevalecer apenas na maioria dos casos (Hayek, 2021, p. 102, tradução própria)²⁷⁴.

A capacidade de seguir regras é anterior à linguagem, pois o que importava para Hayek era o comportamento de fazer, ou não, algo de acordo com o que o grupo definia. Estas regras, nas sociedades primitivas, eram baseadas nas necessidades do grupo para sobrevivência. Por isso, majoritariamente, eram definidas e impulsionadas pelos instintos. Com o seguimento

²⁷² "it is the efficiency of the resulting order of actions which will determine whether groups whose members observe certain rules of conduct will prevail" (Hayek, 2021, p. 100).

²⁷³ "In view of the fact that man became man and developed reason and language while living for something like a million years in groups held together by common rules of conduct, and that one of the first uses of reason and language must have been to teach and enforce these established rules" (Hayek, 2021, p. 100).

²⁷⁴ "At this stage it is sufficient to see that rules did exist, served a function essential to the preservation of the group, and were effectively transmitted and enforced, although they had never been 'invented', expressed in words, or possessed a 'purpose' known to anyone. Rule in this context means simply a propensity or disposition to act or not to act in a certain manner, which will manifest itself in what we call a practice or custom. As such it will be one of the determinants of action which, however, need not show itself in every single action but may only prevail in most instances" (Hayek, 2021, p. 102).

dessas regras e o aumento da sobrevivência do grupo, o comportamento passava a tornar-se mais complexo e a forma como elas funcionavam também.

As regras, no início, eram seguidas pelo mecanismo simples de imitação. O indivíduo seguia o comportamento dos outros membros do seu grupo, principalmente daqueles que obtinham mais sucesso. Essa forma de comportamento mantinha-se e transmitia-se de geração para geração. Esse processo de transmissão por meio da aprendizagem iniciou-se antes do desenvolvimento da linguagem e foi tornando-se mais complexo por meio do processo de evolução cultural.

O processo de uma articulação gradual em palavras do que há muito tempo havia se tornado uma prática estabelecida deve ter sido lento e complexo (Hayek, 2021, p. 104, tradução própria).

Tais regras abstratas são aprendidas imitando ações específicas, a partir das quais o indivíduo adquire 'por analogia' a capacidade de agir em outros casos com os mesmos princípios, os quais, no entanto, ele nunca poderia enunciar como princípios. Para nossos propósitos, isso significa que, não apenas na tribo primitiva, mas também em comunidades mais avançadas, o chefe ou governante usará sua autoridade para dois propósitos bastante diferentes: ele o fará para ensinar ou impor regras de conduta que ele considera estabelecidas, embora possa ter pouca ideia de por que elas são importantes ou no que depende de sua observância; ele também dará comandos para ações que lhe parecem necessárias para a realização de propósitos específicos (Hayek, 2021, p. 104, tradução própria)²⁷⁵.

A capacidade do homem para desenvolver a cultura, também, para Hayek, foi consequência de sua habilidade para seguir regras aprendidas por meio de imitação e, por isso, transmitidas. “Provavelmente não é mais justificado afirmar que o homem pensante criou sua cultura do que afirmar que a cultura criou sua razão” (Hayek, 2021, p. 512, tradução própria)²⁷⁶. Não foi, portanto, resultado do uso da razão que explicava o desenvolvimento da cultura. Para Hayek, ao contrário, a capacidade racional desenvolveu-se e foi resultado do processo de evolução cultural. “Para entender esse desenvolvimento, devemos descartar completamente a

²⁷⁵ “The process of a gradual articulation in words of what had long been an established practice must have been a slow and complex one” (Hayek, 2021, p. 104); “Such abstract rules are learnt by imitating particular actions, from which the individual acquires ‘by analogy’ the capacity to act in other cases on the same principles which, however, he could never state as principles. For our purposes this means that, not merely in the primitive tribe but also in more advanced communities, the chief or ruler will use his authority for two quite different purposes: he will do so to teach or enforce rules of conduct which he regards as established, though he may have little idea why they are important or what depends on their observance; he will also give commands for actions which seem to him necessary for the achievement of particular purposes” (Hayek, 2021, p. 104).

²⁷⁶ “It is probably no more justified to claim that thinking man has created his culture than that culture created his reason” (Hayek, 2021, p. 512).

concepção de que o homem foi capaz de desenvolver cultura porque foi dotado de razão" (Ibid, p. 514, tradução própria)²⁷⁷.

Seguir regras que não eram compreendidas, mas que, mesmo assim, orientavam a conduta foi mais importante para o desenvolvimento da cultura e das demais instituições sociais do que compreender e desenvolver racionalmente tais regras, pois, além de não serem compreendidas racionalmente pelos indivíduos que as seguiam, elas também não foram pensadas por uma mente racional, "As regras para sua conduta, que o levavam a adaptar o que fazia ao seu ambiente, certamente eram mais importantes para ele do que 'conhecimento' sobre como outras coisas se comportavam" (Hayek, 2021, p. 514-515, tradução própria).²⁷⁸.

Ou seja, muitas dessas regras de comportamento estabeleciam-se por meio de um processo de seleção em que os grupos que obtinham mais sucesso e longevidade eram imitados por outros.

O que ainda precisa ser mais amplamente reconhecido é que a ordem presente da sociedade surgiu em grande parte, não por design, mas pela prevalência das instituições mais eficazes em um processo de competição. A cultura não é natural nem artificial, nem transmitida geneticamente nem projetada racionalmente. É uma tradição de regras de conduta aprendidas que nunca foram 'inventadas' e cujas funções os indivíduos atuantes geralmente não entendem. Certamente há tanta justificção para falar da sabedoria da cultura quanto da sabedoria da natureza - exceto, talvez, que, por causa dos poderes do governo, os erros desta são menos facilmente corrigidos (Hayek, 2021, p. 512, tradução própria)²⁷⁹.

As estruturas sociais que se formaram como resultado desse modo de comportamento dos grupos não foram resultado de elementos genéticos, ou seja, o comportamento que explicava a formação das formas de vida social não foi determinado geneticamente, tampouco resultavam de processos artificiais, no sentido de um desenho racional. Para Hayek, esse processo de evolução das instituições, além de não possuir uma direção, finalidade ou objetivo, também não foi premeditado pelos atores sociais, pois, em sua maioria, os comportamentos sociais que permaneceram ao longo do processo de competição não eram compreendidos pelos membros dos grupos.

²⁷⁷ "To understand this development we must completely discard the conception that man was able to develop culture because he was endowed with reason" (Hayek, 2021, p.514).

²⁷⁸ "Rules for his conduct which made him adapt what he did to his environment were certainly more important to him than 'knowledge' about how other things behaved." (Hayek, 2021, p. 514-515).

²⁷⁹ "What has yet to be more widely recognized is that the present order of society has largely arisen, not by design, but by the prevailing of the more effective institutions in a process of competition. Culture is neither natural nor artificial, neither genetically transmitted nor rationally designed. It is a tradition of learnt rules of conduct which have never been 'invented' and whose functions the acting individuals usually do not understand. There is surely as much justification to speak of the wisdom of culture as of the wisdom of nature – except, perhaps, that, because of the powers of government, errors of the former are less easily corrected" (Hayek, 2021, p. 512).

Assim como esse processo descrito por Hayek explicaria o desenvolvimento das instituições sociais, seria, também, por meio dele que a moral desenvolver-se-ia, pois, para ele, moral e instituições estariam vinculadas e desenvolver-se-iam concomitantemente: “[...] as visões morais criam instituições, da mesma forma que as instituições criam visões morais” (Hayek, 2021, p. 532, tradução própria)²⁸⁰. Sendo a moral um corpo de regras que dizem para o indivíduo como se comportar, qual a forma correta e qual a forma errada de agir, tais regras são aquelas que permaneceram ao longo do processo de evolução. Permaneceram, pois, por um lado, levaram os grupos que as adotaram a obter mais sucessos, mais do que por outros elementos significativos. “*Os valores morais pressupõem uma busca pela excelência e o reconhecimento de que nisso alguns têm mais sucesso do que outros, sem questionar as razões que nunca podemos conhecer*” (Ibid, p. 532, tradução própria)²⁸¹.

Outro comportamento do grupo incentivava a manutenção e perpetuação dos valores morais: a diferente estima que os membros recebiam de seus companheiros por adequarem-se mais ou menos aos padrões sociais estabelecidos, ou seja, o grupo seguia as regras e valorizava mais os membros que mais se adequavam a elas. Assim, elas se mantinham e eram transmitidas. “É isso que torna a conduta moral um valor social. Assim como todas as regras de conduta prevalentes em uma sociedade, e cuja observância faz de um indivíduo um membro da sociedade, sua aceitação exige aplicação igual para todos” (Hayek, 2021, p. 532, tradução própria)²⁸².

O desenvolvimento da sociedade com as características da Ordem Espontânea aconteceu com a mudança das sociedades de tribos, com grupos fechados e reduzidos, em que as relações desenvolviam-se face-a-face, eram pessoais e íntimas, em que as regras de conduta eram instintivas para um formato em que as relações sociais passaram a ser impessoais, com grupos maiores e as regras de conduta contrariando e controlando os instintos.

A Ordem Espontânea foi o resultado de um processo de evolução cultural em que os grupos deixaram de ser pequenos, pessoais e conduzidos pelos instintos e passaram a organizar-se em grandes grupos, com regras de condutas abstratas, relações impessoais e controle dos impulsos instintivos. A moral, resultado de tal processo, é, ela mesma, um regramento que funciona como forma de controle dos instintos.

²⁸⁰ “[...] as moral views create institutions, so institutions create moral views” (Hayek, 2021, p. 532).

²⁸¹ “*Morals presuppose a striving for excellence and the recognition that in this some succeed better than others, without inquiring for the reasons which we can never know*” (Ibid, p. 532).

²⁸² “It is this which makes moral conduct a social value. Like all rules of conduct prevailing in a society, and the observance of which makes an individual a member of the society, their acceptance demands equal application to all” (Hayek, 2021, p. 532).

Embora, para Hayek, a moral não se construa completamente desvinculada deles, sendo resultado do processo de seleção de regras que inicialmente foram baseadas nos instintos e permaneceram pelo resultado efetivo que trouxeram para o grupo, a moral ficaria, para ele, a meio termo entre o instinto e a razão.

Em *“The Fatal Conceit”* (1988), Hayek propôs-se a demonstrar quais seriam os erros de compreensão dos socialistas sobre o desenvolvimento social. Esses erros, em sua teoria, explicariam as falhas de implementação do socialismo. Os erros em compreender como a sociedade chegou ao seu formato, como essas instituições sociais desenvolveram-se, levaram aos erros ao propor mudanças para as mesmas. A obra centralizou seu debate na apresentação da teoria de evolução cultural e, em consequência, na discussão entre a moral e as demais instituições.

A questão central à qual Hayek tentou dar uma resposta foi: "Como nossa moralidade surge e quais podem ser as implicações de seu modo de surgimento para nossa vida econômica e política?" (Hayek, 1991, p. 8, tradução própria)²⁸³. A resposta à pergunta foi desenvolvida a partir da seguinte premissa: "nossos valores e instituições são determinados não apenas por causas anteriores, mas como parte de um processo de autoorganização inconsciente de uma estrutura ou padrão" (Ibid, p. 9, tradução própria)²⁸⁴. Em sua última obra, então, Hayek reafirmou seus argumentos de que a sociedade seria uma instituição que funcionaria a partir de regras abstratas, as quais ninguém conheceria exatamente em todos os detalhes e que isso seria resultado de um processo de evolução em que as partes atuando de forma inconsciente acabariam construindo um todo organizado.

O que são principalmente responsáveis por terem gerado esta ordem extraordinária, e a existência da humanidade em seu tamanho e estrutura atuais, são as regras de conduta humana que evoluíram gradualmente (especialmente aquelas relacionadas à propriedade, honestidade, contrato, troca, comércio, competição, ganho e privacidade). Essas regras são transmitidas pela tradição, ensino e imitação, em vez de por instinto, e consistem em grande parte de proibições ('não farás') que designam domínios ajustáveis para decisões individuais (Hayek, 1991, p. 12, tradução própria)²⁸⁵.

²⁸³ "how does our morality emerge, and what implications may its mode of coming into being have for our economic and political life" (Hayek, 1991, p. 8).

²⁸⁴ "our values and institutions are determined not simply by preceding causes but as part of a process of unconscious self-organisation of a structure or pattern" (Ibid, p. 9).

²⁸⁵ "What are chiefly responsible for having generated this extraordinary order, and the existence of mankind in its present size and structure, are the rules of human conduct that gradually evolved (especially those dealing with several property, honesty, contract, exchange, trade, competition, gain, and privacy). These rules are handed on by tradition, teaching and imitation, rather than by instinct, and largely consist of prohibitions ('shalt not's') that designate adjustable domains for individual decisions" (Hayek, 1991, p. 12).

Porém, para Hayek, a premissa adotada de um processo de evolução por meio de regras de conduta não justificaria a conclusão de que quaisquer regras que evoluíssem desse sistema necessariamente levariam ao aumento da população e sobrevivência (Hayek, 1991). O sistema de regras que foi capaz de aumentar a população, a sobrevivência e a riqueza foi aquele conjunto que contemplou os valores da concorrência, da propriedade privada, da liberdade, que levou à mudança da sociedade de tribo, sem liberdades, à sociedade livre.

Hayek não definiu que a evolução desses valores fosse, necessariamente, um progresso. Porém, o progresso social, entendendo progresso como aumento das riquezas e liberdades, desenvolveu-se em conjunto com esses valores. Dessa forma, a evolução da civilização e do progresso estariam interconectadas, inclusive, com a evolução da liberdade. Todos esses valores e comportamentos que foram identificados por Hayek como uma forma de progresso constituíam a Ordem Espontânea, ou seja, uma sociedade com liberdade.

Até agora, tenho evitado cuidadosamente dizer que evolução é idêntica a progresso, mas quando se torna claro que foi a evolução de uma tradição que tornou a civilização possível, podemos ao menos dizer que a evolução espontânea é uma condição necessária, se não suficiente, para o progresso. E embora ela claramente produza também muito do que não antecipamos e não gostamos quando o vemos, ela traz para números cada vez maiores aquilo pelo que eles têm lutado principalmente. Frequentemente, não gostamos disso porque as novas possibilidades sempre trazem também uma nova disciplina. *O homem foi civilizado muito contra sua vontade.* (Hayek, 2021, p. 529, tradução própria)²⁸⁶.

A liberdade é uma consequência do avanço da civilização. Já que a liberdade é um valor social e que a civilização desenvolveu-se por meio de um processo de evolução, a liberdade é uma dessas regras, valores, que surgiram na sociedade por meio desse processo. "O membro do pequeno grupo ao qual ele teve que se apegar para sobreviver estava longe de ser livre. A liberdade é um artefato da civilização que libertou o homem das amarras do pequeno grupo" (Hayek, 2021, p. 523, tradução própria)²⁸⁷. O processo de evolução aconteceu trazendo um controle dos instintos nos quais se baseavam as ações dos grupos pequenos e um controle da autoridade das lideranças às quais os membros dos pequenos grupos estavam submetidos. Esses grupos, então, tinham um comportamento baseado em regras que se construíram pelo instinto

²⁸⁶ "I have so far carefully avoided saying that evolution is identical with progress, but when it becomes clear that it was the evolution of a tradition which made civilization possible, we may at least say that spontaneous evolution is a necessary if not a sufficient condition of progress. And though it clearly produces also much that we did not foresee and do not like when we see it, it does bring to ever-increasing numbers what they have been mainly striving for. We often do not like it because the new possibilities always also bring a new discipline. *Man has been civilized very much against his wishes*" (Hayek, 2021, p. 529).

²⁸⁷ "The member of the little band to which he had had to stick in order to survive was anything but free. Freedom is an artefact of civilization that released man from the trammels of the small group" (Hayek, 2021, p. 523).

de sobrevivência e que eram impostas aos seus membros por meio da vigilância do comportamento.

A liberdade foi possibilitada pela evolução gradual da disciplina da civilização, que é ao mesmo tempo a disciplina da liberdade. Ela o protege por meio de regras abstratas e impessoais contra a violência arbitrária de outros e permite a cada indivíduo tentar construir para si um domínio protegido no qual ninguém mais é permitido interferir e dentro do qual ele pode usar seu próprio conhecimento para seus próprios propósitos. (Hayek, 2021, p. 523, tradução própria)²⁸⁸.

O processo de evolução cultural levou ao desenvolvimento da civilização, de uma sociedade baseada em regras de comportamento abstratas, regras que não são uma resposta aos instintos, nem na autoridade de um líder. O desenvolvimento da civilização também traz o progresso social, como aumento da riqueza e população. Logo, a liberdade evolui com todas estas outras características da sociedade.

Hayek, ao explicar esse processo de evolução cultural, estava, na verdade, justificando o processo de evolução de um tipo específico de organização social, aquele que ele denominava de Ordem Espontânea, ou Grande Sociedade, que seria a sociedade de livre mercado característica do mundo ocidental. Pensando que o objetivo da obra em que Hayek sintetiza essa ideia de evolução do processo social, *“The Fatal Conceit”*, era demonstrar que a não compreensão desse processo de evolução consistia em um dos erros das correntes socialistas, e tomando como premissa que Hayek entendia que esse tipo social de organização descentralizada como superior a outras formas, seu argumento de evolução do processo, ainda que ele tenha evitado ser taxativo e contundente, colocava em uma linha de avanço o desenvolvimento social. E nessa linha o ponto de chegada, aquele mais desenvolvido, era a sociedade com as características que ele buscou durante as suas obras defender como superior.

Este capítulo buscou apresentar as principais ideias de Hayek sobre a sociedade, a Ordem Espontânea como seu principal conceito desenvolvido para explicar as características do funcionamento da sociedade, a Liberdade como valor social, o *“Rule of Law”* como instituição social capaz de garantir a liberdade e, também, fruto da liberdade e, por fim, a sua ideia de um processo social evolutivo, utilizada por ele para fundamentar o desenvolvimento dessas instituições e valores que buscou defender ao longo de suas obras.

²⁸⁸ “Freedom was made possible by the gradual evolution of the discipline of civilization which is at the same time the discipline of freedom. It protects him by impersonal abstract rules against arbitrary violence of others and enables each individual to try to build for himself a protected domain with which nobody else is allowed to interfere and within which he can use his own knowledge for his own purposes” (Hayek, 2021, p. 523).

Nesse capítulo, a abordagem epistemológica de Hayek aparece de duas formas nos pontos discutidos. Na sua visão sobre a liberdade e o Estado de Direito, as posições epistemológicas que foram assumidas ao longo de sua formação levaram à compreensão da sociedade no sentido por ele apresentada e ao vínculo com as correntes teóricas que fundamentaram estas instituições e valores. Ou seja, a forma com que ele compreendeu os fundamentos da ação social e a formação do conhecimento na sociedade levaram-no a compreender que uma sociedade organizada a partir de uma instituição como o Estado de Direito teria mais garantias de defesa da liberdade que seria necessária para o melhor emprego do conhecimento para a sociedade.

Contudo, de outra forma, suas posições epistemológicas são tensionadas pela sua teoria da evolução do desenvolvimento cultural, pois, no formato em que sua concepção foi apresentada, deixa margens para a leitura de um processo social que avança no sentido por ele compreendido como superior. Ainda que não seja possível argumentar que a sua teoria fosse teleológica ou que o processo de evolução, nesse caso, tenha o peso de uma lei social, inclusive por certos cuidados tomados por ele ao longo, principalmente de sua última obra, não deixa de ser uma teoria da evolução de um processo social que vai a um sentido superior, que condiz com os valores do autor.

Assim sendo, nota-se que Hayek buscou fundamentar os seus valores sociais ao longo de sua produção. Com isso, também foi possível perceber que ele não incorporou os princípios epistemológicos de Weber e Popper em relação a valores nas Ciências Sociais, pois seu vínculo com uma corrente e sua defesa de valores sociais como superior fundamentou todo o seu pensamento.

Assim, não se diz, no entanto, que suas análises fossem desvinculadas de fatos e que sua busca não se ancore em trazer fatos empíricos na intenção de fazer essa fundamentação. O que se diz é que, não assumindo uma posição metodológica desvinculada de valor, toda a sua teoria foi uma busca por fundamentar um fim já pré-estabelecido. O objetivo final orienta o recorte e análise dos fatos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo desta tese foi discutir os fundamentos epistemológicos da obra de Friedrich Hayek e compreender a importância do debate historicista alemão e a discussão sobre valores e lei social para o desenvolvimento do pensamento do autor. Para atingir esse objetivo principal, alguns caminhos foram percorridos, dentre eles, a própria discussão da formação epistemológica das ciências sociais. Tendo se construído após o estabelecimento de forma sustentada das modernas ciências naturais, as Ciências Sociais acabaram por formar-se à sua sombra ou discutindo-se sempre em relação a elas nestes seus primeiros passos.

Obteve, então, grande importância nos debates da formação das Ciências Sociais a discussão sobre as diferenças do comportamento social em relação aos elementos da natureza e o quanto tais diferenças teriam de refletir-se, também, em uma diferenciação metodológica nos seus estudos.

Houve, ainda, correntes de pensamento que procuraram, ao longo do desenvolvimento da Sociologia, replicar os métodos das Ciências Naturais no estudo do processo social, caso do Positivismo. A tentativa de Auguste Comte de atingir na Sociologia as mesmas escalas explicativas que haviam sido atingidas pelas Ciências Naturais levou-o ao que depois se demonstrou um erro de sua teoria: a compreensão de que o processo social respondia a uma lei de desenvolvimento único, lei essa que se desenvolvia de forma evolutiva, levando a sociedade de um ponto inferior a um estágio superior de desenvolvimento.

Tal estágio, no caso da teoria de Auguste Comte, é caracterizado por uma sociedade que consegue articular as duas dimensões de ordem e progresso. No avanço das discussões sobre as Ciências Sociais percebeu-se o equívoco de supor que o processo social pudesse responder a uma forma determinada de comportamento que apresentasse as mesmas características em qualquer circunstância e que pudesse ser previamente apreendido. Além disso, mostrou-se insustentável cientificamente qualquer noção de que o processo social pudesse ter um sentido para o qual o seu desenvolvimento apontasse, seja definido de forma transcendental, seja por elementos próprios da natureza.

O afastamento da ideia de uma lei ou existência de sentido para o processo social ocorreu quando da compreensão de que o processo social explica-se pelo comportamento social que é orientado por elementos morais e valorativos. Por consequência, o que dá sentido ao comportamento social são os valores múltiplos e variáveis. Sendo assim, o processo social como resultado de ações com sentidos morais, entre outros, como tradição, paixões, ética,

valores, não poderia ter somente um sentido, posto que não se demonstrou a existência de um valor ou sentido único capaz de determinar os comportamentos em todos os contextos.

Retomando a discussão historicista, a compreensão de que os métodos das Ciências Sociais Deveriam ser próprios para as características específicas dos fenômenos históricos, entendidas, por esses autores, como relativas e únicas de acordo com seu próprio contexto social, não os levou a cometer o mesmo equívoco do Positivismo, de utilização dos métodos das Ciências Naturais.

De modo geral, nos autores vinculados ao movimento intelectual do historicismo alemão, houve a compreensão do processo social como relativo e motivado por diversos sentidos – ético, estético, paixão, tradição, moral, etc. Isso fundamentou a sua defesa de que os métodos históricos devessem ser concentrados nessas singularidades e não nas generalidades, o que seria próprio dos métodos das Ciências da Natureza. Houve, também, entre esses autores, a compreensão de que o processo social é essencialmente um fenômeno moral e, portanto, relativo.

Porém, a compreensão desses autores sobre a importância da moral para o entendimento do comportamento social e como elemento relativo encaminhou o desenvolvimento de uma Ciência Social que estava sujeita a certos limites em relação às ciências da natureza quanto à capacidade de atingir certo nível de objetividade em suas explicações.

Max Weber representou, nas Ciências Sociais, uma articulação entre o entendimento de que o fenômeno social é essencialmente moral; portanto, relativo, o que levou a consequente compreensão de que não se teria como demonstrar a existência de uma lei única para o processo social, tal qual como pensou o Positivismo. Weber também desenvolveu o entendimento de que a relatividade do fenômeno social não impediria que o estudo científico dele conseguisse atingir certa objetividade na explicação sem que com isso necessariamente recaísse na proposta positivista. Ou seja, Max Weber articulou a compreensão historicista com o estudo científico na sociedade dentro dos pressupostos epistemológicos do conhecimento científico.

Karl Popper, compreendendo, também, a existência de certos limites aos quais o conhecimento científico desses fenômenos relativos como o social impõem, trouxe para as Ciências Sociais um marcador científico capaz de articular as particularidades do social com as exigências impostas ao conhecimento científico. O marcador científico popperiano consistiu na capacidade de falsificação de uma teoria ao invés do marcador científico de verificabilidade que exigia que todos os elementos que constituíssem uma teoria científica fossem passíveis de serem verificados, o que trazia alguns problemas quando aplicados aos casos sociais. A falseabilidade exigia que o enunciado científico tivesse a capacidade de demonstrar-se falso por

meio de fatos, cumprindo a exigência da ciência de que o conhecimento científico não é absoluto e tem sempre de demonstrar a si mesmo.

Com esse panorama, buscou-se realizar, para a tese, a exposição do desenvolvimento do pensamento científico das Ciências Sociais, especificamente quanto à discussão de valores e lei social. Essa exposição foi feita a partir do cenário intelectual alemão, que influenciou a formação intelectual do autor que esta tese propôs estudar.

A discussão do historicismo alemão, da formação epistemológica das Ciências Sociais e da sua relação com lei social conectou-se, na tese, com a discussão teórica denominada de “*Methodenstreit*”. A “*Methodenstreit*” foi uma controvérsia metodológica protagonizada por um expoente na nova escola histórica alemã, de Gustav Schmoller, e por aquele denominado, posteriormente, de “pai da Escola Austríaca”, Carl Menger.

A disputa metodológica entre esses autores pode ser sintetizada da seguinte maneira: de um lado Schmoller defendia a posição de que os fenômenos históricos são únicos; portanto, só são compreendidos com o esgotamento das circunstâncias que o envolvem. Logo, os métodos próprios para o estudo desses fenômenos deveriam ser aqueles que individualizariam as situações. Generalizações prévias não ajudariam, segundo essa perspectiva, na compreensão de fenômenos sociais.

Do outro lado, Menger entendia haver a possibilidade de encontrar elementos gerais no comportamento social e, ainda, ser o objetivo das Ciências Sociais procurar essas generalidades, pois elas serviriam para compreender de forma mais extensiva os fenômenos sociais. Ao fim e ao cabo, nenhum dos autores negava a importância do método defendido pelo outro, mas atribuíam precedências diferentes quanto aos métodos. Incorporando a análise de Schumpeter sobre a “*Methodenstreit*”, ela se estendeu além de um conflito teórico, ou seja, questões do cenário acadêmico e disputas instigaram mais as defesas das posições feitas por esses autores do que um conflito substancial na sua posição teórica.

Os tratados metodológicos e posições de Carl Menger desenvolvidos nesse debate com Schmoller serviram como textos fundamentais da formação epistemológica e teórica da conhecida Escola Austríaca. A ela se vincularam autores como Böehm-Bawerk, Von Mises e, o autor objeto dessa tese, Friedrich Hayek.

Quanto ao que essa tese propôs-se a analisar, a importância do debate historicista alemão e a discussão sobre valores e lei social para o desenvolvimento do pensamento de Hayek, entendeu-se que, como consequência do desenvolvimento da discussão acadêmica na Alemanha e, em conjunto, das posições de Carl Menger, o historicismo alemão exerceu influência na formação de seu pensamento, uma vez que algumas posições epistemológicas que

ele toma em suas análises sobre as Ciências Sociais são consequências do avanço pretérito do debate.

Em semelhança com o Historicismo, principalmente com autores da antiga escola histórica, Hayek não entendeu que as ciências sociais devessem replicar os métodos das ciências naturais para que, com isso, ou somente com isso, fossem capazes de atingir o *status* de Ciência. A posição de Hayek sobre a impossibilidade de existência de uma lei social ou de um sentido para o processo social também pode ser pensada como reflexo dos debates que se desenvolveram anteriormente nas tentativas de construir um conhecimento científico do social e, além disso, dos erros percebidos nas tentativas de tratar o social como o natural.

Ainda que os autores historicistas não tenham como um todo apresentado uma posição consistente sobre lei social, em muitos casos deixando possibilidades abertas para a existência de um sentido no processo social, os erros de teorias como o positivismo também foram criticados por tais autores. Ainda sobre a “*Methodenstreit*”, Hayek posicionou-se na corrente que compreendeu que o estudo científico dos fenômenos sociais tinha de voltar-se para as generalidades e não somente para as especificidades, mas entendendo que as generalidades não são mais do que padrões encontrados.

Por fim, quanto à discussão sobre valores, Hayek não desenvolveu uma reflexão sobre a relação entre ciência e valores, principalmente no caso das Ciências Sociais, tampouco incorporou posições como as de Weber e Popper neste aspecto. Sendo assim, o autor estudado não propôs nem incorporou, de forma direta, um princípio epistemológico de desvinculação de valores.

A teoria de Hayek sobre a evolução cultural, no entanto, foi entendida nesse trabalho como uma tensão às posições epistemológicas assumidas pelo autor. Segundo sua teoria, a sociedade evoluiu por meio de um processo de transmissão de regras de comportamento de grupos que foram apreendidas por imitação. Os grupos que demonstram mais sucesso tiveram as suas regras imitadas por outros e as regras mais eficazes foram se transmitindo e levando ao processo de desenvolvimento social.

Nesse processo, a sociedade saiu de uma organização baseada em grupos pequenos, com regras particulares, definidas pelas relações face-a-face, para a sociedade de “Ordem Espontânea”, ou seja, uma organização social baseada em regras abstratas de conduta. Essa mudança em relação às regras adotadas pelos grupos sociais levou ao desenvolvimento de maior riqueza e maior densidade populacional.

As regras às quais Hayek refere-se são aquelas características de uma sociedade livre, de livre mercado, “Rule of Law” e descentralização do conhecimento. Ainda que o autor tome

cuidados em definir que este processo de evolução não se fundamenta em elementos naturais e que não tem o peso de uma lei social, tomando cuidado, inclusive, com o uso do termo “progresso”, fica evidente na leitura e no todo da obra de Hayek que essa organização social baseada em regras abstratas, a Ordem Espontânea, fruto do processo de evolução cultural, é, na sua avaliação, a melhor forma de organização social. Então, a estrutura de sua teoria da evolução cultural foi baseada na ideia de que a sociedade evoluiu para uma forma superior de organização social, superior, na compreensão do autor, pois se caracteriza por maior riqueza social e populacional.

Porém, objetivamente, não existe uma demonstração de que essas características identificadas por ele possam ser definidas como superiores a uma sociedade que se articule e organize-se de outra maneira e não obtenha riqueza social, mas apresente outras características que, de outro ponto de vista, possam ser compreendidas como superiores à riqueza ou à liberdade. Nesse sentido, a avaliação subjetiva de Hayek não pode ser validada a não ser que se demonstre a existência de um sentido, ou uma lei, transcendente em nível ontológico que hierarquize os valores a ponto de definir qual é, em absoluto, a melhor sociedade, e é justamente esse o limite que nenhuma ciência do social conseguiu ultrapassar.

Os argumentos de Hayek sobre a evolução cultural são apresentados de forma mais consistente e substancial em sua última obra, “*The Fatal Concept*”, em que ele sustentou que a não compreensão desses mecanismos de evolução pelos autores socialistas foi um dos erros aos quais suas teorias estiveram fadadas. Essa tese pretendeu demonstrar que a sua teoria da evolução cultural, analisada dentro do conjunto de seu pensamento, representou um tensionamento aos seus pressupostos epistemológicos. Mas, dadas as limitações da pesquisa, muitas questões sobre sua teoria da evolução ficaram mais em aberto do que foram esgotadas por ela.

Não foi possível responder, por exemplo, se apesar das ressalvas postas a estrutura de sua teoria da evolução representa uma teoria que pretende fundamentar um sentido para o processo social. Será que Hayek incorreu no erro que ele identificou em outros autores e acabou compreendendo que o processo social necessariamente caminha para uma sociedade liberal? Sua teoria da evolução cultural é mais uma forma de justificar seus valores morais do que objetivamente fundamentada? Essas são algumas das questões que foram identificadas pela tese, mas que não puderam ser respondidas, pois não foi suficiente com o material dessa pesquisa chegar a respostas sustentáveis. Ficam elas, então, como estímulos para demais pesquisas sobre o pensamento do autor.

REFERÊNCIAS

- BEISER, Frederick C. **The German Historicist Tradition**. Oxford, 2011, online edn, Oxford Academic, 19 Jan. 2012. https://doi.org/10.1093_/acprof:oso/9780199691555.001.0001, accessed 3 Nov. 2023.
- BERLIN, Isaiah. **Estudos sobre a humanidade: uma antologia de ensaios**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2002.
- BUARQUE DE HOLANDA. Sérgio. O atual e o inatual na obra de Leopold Von Ranke. **Revista de História**, São Paulo, v. 50, n. 100, p. 431–482, 1974. DOI: [10.11606/issn.2316-9141.rh.1974.132639](https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.1974.132639).
- BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a revolução em França**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.
- BUTLER, Eamonn. **Friedrich Hayek: The ideas and influence of the libertarian economist**. Britain: Harriman House, 2012.
- BOSTAPH, S. The methodological debate between Carl Menger and the German historicists. **Atlantic Economic Journal**, v.6, p.3–16, 1978. <https://doi.org/10.1007/BF02313305>.
- BRUE, Stanley L. **História do pensamento econômico**. Thomson Learning: São Paulo, 2006.
- CALDWELL, Bruce J. **Hayek's challenge: an intellectual biography of F. A. Hayek**. London: The University of Chicago Press, 2004.
- CALDWELL, Bruce J. Some Reflections on F.A. Hayek's The Sensory Order. **Journal of Bioeconomics**, v. 6, p. 239–254, 2004.
- CAMPOS, Daniel Vasconcelos. O Historicismo em Max Weber. **Perspectivas**, São Paulo, v. 40, p. 147-175, jul./dez. 2011.
- COHN, Gabriel. **Crítica e resignação: fundamentos da sociologia de Max Weber**. T. A. São Paulo: Quieroz Editor, 1979.
- COLLINGWOOD, R. G. **A ideia de história**. Portugal: Editorial Presença, 1981.
- COMTE, Augusto. **Curso de filosofia positiva**. Argentina, Buenos Aires: Editora Negocios Editoriales, 2004.
- COSTA, KTD; ANGELI, E. Reason, scientism, and methodology: Hayek's adherence to complexity through the development of his methodological criticism in the Abuse of Reason Project. **Brazil J Polit Econ** [Internet]. Jul v.41 n.3 p.507–24, 2021. Available from: <https://doi.org/10.1590/0101-31572021-3145>
- DILTHEY, Wilhelm. **Pattern & meaning in history: thoughts on history & society**. New York: Harper & Brothers, 1962.

DILTHEY, Wilhelm. **Introduction to the human sciences: an attempt to lay a foundation for the study of society and history.** Detroit: Wayne State University Press, 1988.

EBENSTEIN, Alan. **Hayek's Journey: The Mind of Friedrich Hayek.** New York: Palgrave Macmillan, 2003.

GRAY, John. **Hayek on Liberty.** New York: Routledge, 1998.

GRAY, John. **Hayek on Liberty.** Taylor & Francis e-Library, 2003.

HAYEK, F. A; MENGER, Carl. **Economica**, New Series, v. 1, n. 4, p. 393-420, nov. 1934.

HAYEK, F. A; MENGER, Carl. **The sensory order: an inquiry into the foundations of theoretical psychology.** Chicago: University of Chicago Press, 1952.

HAYEK, F. A; MENGER, Carl. **The Counter-Revolution of Science: Studies on the Abuse of Reason.** London: The Free Press of Glencoe Collier-Macmillan Limited, 1955.

HAYEK, F. A; MENGER, Carl. **Individualism and Economic Order.** Chicago: University of Chicago Press, 1958.

HAYEK, F. A; MENGER, Carl. **Studies in Philosophy, Politics and Economics.** Chicago: University of Chicago Press, 1967.

HAYEK, F. A; MENGER, Carl. **Law, Legislation and Liberty: A new statement of the liberal principles of justice and political economy. Volume I: Rules and Order.** London: Routledge & Kegan Paul, 1973.

HAYEK, F. A; MENGER, Carl. **New Studies in Philosophy, Politics, Economics and the History of Ideas.** Chicago: University of Chicago Press, 1978.

HAYEK, F. A; MENGER, Carl. **Os fundamentos da liberdade.** São Paulo: Visão, 1983.

HAYEK, F. A; MENGER, Carl. **Direito, legislação e liberdade: uma nova formulação dos princípios liberais de justiça e economia política.** v. 1. Normas e ordem. São Paulo: Visão, 1985a.

HAYEK, F. A; MENGER, Carl. **Direito, legislação e liberdade: uma nova formulação dos princípios liberais de justiça e economia política.** v. 2. A miragem da justiça social. São Paulo: Visão, 1985b.

HAYEK, F. A; MENGER, Carl. **Direito, legislação e liberdade: uma nova formulação dos princípios liberais de justiça e economia política.** v. 3. A ordem política de um povo livre. São Paulo: Visão, 1985c.

HAYEK, F. A; MENGER, Carl. Individualismo: El verdadero y el falso. **Revista Estudios Públicos.** Santiago, Chile, n. 22, p. 1-22, 1986.

HAYEK, F. A; MENGER, Carl. **The fatal conceit: the errors of socialismo.** Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

HAYEK, F. A; MENGER, Carl. **Hayek on Hayek: An Autobiographical Dialogue**. London: Routledge, 1994.

HAYEK, F. A; MENGER, Carl. **The road to serfdom: text and documents**. London: The University of Chicago Press Routledge, 2007.

HAYEK, F. A; MENGER, Carl. **O caminho da servidão**. São Paulo: Editora Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

HAYEK, F. A; MENGER, Carl. **The constitution of liberty: the definitive edition**. London: The University of Chicago Press, 2011.

HAYEK, F. A; MENGER, Carl. **Os fundamentos da Liberdade**. Editora Visão, 1983, Versão LeLivros, ago. 2014.

HAYEK, F. A; MENGER, Carl. **The market and other orders**. Chicago: The University of Chicago Press, 2014.

HAYEK, F. A; MENGER, Carl. **Os erros fatais do socialismo**. São Paulo: Faro Editorial, 2017.

HAYEK, F. A; MENGER, Carl. **Law, legislation, and liberty: a new statement of the liberal principles of justice and political economy**. Chicago, London: The University of Chicago Press, 2021.

HERDER, JG von. How Philosophy Can Become More Universal and Useful for the Benefit of the People (1765). In: FORSTER, MN, ed. **Herder: Philosophical Writings**. Cambridge Texts in the History of Philosophy, 2002, p. 3-30.

HERDER, JG von. **Reflections on the philosophy of the history of mankind**. Chicago: University of Chicago Press, 1968.

HOLANDA, S. B. de. O atual e o inatual na obra de Leopold von Ranke. **Revista de História**, [S. l.], v. 50, n. 100, p. 431-482, 1974. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/132639>. Acesso em: 7 fev. 2024. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.1974.132639>.

KANT, Immanuel. **Universal natural history and theory of the heavens**. University of Michigan Press, 1969.

KANT, Immanuel. Começo conjectural da história humana. **Cadernos de Filosofia Alemã**, v. 13, p. 109-124, 2009.

KANT, Immanuel. **Idéia de uma história universal com um propósito cosmopolita**. Trad. Artur Mourão. Portugal: Lusosofiapress, s/d. Disponível em: kant_ideia_de_uma_historia_universal.pdf (lusosofia.net) janeiro/2024.

KANT, Immanuel. Aramayo. **Ideas para una historia universal en clave cosmopolita y otros escritos sobre Filosofía de la Historia**. Trad. Roberto Rodríguez, Roldán Panadero, Concha (trad.). España, 2006.

LIST, Friedrich. **Sistema nacional da economia política**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006.

LOUZEK, Marek. The Battle of Methods in Economics The Classical Methodenstreit—Menger vs. Schmoller. **American Journal of Economics and Sociology**, v. 70, n. 2, april, 2011.

MENGER, Carl. **Principles of economics**. Auburn, Ala: Ludwig von Mises Institute, 2007.

MENGER, Carl. **Investigations into the method of the social sciences with special reference to economics**. New York and London: New York University Press, 1985.

NADAI, Bruno. Da natureza à liberdade: as conjeturas sobre o começo da história e a destinação moral da humanidade. **Cadernos de Filosofia Alemã**, v. 13, p. 95-107, 2009.

NAGEL, Ernest. Review of Hayek's the counter-revolution of science. **Journal of Philosophy**, v. 49, p. 560–565, 1952. <https://doi.org/10.2307/2021162>

NARDINELLI, Clark; MEINERS, Roger E. Schmoller, the Methodenstreit, and the Development of Economic History. **Journal of Institutional and Theoretical Economics (JITE) / Zeitschrift für die gesamte Staatswissenschaft**, v. 144, n. 3, june, p. 543-551, 1988.

OAKES, Guy. **Weber and Rickert: concept formation in the cultural sciences**. Cambridge: Cambridge MIT Press, 1988.

O'BRIEN, John C. Adam Smith by Gustav von Schmoller. **Review of Social Economy**, v. 49, n. 2, p. 130-140, 1991. DOI: <https://doi.org/10.1080/00346769100000013>

ORTEGA; GASSET, José. **A rebelião das massas**. Trad.: Herrera Filho. Edição eletrônica: Ed Ridendo Castigat Mores (www.jahr.org). Disponível em: Domínio Público - Detalhe da Obra (dominiopublico.gov.br) Acesso em fev. 2024.

POSADA, A. Prólogo. In: **Savigny, Friedrich Karl von. De la vocación de nuestro siglo para la legislación y para la ciencia del derecho**. Madrid La España Moderna, 1895, p. 5-15.

POPPER, Karl. Scientific Method. **Popper Selections**. New Jersey, 1985.

POPPER, Karl. **The poverty of historicismo**. London: Routledge & Kegan Paul, 1961.

POPPER, Karl. **Lógica das ciências sociais**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2004.

POPPER, Karl. **The Logic of Scientific Discovery**. Taylor & Francis e-Library, 2005.

PRIDDAT, Birger P. Intention and Failure of W. Roscher's Historical Method of National Economics. In: KOSLOWSKI, P. (Ed.). **The theory of ethical economy in the historical school: Wilhelm Roscher, Lorenz von Stein, Gustav Schmoller, Wilhelm Dilthey, and contemporary theory**. Berlin, Heidelberg: Springer-Verlag, 1995, p. 15-34.

RICKERT, Heinrich. **Ciencia Cultural y Ciencia Natural**. Argentina, Buenos Aires: Espasa-Calpe.

RICKERT, Heinrich. **The limits of concept formation in natural Science a logical introduction to the historical sciences**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SAVIGNY, Friedrich Karl von. **De la vocación de nuestro siglo para la legislación y para la ciencia del derecho**. Madrid La España Moderna, 1895.

SAVIGNY, Friedrich Karl von. **System of the Modern Roman Law**. Chennai: J. Higginbotham, 1867.

SCHMOLLER, Gustav, et al. Zur litteraturgeschichte der staats- und sozialwissenschaften. **Jahrbuch für Gesetzgebung, Verwaltung und Volkswirtschaft**. (1883). Reprinted in Zur Literaturgeschichte der Staats- und Sozialwissenschaften, Leipzig: Duncker & Humblot, 1888.

THE IDEA OF JUSTICE IN POLITICAL ECONOMY. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, v. 4, 1894, p. 1–41. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1008698>. Accessed 12 Nov. 2023.

SCHMOLLER ON CLASS CONFLICTS IN GENERAL. **American Journal of Sociology**, v. 20, n. 4, p. 504–31, 1915. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2762909>. Accessed 12 Nov. 2023.

THE MERCANTILE SYSTEM AND ITS HISTORICAL SIGNIFICANCE. New York: Unirep Sraes or America by Sentry Press, 1967.

SCHUMPETER, J.A. **Economic Doctrine and Method na historical sketch**. New York: Oxford University Press, 1967.

SCHUMPETER, J.A. **History of economic analysis**. Taylor & Francis e-Library, 2006.

SHIONOYA, Yuichi. **The Soul of the German Historical School Methodological Essays on Schmoller, Weber, and Schumpeter**. Japan: Hitotsubashi University, 2005.

VEBLEN, Thorstein. Gustav Schmoller's Economics. **The Quarterly Journal of Economics**, v.16, n. 1, p. 69–93, nov. 1901. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/1882903>.

WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais**. São Paulo, Campinas: Cortez, Unicamp, 1973.

WEBER, Max. **Economy and society**. University of California Press, 1978.

WEISS, R. Max Weber e o problema dos valores: as justificativas para a neutralidade axiológica. **Revista De Sociologia E Política**, v. 22, n. 49, p. 113–137, 2014. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782014000100007>

WIEACKER, Franz. **História do Direito Privado**. Trad. A.M. Botelho Hespanha. 2.ed Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1993.

WINDELBAND, W. History and Natural Science. **Theory & Psychology**, v. 8, p.5-22, 1998. <https://doi.org/10.1177/0959354398081001>